



PDE
ALAGOAS
Plano de Desenvolvimento
Estadual de Alagoas



PLANO DE DESENVOLVIMENTO
ESTADUAL DE
ALAGOAS

Contrato de Prestação de Serviços
N. 216025 – IICA / IABS
Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/003
Políticas Regionais – MI

Organizadores:
Mauro Knüpfer Coutinho
Luís Tadeu Assad

Brasília-DF, 2017

Execução



Realização



Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Econômico e Turismo



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL



ORGANIZADORES

Mauro Knüpfer Coutinho
Luís Tadeu Assad

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Rodrigo Diniz Torres

COORDENAÇÃO EDITORIAL EDITORA IABS

Flávio Silva Ramos

REVISÃO TEXTUAL

Stella Máris Zica

FOTOS DA CAPA

Praia - Tom Alves
Artesanato - Itawi Albuquerque
Agricultura - André Palmeira
Indústria - André Palmeira

Plano de desenvolvimento estadual de Alagoas.
Mauro Knupfer Coutinho e Luis Tadeu Assad
(organizadores). Editora IABS, Brasília-DF, Brasil
- 2017.

ISBN 978-85-64478-59-6
238 p.

1. Desenvolvimento regional. 2. Plano de
desenvolvimento. 3. Planejamento participativo. 4.
Análise situacional. I. Título. II. Editora IABS.

CDU: 338
711

A reprodução total ou parcial desta obra é permitida
desde que citada a fonte.





Artesanato
Foto: Itawi Albuquerque

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Helder Zahluth Barbalho
Ministro de Estado da Integração Nacional

Marlon Carvalho Cambraia
Secretário de Desenvolvimento Regional

Wilfrido Tiradentes da Rocha Neto
Diretor do Departamento de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional

Roberto Meirelles Pessoa Júnior
Coordenador-Geral de Planejamento Regional

EQUIPE TÉCNICA

Itayana de Freitas Teixeira
Analista Técnico-Administrativa

Maria Amélia de Andrade
Assistente Técnica

Thaís Alves Madeira Basto
Analista Técnico-Administrativa

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE)

Marcelo José Almeida das Neves
Superintendente

Alexandre Henrique de Gusmão Gonçalves
Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas

Frederico Augusto de Araújo Cavalcanti
Coordenador-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação

Albertina de Souza Leão Pereira
Coordenadora de Estudos, Pesquisas, Tecnologia e Inovação

Lautemyr Xavier Cavalcanti Canel
Coordenador de Avaliação de Planos, Programas e Projetos

José Farias Gomes Filho
Economista

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Renan Filho
Governador

Luciano Barbosa
Vice-governador

Helder Gonçalves Lima
Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo

Giselle da Silva Mascarenhas
Superintendente de Desenvolvimento Regional e Setorial

Vagner Felisdório dos Anjos
Supervisor de Monitoramento de Cadeias Produtivas

Ulysses Salgueiro Borges
Supervisor de Associativismo e Cooperativismo

Everson Pontes Pereira
Supervisor de Monitoramento de Arranjos Produtivos Locais

Morena Melo
Assessoria Especial / Comunicação

Rodolfo Ventura
Designer gráfico

Kaio Fragoso
Imagens

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Luís Tadeu Assad
Coordenador-Geral

Mauro Knüpfer Coutinho
Consultor Técnico

Antoniél Fernandes
Técnico Sênior – Mapas e Informações Geográficas

ANALISTAS TÉCNICOS

Alejandro Muñoz

Eric Sawyer

Renata Barreto

Fabio de Almeida Pinto

Cid Olival

Renato de Oliveira Marques

Paulo Sandoval

César Maurício Batista da Silva

Rogério K. Sales

Giselle Parno Guimarães

Murilo Cardoso de Miranda

Carmen Maria Alaminos Fernandez

PESQUISA DE CAMPO

Bianca Mara da Costa Farias

Adriana Claudino da Silva

Cristina Cavalcante Félix Bulhões Azevedo

Icaro Victor Valério de Souza Santos

Diego Leonardo Davi Santos Silva

Amélia Virgínia Lucena Oba

Ismael Nunes de Oliveira Júnior

Lays Elisabett Ferreira Barros

Suzanny Carla Santos Almeida

Samyra Santos Martins

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Martilene Lima (Tila)

Kimiko Matsumoto

Isabella Priscilla de Araújo

Lista de Figuras

Figura 1 – Participação da população na construção do Plano	27
Figura 2 – Seminário Final de Validação do PDE Alagoas	31
Figura 3 – Trabalho em Grupo - Eixo de Desenvolvimento Setorial - Seminário Final de Validação do PDE Alagoas	31
Figura 4 – Trabalho em Grupo - Eixo Estruturante - Seminário Final de Validação do PDE Alagoas ..	32
Figura 5 – Principais dados sobre população e território de Alagoas.....	43
Figura 6 – Principais setores na composição do Valor Adicionado Total de Alagoas.....	45
Figura 7 – Formação dos núcleos habitacionais de Alagoas.....	49
Figura 8 – Temperatura média em Alagoas.....	50
Figura 9 – Diferença dos indicadores sociais na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco	55
Figura 10 – Assentamentos da Reforma Agrária em Alagoas no contexto nacional.....	62
Figura 11 – Principais indicadores demográficos de Alagoas (2011 e 2013).....	63
Figura 12 – Rendimento médio rural em Alagoas, Nordeste e Brasil (2001 e 2009).....	67
Figura 13 – IDH de Alagoas e do Brasil.....	75
Figura 14 – Produção de cana-de-açúcar em Alagoas (2015).....	83
Figura 15 – Produção pecuária de Alagoas (2015).....	85
Figura 16 – Comparação da matriz de transporte de cargas entre países (2014).....	98
Figura 17 – Traçado da Ferrovia Transnordestina	99
Figura 18 – Trajeto do Sistema de Trens Urbanos de Maceió.....	100
Figura 19 – Áreas de atuação da Casal em Alagoas (2016).....	107
Figura 20 – Percepção de futuro de Alagoas, segundo os entrevistados.....	119
Figura 21 – Macroestratégia para o Desenvolvimento Regional de Alagoas.....	123
Figura 22 – Diretrizes estratégicas do Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas - PDE Alagoas.....	124
Figura 23 – Objetivos do Modelo de Gestão do PDE Alagoas.....	215
Figura 24 – Fluxo de Gestão para o PDE Alagoas.....	216
Figura 25 – Gestão participativa do desenvolvimento em Alagoas	217
Figura 26 – Estrutura de Gestão do PDE Alagoas.....	220
Figura 27 – Fluxo de alimentação das informações do PDE Alagoas em ambiente on-line.....	225
Figura 28 – Exemplo demonstrativo de esquema de Banco de Dados.....	226

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Número de municípios e área territorial de Alagoas no contexto brasileiro e da região Nordeste – Estimativa 2016.....	44
Tabela 2 – Número de comunidades remanescentes de quilombos certificadas em Alagoas, por município e por região de planejamento (2016).....	59
Tabela 3 – Comunidades indígenas de Alagoas (2016).....	61
Tabela 4 – Principais informações de assentamentos. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (2015).....	62
Tabela 5 – População residente absoluta X relativa, por regiões (2010 e 2015).....	64
Tabela 6 – Taxas de urbanização. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (1991, 2000 e 2010).....	66
Tabela 7 – Evolução da renda domiciliar per capita (2001 a 2016).....	66
Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Alagoas. Comparativo 2005 a 2015 (grifo nos anos em que o observado atingiu o projetado).....	70
Tabela 9 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil. Comparativo 2005 a 2015 (grifo nos anos em que o observado atingiu o projetado).....	70
Tabela 10 – Taxas de mortalidade infantil e de mortalidade até 5 anos de idade. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (2000, 2006, 2011 e 2016).....	71
Tabela 11 – Indicadores de Saúde. Alagoas, Nordeste e Brasil (2010).....	72
Tabela 12 – Registro de ocorrências. Volume absoluto e taxas por 100 mil, por tipo de ocorrência em Alagoas, Nordeste e Brasil. Comparativo 2011 a 2014.....	74
Tabela 13 – Índice de Desenvolvimento Humano de Alagoas, Região Nordeste e Brasil em 1991, 2000 e 2010.....	76
Tabela 14 – Indicadores econômicos, sociais e demográficos de Alagoas, por região de planejamento(2014).....	77
Tabela 15 – NORDESTE - Participação dos estados no PIB - 2002 - 2014 (%).....	80
Tabela 16 – Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (2002 e 2014).....	82
Tabela 17 – ALAGOAS: Principais produtos agrícolas (2015).....	83
Tabela 18 – Movimento anual de passageiros (embarques + desembarques) em Alagoas (2011 a 2016).....	90
Tabela 19 – PIB municipal por microrregião de Alagoas (2014).....	92
Tabela 20 – Classificação do estado de conservação das rodovias brasileiras - Brasil, Regiões e UF do Nordeste.....	96
Tabela 21 – Rede de rodovias planejadas, não pavimentadas e pavimentadas, por jurisdição em Alagoas (2013 e 2014).....	97

Tabela 22 – Extensão das principais linhas e ramais da rede ferroviária concedida, por estado da região Nordeste e Brasil (2008).....	99
Tabela 23 – Quantidade de cargas embarcadas e desembarcadas, por tipo, pelo Porto de Maceió e Terminal da Braskem (2010 a 2016).....	102
Tabela 24 – Movimento anual de passageiros embarcados e desembarcados nos Aeroportos do Nordeste e de Maceió entre 2011 e 2015.....	103
Tabela 25 – Consumo de energia elétrica em Alagoas, por classe (2013 e 2014).....	104
Tabela 26 – Taxa de cobertura de domicílios com energia elétrica entre 2011 e 2014 (%).....	105
Tabela 27 – Estimativa de geração de resíduos sólidos urbanos nas regiões dos consórcios regionais para gestão de resíduos sólidos de Alagoas (2010).....	109
Tabela 28 – Quantidade de acessos de telefonia fixa em Alagoas, por tipo de instalação (2013 e 2014).....	110
Tabela 29 – Quantidade de acessos de telefonia móvel em Alagoas, por tipo de linha e por operadora (2013 e 2014).....	111

Lista de Mapas

Mapa 1 – Categorização dos municípios alagoanos, por critérios da PNDR.....	25
Mapa 2 – Regiões de Planejamento de Alagoas.....	47
Mapa 3 – Uso do solo no estado de Alagoas.....	52
Mapa 4 – Rede hidrográfica do estado de Alagoas	54
Mapa 5 – Territórios especiais (Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas e Assentamentos Rurais) do estado de Alagoas.....	58
Mapa 6 – População dos municípios do estado de Alagoas.....	65
Mapa 7 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, por região de planejamento do estado de Alagoas.....	93
Mapa 8 – Vias de circulação do estado de Alagoas.....	95

Lista de Quadros

Quadro 1 – Principais características da flora e da fauna alagoana.....	57
Quadro 2 – Resumo da Proposta de Gestão do Observatório do Desenvolvimento Regional de Alagoas.....	219

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Saldo de empregos formais em Alagoas (2010 a 2016).....	68
Gráfico 2 – Saldo de empregos formais. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (2010 a 2016).....	68
Gráfico 3 – Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (2001 a 2015).....	69
Gráfico 4 – Taxas de mortalidade Infantil. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (2000, 2006, 2011 e 2016).....	72
Gráfico 5 – Crimes violentos letais e intencionais em Alagoas. Comparativo mensal 2014, 2015 e 2016.....	75
Gráfico 6 – Evolução do IDH em Alagoas, Nordeste e Brasil em 1991, 2000 e 2010.....	76
Gráfico 7 – ALAGOAS - Participação no Valor Adicionado (2014).....	81
Gráfico 8 – ALAGOAS: Valor da produção - 2015 (%).....	84
Gráfico 9 – Distribuição da atividade industrial em Alagoas (2007 e 2014).....	86
Gráfico 10 – Participação dos Serviços no VAB de Alagoas (2002 e 2014).....	89
Gráfico 11 – Balança Comercial de Alagoas - 2000 a 2016 (US\$ - FOB).....	91
Gráfico 12 – Participação relativa dos estados na movimentação de carga marítima da região Nordeste (2016).....	101
Gráfico 13 – Consumo de energia elétrica em Alagoas, por classe (2014).....	105
Gráfico 14 – Índice de cobertura do serviço de coleta de esgoto em Alagoas, entre 2013 e 2015.....	106
Gráfico 15 – Número total de acessos de telefonia móvel em Alagoas. Variação mensal entre janeiro de 2015 e janeiro de 2017 (em milhares de acessos).....	110
Gráfico 16 – Número total de acessos à banda larga fixa em Alagoas. Variação mensal entre janeiro de 2015 e janeiro de 2017.....	112
Gráfico 17 – Tempo de envolvimento dos entrevistados com o setor ao qual se vinculam.....	116
Gráfico 18 – Setor produtivo principal dos entrevistados.....	117
Gráfico 19 – Região de residência dos entrevistados.....	117
Gráfico 20 – Principal foco para o desenvolvimento regional de Alagoas.....	118

Lista de Abreviações e Acrônimos

Abav	Associação Brasileira de Agências de Viagens
Abeta	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
Abrasel	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
Abrelpe	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
Adeal	Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas
AL	Alagoas
ANA	Agência Nacional de Águas
Anac	Agência Nacional de Aviação Civil
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Antaq	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
Art.	Artigo
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
Beal	Balanço Energético do Estado de Alagoas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BRA	Brasil
CadÚnico	Cadastro Único do Governo Federal
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Casal	Companhia de Saneamento de Alagoas
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CEA	Congresso de Engenharia das Alagoas
CELMM	Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Chesf	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Cigres	Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNDR	Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNT	Confederação Nacional do Transporte
Codevasf	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco
Cohidro	Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conagreste	Consórcio Regional de Resíduos Sólidos do Agreste Alagoano
Conisul	Consórcio Regional de Resíduos Sólidos da Região Sul de Alagoas
Conorte	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Litoral Norte do Estado de Alagoas
Conszam	Consórcio Regional de Resíduos Sólidos da Zona da Mata Alagoana
Crerssal	Consórcio Regional de Resíduos Sólidos do Sertão de Alagoas
Datusus	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DER-AL	Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas
Desenvolve	Agência de Fomento de Alagoas

DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Eletronbras	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
Emater-AL	Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
Esec	Estação Ecológica
ETA	Estação de Tratamento de Água
Ex.	Exemplo
FAEAL	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
Fecoep	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
Fecomércio	Federação do Comércio do Estado de Alagoas
FETAG-AL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Alagoas
Fiea	Federação das Indústrias do Estado de Alagoas
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
Fofa	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
FTL	Ferrovia Transnordestina Logística
Funai	Fundação Nacional do Índio
Hab.	Habitante
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IABS	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade
Iasc	Índice Aneel de Satisfação do Consumidor
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte Interestadual e intermunicipal e de comunicação
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Ifal	Instituto Federal de Alagoas
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
IMA-AL	Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Infraero	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPH	Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISA	Instituto Socioambiental
ISG	Índice de Satisfação Geral
ISQP	Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida
Iteral	Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas

Juceal	Junta Comercial do Estado de Alagoas
Km	Quilômetro
Km2	Quilômetro Quadrado
KW	Quilowatt
M	Metros
M3/s	Metro Cúbico por Segundo
Mapa	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MC&VB	Maceió Convention & Visitors Bureau
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mdic	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MI	Ministério da Integração Nacional
Min.	Ministério
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MONA	Monumento Natural
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho
MTur	Ministério do Turismo
MW	Megawatt
N.	Número
ODR	Observatório do Desenvolvimento Regional
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OGU	Orçamento Geral da União
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
Org.	Organizações
P.	Página
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAs	Projetos de Assentamentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
Paeal	Plano Aeroviário do Estado de Alagoas
PAM	Produção Agrícola Municipal
PAPL	Programa de Arranjos Produtivos Locais
PCA	Polo Cloroquímico de Alagoas
PDE-AL	Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas
PDF	Formato Portátil de Documento
PERS-AL	Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Alagoas
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
Planalsucar	Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PM	Polícia Militar
PMDBBS	Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNE	Plano Nacional de Educação
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPM	Pesquisa Pecuária Municipal
PPP	Parceria Público Privada
PRGAP	Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária
Proálcool	Programa Nacional do Álcool
Procop	Programa de Apoio à Capitalização de Cooperativas de Crédito e Organizações de Microcrédito de Alagoas
Prodesin	Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RDI	Razão de Dependência dos Idosos
RDJ	Razão de Dependência Jovem
RDT	Razão de Dependência Total
Rebio	Reserva Biológica
Resec	Reserva Ecológica
Resex	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
RVS	Refúgio da Vida Silvestre
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
Seades-AL	Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas
Seagri-AL	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura de Alagoas
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secti-AL	Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação de Alagoas
Secult-AL	Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas
Sedetur-AL	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas
Seduc-AL	Secretaria de Estado da Educação de Alagoas
Sefaz-AL	Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas
Seinfra-AL	Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas
Selaj-AL	Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas
Semarh-AL	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Alagoas
Semudh-AL	Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEP/PR	Secretaria de Portos da Presidência da República
Seplag-AL	Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas
Seplande-AL	Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas
Sesau-AL	Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas
Sesc-AL	Serviço Social do Comércio de Alagoas
Sete-AL	Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego de Alagoas
Setrand-AL	Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano de Alagoas
Setur-AL	Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas
SF	Sistemas Frontais
Sigel	Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico
Sinesp	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SRTM	Missão Topográfica Radar Shuttle
SSP	Secretaria de Segurança Pública
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Suder	Superintendência de Desenvolvimento Regional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas
TJAL	Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
TKU	Tonelada Quilômetro Útil
TU	Toneladas Úteis
UF	Unidade Federativa
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHE Xingó	Usina Hidrelétrica de Xingó
Uneal	Universidade Estadual de Alagoas
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
VAB	Valor Acrescentado Bruto
ZCAS	Zona de Convergência do Atlântico Sul
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO.....	23
METODOLOGIA.....	27
PARTE I – A PNDR e o PDE Alagoas	35
1 A PNDR I e a PNDR II.....	35
2 O PDE Alagoas no contexto da PNDR.....	41
PARTE II – Diagnóstico Situacional	43
1 Caracterização histórica e formação.....	48
2 Caracterização Geoambiental.....	50
3 Caracterização Social e Demográfica.....	63
4 Caracterização Econômica.....	78
5 Caracterização da Infraestrutura e Logística.....	94
6 Caracterização Político-Institucional.....	113
7 Análise das entrevistas qualitativas e formulários on-line.....	116
PARTE III – Plano de Desenvolvimento Estadual.....	121
1 Visão de Futuro de Alagoas.....	121
2 Macroestratégia.....	121
3 Diretrizes Estratégicas.....	123
4 Indicadores e Metas	150
5 Matriz de Diretrizes, Programas e Projetos.....	152
PARTE IV – Modelo de Gestão e Controle Social	213
1 Proposta de Modelo de Gestão.....	213
2 Proposta de Fluxo de Informações.....	224
CONCLUSÃO	229
REFERÊNCIAS.....	231



APRESENTAÇÃO

Cânions do São Francisco
Foto: João Schwarz

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

O estado de Alagoas, historicamente, é marcado por contrastes. Apesar dos avanços dos últimos anos, os índices de analfabetismo e de desenvolvimento humano ainda estão abaixo da média nacional. Esse quadro foi resultado de um passado de uma cultura extrativista, latifundiária e escravocrata que deixou como marca uma forte concentração da renda ante uma população de indivíduos, embora livres, sem estudo ou capacitação para se adequar às novas dinâmicas econômico-sociais.

A redução das desigualdades regionais, como a existente no estado de Alagoas, é objetivo fundamental expresso em nossa Carta Magna e objetivo estratégico do Ministério da Integração Nacional. Muitos têm sido os esforços do governo federal ao longo destes anos para reverter o quadro de desigualdades e grandes foram os avanços nesse sentido. Entretanto, trata-se de um trabalho árduo e os desafios são constantes.

Assim, o Ministério da Integração Nacional, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de Alagoas firmaram parceria para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas – PDE Alagoas que visa impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região, em busca de reverter a atual situação de desigualdade.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR se interpõe como principal instrumento para atingir esse objetivo. Ao preconizar a importância da transversalidade, do caráter sistêmico e multiescalar das ações governamentais, a PNDR atua, de forma articulada com o Governo do Estado, orientando a elaboração de planos plurianuais, do ordenamento do território, da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável, de forma a permitir um projeto adequado às especificidades do território.

Ressalte-se que o PDE Alagoas é um plano construído de forma participativa, dando destaque aos atores do território e valorizando seus conhecimentos e necessidades, de forma a construir uma carteira de projetos compatível com a realidade local.

Marlon Carvalho Cambraia
Secretário de Desenvolvimento Regional

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE

A Sudene, em mais de 50 anos de atuação em políticas regionais, buscou transformar o cenário, principalmente por meio da disponibilização de capitais, como os Fundos Constitucionais, da estruturação de polos econômicos, do apoio a diversas iniciativas estaduais e ao processo de industrialização, sistematizando e tornando efetivo o processo de planejamento regional. Tais resultados, uns com mais alcance que outros, refletiram o grau de sofisticação e profundidade da intervenção em diversos espaços da sua área de atuação.

O Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas – PDE Alagoas, nesse sentido, faz parte da estratégia da Sudene em apoiar os estados de sua área de atuação no planejamento de médio e longo prazo, no sentido de trazer à tona as diversas necessidades e anseios locais, consubstanciados nas diretrizes, propostas e metas postas no decorrer do processo de coleta e análise das informações.

Em adição, o Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas busca saídas para os aspectos territoriais do estado, em pleno acordo com as indicações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), coordenada pelo Ministério da Integração, da qual a Sudene é signatária. Os resultados deste trabalho, inclusive, servem de subsídio para o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, em fase de construção atualmente.

A Sudene se sente gratificada por participar desta iniciativa e da rede de Instituições parceiras que de forma efetiva e qualificada elaboraram este Plano e estão agora disponibilizando-o para a sociedade regional.

Marcelo José Almeida das Neves
Superintendente

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

O governo de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur), atua no fomento às potencialidades locais, integrando o desenvolvimento regional do estado a uma política pública sustentável, voltada para os setores de energia, mineração, indústria, agronegócio, comércio, serviços e turismo.

Previsto dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e executado localmente pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) e pela Sedetur, o Plano de Desenvolvimento de Alagoas (PDE Alagoas) foi construído para estabelecer um diagnóstico situacional do estado e, a partir disso, identificar as demandas e principais vocações de suas regiões, desenvolvendo-as estrategicamente.

Para construção do PDE em Alagoas, foram reunidas propostas de estratégia institucional alinhadas às diretrizes do Plano Estratégico do Estado de Alagoas (2011 -2022), mediante um extenso levantamento de dados, que contou com a participação da população. Por meio de entrevistas, pesquisas e oficinas participativas, os setores prioritários foram divididos entre Agronegócio e Desenvolvimento Rural, Turismo, Indústria de Transformação, Comércio e Serviços.

A Sedetur teve um papel fundamental na construção do PDE em Alagoas, proporcionando a articulação entre os diferentes parceiros em nível estadual, dando continuidade ao trabalho de descentralização e regionalização das capacidades produtivas, já realizado por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), o que possibilitou a construção de uma rede dinâmica de cidades e territórios, capaz de integrar suas características econômicas, culturais, sociais e ambientais.

O governo de Alagoas se sente honrado em participar da constituição do PDE, fundamental para elaboração de políticas públicas eficientes e com resultados expressivos, e que deve funcionar como uma base de dados para desenvolver economicamente Alagoas e melhorar a qualidade de vida da população.

Helder Gonçalves Lima
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo



INTRODUÇÃO

Indústria
Foto: André Palmeira

I INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas – PDE Alagoas é fruto de um trabalho cooperado entre o Instituto Interamericano de Cooperação para o Desenvolvimento da Agricultura – IICA, Governo do Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo – Sedetur/AL, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e Ministério da Integração Nacional, por meio de sua Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR –MI).

A elaboração do Plano é o objeto do Contrato N. 216025 celebrado entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), com recursos do Ministério da Integração Nacional. O IABS é responsável pelo desenho metodológico e organização de informações obtidas em fontes secundárias e primárias para construção do Plano.

O objetivo do Plano, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, é apoiar a redução das desigualdades sociais e regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento no estado de Alagoas. Para isso, pretende estimular uma rede dinâmica de cidades e territórios capazes de integrar suas características culturais, sociais, econômicas e ambientais para reverter as desigualdades e promover o desenvolvimento econômico socialmente inclusivo e ambientalmente responsável.

O objeto da PNDR são as profundas desigualdades no nível de vida e nas oportunidades de desenvolvimento entre regiões do País. Considerando o imenso potencial contido na diversidade econômica, social, cultural e ambiental do Brasil, essas desigualdades regionais constituem um fator de entrave ao processo de desenvolvimento.

“Reduzir as desigualdades sociais e regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento de cada região.”

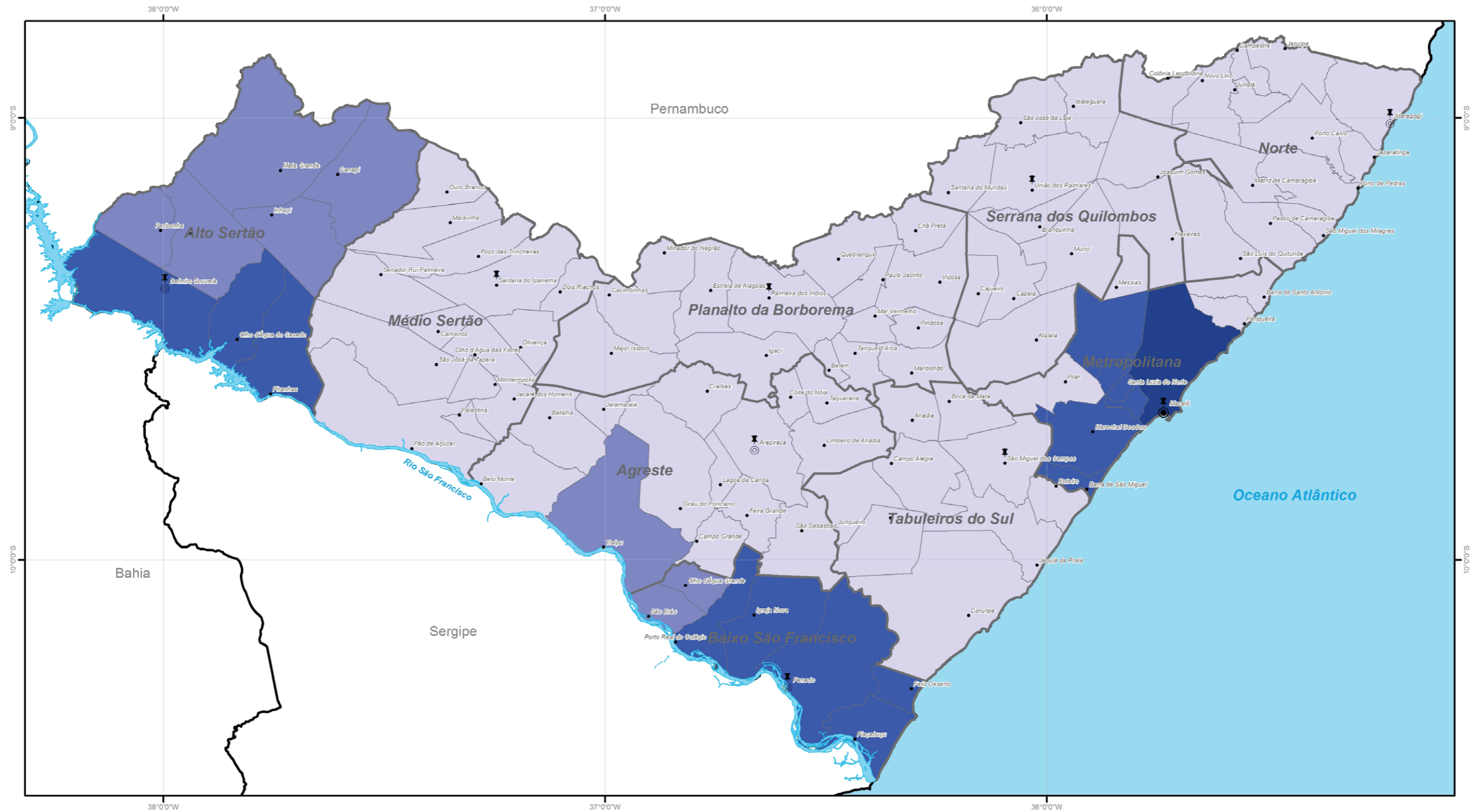
Entre as diversas causas dessa desigualdade, a falta de acesso a serviços públicos de qualidade reforça as iniquidades e reduz as perspectivas de desenvolvimento dos territórios. Com isso, fluxos migratórios direcionados às regiões mais dinâmicas acentuam os conflitos sociais e a pressão sobre as políticas de inclusão.

Para seu financiamento, as principais fontes de recursos da PNDR são os fundos estabelecidos pela Lei 7.827 de 1989 em atendimento aos preceitos constitucionais. São três Fundos Constitucionais de Financiamento direcionados a três regiões diferentes: Centro-Oeste (FCO), Norte (FNO) e Nordeste (FNE). Quase todos os municípios do estado de Alagoas estão categorizados como baixa renda dinâmica ou estagnada, como pode ser observado no mapa a seguir, o que o torna região prioritária para o FNE que é operado pelo Banco do Nordeste.

Dessa forma, a PNDR e o Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas – PDE Alagoas adotam a máxima da igualdade: “*tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades*”. Isso significa que as regiões menos favorecidas exigem diferentes abordagens que possam garantir as condições necessárias ao melhor aproveitamento de suas oportunidades econômico-produtivas. Os espaços menos desenvolvidos recebem, então, especial atenção para promover a inserção social produtiva da população com conseqüente melhoria da qualidade de vida em todas as regiões.

O estado de Alagoas tem também suas próprias diferenças regionais. A estrutura política, social e cultural varia muito entre as localidades, ainda que estejam próximas geograficamente. O PDE Alagoas reúne assim indicadores, dados e informações de todas as regiões do estado, permitindo a construção de uma estratégia de redução de desigualdades, melhoria da qualidade de vida e integração com outras regiões do País.

Mapa 1 – Categorização dos municípios alagoanos, por critérios da PNDR



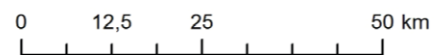
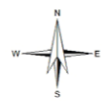
Critério PNDR

- Renda Alta
- Renda média/ baixa e estagnada
- Renda baixa e dinâmica
- Renda baixa e estagnada

Convenções cartográfica

- Capital
- Municípios de referência
- Demais municípios
- Municípios-pólo
- Regiões de Planejamento
- Divisão municipal
- Divisão estadual

**CRITÉRIO PNDR
- Alagoas -**



Sistema de Coordenadas Geográficas:
Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Fonte dos dados:
Limites Municipal, Estadual: IBGE/2010
Regiões de Planejamento: Alagoas em Dados e Informações/ 2016.
Critério PNDR: PNDR.

Elaboração:
Antônio Fernandes
Geógrafo - CREA-MG: 93.876 D

Edição: Outubro / 2016





METODOLOGIA

A construção do PDE Alagoas foi dividida em seis grandes etapas:

1. Planejamento e alinhamento preliminar;
2. Levantamento e análise de dados secundários;
3. Levantamento e análise de dados primários;
4. Construção participativa;
5. Sistematização e Validação do Plano;
6. Publicação final do PDE Alagoas.

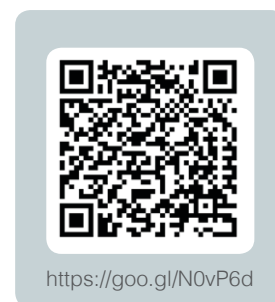
Durante as etapas, mais de 100 documentos foram analisados e 605 cidadãos participaram diretamente dessa construção, por meio de consultas em três formatos diferentes, como apresentado na figura a seguir.



Figura 1 – Participação da população na construção do Plano

Fonte: Elaboração própria. IABS, 2017.

Os resultados de cada uma dessas etapas são de livre acesso. Relatórios parciais, relatos das oficinas, fotos, listas de presença, mapa de atores e outras informações relacionadas à elaboração do PDE Alagoas estão disponíveis no CD que acompanha esse documento e podem ser acessados na base de dados *on-line*, por meio do *QR Code* ao lado:



1) Planejamento e alinhamento preliminar

Essa etapa consistiu no alinhamento inicial entre as instituições envolvidas na elaboração do PDE Alagoas e teve o objetivo de validar a metodologia proposta, nivelar as expectativas em relação ao resultado do trabalho e unificar o padrão de comunicação visual. A etapa foi dividida em três atividades

- Reunião de alinhamento Inicial;
- Reunião de Validação do Plano de Trabalho;
- Alinhamento e treinamento interno da equipe técnica.

2) Levantamento e análise de dados secundários

A etapa consistiu no levantamento, validação, sistematização, análise e consolidação de dados, informações, planos, programas e ações, a partir de fontes secundárias. Foram selecionados os documentos com informações de maior impacto no desenvolvimento do PDE Alagoas, considerando o desenvolvimento regional, a PNDR e seus objetivos. Para o desenvolvimento dessa etapa foram realizadas as seguintes atividades:

- Levantamento de dados, informações, planos, programas e ações;
- Análise sistemática das informações coletadas em fontes secundárias;
- Mapeamento das análises estratégicas estratificadas por:
 - Região;
 - Áreas Temáticas.

3) Levantamento e Análise de dados primários

Para a coleta dos dados primários, duas estratégias básicas foram utilizadas: entrevistas semiestruturadas com lideranças representativas das regiões e dos setores econômicos prioritários e aplicação de pesquisa on-line com cidadãos. Essa etapa foi dividida em quatro atividades:

a) Construção do Mapa de Atores

Levantamento dos atores-chaves e formas de contato nas instituições do estado e classificação desses atores de acordo com sua relevância e área de atuação. Os atores foram identificados, validados e classificados em diferentes níveis e segmentos:

- estaduais;
- regionais (regiões de planejamento);
- locais;
- setoriais (a partir dos setores estratégicos definidos).

b) Realização de Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado qualitativo para obtenção de dados e informações relevantes para o diagnóstico situacional participativo e a proposição de estratégias de desenvolvimento. Essas entrevistas foram realizadas por pesquisadores qualificados por meio de contato direto com os entrevistados. Os instrumentos de pesquisa foram validados pelas instituições que acompanham o trabalho.

c) Coleta de dados on-line

As entrevistas on-line seguiram um roteiro quantitativo para compor e enriquecer o diagnóstico situacional participativo com as necessidades, desejos e impressões de um maior número de cidadãos do estado. O roteiro foi validado pelas instituições que acompanham o projeto e as respostas foram on-line, a partir da divulgação do Governo do Estado de Alagoas.

d) Sistematização e análise dos resultados das entrevistas

Após a finalização das entrevistas, os dados foram sistematizados e agrupados em função de seus resultados, gerando subsídios para a discussão e construção participativa nas oficinas regionais e setoriais.

4) Construção participativa

A construção final do diagnóstico situacional e da proposição de diretrizes estratégicas foi realizada em oficinas participativas regionais e setoriais, que ocorreram em quatro diferentes regiões do estado e em Maceió.

- **Oficinas Regionais**

Quatro oficinas regionais, com duração de 8 horas, realizadas em cada um dos quatro “recortes territoriais” definidos a partir dos seguintes municípios de referência:

- Maragogi;
- Penedo;
- Delmiro Gouveia;
- Arapiraca.

- **Oficinas Setoriais**

Três oficinas setoriais, realizadas em Maceió, agrupando discussões sobre áreas temáticas diferentes, definidas a partir dos levantamentos iniciais:

- Agronegócio e Desenvolvimento Rural;
- Turismo;
- Comércio e Serviço.

Nessas oficinas, participaram atores dos mais variados setores econômicos e de diferentes regiões do estado. Além dos debates para validação da situação atual em relação às regiões e em relação aos principais setores econômicos, foram elaboradas propostas de atuação que orientaram a construção das diretrizes estratégicas do Plano.

O setor da indústria de transformação também foi considerado prioritário a partir dos resultados do diagnóstico. Suas demandas consolidadas no documento “Propostas do setor industrial para o Governo de Alagoas” também foram consideradas na construção das diretrizes e propostas do Plano.

A validação do diagnóstico foi feita de maneira coletiva em plenárias e foram formados alguns grupos em cada oficina para a construção das propostas. A divisão dos grupos respeitou o envolvimento de cada ator com o setor e com os eixos estratégicos de desenvolvimento.

5) Sistematização e Validação do Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas – PDE Alagoas

A partir dos resultados das etapas anteriores, as informações foram sistematizadas em diretrizes, programas e ações para a construção final do PDE Alagoas. Essa etapa foi dividida em três atividades:

a) Construção de proposta de Macroestratégia e matriz de diretrizes e programas

A proposta do Plano foi consolidada por equipe de consultores especializados, a partir dos resultados do diagnóstico situacional e das construções participativas, resultando em uma macroestratégia e uma Matriz de três eixos (estruturante, desenvolvimento e territorial) que contempla as diretrizes estratégicas, programas, projetos, metas e indicadores.

b) Reunião interna de avaliação da proposta

A proposta preliminar foi apresentada e validada pelas instituições envolvidas na construção do PDE Alagoas em uma reunião com a presença do Ministério da Integração, Sudene, Sedetur e IABS.

c) *Seminário final de validação do PDE Alagoas*

O seminário final contou com a participação de lideranças e representantes regionais e setoriais. Durante o seminário, foram apresentados a proposta estratégica do PDE Alagoas e a Matriz de diretrizes, programas e projetos para validação e ajustes. Após o seminário, os últimos ajustes do Plano foram sistematizados para consolidação do documento final.



Figura 2 – Seminário Final de Validação do PDE Alagoas

Fonte: Foto de Kaio Fragoso.



Figura 3 – Trabalho em Grupo - Eixo de Desenvolvimento Setorial - Seminário Final de Validação do PDE Alagoas

Fonte: Foto de Kaio Fragoso.



Figura 4 – Trabalho em Grupo - Eixo Estruturante - Seminário Final de Validação do PDE Alagoas

Fonte: Foto de Kaio Fragoso.

6) Publicação Final do Plano

Os dados e propostas apresentados no último seminário foram pactuados, validados e organizados em um documento revisado, diagramado, publicado e impresso. Esta versão final do Plano também está disponível em formato digital acessível por meio da internet, com os documentos intermediários e outras informações relevantes para a construção do Plano.



Agricultura Familiar
Foto: André Palmeira



PARTE I

A PNDR E O PDE ALAGOAS

1 A PNDR I E A PNDR II

Historicamente, diversas propostas para promover redução das desigualdades regionais podem ser identificadas, bem como a destinação de orçamentos específicos para esse fim. Alves e Rocha Neto (2014) descrevem em seu artigo que, no final dos anos 30, já haviam preocupações com a ocupação dos vazios territoriais e com as desigualdades regionais. Entre as décadas de 50 a 70, as políticas regionais estiveram no centro da agenda nacional. No entanto, as duas décadas seguintes foram marcadas pelo enfraquecimento e derrocada dessas políticas, sendo retomadas na agenda de governo, somente nos primeiros anos da década passada.

A persistência das desigualdades regionais no Brasil levou à necessidade de formulação de uma política nacional que rompesse com a visão tradicional da problemática regional brasileira. Uma política que reconhecesse a diversidade brasileira, e que promovesse um processo participativo e endógeno de construção e acompanhamento das políticas regionais, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A PNDR tem amparo legal no Decreto N. 6.047 de 2007 que define como seu objetivo:

a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional.

O Decreto ainda estabelece sua relação com a Constituição Federal, citando o inciso III de seu art. 3º, que coloca entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

Enquanto política nacional, a PNDR pode ser dividida em duas fases: PNDR I e PNDR II. Esse decreto institucionaliza a primeira versão da PNDR, cujos objetivos principais são:

- a) reduzir as desigualdades regionais;
- b) ativar as potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras, atuando nos territórios que interessam menos aos agentes do mercado, valorizando as diversidades locais.

Para implementação da PNDR I, foram propostas três escalas de coordenação: federal, macrorregional e sub-regional. Essas escalas são importantes para atender diferenças territoriais e especialmente a complexa articulação necessária entre diferentes esferas de governo e demais atores privados, o que muitas vezes ultrapassa os limites de sua atuação, seja em relação ao tema ou em relação ao território. Nesse âmbito, foi criada a Casa Civil da Presidência da República, com o objetivo de articular ações setoriais em territórios prioritários (ALVES, 2014; IPEA, 2015).

Ainda assim, a PNDR I não obteve o consenso necessário nos diversos nichos governamentais para efetivação de estratégias coordenadas de implementação (IPEA, 2015). Segundo o Projeto de Lei do Senado N. 375/ 2015, “apesar de alguns êxitos a PNDR I não conseguiu alcançar um status de política de Estado, nem construir o consenso político e federativo necessário que a questão regional no Brasil exige”.

Além dessa dificuldade de consenso, faltou articulação governamental e a efetivação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), considerado pelo Ministério da Integração um dos pilares frustrados da política (BRASIL, Ministério da Integração Nacional, 2012).

Em 2012, foi realizada a Primeira Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), marcando o processo de revisão e atualização da PNDR I e gerando a abertura de discussões que pudessem promover ajustes para superar os gargalos e os fatores limitantes, definindo assim, instrumentos mais efetivos para reverter o profundo quadro de desigualdade no Brasil.

O produto desse processo, fruto de 27 conferências estaduais, realizadas nas 5 macrorregiões e que contou com a participação de mais de 13 mil pessoas (ALVES, 2014), é o Projeto de Lei do Senado N. 375/ 2015 que apresenta uma proposta de política nacional conhecida como PNDR II.

Entre outras providências, o Projeto de Lei determina a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), com aporte anual de dez bilhões de reais. O objetivo desse Fundo é permitir que existam recursos suficientes para um financiamento independente e efetivo da política, uma vez que até o momento “os recursos disponíveis foram muito baixos e com elevada participação de emendas parlamentares; ações foram, via de regra, pontuais, difusas e sem continuidade, com baixa capacidade de transformar a dinâmica regional” (BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2012 apud ALVES, 2014).

A PNDR II tem como finalidade a redefinição dos objetivos da PNDR, a saber:

- a) Sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais;
- b) Criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e aos serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia. (IPEA, 2015)

Segundo Resende et al. em seu artigo “Brasil: dez anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)”,

Os eixos temáticos foram organizados pela Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR) em quatro estruturas. A partir deles foram definidos os princípios e as diretrizes da PNDR II:

1. *Governança, participação social e diálogo federativo (...);*
2. *Financiamento do desenvolvimento regional (...);*
3. *Desigualdades regionais e critérios de elegibilidade (...);*
4. *Vetores de desenvolvimento regional sustentável: são relacionados à necessidade de ações transversais nas diversas vertentes da nova PNDR, em consonância com o federalismo cooperativo. Esses vetores serão guiados por seis vertentes de ação:*

- i. estrutura produtiva;*
- ii. educação;*
- iii. ciência, tecnologia e inovação (C,T&I);*
- iv. infraestrutura;*
- v. rede de cidades; e*
- vi. sustentabilidade ambiental (...). (IPEA, 2015)*

A seguir, é apresentado o detalhamento de cada uma das vertentes de ação.

VERTENTE REDE DE CIDADES

Regionalizar é recortar o espaço, de acordo com determinados objetivos, podendo ser considerado não só um ato de conhecimento, mas também de poder. Uma vez que o desenvolvimento de uma determinada região se estabelece por meio de uma economia financeira globalizada, onde os principais centros econômicos e os demais polos de desenvolvimento funcionem de forma integrada, é necessário que a sua estruturação obedeça a questões hierárquicas, cujas cidades menores, geralmente, são dependentes das cidades maiores e economicamente mais desenvolvidas.

A Rede de Cidades é uma ação articulada de cidades e centros urbanos que tem como objetivo a integração regional por meio de fluxos de serviços, mercadorias, capitais, informações e recursos humanos. Quanto maior o seu grau de integração, maior o seu desenvolvimento e o seu dinamismo.

Na PNDR II, a consolidação da rede de cidades, com a construção de uma rede com maior harmonia entre os diferentes níveis hierárquicos, de forma a identificar e fortalecer as centralidades é uma prioridade que alcança todo o território nacional e tem como objetivo operar como vértices de uma rede policêntrica, com 11 macropolos e 118 subpolos consolidados, e propostos 7 novos macropolos e 23 subpolos induzidos, a fim de contribuir para a desconcentração e interiorização do desenvolvimento.

Um mapa estratégico foi criado para o governo federal, com o intuito de aumentar o investimento e a oferta de serviços, por meio de estruturação de sistemas produtivos e inovativos locais e regionais, e provisão de infraestrutura de conexão de forma a constituir e complementar novas centralidades. Entre as áreas de atuação previstas na PNDR II, são consideradas prioritárias a Faixa da Fronteira, o Semiárido e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF), pontos com problemáticas regionais de ordem diferenciada, ainda que possuam assimetrias comuns. O projeto prevê, ainda, as chamadas Regiões Programa Natas, que são regiões prioritárias definidas pelos atores em diferentes escalas. São elas o Marajó, a BR-163 e o Xingu. Haverá também as chamadas Regiões Programa, que serão criadas por tempo determinado e compostas por Regiões Elegíveis (REs) da PNDR II.

VERTENTE EDUCAÇÃO

Os indicadores educacionais brasileiros mostram um forte contraste regional, e evidencia a limitação da capacidade de desenvolvimento de grandes parcelas populacionais brasileiras. A região Nordeste apresenta 16,6% da sua população analfabeta, em contraste com as regiões Sul (4,4%) e Sudeste (4,6%), de acordo com a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Pnad) de 2014. Apesar dos avanços recentes nesses indicadores, a promoção da educação torna-se um fator fundamental, não somente por ser um caminho que estimula a competitividade da economia brasileira, por meio da dotação de capital humano, mas sobretudo por ser um elemento essencial para construção da cidadania.

Nesse sentido, a PNDR busca priorizar a expansão da rede federal de ensino profissional e tecnológico em espaços elegíveis da PNDR, fomentando a oferta de cursos que se alinhem aos APLs e rede de micro e pequenas empresas locais. Estimula, ainda, o fortalecimento dos sistemas locais de inovação, promovendo a ciência, tecnologia e inovação visando especialmente à inclusão produtiva e ao desenvolvimento social, e que destaque práticas de sustentabilidade ambiental e respeito à biodiversidade local.

Do ponto de vista da promoção da cidadania, a PNDR orienta que a rede pública de ensino tenha como prioridade o atendimento às necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e das pessoas portadoras de necessidades especiais nas regiões elegíveis da PNDR.

VERTENTE DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Os fatos atuais evidenciam que as regiões concentradoras de recursos, gastos e investimentos em ciência e tecnologia, e em pesquisa e desenvolvimento, estimulando ambientes inovativos, são as regiões que ocupam posição de destaque nos níveis de crescimento econômico, geram maior agregação de valor nos bens e serviços produzidos e sua população obtém os salários mais elevados. No caso brasileiro, os indicadores referentes à ciência, tecnologia e inovação se apresentam muito concentrados regionalmente.

Diante desse contexto, entre suas prioridades, a PNDR tem o objetivo de estimular mecanismos e instrumentos que proporcionem a desconcentração regional dos gastos de ciência e tecnologia (C&T), assim como dos seus efeitos sobre as atividades produtivas, isto é, sob a forma de inovação.

Para tanto, a PNDR estabelece entre suas diretrizes o apoio à estruturação e o fortalecimento dos Sistemas Regionais e Estaduais de Inovação, a criação de meios para estímulo à inovação, bem como para atração e fomento de empresas inovadoras, fornecendo apoio para estruturação de Redes Regionais de Inovação, articulando universidades, instituições de pesquisa e empresas em torno de temáticas estratégicas para o desenvolvimento sustentável das regiões elegíveis da PNDR.

VERTENTE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os investimentos em infraestrutura constituem-se em um instrumento direto e eficaz da política pública para atenuação das desigualdades regionais. Isso se dá pela forte correlação entre o grau de desenvolvimento e as dotações de infraestrutura. Regiões mais desenvolvidas apresentam melhor infraestrutura e pelo efeito multiplicador em larga escala, gerado por esses empreendimentos, nas localidades receptoras desses investimentos.

Nesse sentido, a PNDR estabelece entre suas diretrizes a construção de carteiras de projetos de infraestrutura regionalmente estratégicos, orientadas pelos planos regionais de desenvolvimento e amplamente negociadas com os estados; o fortalecimento e consolidação de corredores logísticos que constituem eixos de desenvolvimento e integração dinâmicos nas regiões menos desenvolvidas, bem como a promoção de novos corredores logísticos que estimulem novos eixos de desenvolvimento e novas centralidades econômicas nos territórios menos dinâmicos das regiões menos desenvolvidas.

VERTENTE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ao discutir desenvolvimento regional, seja no âmbito produtivo, econômico, cultural ou social, é incontestável a necessidade de se pontuar as questões ambientais, analisando o planejamento adequado, baseado em ações sustentáveis, de forma a não oferecer risco às condições de subsistência, escassez ou extinção de recursos naturais e desequilíbrio. O resultado desse processo é a sustentabilidade ambiental.

De acordo com a CNDR, que deu origem à PNDR II, em uma avaliação crítica a respeito das formas de implementação das Superintendências e de implantação de planos e projetos, como o Plano Amazônia Sustentável (PAS) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), cita a necessidade de se “apresentar modelos de gestão que institucionalizem o processo de participação e integrem o processo de decisão no nível nacional, regional e sub-regional, sem os quais os planos regionais têm vida curta”.

Assim, ficou estabelecido que as estratégias da PNDR II devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica, não se restringindo à dimensão ambiental. A preocupação maior da PNDR II é garantir a possibilidade de ciclos virtuosos longos, capazes de assegurar para as regiões a construção de uma sociedade de oportunidades mais igualitária, provisão de recursos, maior envolvimento entre os entes representativos e acompanhamento.

VERTENTE DA ESTRUTURA PRODUTIVA

O processo de crescimento econômico nas regiões menos desenvolvidas, em especial na região Nordeste do Brasil, mostra um processo muito heterogêneo, notoriamente marcado pela concentração desse crescimento em poucos espaços mais dinâmicos. As regiões menos desenvolvidas enfrentam permanentemente barreiras de caráter estrutural, marcadas por uma baixa diversificação setorial, e pelo domínio de indústrias tradicionais que pouco se articulam com as demais estruturas produtivas dessas regiões. Esse processo leva muitas vezes à geração de baixo valor agregado nessas economias locais, gerando ainda um desvio da renda gerada para os grandes centros mais desenvolvidos.

Nesse sentido, a PNDR estabelece dois aspectos fundamentais para promoção na melhora dos níveis de desenvolvimento em regiões atrasadas: em primeiro lugar, o fomento de atividades que caminhem na direção de um novo paradigma tecnológico e produtivo, por meio da estruturação e fortalecimento de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais.

Para tanto, o desenvolvimento produtivo deve ser promovido por meio do aproveitamento das oportunidades e potencialidades locais e regionais, seguindo a premissa básica de articulação entre os princípios de equidade e competitividade nas estratégias de desenvolvimento.

Outro elemento importante é a estruturação de APLs que permitam o fortalecimento e a consolidação de cadeias produtivas regionais, fomentando, sobretudo, atividades e tecnologias inovadoras, articuladas às economias de base local, que estabeleçam elos com fornecedores locais e regionais.

Por fim, o financiamento da Política deve ser direcionado de forma a fornecer suporte financeiro adequado às diversas escalas de intervenção. Em síntese, o financiamento do desenvolvimento nas múltiplas escalas conta com instrumentos diversos, mas que não convergem/conversam com a PNDR exemplo do Orçamento Geral da União (OGU) e dos entes federativos, bem como dos Fundos Constitucionais de Financiamento, dos Fundos de Desenvolvimento Regional e dos incentivos fiscais, em que os recursos se originam da aplicação de parte dos impostos de renda das empresas e são destinados aos empreendimentos relevantes do desenvolvimento regional.

2 O PDE ALAGOAS NO CONTEXTO DA PNDR

Nesse contexto de fortalecer a governança e a participação popular em diversos níveis, esferas de governos e múltiplos territórios foram definidas Regiões-programa e sub-regiões de planejamento em diferentes escalas (IPEA, 2015):

- a) escala macrorregional (atuação da Sudene, Sudam e Sudeco);
- b) escala intermediária (semiárido e faixa de fronteira);
- c) regiões integradas de desenvolvimento;
- d) escala sub-regional;
- e) subespaços estratégicos definidos como regiões de programas especiais.

Para o êxito da PNDR, o Ministério da Integração Nacional vem promovendo a elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional para áreas priorizadas em diferentes escalas. Esses planos concentram informações relacionadas a outros planos e ações no contexto da redução das desigualdades regionais e melhor aproveitamento dos recursos de cada território.

São planos que obedecem ao caráter “participativo e endógeno de construção e acompanhamento das políticas regionais” uma vez que são elaborados a partir de um extenso diagnóstico da realidade regional para formatação coletiva das estratégias e prioridades em suas diretrizes, programas e ações.

A partir dos planos é possível reconhecer as diferenças regionais e identificar ações prioritárias para cada território, direcionando os recursos para ações que contribuam de forma mais efetiva para os objetivos da PNDR. Os planos são amplos e transversais, fundamentados na PNDR e com relação estreita entre todos os setores econômicos e diferentes áreas do conhecimento. Essa abrangência mais ampla considera que cada região tem características próprias que determinam sua vocação, sem restrições que limitem suas estratégias em metodologias predefinidas.

Dessa forma, Alagoas, na escala de Unidade Federativa, tem sua própria dinâmica e consolida suas estratégias de desenvolvimento regional por meio do PDE Alagoas. Este Plano é resultado da consolidação de outros planos setoriais ou temáticos, validados em processos participativos que contaram com mais de 600 cidadãos consultados, definindo uma estratégia voltada para a transformação social, desconcentração econômica e integração (entre setores e entre microrregiões). Além do alinhamento com a PNDR, a estratégia está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e tem fortes bases na Sustentabilidade Ambiental.



PARTE II

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

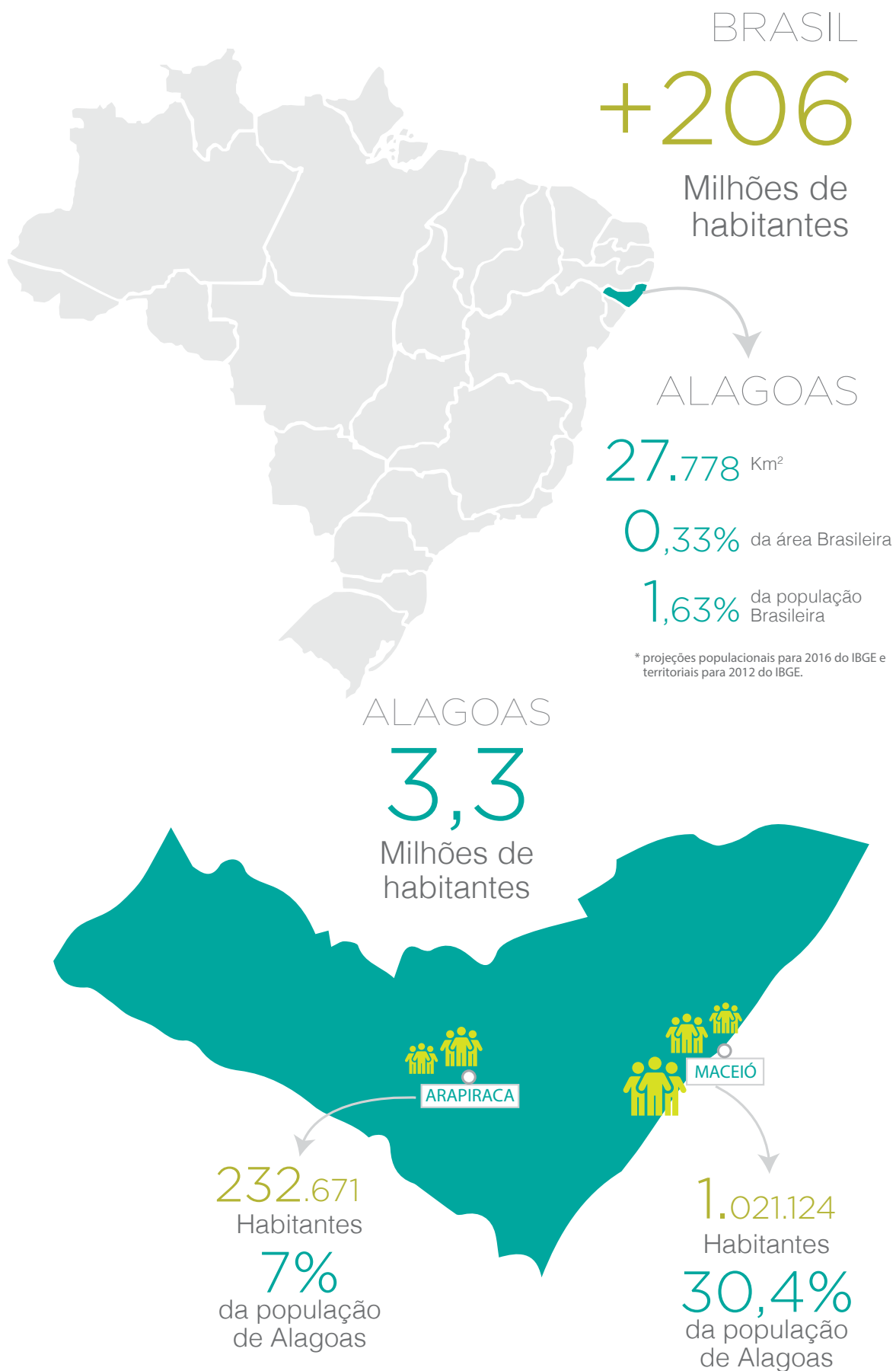


Figura 5 – Principais dados sobre população e território de Alagoas

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE, 2013.

Alagoas é um estado localizado na região Nordeste do Brasil e faz fronteira com os estados de Sergipe ao sul, Pernambuco ao norte e noroeste, e Bahia em uma pequena faixa de fronteira a oeste. Seu limite a leste é o Oceano Atlântico, que se estende por todo seu litoral. Em relação aos 27 estados brasileiros, Alagoas é um dos que apresentam menor área. Com 27.848,16 Km² só é maior que o estado de Sergipe, que possui 21.918,45 Km². O território ocupa apenas 1,79% da área do Nordeste e 0,33% da área do Brasil, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de municípios e área territorial de Alagoas no contexto brasileiro e da região Nordeste – Estimativa 2016

Território	Número de Municípios	Área Absoluta (Km ²)	Área Relativa Nordeste (%)	Área Relativa Brasil (%)
Brasil	5.570	8.515.767,05	-	100
Nordeste	1.794	1.554.291,61	100	18,25
Alagoas	102	27.778,51	1,79	0,33
Bahia	417	564.733,18	36,33	6,63
Ceará	184	148.920,47	9,58	1,75
Maranhão	217	331.937,45	21,36	3,90
Paraíba	223	56.469,78	3,63	0,66
Pernambuco	185	98.148,32	6,31	1,15
Piauí	224	251.577,74	16,19	2,95
Rio Grande do Norte	167	52.811,05	3,40	0,62
Sergipe	75	21.918,45	1,41	0,26

Fonte: IBGE: Resolução N. 1, de 15 de janeiro de 2013.

Ao todo, são 102 municípios e grande parte da população está concentrada na capital Maceió e Arapiraca. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou a população do estado em 2016, em 3.358.963 habitantes, o que permite estimar uma densidade demográfica de 120,92 habitantes por Km². Esse valor é muito acima da densidade média nacional estimada em 2016 de 24,20 hab/Km² e é o estado com maior densidade populacional do Nordeste, cuja média é de 36,62 hab/Km².

O nome do estado tem origem nas grandes lagoas que, juntas, ocupam uma superfície próxima de 100 Km². O estado é abundante em recursos hídricos, pois além das lagoas, conta com 229 Km de litoral e outras centenas de quilômetros de rios (240 Km apenas do Rio São Francisco). Esses recursos estão concentrados na região litorânea e no curso do Rio São Francisco, existindo, portanto, uma grande área de semiárido que sofre com a escassez de chuvas e de abastecimento de água.

Do ponto de vista econômico, três grandes setores são responsáveis por 56,07% do Valor Adicionado total do estado¹ que apresentou em 2013 um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 37,2 bilhões (representa 0,7% do PIB Nacional), segundo o IBGE:

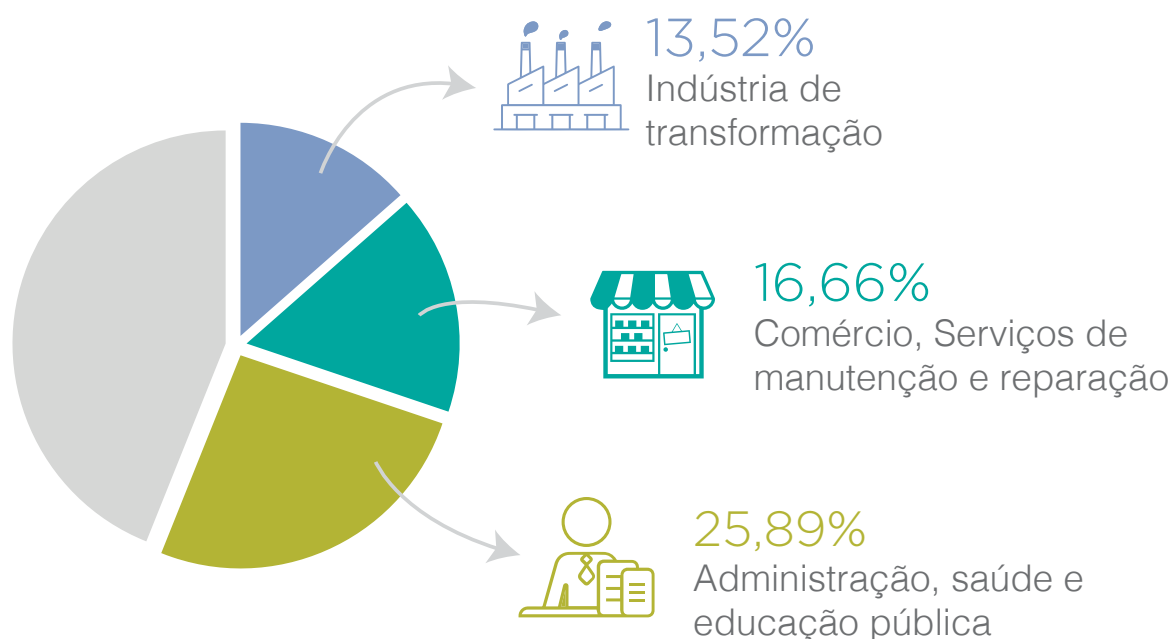


Figura 6 – Principais setores na composição do Valor Adicionado Total de Alagoas

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE, 2013.

A agropecuária contribui ainda com 6,11% do Valor Adicionado, com destaque para a cana-de-açúcar, principal produção agrícola do estado e o principal item de exportação. Em 2015 foram produzidas 20,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com valor de R\$ 1,6 bilhão, tendo impacto substancial na vida cotidiana do estado, uma vez que outros setores são diretamente afetados pela atividade. Em uma análise histórica, é possível perceber como indústria, comércio e serviços são diretamente afetados pelo setor sucroenergético.

Dentro do setor de Comércio e Serviços, o turismo foi apontado como um dos principais eixos de desenvolvimento. A beleza natural e a riqueza histórico-cultural de Alagoas são atrativos que movimentam grande fluxo de turistas e há ainda uma forte riqueza complementar pouco explorada, capaz de diversificar a oferta de atrativos e de levar um número crescente de turistas para todo o estado. A partir dessa riqueza, novos segmentos turísticos podem ser desenvolvidos, aproveitando os recursos endógenos das diferentes regiões de Alagoas, o que inclui aventura, natureza, literatura, turismo rural, negócios, eventos, saúde e bem-estar, entre outros.

O turismo vem ganhando destaque tanto na economia quanto na sociedade por seu poder de promover a autoestima da população e maior valorização do território. Os hotéis em 2015/2016 apresentam taxas de ocupação superior a 80%, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas – Sedetur.

¹ Dados de 2011. Último dado disponível, publicado em 2014 pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas.

A riqueza e a diversidade natural e cultural permitem também o desenvolvimento do artesanato, cujas origens está pautada em uma mescla de cultura colonial, indígena e negra, adotando elementos naturais (fibras, argila e madeira) e culturais (renda, bordado, arte moderna e arte sacra). O artesanato é um meio de subsistência para muitas famílias em quase todas as regiões do estado e ganha destaque nos espaços mais valorizados do artesanato nacional.

No setor da indústria de transformação, o destaque é para as atividades de beneficiamento do açúcar e do álcool, oriundo das grandes plantações de cana-de-açúcar, da cadeia produtiva da química e do plástico relacionados à Braskem (indústria petroquímica integrada de primeira e segunda geração de resinas termoplásticas, como o PVC) e a um conjunto de indústrias associadas à cadeia produtiva. Os principais polos industriais ficam na região metropolitana de Maceió e há um esforço governamental em implantar polos industriais no interior, de modo a contribuir para a regionalização e a diversificação econômica por meio da interiorização de indústrias segmentadas (têxtil, moveleira e agroalimentar).

Outro destaque é a Usina Hidrelétrica de Xingó – UHE Xingó, localizada no Sertão, região tradicionalmente carente e que recebe especial atenção no âmbito do desenvolvimento regional de Alagoas.

Nos últimos anos, a indústria vem perdendo participação relativa na economia do estado, enquanto o Agronegócio e os Serviços aumentam seu espaço. Esse fenômeno é, possivelmente, resultado da crise econômica internacional que afeta, de forma mais imediata, a indústria, cujo vínculo com a demanda internacional é mais intenso. A conjuntura atual e suas relações com a dinâmica econômica de Alagoas é abordada de forma mais detalhada na Caracterização Econômica (PARTE II – Diagnóstico Situacional). Ainda assim, na pauta do comércio exterior, o setor Sucroenergético continua tendo destaque como o principal produto de exportação do estado.

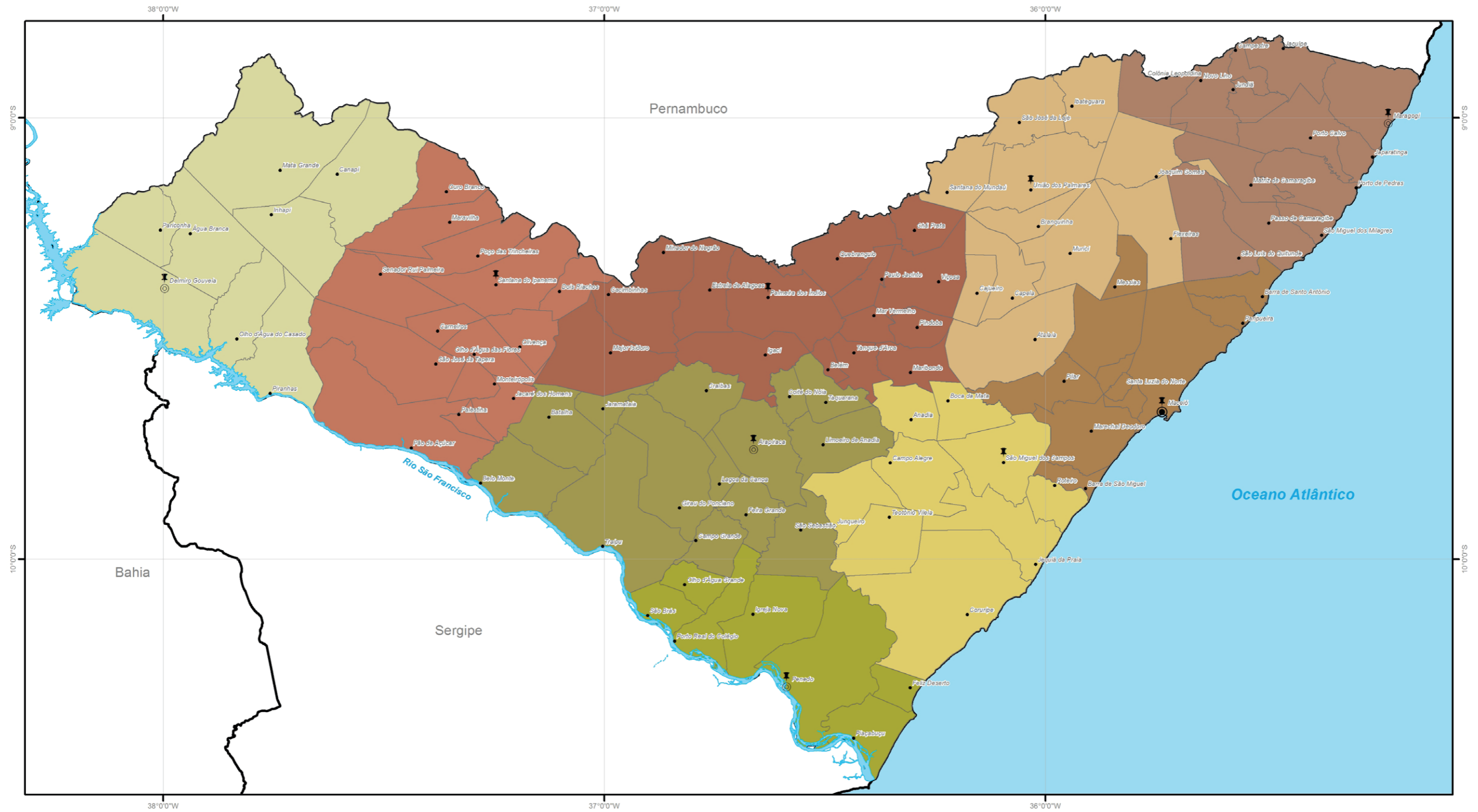
A economia ainda ganha força com a disponibilidade de recursos minerais. Além da extração do sal-gema, direcionado para a indústria da química e do plástico, o estado conta ainda com minas de cascalho, calcário, argila e areia para a indústria e para a construção civil. Petróleo e gás também vêm sendo explorados como uma riqueza mineral do estado.

Marcado por uma economia extremamente concentrada em um espaço geográfico limitado, poucos setores e poucas famílias, o estado de Alagoas enfrenta enormes desafios para o desenvolvimento regional. O diagnóstico apresenta um estado estagnado com elevada dependência dos setores públicos, e indicadores que estão entre os piores do Brasil, com evolução abaixo da média da região Nordeste. O cenário é de baixa qualidade dos serviços públicos e perspectivas de melhorias muito lentas e aquém das necessidades dos cidadãos.

Para fins de organização do planejamento regional, as regiões adotadas no plano são aquelas instituídas pelo Decreto N. 30.157, de 29 de Janeiro de 2014, que define a divisão regional do estado de Alagoas para fins de planejamento e formulação de Planos Plurianuais e Orçamentos Anuais e estão ilustradas no mapa a seguir.

Essa divisão foi escolhida para que se possa integrar a estratégia de desenvolvimento regional do estado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

Mapa 2 – Regiões de Planejamento de Alagoas



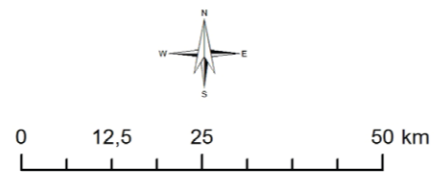
Regiões de Planejamento

- Alto Sertão
- Médio Sertão
- Baixo São Francisco
- Agreste
- Tabuleiros do Sul
- Planalto da Borborema
- Norte
- Metropolitana
- Serrana dos Quilombos

Convenções cartográfica

- Capital
- M Municípios de referência
- Demais municípios
- Municípios-pólo
- Divisão municipal
- Divisão estadual

REGIÕES DE PLANEJAMENTO - 2016
- Alagoas -



Sistema de Coordenadas Geográficas:
Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Fonte dos dados:
Limites Municipal, Estadual: IBGE/2010
Regiões de Planejamento: Alagoas em Dados e Informações/ 2016.

Elaboração:
Antônio Fernandes
Geógrafo - CREA-MG: 93.876 D

Edição: Fevereiro / 2017



1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E FORMAÇÃO

O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, responsável pelo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, apresentou, em 2016, cerca de 240 registros de sítios arqueológicos em Alagoas. Alguns desses sítios contêm registros de civilizações humanas. Antes da chegada dos portugueses, índios de diversas etnias ocupavam esse território. Entre essas etnias podemos destacar algumas registradas por religiosos que trabalharam na evangelização dos povos nativos, nos séculos XVI e XVII: Caeté, Kariri, Romarí, Praki-ó, Aconã, Volvé, Natú, Xocó, Caxagó, Pankararú, Tupinambá e Karapotó.²

A história da ocupação de Alagoas está fortemente vinculada à própria história da formação do Brasil enquanto território colonizado. A foz do Rio São Francisco (localizada entre os estados de Alagoas e Sergipe) foi descoberta em 1501 pelo navegador Américo Vespúcio (BURTON, 1977 apud KOHLER, 2003) e esse rio foi o caminho de entrada dos colonizadores europeus que logo dominaram os índios nativos para ocupação das terras férteis dessa região (CARVALHO, 2016).

O rio também foi o limite Sul da Capitania de Pernambuco, oficialmente doada a Duarte Coelho, segundo carta da Coroa portuguesa de 10 de março de 1534. Essa região onde atualmente se encontra o estado era conhecida como “Sul de Pernambuco” e sua ocupação foi lenta, pautada na exploração das riquezas naturais: extração de madeiras nobres (destaque para o pau-brasil), agricultura e pecuária. Os principais incentivos do donatário Duarte Coelho para ocupação das terras foram para o cultivo de cana e os engenhos de açúcar. O açúcar foi o motor econômico do projeto de Duarte Coelho para sua província e até os tempos atuais a atividade continua tendo destaque na economia dessa região, que envolve os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (CARVALHO, 2016).

Os primeiros núcleos habitacionais foram estabelecidos no século XVI, fruto dos centros de comércio que buscavam estimular a ocupação da Capitania. As primeiras vilas têm seu registro no ano de 1633, e são a origem dos municípios mais antigos do estado: Marechal Deodoro, Porto Calvo e Penedo. Foi a partir do final do século XIX que os desmembramentos deram origem a algumas cidades, em decorrência do processo de emancipação em 1817, quando Alagoas passa a existir com esse conceito atual e configuração de estado. A emancipação dos municípios foi intensificada no meio do século XX, quando a maior parte dos municípios alagoanos foi formada. O último município emancipado no estado foi Jequiá da Praia, em 1995, e desde então o estado tem 102 municípios.

² Atualmente a Fundação Nacional do Índio – Funai reconhece a existência de 12 comunidades indígenas em Alagoas e essas informações estão detalhadas no item territórios especiais da “Caracterização Geoambiental” do estado.

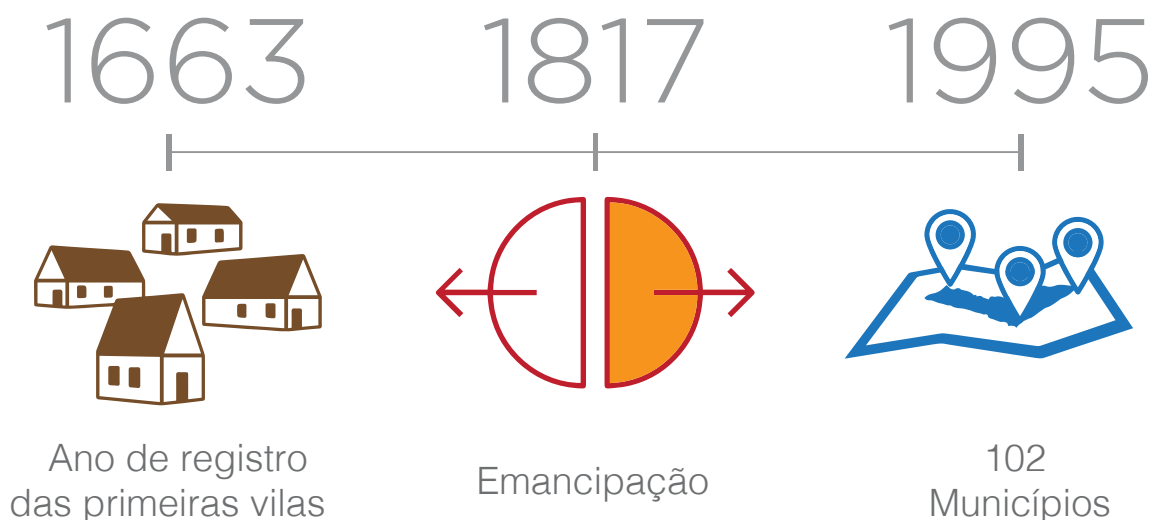


Figura 7 – Formação dos núcleos habitacionais de Alagoas

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de constituição dos municípios de Alagoas, disponível em IBGE, 2013.

A emancipação de Alagoas inaugurou um período de instabilidade política marcado por rebeliões sociais, transferência da capital, abolição da escravidão e fim do Império, até a sua transformação em um dos entes da República. Essa emancipação é polêmica e não há consenso se foi um reconhecimento por seu desenvolvimento econômico (era considerada a parte mais rica de Pernambuco) ou um “prêmio” por sua adesão ao Império e às causas monarquistas. De qualquer forma, a independência de Pernambuco foi um processo traumático tanto para Alagoas, que passou a ter estatuto independente, quanto para Pernambuco, que viveu uma expressiva redução em seu território e sua produção (CARVALHO, 2016).

Alagoas foi, portanto, uma das primeiras partes do Brasil a serem ocupadas e se desenvolve em meio à tradição açucareira, marcada pela monocultura canavieira e pelos senhores de engenho. Essa oligarquia política manteve uma estrutura agrária concentrada e sem espaço para inovação, diversificação ou modernização. O que persiste até os dias atuais é uma estrutura de favorecimento da monocultura agroexportadora de latifúndios, que impõe barreiras à diversificação das culturas, dificulta o processo de industrialização e deixa os demais setores estagnados, sem dinamismo. O resultado é a redução da população rural e crescimento acelerado dos centros urbanos, sem a devida oferta dos serviços públicos. (CARVALHO, 2016).

2 CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL

A caracterização geoambiental do estado de Alagoas aborda temas como relevo, clima, solo, uso do solo, recursos hídricos, vegetação, fauna e flora, unidades de conservação, territórios especiais e sua influência nas diferentes regiões do estado.

a. Relevo

O mapa hipsométrico de Alagoas mostra a variação altimétrica no estado entre 0 e 900 metros, sendo que as partes mais baixas estão no litoral e próximas do Rio São Francisco, limite com o estado de Sergipe. Ao adentrar para o interior, em direção ao limite com o estado de Pernambuco, há um aumento considerável da altimetria, principalmente no extremo oeste e no norte do estado onde está localizado o Planalto da Borborema.

Os pontos mais altos do estado estão localizados no extremo oeste, nos municípios de Mata Grande e Água Branca, onde são encontradas as Serras da Onça e de Santa Cruz com mais de 800 metros de altitude.

b. Clima

Devido a sua localização na região Nordeste, as características climáticas são marcadas por precipitações pluviométricas irregulares e pouca variação sazonal da radiação solar e da temperatura do ar. O clima varia entre o semiárido, característico do Sertão (oeste do estado), e o tropical úmido com elevado volume de chuvas nos pontos mais próximos do litoral.

O estado não apresenta grandes oscilações com relação à temperatura média do ar, variando, no litoral, entre 23°C e 28°C; e no sertão, entre 17°C e 33°C. A temperatura média anual é de 24°C. De acordo com Niner (1989, apud BARROS et al., 2012), as condições térmicas da região Nordeste, de forma geral, não possuem importantes variações no decorrer do ano.

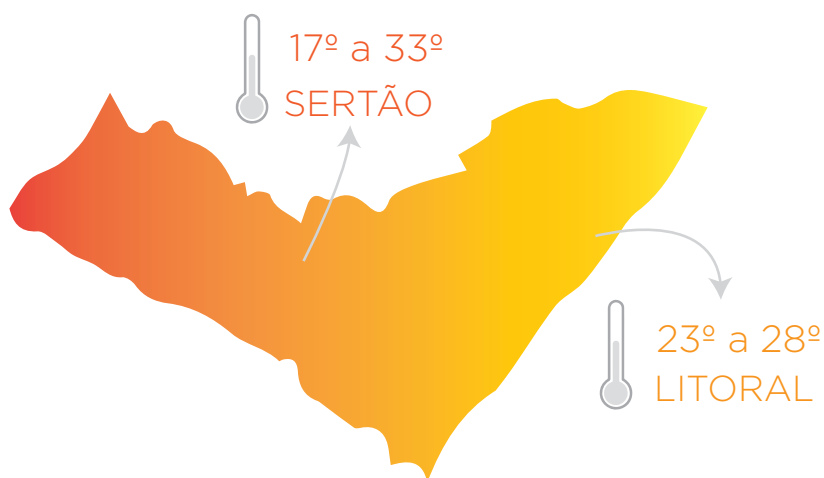


Figura 8 – Temperatura média em Alagoas

Fonte: Elaboração própria, a partir de NINER, 1989.

c. Solos

A definição de solo para a *Soil taxonomy* (1975) e do *Soil survey manual* (1984):

Solo é a coletividade de indivíduos naturais, na superfície da terra, eventualmente modificado ou mesmo construído pelo homem, contendo matéria orgânica viva e servindo ou sendo capaz de servir à sustentação de plantas ao ar livre. Em sua parte superior, limita-se com o ar atmosférico ou águas rasas. Lateralmente, limita-se gradualmente com rocha consolidada ou parcialmente desintegrada, água profunda ou gelo. O limite inferior é talvez o mais difícil de definir. Mas, o que é reconhecido como solo deve excluir o material que mostre pouco efeito das interações de clima, organismos, material originário e relevo, através do tempo.

Três tipos de solo predominam no estado: os Argissolos, Latossolos e os Planossolos. Os dois primeiros, localizados nos Tabuleiros Costeiros, são solos mais profundos, bem drenados e relevo mais plano (SILVA, 2013). O destaque de sua ocupação é a cana-de-açúcar, onde o estado ocupa a quinta posição no cenário nacional em extensão territorial (CONAB, 2011).

Os planossolos (predominantes na região do Sertão) são pouco utilizados para a agricultura, pois têm textura superficial arenosa com implicações na retenção de umidade e na deficiência nutricional afetando a maioria das culturas, sendo mais aproveitados para a pecuária. (SANTOS; ZARONI, 2016).

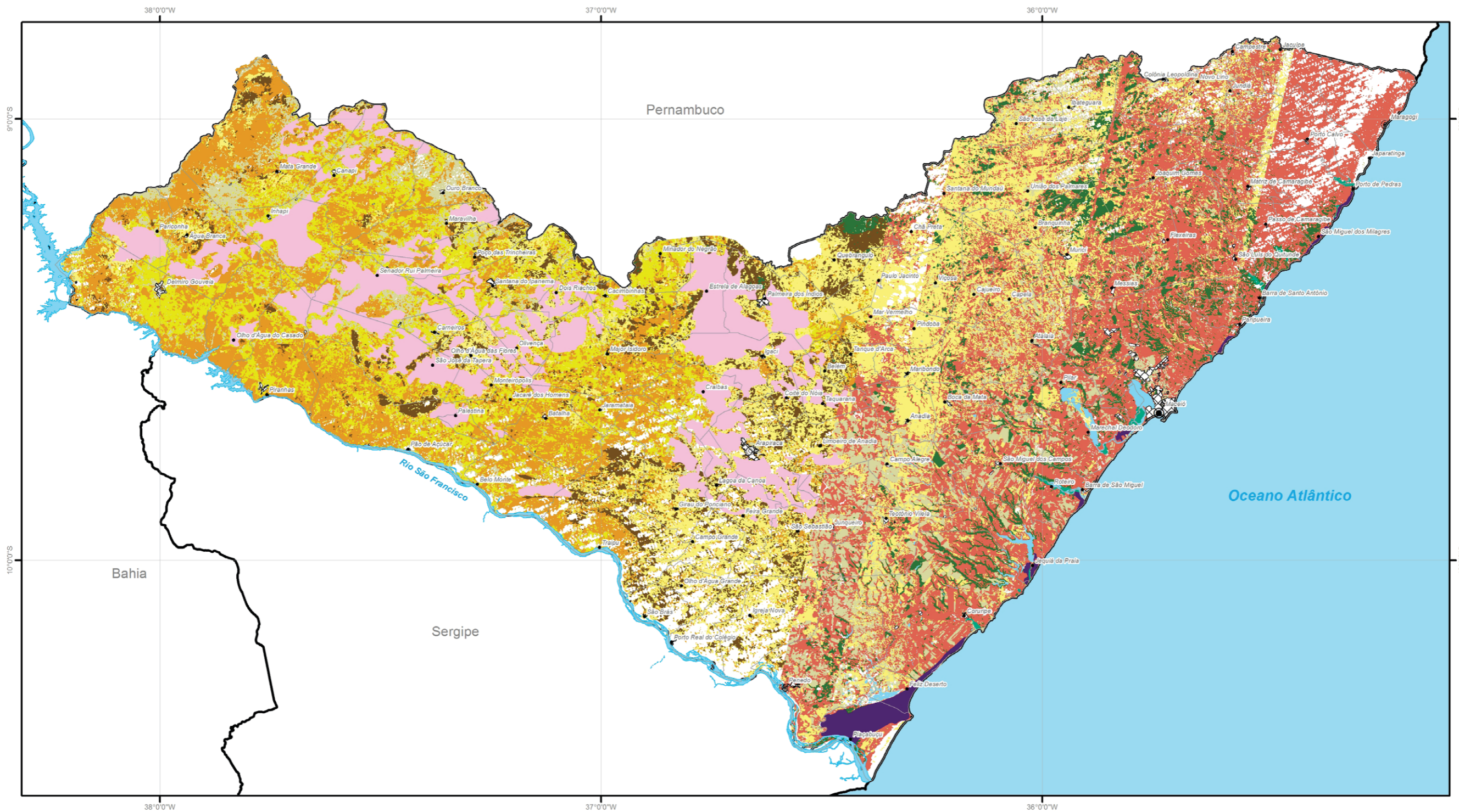
Interessante como o tipo de solo influencia na ocupação do território e nas atividades desenvolvidas em cada região do estado. São fatores que constituem verdadeiro desafio para a interiorização dos serviços e para o desenvolvimento regional de Alagoas, afinal as atividades a serem incentivadas em cada território devem estar compatíveis com o melhor aproveitamento possível dos recursos disponíveis, visando assim a redução das desigualdades de forma mais acelerada.

d. Uso do Solo

O uso e a cobertura do solo respondem pela utilização e pelo impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente, constituindo informação indispensável para o planejamento de atividades relacionadas com o uso dos recursos naturais. Além desse aspecto, sua interpretação serve de base, também, para os estudos socioeconômicos. Pelo seu dinamismo, no espaço e no tempo, o uso e a cobertura do solo precisam ser avaliados em intervalos regulares, de forma a estabelecer cenários de utilização e impactos ambientais e socioeconômicos.

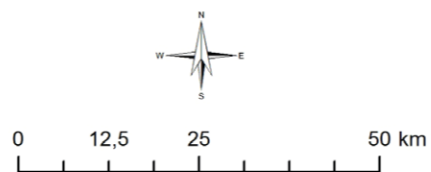
O estado de Alagoas caracteriza-se pela diversidade de atividades, principalmente, ligadas ao setor agropecuário, o que se justifica, em parte, devido às diferentes condições climáticas que ocorrem no estado. Por outro lado, o levantamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de 2013, aponta grande concentração do uso do solo em poucos setores, como pode ser observado no mapa a seguir.

Mapa 3 – Uso do solo no estado de Alagoas



- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| Uso do Solo | Convenções cartográfica |
| Remanescente de Mata Atlântica | Capital |
| Caatinga densa | Municípios de referência |
| Caatinga semi densa e aberta | Demais municípios |
| Mangue | Divisão municipal |
| Cana-de-açúcar | Divisão estadual |
| Coco | |
| Pastagem em área seca | |
| Pastagem em área úmida | |
| Pequena agricultura | |
| Solo exposto | |
| Corpo d'água | |
| Área urbana | |

USO DO SOLO - 2013
- Alagoas -



Sistema de Coordenadas Geográficas:
Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Fonte dos dados:
Limites Municipal e Estadual: IBGE/2010.
Uso do solo: Embrapa/ 2013 apud IMA/ 2016..

Elaboração:
Antônio Fernandes
Geógrafo - CREA-MG: 93.876 D

Edição: Outubro / 2016



O cultivo da cana (representada pela cor vermelha) domina a paisagem da Zona da Mata, região caracterizada por altos índices pluviométricos. Na faixa litorânea, diversas áreas em roxo apontam grande presença do cultivo do coco. Agreste e Sertão estão marcados pelo solo exposto e áreas de pastagens úmidas e secas, representados por diferentes tons de amarelo. Já as áreas rosadas são aquelas destinadas à pequena agricultura. Apesar de ter significativa participação na ocupação do solo no estado, essas áreas estão localizadas em regiões menos favorecidas da dinâmica econômica, sendo que seu desenvolvimento é especialmente importante para a redução da desigualdade no estado.

e. Recursos Hídricos

A riqueza hidrológica do estado está na quantidade e variedade de cursos de água. Além do mar, das lagoas e dos rios perenes, o estado possui muitos rios intermitentes na região do Sertão. São rios que apresentam fluxo de água somente nos períodos chuvosos e por esse fator apresentam riscos mais elevados de degradação. Durante longos períodos esses rios permanecem secos e a falta de água dificulta a preservação de seu curso e da mata ciliar.







O Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Maguaba (CELMM) se destaca pela área ocupada (81 Km²) na região metropolitana da capital. Sua barra está no limite sul do município de Maceió e constitui uma região de aporte de nutrientes carreados pelos cursos de água interioranos, o que origina um ecossistema altamente produtivo, onde se desenvolvem organismos de grande importância para alimentação da população local. Entre os recursos naturais mais explorados está o molusco sururu (*Mytella falcata*), uma espécie representativa da cultura e da gastronomia alagoana. Devido a sua localização e à ocupação humana desordenada, o CELMM é um dos ecossistemas que mais sofrem com a degradação, mas seu valor ambiental, social e econômico é inestimável, uma vez que a exploração de seus recursos é fonte de sustento para milhares de pessoas que sobrevivem da pesca e do extrativismo (COUTINHO et al., 2014).

Entre os rios, o destaque é para o São Francisco, que delimita todo o limite oeste do estado e sua divisa com Sergipe. Conhecido como Rio da Integração Nacional, esse rio tem grande importância social, cultural, histórica e econômica para o País. Em cerca de 2.700 Km de extensão, há um grande volume de água transportado para uma região semiárida, atravessando biomas variados, com grandes projetos de irrigação, saneamento e nove usinas hidrelétricas que geram energia para milhões de habitantes em todo o Brasil (ANA, 2012).






Mapa 4 – Rede hidrográfica do estado de Alagoas



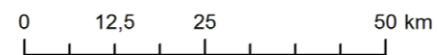
Rede Hidrográfica

-  Massa d' água
-  Rios de 3ª ordem
-  Rios de 2ª ordem
-  Rios de 1ª ordem
-  Demais drenagens permanentes
-  Drenagens temporárias

Convenções cartográfica

-  Capital
-  Municípios de referência
-  Demais municípios
-  Divisão municipal
-  Divisão estadual

**REDE HIDROGRÁFICA - 2016
- Alagoas -**



Sistema de Coordenadas Geográficas:
Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Fonte dos dados:
Limites Municipal e Estadual: IBGE/2010.
Rede Hidrográfica: Alagoas em Dados e Informações/ 2016.
Massa d'água: ANA/ 2016.

Elaboração:
Antonieli Fernandes
Geógrafo - CREA-MG: 93.876 D

Edição: Outubro / 2016



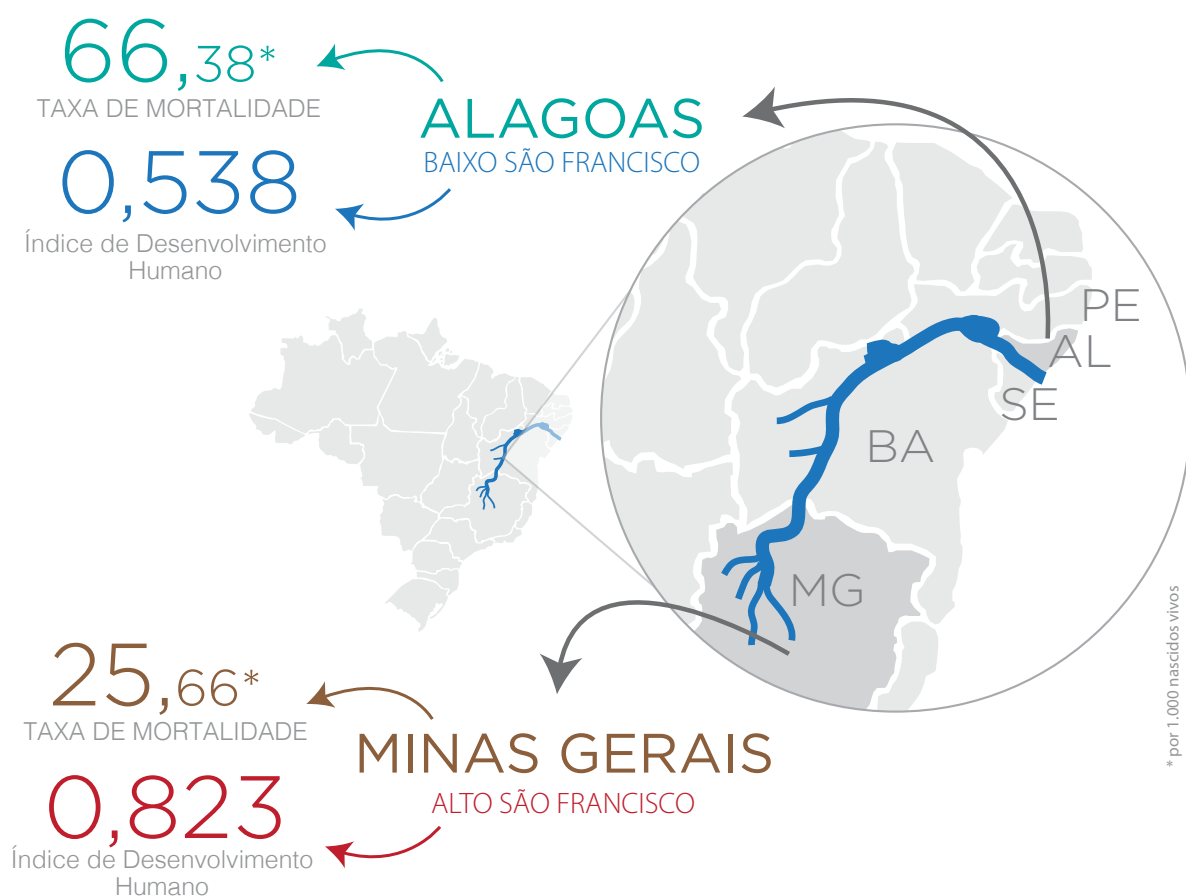


Figura 9 – Diferença dos indicadores sociais na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Fonte: Elaboração própria, a partir de CBHSF, 2016.

O estado de Alagoas está na área do “Baixo São Francisco” e é um exemplo dos contrastes e da desigualdade existente entre as regiões. Enquanto a mortalidade infantil na Bacia do Rio São Francisco varia entre 25,66 (para cada mil habitantes) em Minas e 66,38 (para cada mil habitantes) em Alagoas; o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH varia entre 0,823 no Alto São Francisco e 0,538 no Baixo (Plano Decenal de Recursos Hídricos. CBHSF, 2016).

Um canal adutor de água do Rio São Francisco e seus diversos sub-ramais entre os municípios de Delmiro Gouveia e Arapiraca: o Canal do Sertão Alagoano foi idealizado com a finalidade de minimizar os problemas de escassez hídrica do semiárido nordestino. É uma obra que ainda está em construção, com quatro trechos concluídos, de aproximadamente 30 Km cada. A previsão de término definitivo da obra já sofreu diversos atrasos e ainda depende de vários fatores relacionados à liberação de recursos federais, segundo os gestores estaduais entrevistados.

O projeto original prevê 250 km de extensão, abrangendo seis microrregiões e um total de 42 municípios do Sertão e Agreste do estado, se tornando uma grande aposta para o desenvolvimento sustentável da região, ao beneficiar aproximadamente 1 milhão de

pessoas. O Canal garantirá melhores condições de convivência com o semiárido, gerando emprego, renda e reduzindo a pressão migratória para os grandes centros urbanos, por meio do aumento da disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade para usos múltiplos dos recursos (VIEIRA et al., 2008).

Entretanto, em seu planejamento, deve ser considerada as diversas estratégias e ações que favoreçam o desenvolvimento regional e a inclusão socioprodutiva de seu entorno, evitando desperdícios e novas formas de concentração de renda e latifúndios no estado. Outro fator a ser considerado é em relação à difusão de tecnologia de irrigação. Especialistas e técnicos das secretarias estaduais de governo que foram entrevistados afirmaram elevado risco de salinização do solo e de desertificação em algumas áreas a partir do uso inadequado da água para determinadas culturas.

f. Vegetação

A vegetação de Alagoas está diretamente relacionada ao clima e solo predominantes em cada região. No litoral, mangues e lagoas se sobressaem na paisagem alagoana – atribuindo nome ao estado, inclusive. Na porção mais árida, a oeste, o cenário da Caatinga é atenuado com espécies mais resistentes à estiagem. Já no Agreste, resquícios de Mata Atlântica podem ser encontrados em meio à transição entre a vegetação litorânea e a Caatinga.

Manguezais e restingas se distribuem pelo litoral alagoano, na chamada Zona da Mata, que inclui porções mais continentais do estado. As restingas, mais próximas das faixas arenosas, se caracterizam pela vegetação rasteira. Em meio às espécies de pequeno porte é possível encontrar ainda alguns arbustivos, de tamanho médio, como cajueiros e coqueiros. Por outro lado, manguezais se distribuem nas desembocaduras dos rios e se caracterizam por formações lodosas.

A área de Mata Atlântica do estado foi praticamente dizimada para a exploração de madeira e a abertura de terras na região, a fim da produção da cana-de-açúcar. A estimativa é de que a Mata Atlântica original cobria todo o litoral alagoano e adentrava em larga escala pelo estado, chegando, provavelmente, a municípios do Agreste Alagoano, como Igaci e Palmeira dos Índios, atingindo cerca de 14.529 Km² (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 1999, apud MOURA, 2006). Estima-se que apenas 6,04% da vegetação original ainda exista no território alagoano (MOURA, 2006).

No oeste do estado, a Caatinga predomina diante do cenário quente e seco. Sua cobertura equivale a 48% do território alagoano. A vegetação xerófila é marcada pela presença de cactáceas como mandacarus e xique-xiques. Pastos expostos também são encontrados em meio ao Sertão Alagoano, cobertos em algumas partes por espécies nativas de pequeno e médio porte, tais como cajueiros, juazeiros e umbuzeiros. Dados do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que menos de 20% da Caatinga em Alagoas está preservada (MMA, 2009). Esses dados são do último levantamento disponibilizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama no portal do Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite – PMDBBS.

g. Fauna e Flora

O estado de Alagoas pode ser dividido em dois grandes biomas nativos: Caatinga no Sertão Alagoano, e Mata Atlântica no Agreste e litoral alagoano. Portanto, a fauna e flora local descritas a seguir referem-se a esses biomas.

Quadro 1 – Principais características da flora e da fauna alagoana

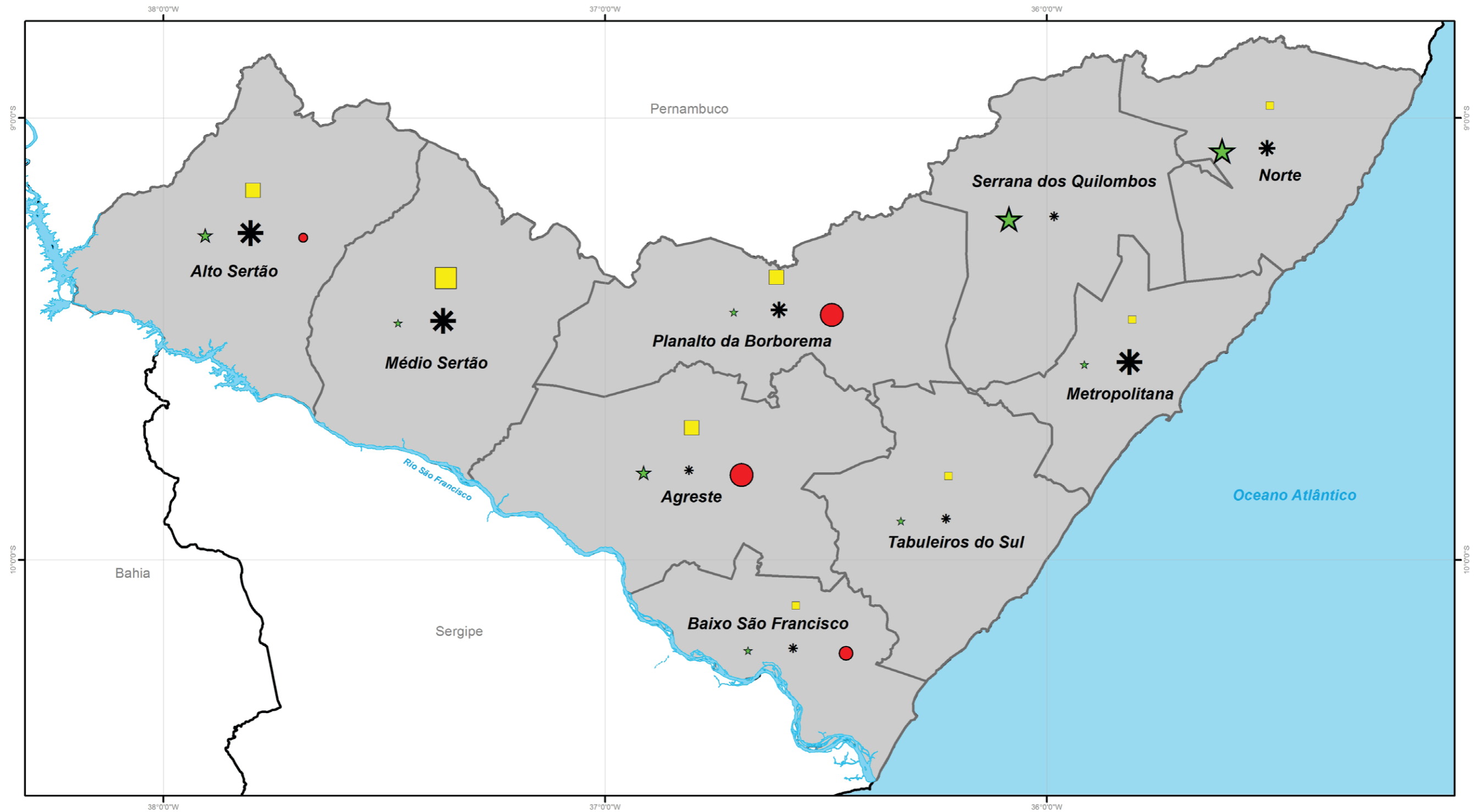
Bioma	Flora	Fauna
Caatinga	Constituída por formações vegetais naturais xerófilas que apresentam fisionomia extremamente peculiar e diferente em épocas secas e úmidas. Na época seca apresenta uma massa arbustiva, e/ou arbustiva-arbórea e coloração acinzentada, completamente ressecada, geralmente aberta, decídua, onde somente algumas espécies espinhosas, como as cactáceas, conservam seu aspecto verde natural. Em épocas de chuva, a vegetação recupera a coloração verde.	Os répteis e anfíbios merecem destaque. São conhecidas para a região semiárida diversas espécies de répteis e de anfíbios. No que se refere às aves, existem espécies endêmicas e a riqueza de uma mesma localidade pode ultrapassar 200 espécies. Poucos são os mamíferos endêmicos da Caatinga.
Mata Atlântica	As árvores e arbustos são responsáveis pela exuberância fisionômica da Mata Atlântica, mas nesse ambiente destacam-se também as plantas epífitas, como bromélias, aráceas e orquídeas, que encontram condições adequadas para sobrevivência, além de numerosas trepadeiras elianas (cipós).	Apresenta grande diversidade biológica explícita na riqueza de espécies, entre as quais muitas são endêmicas. A fauna endêmica é formada principalmente por anfíbios (grande variedade de anuros), mamíferos e aves das mais diversas espécies.

Fonte: Elaboração própria, a partir de LEAL, 2003 e MOURA, 2006.

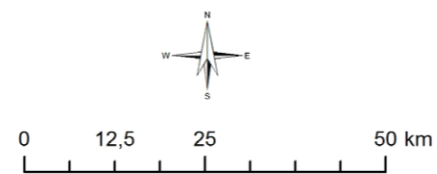
h. Unidades de Conservação e áreas especiais

Os territórios indígenas, assentamentos, quilombos e sítios arqueológicos de Alagoas não apresentam uma divisão territorial equitativa entre as regiões. Os assentamentos de reforma agrária estão concentrados nas regiões Serrana dos Quilombos e Norte, enquanto as terras indígenas são mais frequentes no Agreste e região sul do estado. O Alto e Médio Sertão se destacam pelos sítios arqueológicos como pode ser observado no mapa a seguir.

Mapa 5 – Territórios especiais (Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas e Assentamentos Rurais) do estado de Alagoas



**NÚMERO DE TERRITÓRIOS ESPECIAIS
POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO
- Alagoas -**



Convenções cartográfica
 ■ Regiões de Planejamento
 □ Divisão estadual

Sistema de Coordenadas Geográficas:
Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Fonte dos dados:
Limites Municipal, Estadual: IBGE/2010
Regiões de Planejamento: Alagoas em Dados e Informações/ 2016.
Terras Indígenas: Funai/ 2015.
Comunidades Quilombolas: Incra/ 2016.
Assentamentos rurais e algomerados subnormais:
Alagoas em Dados e Informações/ 2016

Elaboração:
Antonieli Fernandes
Geógrafo - CREA-MG: 93.876 D

Edição: Fevereiro / 2017



- *Unidades de Conservação*

De acordo com a Lei 9.985 de 2000 as Unidades de Conservação

constituem um espaço territorial com seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

Segundo dados do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas e do Ministério do Meio Ambiente, existem 52 Unidades de Conservação no estado. Essas unidades ocupam 653.794 hectares, sendo que uma parte significativa delas está localizada no bioma da Mata Atlântica. Essas áreas são especialmente importantes para a manutenção da biodiversidade dos territórios e a realização de estudos e pesquisas relacionadas à fauna, flora e aspectos físicos do território.

Além das Unidades de Conservação, outras áreas de uso especial, como terras indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária, compõem um mapa diversificado e complementar de culturas, hábitos e costumes variados que se espalham por todo o estado.

- *Comunidades Quilombolas*

O Decreto N. 4.887, de 20 de novembro de 2003, no seu art. 2º define as comunidades quilombolas como

os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

A Tabela 2 mostra o número de comunidades remanescentes de quilombos, certificadas pela Fundação Palmares, por município, totalizando 68 comunidades em todo o estado (FUNDAÇÃO PALMARES, 2016).

Tabela 2 – Número de comunidades remanescentes de quilombos certificadas em Alagoas, por município e por região de planejamento (2016)

Região do Médio Sertão		Região do Alto Sertão		Região do Agreste	
Município	Quant.	Município	Quant.	Município	Quant.
Carneiros	1	Delmiro Gouveia	1	Batalha	1
Monteirópolis	1	Olho d'água do Casado	1	Major Isidoro	1
Senador Rui Palmeira	1	Piranhas	1	Arapiraca	2
Palestina	2	Canapi	3	Taquarana	4
Pão de Açúcar	2	Pariconha	3	Traipu	4
São José da Tapera	2	Água Branca	5		

continua

continuação

Região do Médio Sertão		Região do Alto Sertão		Região do Agreste	
Município	Quant.	Município	Quant.	Município	Quant.
Olho d'água das Flores	3				
Jacaré dos Homens	4				
Poço das Trincheiras	4				
TOTAL	20	TOTAL	14	TOTAL	12
Região Planalto da Borborema		Região do Baixo São Francisco		Região Serrana dos Quilombos	
Município	Quant.	Município	Quant.	Município	Quant.
Belém	1	Piaçabuçu	1	U. dos Palmares	1
Cacimbinhas	1	Igreja Nova	2	Sant. do Mundaú	3
Igaci	1	Penedo	2		
Palmeira dos Índios	1				
Viçosa	2				
TOTAL	6	TOTAL	5	TOTAL	4
Região Tabuleiros do Sul		Região Norte		Região Metropolitana	
Município	Quant.	Município	Quant.	Município	Quant.
Anadia	1	Japaratinga	1	Santa Luzia do Norte	1
Teotônio Vilela	2	Passo de Camaragibe	2		
TOTAL	3	TOTAL	3	TOTAL	1

Fonte: Fundação Palmares3. Dados de maio de 2016.

- Terras e Comunidades Indígenas

A Lei N. 6.001 de 1973 dispõe sobre o Estatuto do Índio e em seu art. 3º, inciso I, define os índios como “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”; e no inciso III considera a comunidade indígena

como um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados. (BRASIL, 1973).

No estado de Alagoas são 12 comunidades indígenas com 6.506 habitantes, cadastradas na Fundação Nacional do Índio – Funai e que ocupam quase 27 mil hectares de área no estado (Tabela 3).

3 Primeira instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).

Tabela 3 – Comunidades indígenas de Alagoas (2016)

Nome da Comunidade	Etnia	Município	População (hab)	Área (ha)
Aconã	Tingui-Botó	Traipu	66	267,8
Fazenda Canto	Xucuru-Kariri	Palmeira dos Índios	616	276,5
Geripancó	Jeripancó	Água Branca	- *	200
Jeripancó	Jeripancó	Água Branca;		
Pariconha	633	0		
Kalanko	Kalancó	Água Branca	- *	0
Karapotó	Karapotó	São Sebastião	399	1.242,5
Kariri-Xocó (Declarada)	Kariri-Xocó	Porto Real do Colégio; São Brás	2.019	4.694,9
Kariri-Xocó (Regularizada)	Kariri-Xocó	Porto Real do Colégio; São Brás	2.019	699,4
Mata da Cafurna	Xucuru-Kariri	Palmeira dos Índios	395	117,6
Tingui-Botó	Tingui-Botó	Campo Grande; Feira Grande	144	535
Wassu-Cocal	Wassú	Colônia Leopoldina; Joaquim Gomes; Matriz de Camaragibe; Novo Lino	2.234	11.842
Xucuru-Kariri	Xucuru-Kariri	Palmeira dos Índios	- *	7.073

*Informações não disponíveis

Fonte: FUNAI, 2016.

- *Assentamentos de Reforma Agrária*

Para definir os assentamentos de reforma agrária é preciso consultar dois incisos descritos no Decreto 8.738 de 2016 onde são definidos projeto de assentamento e território de reforma agrária:

VII - projeto de assentamento - unidade territorial destinada ao assentamento de famílias de agricultores ou trabalhadores rurais criada ou reconhecida pelo Incra;

IX - território de reforma agrária - espaço territorial definido para atuação prioritária do Incra em decorrência de existência de tensão social no campo, conflitos sociais e agrários, violência no campo, concentração de acampamentos de trabalhadores rurais e concentração de projetos de assentamentos de reforma agrária criados ou reconhecidos pelo Incra; (BRASIL, 2016).

No âmbito da administração pública federal, a reforma agrária é executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a quem compete promovê-la em articulação com os demais entes de todos os níveis governamentais responsáveis pelas políticas públicas complementares e necessárias à efetivação do programa. (BRASIL, 2016).

De acordo com os dados do Painel de Assentamentos disponibilizado pelo Incra, em Alagoas são 13.027 famílias em 178 assentamentos totalizando 113.985,37 hectares (Tabela 4).

Tabela 4 – Principais informações de assentamentos. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (2015).

	Alagoas	Brasil	Nordeste	% do Brasil	% do Nordeste
N. de Famílias	13.027	1.258.205	410.092	1,04	3,18
N. de Assentamentos	178	8.982	4.111	1,98	4,33
Área ocupada (em ha)	113.985,37	87.882.172	10.563.324	0,13	1,08

Fonte: INCRA, 2016.

Em todo o Brasil são 1.258.205 famílias em 8.982 assentamentos e 87.882.172 hectares. No Nordeste são 410.092 famílias em 4.111 assentamentos e 10.563.324 hectares de área. Em Alagoas, são 13.027 famílias em 178 assentamentos e 113.985,37 hectares de área, isso significa que 1,04% das famílias de assentados no Brasil estão em Alagoas e ocupam apenas 0,13% de toda a área desses assentamentos, demonstrando mais um indicador de desigualdade que reforça a importância da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.



Figura 10 – Assentamentos da Reforma Agrária em Alagoas no contexto nacional

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do INCRA, 2016.

Verifica-se que há uma quantidade expressiva do número de assentamentos de reforma agrária e de famílias de assentados no estado de Alagoas, no entanto a área ocupada por esses assentamentos no Nordeste é proporcionalmente inferior à área dedicada à reforma agrária em outras regiões. Muitas dessas famílias acabam dependendo dos programas governamentais, principalmente do Bolsa Família, e necessitam de maior intensidade nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural.

3 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA

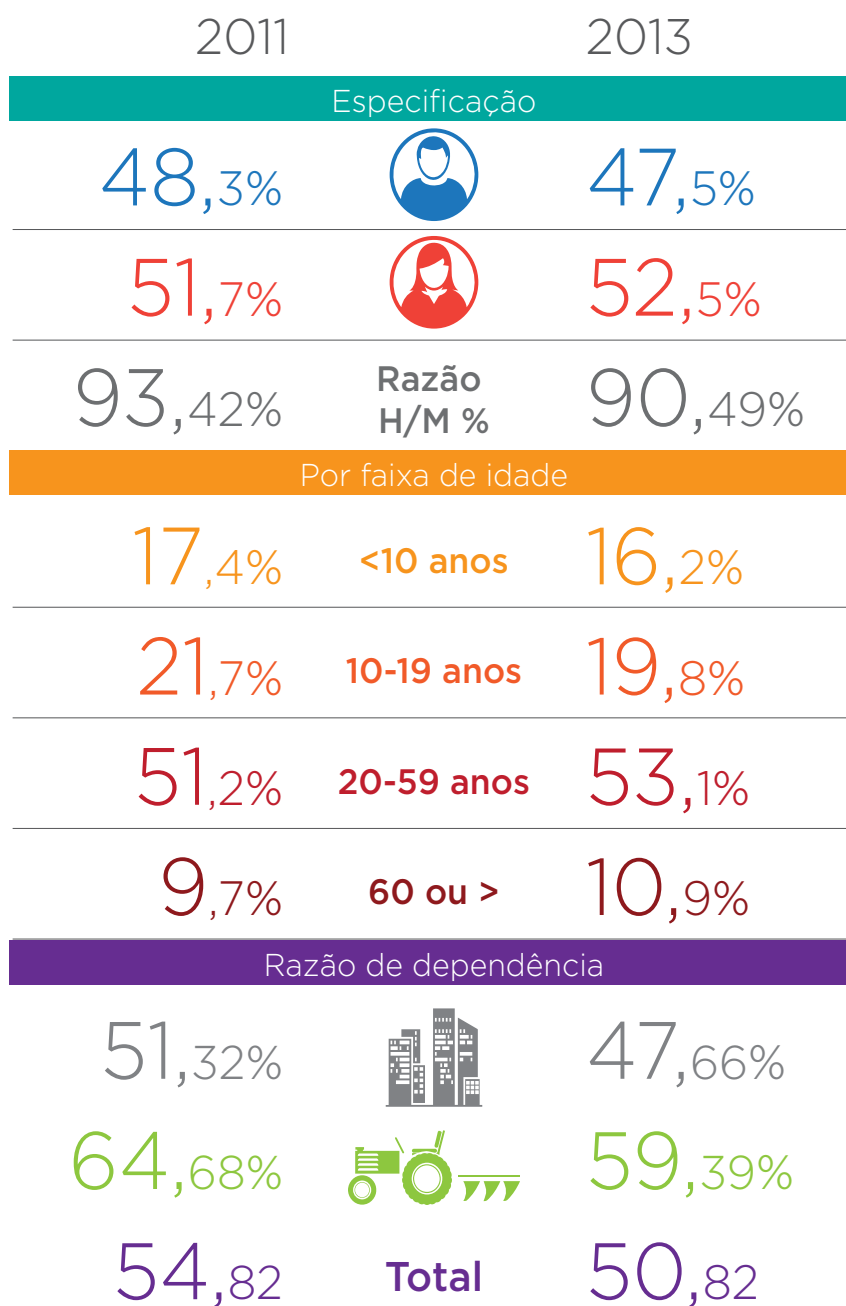


Figura 11 – Principais indicadores demográficos de Alagoas (2011 e 2013)

Fonte: Modificado de Sudene (2015 - PNADs 2011-2013).

a. População

A população de Alagoas é de mais de 3,3 milhões de habitantes, o que representa 5,9% da população nordestina e 1,6% da população brasileira, como observado na Tabela 5. A população do estado está distribuída em 102 municípios, sendo que 30,4%⁴ dela está concentrada na capital Maceió. Outro dado interessante é que 26,4% da população alagoana vive nas zonas rurais de seus municípios. É um percentual menor do que o da região Nordeste (26,9%) e maior que o nacional (15,6%).⁵

Tabela 5 – População residente absoluta X relativa, por regiões (2010 e 2015)

UNIDADES TERRITORIAIS	2010			2015		
	Absoluta	Relativa (%)		Absoluta	Relativa (%)	
		NE	BR		NE	BR
Brasil	190.755.799	-	100	204.450.649	-	100
Nordeste	53.081.950	100	27,83	56.560.081	100	27,66
Maranhão	6.574.789	12,39	3,45	6.904.241	12,21	3,38
Piauí	3.118.360	5,87	1,63	3.204.028	5,66	1,57
Ceará	8.452.381	15,92	4,43	8.904.459	15,74	4,36
Rio Grande do Norte	3.168.027	5,97	1,66	3.442.175	6,09	1,68
Paraíba	3.766.528	7,1	1,97	3.972.202	7,02	1,94
Pernambuco	8.796.448	16,57	4,61	9.345.173	16,52	4,57
Alagoas	3.120.494	5,88	1,64	3.340.932	5,91	1,63
Sergipe	2.068.017	3,9	1,08	2.242.937	3,97	1,10
Bahia	14.016.906	26,41	7,35	15.203.934	26,88	7,44

Fonte: Modificado de Sudene (2015).

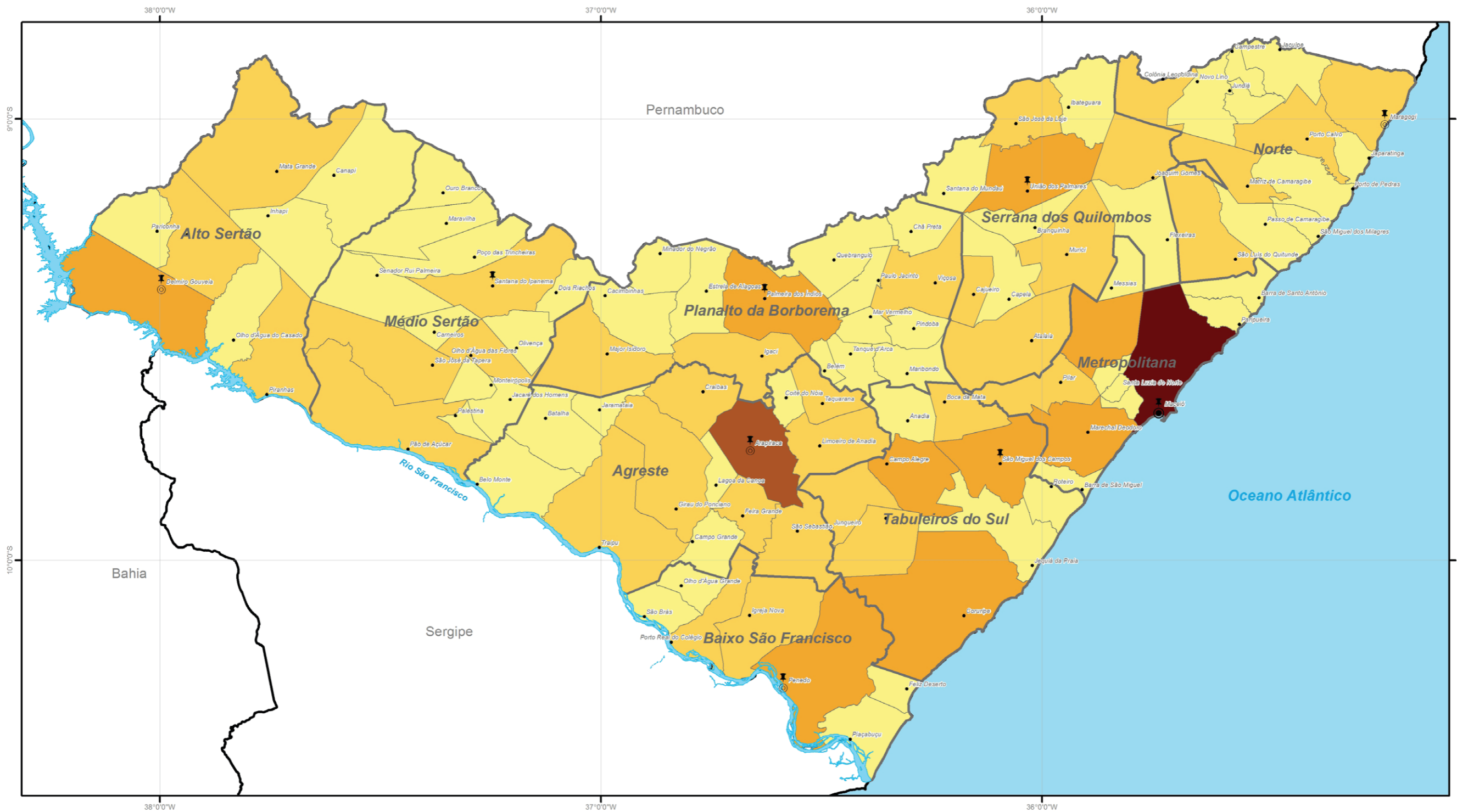
O mapa a seguir ilustra o tamanho da população da região metropolitana de Maceió e de Arapiraca em comparação com os demais municípios, demonstrando mais uma vez a elevada concentração existente, já que apenas Maceió possui cerca de um terço de toda a população do estado.

A alta densidade demográfica e um território relativamente pequeno favorecem as ações de desenvolvimento regional e permitem uma gestão pública mais próxima dos territórios.

4 Com base nas projeções populacionais do IBGE para 2016.

5 Taxas de urbanização calculadas com base no Censo Demográfico 2010 (IBGE).

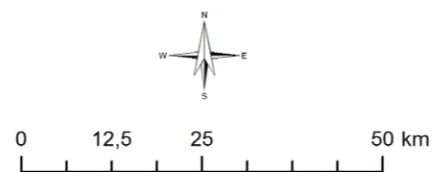
Mapa 6 – População dos municípios do estado de Alagoas



Estimativa da População - 2016 Convenções cartográfica

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Até 20,000 | Capital |
| 20,001 - 49,999 | Municípios de referência |
| 50,000 - 99,999 | Demais municípios |
| 100,000 - 300,000 | Municípios-pólo |
| Acima de 300,000 | Regiões de Planejamento |
| | Divisão municipal |
| | Divisão estadual |

**POPULAÇÃO - 2016 (ESTIMATIVA)
- Alagoas -**



Sistema de Coordenadas Geográficas:
Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Fonte dos dados:
Limites Municipal, Estadual: IBGE/2010
Regiões de Planejamento: Alagoas em Dados e Informações/ 2016.
População: Portal ODM, 2016.

Elaboração:
Antônio Fernandes
Geógrafo - CREA-MG: 93.876 D

Edição: Outubro / 2016



Acompanhando a tendência geral observada no Brasil e no Nordeste, o estado de Alagoas vem intensificando a sua urbanização desde a década de 1950 e em 2010 apresentou uma população urbana de cerca de 75%. A população urbana de Alagoas superou a população rural na década de 1980, enquanto no Brasil esse fenômeno ocorreu na década de 1960, e no Nordeste na década de 1980 (Tabela 6).

Tabela 6 – Taxas de urbanização. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (1991, 2000 e 2010)

Unidade Territorial	1991	2000	2010
Alagoas	58,9	68,0	73,6
Nordeste	60,7	69,1	73,1
Brasil	75,4	81,2	84,3

Fonte: IBGE, Séries Históricas.

b. Renda, Pobreza e Desigualdade

Acompanhando outros indicadores sociais observados anteriormente, Alagoas possui renda aquém dos demais estados nordestinos e da média do País, com crescimento acima da média nacional e abaixo da média do Nordeste. O principal indicador para esse tipo de avaliação é a renda familiar domiciliar per capita, que contempla todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividida pela quantidade de componentes da família. Expressa, portanto, a parcela da renda que é efetivamente apropriada por cada membro da família para seus gastos (Tabela 7).

Tabela 7 – Evolução da renda domiciliar per capita (2001 a 2016)

Unidade Territorial	2001	2009	2014	2015	2016	Aumento entre 2001 e 2016 (%)
Brasil	R\$ 511,50	R\$ 631,70	R\$ 1.052,00	R\$ 1.113,00	R\$ 1.226,00	139,70%
Alagoas	R\$ 247,70	R\$ 338,30	R\$ 604,00	R\$ 598,00	R\$ 662,00	167,30%

Fonte: Adaptado de IPEA (2012) e Rendimento domiciliar per capita, IBGE (2014, 2015 e 2016).

Já o rendimento médio rural se encontra em patamar bem inferior. Em 2001 e em 2009 o rendimento médio do trabalhador rural era, respectivamente, de R\$ 299,29 e R\$ 425,23 em Alagoas (variação de 14,5%, sem desconto da inflação). No Brasil, essas remunerações rurais médias passaram de R\$ 488,46 a R\$ 625,45 no mesmo período, enquanto no Nordeste variou entre R\$ 314,45 e R\$ 388,32. Mais uma vez o crescimento dessa remuneração em Alagoas se mostrou maior do que a média brasileira, invertendo o quadro em relação ao Nordeste. Enquanto Alagoas tinha rendimento médio inferior ao do Nordeste em 2001, o cenário se altera em 2009, sendo que o estado supera a média do Nordeste.

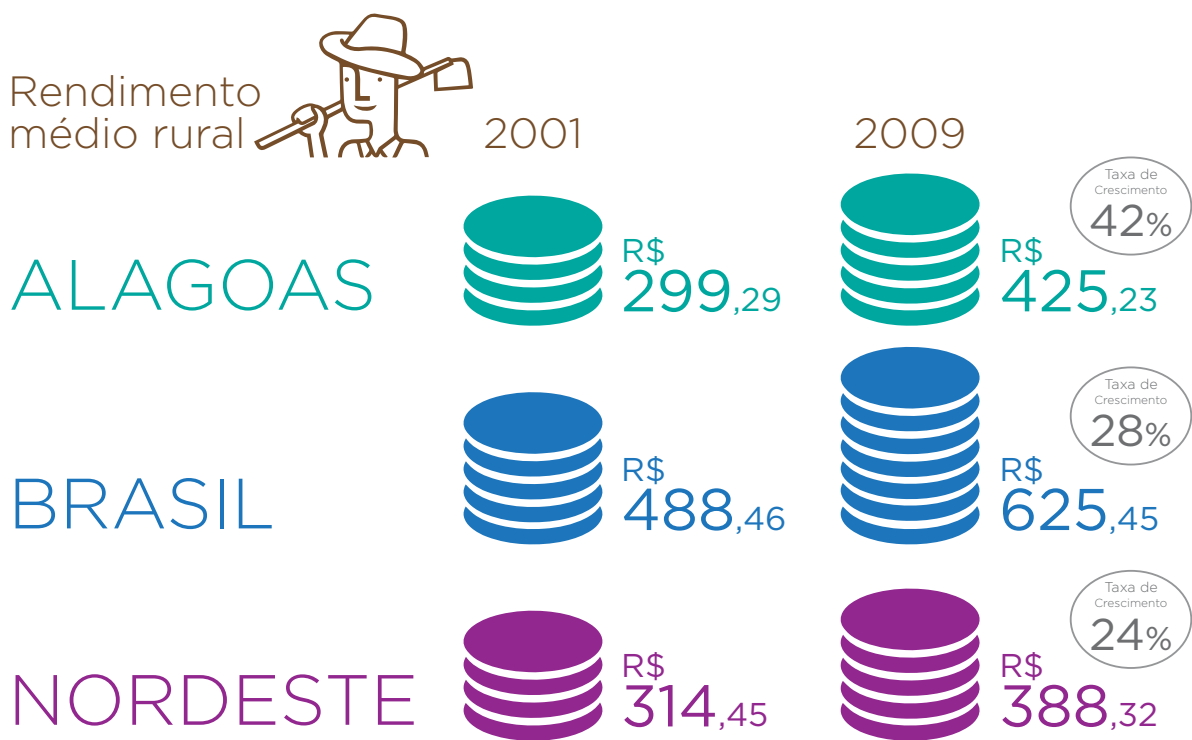


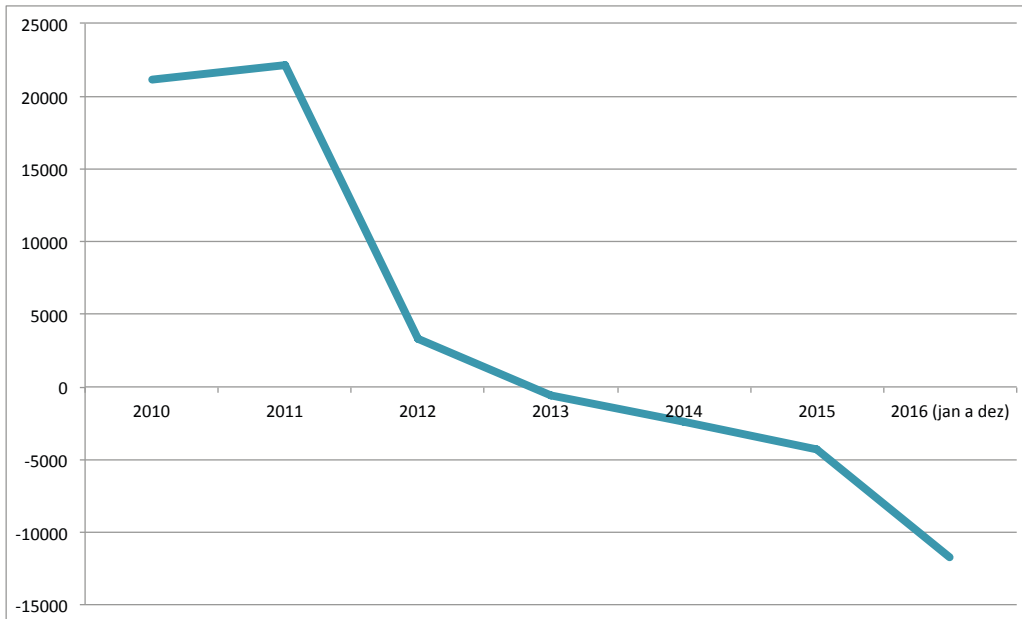
Figura 12 – Rendimento médio rural em Alagoas, Nordeste e Brasil (2001 e 2009)

Fonte: Elaboração própria, a partir de IPEA, 2012.

Os dados de 2009 são os mais atuais disponíveis, publicados em 2012 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, instituição de referência em análises de conjuntura social e econômica no Brasil.

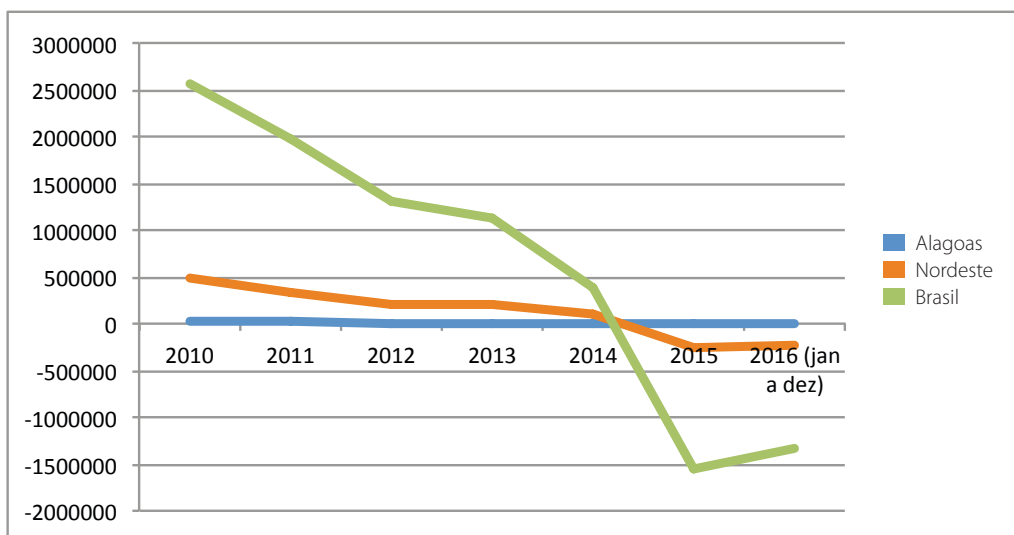
O saldo de empregos formais de Alagoas, apresentado no Gráfico 1, representa o estoque de postos de trabalho. Desde 2013, Alagoas apresenta um quadro negativo, em que o número de demissões é superior ao número de contratações. Esse movimento observado acompanha a curva nacional e do Nordeste, onde o saldo de empregos se torna negativo em 2014 e mostra tímida recuperação em 2015. O Gráfico 2 aponta o comparativo de Alagoas com o Brasil e o Nordeste, e a visualização da diferença em Alagoas não se destaca no gráfico devido à pequena participação relativa de Alagoas no saldo nacional e do Nordeste que, a partir de 2014, já apresentam saldo negativo. Em 2016 (janeiro a dezembro), o saldo de empregos formais em Alagoas foi negativo em 11.765 postos de trabalho.

Gráfico 1 – Saldo de empregos formais em Alagoas (2010 a 2016).



Fonte: Caged, Ministério do Trabalho.

Gráfico 2 – Saldo de empregos formais. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (2010 a 2016).



Fonte: Caged, Ministério do Trabalho.

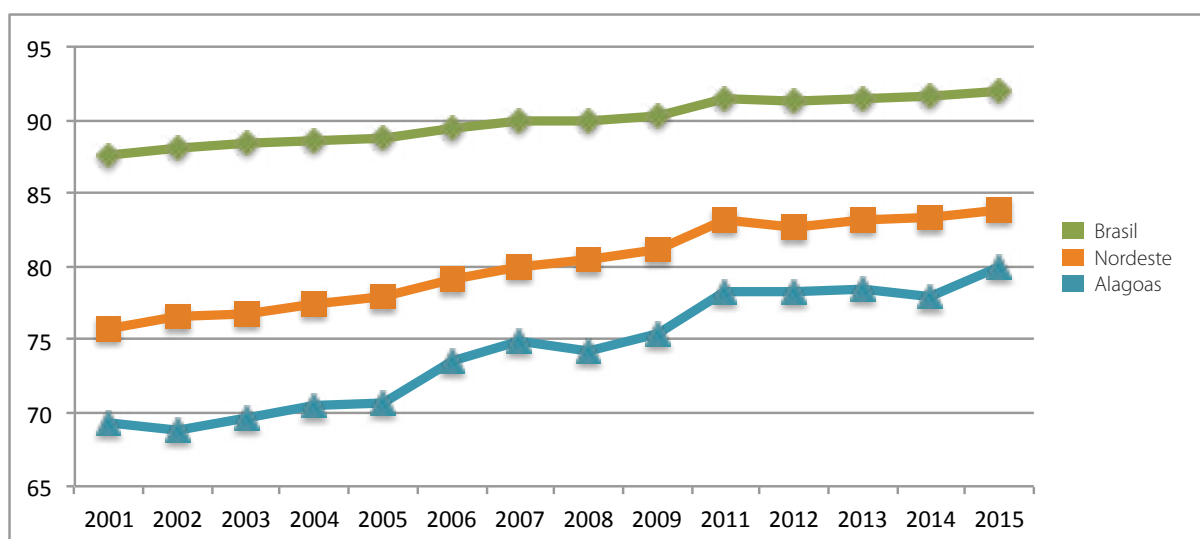
Para complementar a análise da desigualdade é importante considerar o Índice de Gini. Esse instrumento aponta o grau de concentração de renda em determinado grupo, avaliando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, onde o valor zero representa a situação de igualdade – todos têm a mesma renda; e o valor um está no extremo oposto, ou seja, quando apenas uma pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2015, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil – Pnud, o Brasil apresentava em 2013 um Coeficiente de Gini de 0,527, o que representa elevada concentração de renda entre as mais altas dentro do grupo de países de desenvolvimento humano elevado. O dado disponível para o estado de Alagoas é de 2010 (IBGE) e o índice do estado é de 0,634, o 22º no ranking nacional que considera os 27 estados do Brasil.

c. Educação

O Gráfico 3 apresenta a evolução da taxa de alfabetização da população em três unidades territoriais, na série histórica de 2001 a 2015. Fica evidenciada que, embora a performance alagoana permaneça menor do que a brasileira, a diferença entre elas vem caindo, especialmente a partir de 2008.

Gráfico 3 – Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (2001 a 2015).



Fonte: Observatório do Plano Nacional de Educação – PNE.

Em 2001, 69,4% da população de Alagoas era alfabetizada, contra 75,8% dos nordestinos e 87,6% dos brasileiros. Em 2009, esse percentual aumentou para 75,3% em Alagoas, 81,3% no Nordeste e 90,3% no Brasil. Em 2015, 80,0% dos alagoanos estavam alfabetizados enquanto no Nordeste o índice passou para 83,8% e no Brasil para 92,0%.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb monitora a qualidade do processo de ensino-aprendizagem no País e oferece subsídios para construção de políticas públicas no setor. Nas tabelas a seguir (Tabela 8 e Tabela 9) são apresentados os números do Ideb para Alagoas e Brasil, entre 2005 e 2015 (a frequência da medição é bianual), comparativamente às respectivas projeções. As células grifadas correspondem ao atingimento das projeções estabelecidas.

Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Alagoas. Comparativo 2005 a 2015 (grifo nos anos em que o observado atingiu o projetado).

AL	Observado						Projetado				
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015
5º ano	2.5	3.3	3.7	3.8	4.1	4.7	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9
9º ano	2.4	2.7	2.9	2.9	3.1	3.5	2.5	2.6	2.9	3.3	3.7
3º A. EM*	3.0	2.9	3.1	2.9	3.0	3.1	3.0	3.1	3.3	3.6	3.9

*3º ano do ensino médio

Fonte: Inep, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Tabela 9 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil. Comparativo 2005 a 2015 (grifo nos anos em que o observado atingiu o projetado).

Brasil	Observado						Projetado				
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015
5º ano	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2
9º ano	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7
3º A. EM*	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3

*3º ano do ensino médio

Fonte: Inep, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Alagoas atingiu o projetado no Ideb em todas as avaliações do 5º ano do ensino fundamental desde 2007, assim como o Brasil. Também se observam performances compatíveis (Alagoas e Brasil) em relação aos índices projetados para 9º ano do ensino fundamental. Já no 3º ano

do ensino médio, o Brasil superou o projetado em 2007, 2009 e 2011, enquanto Alagoas atingiu o projetado apenas em 2009.

Apesar dos índices apresentarem evolução sustentada, os dados apontam dificuldades em alcançar as metas projetadas a partir de 2013 para o 9º ano do ensino fundamental e para o 3º ano do ensino médio. Alagoas apresenta índices substancialmente inferiores aos do Brasil o que significa uma defasagem expressiva no processo de ensino-aprendizagem e uma dificuldade ainda maior de obter os resultados projetados de qualidade do ensino nos anos mais avançados (3º ano do ensino médio).

d. Saúde

Para fins desta análise optou-se por focar a avaliação do quadro geral de saúde da população do estado em três indicadores principais: mortalidade infantil, n. de leitos por habitante e n. de médicos por habitante. Considerando que esses indicadores estão entre os mais relevantes para esse tipo de avaliação, o quadro geral da saúde de Alagoas é mais desfavorável do que a média do Nordeste e do País, ainda que tenha apresentado melhora no período analisado.

A mortalidade infantil em Alagoas tem diminuído ao longo do tempo. Em 2000 eram 37,7 mortes infantis (até 1 ano) por mil nascidos vivos, caindo para 27,8 em 2006; 17,0 em 2011; e 14,8 em 2016⁶. Mesmo considerando essa redução aguda, o estado encontra-se em situação desfavorável tanto em relação ao contexto nacional quanto ao regional. No Brasil, os patamares de mortalidade infantil são mais baixos: 26,1 em 2000; 20,4 em 2006; 15,3 em 2011 e 12,5 em 2016. No Nordeste, as taxas passaram de 35,9 em 2000 para 25,9 em 2006; 18,0 em 2011, atingindo 14,1 em 2016. Os dados são do Pnud e estão na Tabela 10.

Tabela 10 – Taxas de mortalidade infantil e de mortalidade até 5 anos de idade. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (2000, 2006, 2011 e 2016).

Unidade Territorial	Mortalidade infantil				Mortalidade até os 5 anos		
	2000	2006	2011	2016*	2000	2006	2011
Alagoas	37,7	27,8	17,0	14,8	43,6	29,7	20,1
Nordeste	35,9	25,9	18,0	14,1	41,2	28,5	20,7
Brasil	26,1	20,4	15,3	12,5	30,1	22,7	17,7

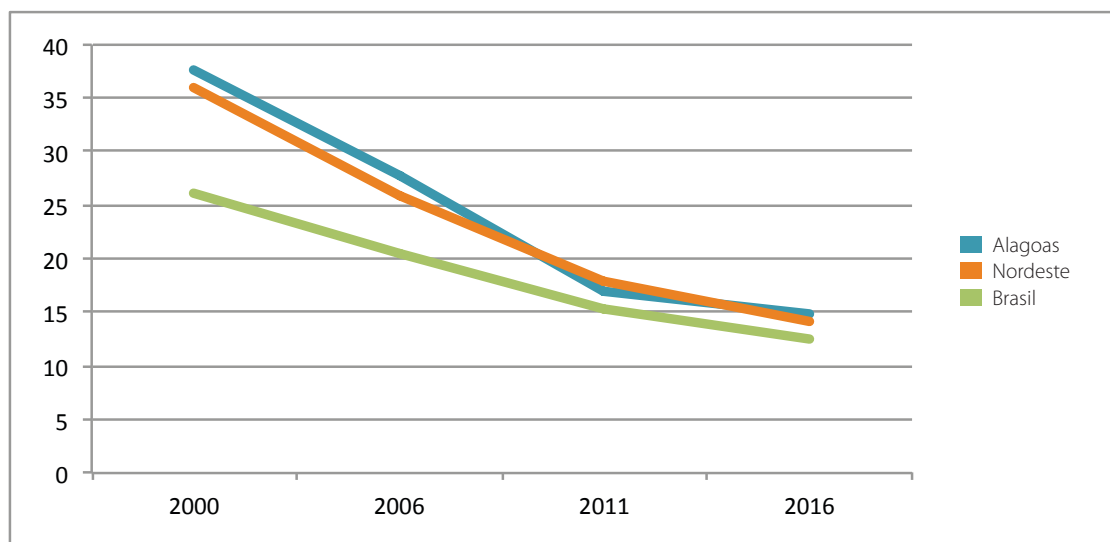
*Cálculo para 2016 realizado com base no Sistema de Informações sobre Mortalidade e população do IBGE.

Fonte: Datasus. Indicadores Básicos Brasil, 2012.

⁶ Calculado com base nas informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, e do Datasus e população do IBGE.

O Gráfico 4 ilustra essa queda sustentada nos índices de mortalidade, evidenciando uma melhora nesse importante indicador de saúde.

Gráfico 4 – Taxas de mortalidade Infantil. Comparativo Alagoas, Nordeste e Brasil (2000, 2006, 2011 e 2016).



*Cálculo para 2016 realizado com base no Sistema de Informações sobre Mortalidade e população do IBGE.

Fonte: Datasus. Indicadores Básicos Brasil, 2012.

Com relação aos leitos hospitalares, Alagoas também apresenta indicadores inferiores àqueles relativos ao Nordeste e ao Brasil. Por outro lado, o número de leitos públicos por habitante é superior à média da região Nordeste, indicando um cenário mais positivo para as camadas mais carentes da população.

Vale ressaltar que todos os indicadores de leitos por habitante, seja de Alagoas, Nordeste ou do Brasil, estão abaixo da recomendação da Organização Mundial de Saúde, que defende como aceitável uma média entre 3 a 5 leitos a cada 1.000 habitantes.

Tabela 11 – Indicadores de Saúde. Alagoas, Nordeste e Brasil (2010).

Especificação	Alagoas	Nordeste	Brasil
Médicos / 1000 hab.	1,17	1,09	1,86
Odontólogos /1000 hab.	0,69	0,65	1,27
Nutricionistas / 1000 hab.	0,24	0,19	0,37
Leitos hospitalares/1000 hab.			
Total	1,99	2,24	2,39
Público	1,27	1,12	1,53
Privado	0,72	1,12	0,86

Fonte: Modificado Sudene (2015 - MS/DATASUS, MI)

Maceió, Arapiraca e Coruripe são os municípios com maior quantidade de leitos hospitalares para internação (3.384, 850 e 358, respectivamente, em janeiro de 2016). Os dados estratificados, por município, estão disponíveis na caracterização completa realizada para o estudo e podem ser acessados por meio do QR Code disponível na “Metodologia”.

Em relação ao número de médicos por habitantes, a Organização Mundial da Saúde (OMS) não possui um parâmetro específico. O Ministério da Saúde utiliza como referência a proporção encontrada no Reino Unido (2,7 médicos por mil habitantes) que, depois do Brasil, tem o maior sistema público de caráter universal orientado pela atenção básica (BRASIL – Ministério da Saúde, 2013).

O Brasil apresenta grande desigualdade na distribuição de médicos, o que contribui para o aumento das desigualdades regionais. Apesar dessa desigualdade, a deficiência nesse quantitativo é geral. Mesmo em estados com maior relação de médicos por habitantes, como é o caso de São Paulo (2,49), o indicador é inferior à referência adotada pelo Ministério da Saúde e há ainda grandes desigualdades internas, com municípios com 0,75 médico por cada mil habitantes como é o caso do município de Registro, no interior de São Paulo (BRASIL – Ministério da Saúde, 2013).

e. Segurança Pública

Os principais indicadores de segurança pública estão destacados na Tabela 12. São os registros de ocorrência dos crimes de furtos de veículos, estupros, homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte, roubos de veículos e roubos seguidos de morte. Os números são apresentados em valores absolutos e em taxas por 100 mil (habitantes ou veículos, conforme o crime).

A tabela apresenta ainda um comparativo entre Alagoas, Nordeste e Brasil, entre os anos de 2011 e 2014. As células destacadas em azul indicam as taxas em que Alagoas superou uma das unidades territoriais adotadas como referências (Nordeste ou Brasil). As células grifadas em laranja indicam as taxas em que Alagoas superou ambas as unidades territoriais adotadas como referências.

Essa análise evidencia que os crimes de furto de veículos, estupro e lesões corporais seguidas de morte em Alagoas têm indicadores mais elevados do que no Nordeste. Os crimes de homicídio doloso e roubo de veículos apresentam taxas maiores do que as do Nordeste e as do Brasil, compondo um quadro alarmante do estado em relação à segurança pública.

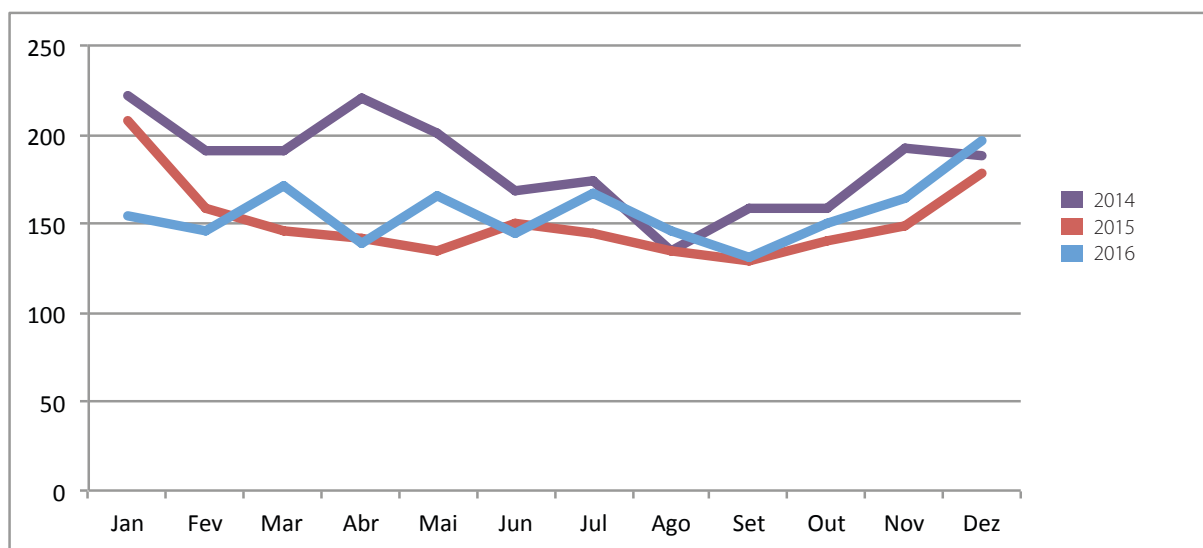
Tabela 12 – Registro de ocorrências. Volume absoluto e taxas por 100 mil, por tipo de ocorrência em Alagoas, Nordeste e Brasil. Comparativo 2011 a 2014.

Unidade Territorial	REGISTROS DE OCORRÊNCIAS				TAXAS POR 100 MIL			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
	Furtos de veículos							
AL	436	577	637	824	95,4	111,9	111,2	131,2
NE	12.460	16.394	18.467	16.033	122,5	133,1	132,8	130,4
BR	197.052	211.640	254.720	263.649	238,8	256,5	308,7	319,5
	Estupros							
AL	387	458	538	561	12,3	14,5	16,3	16,9
NE	6.459	9.094	7.853	7.217	12,2	15,7	14,7	13,9
BR	40.196	49.615	48.171	43.950	19,8	24,5	23,8	21,7
	Homicídios dolosos							
AL	2.342	2.023	2.150	2.055	74,5	63,9	65,1	61,9
NE	16.790	19.042	19.958	21.292	35	33,9	36,8	39,2
BR	40.564	45.526	48.438	50.692	20	22,5	23,9	25
	Lesões corporais seguidas de morte							
AL	21	25	14	20	0,7	0,8	0,4	0,6
NE	566	457	774	476	0,9	0,7	1,7	0,8
BR	996	975	1.221	856	0,5	0,5	0,6	0,4
	Roubos de veículos							
AL	1.647	2.366	2.816	3.373	360,4	458,7	491,5	537
NE	23.591	35.777	41.515	37.807	219,6	285,4	304,7	327,1
BR	159.125	182.098	227.902	239.432	192,8	220,7	276,2	290,1
	Roubos seguidos de morte							
AL	36	87	61	42	1,2	2,8	1,8	1,3
NE	468	586	538	500	0,9	1,1	1	0,9
BR	1.454	1.725	1.806	1.762	0,7	0,9	0,9	0,9

Fonte: Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – Sinesp, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça e Segurança Pública

O Gráfico 5 ilustra as ocorrências de crimes violentos letais e intencionais ocorridos em Alagoas entre 2014 e 2016, mensalmente. A figura ilustra a sazonalidade das ocorrências criminais, evidenciada pela similaridade das curvas em todos os três anos, com exceção dos meses de abril e maio de 2014, que constata tendências opostas aos anos de 2015 e 2016.

Gráfico 5 – Crimes violentos letais e intencionais em Alagoas. Comparativo mensal 2014, 2015 e 2016.



Fonte: Boletim Anual da Estatística Criminal de Alagoas - Janeiro 2017, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Governo do Estado de Alagoas.

f. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é uma ferramenta utilizada mundialmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud para medir o nível de desenvolvimento de determinado território. Alagoas possui um dos mais baixos IDH do País.

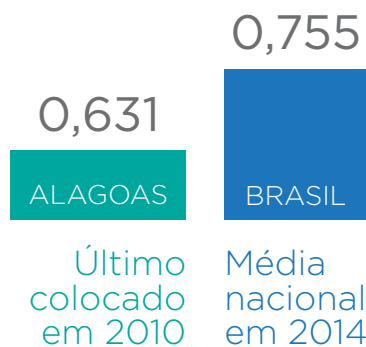


Figura 13 – IDH de Alagoas e do Brasil

Fonte: Elaboração própria, a partir de PNUD, 2015.

O coeficiente considera as dimensões de renda, educação e saúde, e funciona como um contraponto ao índice do Produto Interno Bruto – PIB que mede apenas a riqueza econômica. Ao desconsiderar outros fatores, o PIB não consegue estabelecer um dado real do desenvolvimento sob o ponto de vista sistêmico.

São cinco níveis de desenvolvimento dentro do IDH que variam entre 0 e 1: de 0,000 a 0,499 (muito baixo), de 0,500 a 0,599 (baixo), de 0,600 a 0,799 (alto) e acima de 0,800 (muito alto).

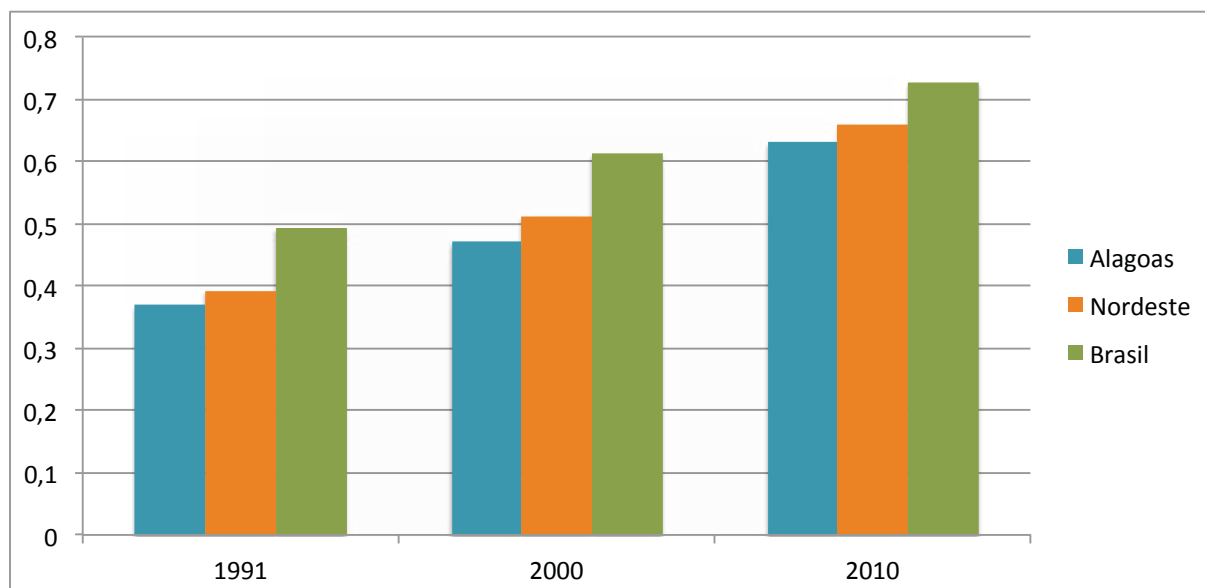
O Pnud também apresenta dados municipais (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M) no Atlas do Desenvolvimento Humano. Alagoas possuía em 2010 um IDH-M de 0,631 e ocupava a última colocação (27ª) entre os estados brasileiros.

Tabela 13 – Índice de Desenvolvimento Humano de Alagoas, Região Nordeste e Brasil em 1991, 2000 e 2010

Unidade Territorial	1991	2000	2010
Alagoas	0,370	0,471	0,631
Nordeste	0,393	0,512	0,660
Brasil	0,493	0,612	0,727

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.

Gráfico 6 – Evolução do IDH em Alagoas, Nordeste e Brasil em 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano.

A Tabela 14 apresenta os indicadores econômicos, sociais e demográficos de Alagoas, por região de planejamento.

Tabela 14 – Indicadores econômicos, sociais e demográficos de Alagoas, por região de planejamento (2014)

Indicadores	Agreste	Alto Sertão	Baixo São Francisco	Médio Sertão	Metrop.	Norte	Planalto da Borborema	Serrana dos Quilombos	Tabuleiros do Sul
Taxa de Crescimento Demográfico 2000 – 2010 (%)	9,57%	5,18%	5,45%	3,06%	14,46%	8,14%	- 0,60%	4,20%	11,71%
População Urbana 2010 (%)	57,2%	46,05%	54,84%	48,05%	97,83%	67,70%	56,76%	68,22%	69,79%
IDH-M Médio 2010 Total	0,551	0,540	0,566	0,548	0,619	0,556	0,573	0,545	0,577
IDH-M Médio 2010 Renda	0,534	0,532	0,538	0,523	0,609	0,547	0,557	0,541	0,557
IDH-M Médio 2010 Longevidade	0,732	0,744	0,735	0,733	0,768	0,731	0,749	0,726	0,739
IDH-M Médio 2010 Educação	0,430	0,400	0,459	0,430	0,507	0,430	0,453	0,414	0,467
Taxa de Alfabetização 2010	66,6%	69,1%	69,2%	70%	78,8%	70,9%	68,2%	68,5%	73,8%
Valor Adicionado da Indústria 2010 (% do total)	12,69%	18,74%	18,23%	10,05%	20,41%	17,10%	12,60%	15,09%	27,89%
Valor Adicionado da Agropecuária 2010 (% do total)	7,10%	6,13%	13,81%	9,07%	1,16%	17,59%	11,51%	16,16%	17,65%
Valor Adicionado dos Serviços 2010 (% do total)	70,86%	70,20%	62,54%	76,37%	64,44%	60,14%	71,26%	63,32%	47,60%
Valor Adicionado da Administração Pública 2010 (% do total)	31,70%	46,36%	36,62%	49,81%	15,98%	39,79%	43,20%	40,36%	27,66%
PIB per capita 2010 (R\$)	6.052,20	4.296,25	5.549,70	3.894,25	12.022,35	5.229,65	4.637,60	5.085,21	7.314,54
Cana-de-Açúcar na produção agropecuária regional (% do valor)	23%	1%	80%	-	96%	91%	10%	87%	96%
Leite na produção agropecuária regional (% do valor)	22%	46%	2%	78%	1%	1%	61%	3%	1%

Fonte: Modelo de Regionalização para o Planejamento Estadual de Alagoas, 2014.

4 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA

a. Breves considerações históricas

A economia alagoana, até a década de 1960, apresentou as mesmas características da sua formação originária, muito próxima da conformação estrutural do complexo econômico nordestino, baseada na agroindústria açucareira, na pecuária extensiva e no segmento têxtil-algodoeiro. A partir desse período, em virtude principalmente das políticas de desenvolvimento regional implementadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como incentivos fiscais e financeiros ao setor industrial, e, posteriormente, com os investimentos estatais associados ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) houve alguns ensaios (malogrados) de mudança na estrutura produtiva de Alagoas.

Entre 1970 e 1985, a indústria alagoana cresceu em média 12% ao ano, superior à taxa de crescimento do País (10,2%), mas abaixo daquela verificada para o Nordeste (14,1%), que experimentava alterações na sua base produtiva. O aparente surto industrial foi fruto, entre outros fatores, da modernização e reequipamento de alguns ramos tradicionais, como têxteis e alimentos e bebidas; do avanço da indústria da construção civil, que utilizou recursos oriundos do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional de Habitação; e da instalação do **Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA)**, que dinamizou a indústria química e de plástico no estado.

Essas mudanças impulsionaram o crescimento do setor de serviços, notadamente em Maceió, atraindo grandes contingentes populacionais que fugiam da rígida estrutura agrária das zonas rurais, ainda bastante concentrada em poucas famílias que dominavam não apenas o poder econômico, mas também político.

Não obstante o setor industrial tenha apresentado taxas de crescimento significativas, alguns acontecimentos nacionais e internacionais reforçaram a expansão do plantio da cana, contribuindo para fortalecer, ainda mais, a elite agrária e manter o status quo alagoano. Entre eles destacam-se as duas crises do petróleo verificadas na década de 1970, que estimularam a produção de exportáveis, como o açúcar, para gerar divisas para o mercado nacional; a criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Planalsucar), cujo objetivo era desenvolver novas variedades de cana; e a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que visava renovar a matriz energética e diminuir a dependência brasileira do petróleo importado.

Alagoas foi um dos estados que mais se beneficiaram com o Proálcool, ampliando sua capacidade produtiva via transferência de recursos públicos ao setor privado, o que possibilitou triplicar a área plantada de cana, duplicar a produção de açúcar e multiplicar a produção de álcool em 25 vezes, entre 1975 e 1990 (CARVALHO, 2009). Até mesmo a implantação do PCA, ainda que tenha representado uma iniciativa pioneira na industrialização alagoana, atendeu plenamente aos interesses dos setores ligados à economia do açúcar. Conforme destacou Lima (2006), a constituição do complexo químico alagoano contemplaria a agroindústria canavieira de duas formas: primeiro, com o fornecimento de álcool produzido nas destilarias para a produção de PVC; segundo, com a utilização do bagaço da cana para abastecer as caldeiras que forneciam vapor para as empresas do PCA.

Como pode ser observado, além dos reforços para a manutenção da monocultura canavieira, a tentativa de expansão da indústria alagoana ficou restrita ao setor sucroalcooleiro. Não houve diversificação produtiva, tampouco setores dinâmicos capazes de romper com a secular estrutura econômica estadual.

A partir da década de 1980 e, principalmente, nos anos 1990, novos condicionantes marcariam a economia alagoana: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro exigiria a remoção dos subsídios federais ao Proálcool, acelerando a sua extinção, juntamente com o fim do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), importante órgão de fomento para o setor. Esses fatos impulsionaram a assinatura de um acordo fiscal entre o governo de Alagoas e as indústrias do açúcar, conhecido como “Acordo dos Usineiros”, que isentava do pagamento de ICMS de todas as atividades econômicas ligadas ao cultivo da cana, provocando a falência do Estado.

Ao mesmo tempo que os usineiros ganhavam nova “proteção” do setor público estadual, a abertura comercial e a reestruturação produtiva contribuíam para a redução da área de plantação canavieira, provocando o fechamento de várias unidades e gerando um processo de concentração da indústria açucareira local, além de diversas outras mazelas no meio rural, como o desemprego e o êxodo.

Apesar desses fenômenos adversos, a redução da área plantada foi compensada pelas inovações tecnológicas e organizacionais decorrentes da reestruturação produtiva, de modo que não houve diminuição no nível de crescimento e de expansão do setor. Ao contrário, na década de 1990 Alagoas se consolidou como o principal produtor da agroindústria canavieira nordestina, mantendo, e até reforçando, suas principais características estruturais e sua forma de expansão tradicionais.

Na tentativa de encontrar alternativas ao cenário conturbado dos anos 1990, o governo de Alagoas criou o Programa de Desenvolvimento Integrado (Prodesin), visando estimular o desenvolvimento socioeconômico estadual, a partir da concessão de incentivos fiscais ao setor industrial. As evidências, porém, não confirmaram a trajetória esperada e o conjunto de benefícios e vantagens que o Governo do Estado ofereceu às empresas não se traduziu em resultados significativos na geração de emprego e renda para a população local. O que se observou foi a proeminência do setor de serviços na expansão do produto interno, apresentando taxas de crescimento superiores às dos demais setores e impactando na estrutura urbana alagoana.

Entre as atividades terciárias havia uma aposta, também não concretizada naquele momento, de que o turismo iria ser a redenção da economia alagoana, com o lançamento do Projeto Costa Dourada, em 1990, pelo Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur. No entanto, o cenário nacional de valorização cambial e a baixa infraestrutura logística nos estados e municípios tornavam mais atrativo o turismo internacional, em detrimento do turismo doméstico, que era considerado uma atividade marginal. Somente após 1999, com a desvalorização do câmbio, com um conjunto de melhorias nos equipamentos e serviços, além de políticas e programas de estímulo ao turismo nacional pôde-se verificar um crescimento do setor.

Os anos 2000 também marcaram o estímulo, por parte do governo federal, a projetos de desenvolvimento local, como os Arranjos Produtivos Locais (APLs) – concentração espacial

de empresas de qualquer porte com características comuns. A partir daí, o governo de Alagoas elaborou estudos e pesquisas para identificar os setores existentes e/ou com potencialidades de desenvolvimento de APLs.

b. Composição do PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região, durante um período de tempo – é um dos indicadores mais utilizados para acompanhar o desempenho da economia do País e dos demais espaços subnacionais.

Em 2014, de acordo com dados do IBGE, o PIB brasileiro atingiu o patamar de R\$ 5,779 trilhões, registrando um crescimento real de 0,5% em relação a 2013. Na região Nordeste, a soma de todos os bens produzidos foi de R\$ 805,099 bilhões, representando um crescimento de 2,8%. Já em Alagoas, os indicadores foram ainda melhores. Com o valor de R\$ 40,975 bilhões, o PIB alagoano apresentou um crescimento de 4,8%, ficando atrás apenas dos estados do Tocantins (6,2%) e Piauí (5,2%). Entre os setores que compõem o indicador, a agropecuária apresentou o extraordinário crescimento de 27,6%, a indústria cresceu 2,2% e os serviços expandiram-se 1,9%, segundo dados do portal Alagoas em Dados e Informações.

Apesar do crescimento destacado em 2014, a participação de Alagoas na composição do PIB nordestino e brasileiro é bastante reduzida, sem grandes alterações ao longo do tempo, mas com tendência declinante, como pode ser observado na Tabela 15.

Tabela 15 – NORDESTE - Participação dos estados no PIB - 2002 - 2014 (%)

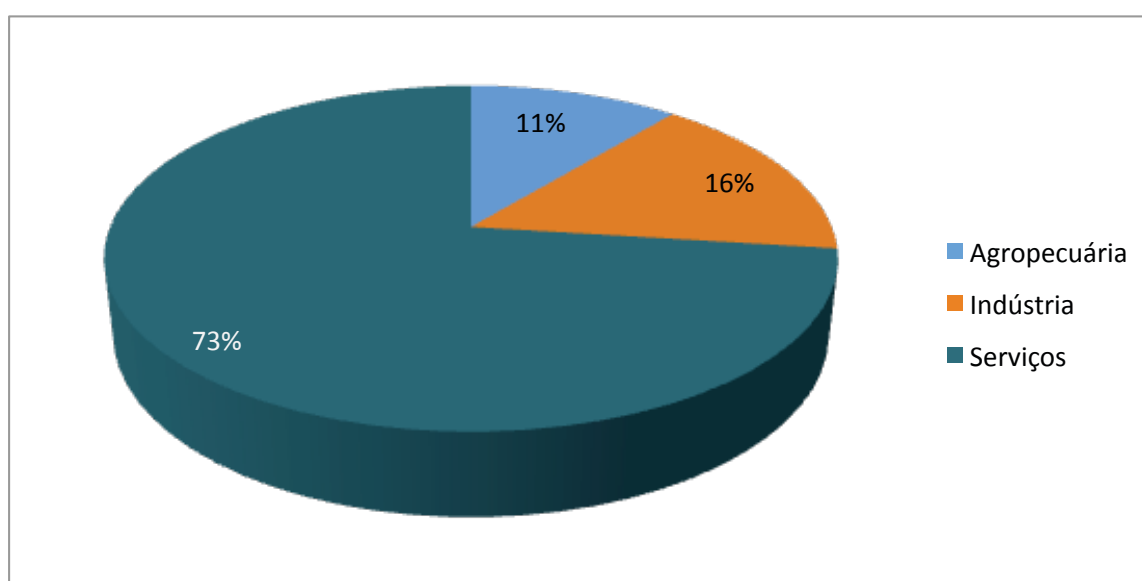
Estados	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014
Maranhão	8,2	8,8	9,3	9,3	8,9	9,3	9,5
Piauí	3,7	3,7	4,2	4,0	4,3	4,4	4,7
Ceará	14,7	14,7	14,6	14,9	15,2	14,8	15,7
Rio Grande do Norte	7,0	6,9	7,2	7,1	6,9	7,1	6,7
Paraíba	6,5	6,3	6,6	6,6	6,4	6,5	6,6
Pernambuco	18,5	17,9	17,5	17,3	18,6	19,6	19,3
Alagoas	5,9	5,6	5,5	5,5	5,2	5,3	5,1
Sergipe	5,3	5,3	5,2	5,3	5,1	5,0	4,7
Bahia	30,2	31,0	30,0	30,0	29,5	28,0	27,8
Nordeste	100	100	100	100	100	100	100
AL/BR	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
NE/BR	13,1	12,9	13,2	13,2	13,5	13,6	13,9

Fonte: IBGE - Contas Regionais.

No que diz respeito à distribuição setorial, os serviços representaram 73% de toda a produção gerada no estado em 2014. Embora acompanhe uma tendência regional e nacional, esse fato se deve à elevada concentração fundiária e à baixa diversificação agrícola e industrial. Em Alagoas, a economia canavieira domina os principais ramos produtivos e obstaculiza a entrada de outras atividades que possam comprometer a primazia do açúcar. Como destacou Abramovay (2002),

o engenho e a usina de açúcar não são apenas unidades produtivas, mas verdadeiras instituições, que moldam o conjunto da vida social em torno de uma estrutura política de natureza oligárquica, reforçando a dominação local em virtude do controle que exerce não só sobre a terra, mas também sobre o próprio funcionamento da máquina estatal.

Gráfico 7 – ALAGOAS - Participação no Valor Adicionado (2014)



Fonte: IBGE - Contas Regionais.

A análise da participação setorial revelou ainda que os serviços que normalmente apresentam maiores valores agregados, como informação e comunicação, atividades financeiras e de seguros, serviços prestados às empresas e educação e saúde privadas, que, somados, totalizaram 11,7% do Valor Adicionado Bruto (VAB) estadual, ficaram abaixo dos indicadores do Nordeste (15,4%) e do Brasil (21,7%), em 2014. O comércio, por sua vez, teve uma importância maior para Alagoas (15,5%) do que para o conjunto do País (13,6%).

Um dos elementos que sinalizam o baixo dinamismo do setor privado é a grande participação do setor público. Em Alagoas, o subsetor administração, educação e saúde públicas teve uma participação muito mais elevada (26,8%) do que aquela verificada no Nordeste (24,3%) e no Brasil (16,4%). Situação análoga pode ser verificada com a agropecuária e a indústria. Enquanto o setor primário tem um peso maior em Alagoas (11,1%), a indústria de transformação é muito mais pujante no contexto regional (7,7%) e nacional (12%), conforme Tabela 16.

Tabela 16 – Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (2002 e 2014)

Atividades econômicas	ALAGOAS		NORDESTE		BRASIL	
	2002	2014	2002	2014	2002	2014
Agropecuária	23,3	11,1	10,0	6,3	6,4	5,0
Indústria	20,5	16,0	23,0	19,4	26,4	23,8
Indústria extrativa	1,5	1,0	1,9	1,6	2,0	3,7
Indústria de Transformação	10,9	6,7	9,7	7,7	14,5	12,0
Eletricidade e gás, água e esgoto	2,9	1,6	3,5	2,2	3,4	1,9
Construção	5,2	6,6	7,9	7,9	6,5	6,2
Serviços	56,2	73,0	67,1	74,3	67,2	71,2
Comércio, manut. rep. veículos automotores	5,5	15,8	8,4	15,0	7,7	13,6
Transporte, armazenagem e Correios	2,0	3,1	3,2	3,6	3,7	4,6
Alojamento e alimentação	1,6	2,7	2,3	3,1	2,0	2,5
Informação e comunicação	2,2	1,5	3,1	1,9	4,3	3,4
Atividades financeiras e de seguros	2,6	2,8	3,9	3,2	7,9	6,4
Atividades Imobiliárias	10,1	10,3	10,9	10,0	10,7	9,3
Serviços prestados às empresas	3,0	4,5	4,6	6,8	6,5	8,1
Administração, educação e saúde públicas, defesa, seguridade social	22,9	26,8	23,6	24,3	16,5	16,4
Educação e saúde privadas	3,9	2,9	3,7	3,5	3,9	3,8
Outros serviços	2,5	2,7	3,4	3,0	4,0	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Contas Regionais.

c. Estrutura Produtiva

a) Setor Primário

A agropecuária alagoana, apesar de responder em 2014 por apenas 11,1% do Valor Adicionado Bruto (VAB), tem um alcance muito maior na dinâmica produtiva estadual. O grande destaque vai para a cana-de-açúcar, que ao longo do tempo continua sendo o principal produto agrícola e item de exportação de Alagoas.

Em termos regionais, Alagoas contribui com 33,7% de toda a produção canavieira do Nordeste, conferindo-lhe o status de maior produtor regional e o sexto produtor nacional. Em 2015, foram produzidas 20,7 milhões de toneladas de cana, com valor de R\$ 1,6 bilhão, o que representou 80,3% do total da produção agrícola alagoana.



Maior produtor de cana-de-açúcar do Nordeste representando **33,7%** da produção



Maior produtor nacional de cana-de-açúcar, sendo SP o 1º, GO o 2º, MG o 3º, PR o 4º e MS o 5º.

Figura 14 – Produção de cana-de-açúcar em Alagoas (2015)

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2015.

Conforme pode ser observado na Tabela 17, destaca-se a imensa diferença entre a área cultivada com cana-de-açúcar e os demais produtos. Enquanto as principais culturas temporárias e permanentes, juntas, totalizavam 92.535 hectares, a cana, sozinha, apropriava-se de quase 3,5 vezes mais da área colhida em Alagoas, evidenciando a baixíssima diversificação agrícola estadual.

Tabela 17 – ALAGOAS: Principais produtos agrícolas (2015)

Produtos	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Valor da Produção (R\$ 1.000)
Cana-de-açúcar	308.006	20.714.441	1.643.489,00
Mandioca	22.570	293.129	99.377,00
Abacaxi	2.692	63.219	82.482,00
Coco-da-baía	16.648	67.800	43.713,00
Banana (cacho)	3.828	50.941	37.887,00
Laranja	5.191	55.300	24.868,00
Feijão (em grão)	32.203	10.652	21.256,00
Fumo (em folha)	9.403	12.397	15.824,00

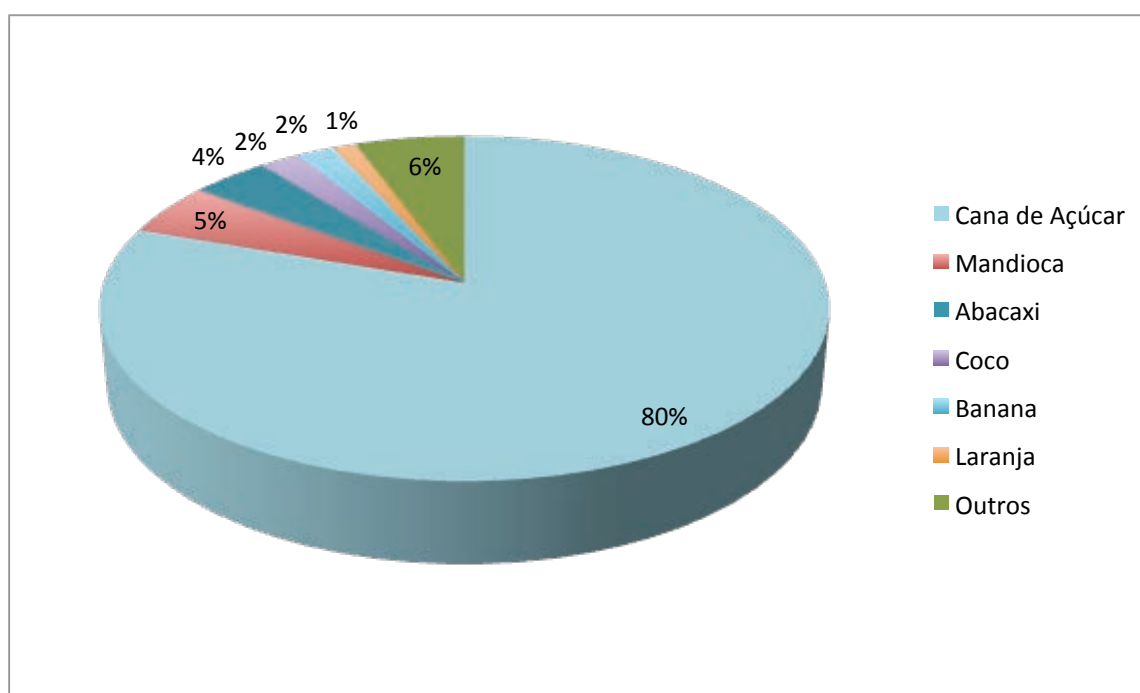
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2015.

Como destacou Carvalho (2010, p. 26),

a cana-de-açúcar continua ocupando a maior – e melhor – área da produção agrícola do estado. As demais culturas, tanto as alimentares tradicionais (arroz, batata, feijão, mandioca e milho) como as comerciais (abacaxi, banana, coco, fumo e laranja) ocupam, no seu conjunto, uma área restrita, sem o dinamismo suficiente para abastecer o mercado alagoano e disputar o espaço regional mais próximo.

De fato, a segunda cultura mais importante de Alagoas é a mandioca, cuja produção provém, principalmente, da agricultura familiar e representa apenas 4,9% do valor de toda a produção agrícola do estado, conforme dados do Gráfico 8.

Gráfico 8 – ALAGOAS: Valor da produção - 2015 (%)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2015.

Nos últimos anos, observa-se a inserção de novas culturas, como eucalipto e grãos, entre eles soja e milho. Em 2015, Alagoas contava com cerca de 12 mil hectares plantados de eucaliptos, principalmente em áreas de encostas cujos custos para produção de açúcar são bastante elevados. Esse cultivo, no entanto, parece reforçar a manutenção da atividade canavieira, pois além de servir para extração de madeira utilizada na confecção de móveis, também é usado como biomassa no auxílio da cogeração de energia nas usinas – caldeiras e turbogeradores.

A pecuária alagoana continua assentada na bovinocultura, em grande parte realizada de forma extensiva, seguida por ovinos, suínos e caprinos. Em 2015, o estado possuía 1,255 milhão de cabeças de gado, pouco mais de 4% do efetivo nordestino, 224 mil ovinos, 142 mil suínos, 70 mil caprinos e mais de 8 milhões de galináceos (5,2% da produção nordestina).

A produção de leite possui importância destacada na agropecuária alagoana, mas ainda é bastante reduzida quando comparada aos demais estados da região. No entanto, observa-se que a produtividade alagoana (litros de leite/vaca ordenhada) é bastante superior à média regional e brasileira. Durante o ano de 2015 foram ordenhadas 194.776 vacas, com média de produção de 1.810 litros/vaca/ano, produzindo 353.454 mil litros de leite, conferindo ao estado o primeiro lugar em termos de produtividade no contexto nordestino. A produtividade brasileira no mesmo ano era de 1.609 litros/vaca/ano, enquanto a do Nordeste era de 963 litros/vaca/ano.

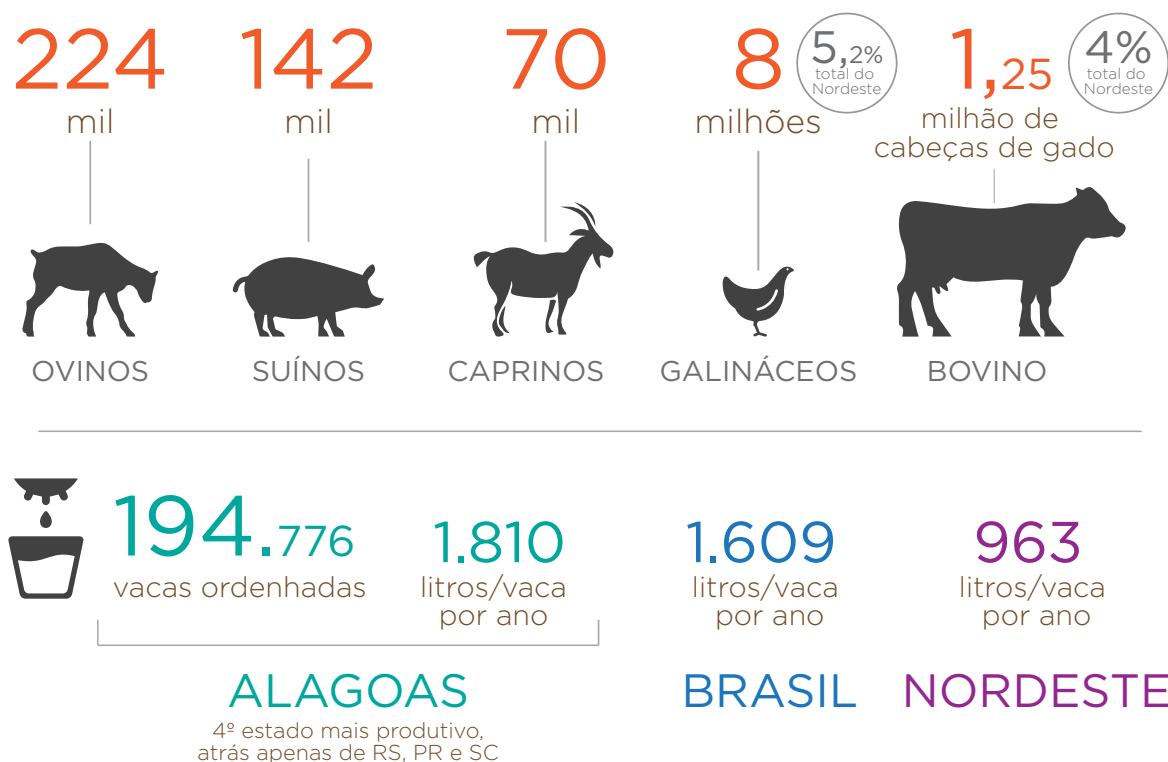


Figura 15 – Produção pecuária de Alagoas (2015)

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2015.

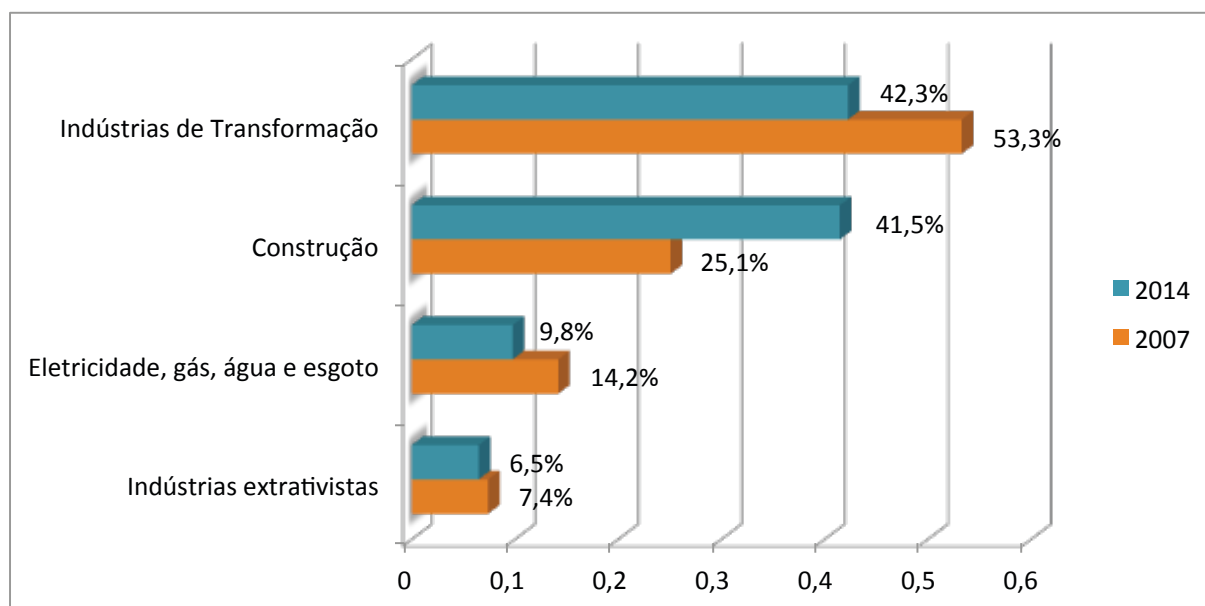
Não restam dúvidas sobre a importância da produção da agricultura familiar para o abastecimento alimentar alagoano, a diversificação e a inserção produtiva de grande parte da população que vive em áreas rurais, combate à pobreza, preservação ambiental, entre outros. No entanto, ainda existem grandes desafios para que esses produtores consigam ocupar os espaços necessários ao perfeito desenvolvimento das suas atividades, que vão desde a comercialização e distribuição dos produtos, passando pelo acesso à terra e ao crédito, assistência técnica e extensão rural, etc.

b) Setor Secundário

As atividades industriais em Alagoas contribuíram em 2014 com 16% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado (como já demonstrado na Tabela 16), o que representou uma parcela

bastante reduzida da indústria brasileira (0,5%) e nordestina (1,5%). Considerando apenas as atividades industriais, a indústria de transformação ainda respondia pela maior participação no VAB industrial (42,3%), mas com diminuição constante ao longo do tempo. Em seguida, apareciam as indústrias de construção civil (41,5%), de serviços industriais de utilidade pública (9,8%) e a indústria extrativa (6,5%), conforme pode ser observado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Distribuição da atividade industrial em Alagoas (2007 e 2014)



Fonte: IBGE - Contas Regionais

Na indústria de transformação, em 2007, Alagoas possuía 600 unidades industriais que empregavam 99.940 trabalhadores com carteira assinada. Em 2014, houve crescimento do número de empresas, que passou para 704 estabelecimentos, mas uma redução de 21% nos empregos gerados, formando um total de 78.849 trabalhadores ocupados.

Observa-se que a indústria estadual ainda é concentrada nos setores vinculados à produção de bens de consumo não durável (50,1%), como alimentos, bebidas, têxteis, vestuário, etc., que, embora sejam grandes empregadores, geralmente possuem baixo valor agregado. As indústrias de bens intermediários, como produtos químicos, de borracha e materiais plásticos, respondem por pouco mais de 1/3 das empresas alagoanas, ao passo que as indústrias dinâmicas, pertencentes ao grupo de bens de consumo durável e de capital, não ultrapassam os 13,5%.

De forma análoga ao que acontece com o setor agropecuário, a característica mais marcante da indústria de transformação alagoana é a enorme importância das atividades vinculadas à economia açucareira. O setor fabricante de produtos alimentícios, do qual a produção açucareira faz parte, é o maior empregador industrial de Alagoas (80% dos empregos industriais formais em 2014). Este, no entanto, foi um dos ramos que apresentaram a maior

redução em número de empresas (-28,2%) e pessoal ocupado (-22,5%), equivalente a 18.315 empregados, um número bastante elevado, que corresponde a mais de 2.600/ano entre 2007 e 2014, segundo dados do Caged, obtidos nas Contas Nacionais do IBGE.

De forma contrária ao setor de alimentos, a fabricação de bebidas apresentou crescimento de 23% no número de estabelecimentos, incluindo a instalação de uma fábrica de cerveja e chope artesanal, e gerou 527 novos postos de trabalho, um aumento de 32% nas contratações.

A cadeia produtiva da química e do plástico, relacionada principalmente à indústria Braskem, tem uma grande importância na geração de riqueza para o estado. Com mais de 70 indústrias transformadoras, concede a Alagoas a primeira posição em produção de PVC na América Latina. Embora represente 15% das empresas instaladas e empregue pouco mais de 5.000 pessoas, responde por mais de 30% do Valor Bruto da Produção e 31,2% do Valor de Transformação Industrial estadual.

Já a tradicional indústria têxtil alagoana continua sofrendo os impactos da concorrência internacional, principalmente da China. Entre 2007 e 2014 fechou uma unidade produtiva e diminuiu em 586 pessoas o número de empregados.

A cadeia da cerâmica segue em expansão no estado, atraindo novos investimentos e fazendo uso das matérias-primas locais, como argila e gás. Outro segmento que tem apresentado expansão é a indústria de móveis. Para esses três setores, considerados prioritários, o Estado concede diferimento de ICMS na aquisição interna de energia elétrica e gás natural para uso no processo industrial.

Para estimular a atração de empresas, além dos incentivos fiscais do Programa de Desenvolvimento Integrado do estado (Prodesin), Alagoas conta com alguns distritos industriais e o esforço governamental em implantar polos industriais no interior, de modo a contribuir para a regionalização e a interiorização da economia do estado. Os principais distritos industriais são:

- Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante, localizado em Maceió, que abriga empresas dos mais variados ramos, como produtos alimentícios, construção civil, produtos químicos, refrigerantes e refrescos, etc.;
- Polo Multifábrica Industrial José Aprígio Vilela, localizado em Marechal Deodoro, com destaque para as indústrias da Cadeia Produtiva da Química, do Plástico e da Cerâmica, além de empreendimentos estratégicos, como a ZTT, especializada na fabricação de cabos de fibra ótica;
- Distrito Industrial Prefeito João Lúcio da Silva, localizado em Arapiraca, com a fabricação de móveis de madeira, produtos derivados do fumo, confecções, artefatos de concreto, cimentos, etc.

Na indústria de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, o destaque vai para a Usina Hidrelétrica de Xingó – UHE Xingó, localizada no Sertão, região tradicionalmente carente e que recebe especial atenção no âmbito do desenvolvimento regional de Alagoas.

Entre as atividades da indústria extrativa estão a produção de petróleo e gás natural, a exploração de sal-gema, direcionada para a indústria química e de plástico, além da extração de cascalho, calcário, argila e areia para a indústria e para a construção civil.

Entre 2002 e 2014, a indústria da construção civil também apresentou uma expansão importante para a dinâmica produtiva alagoana. Tal crescimento pode ser atribuído, entre outros fatores, à expansão do crédito para financiamento de programas federais destinados à redução do déficit habitacional do País, bem como aos investimentos em obras de infraestrutura que visavam estimular as atividades do setor privado. Além disso, a construção civil caracteriza-se pelo forte relacionamento com outros setores industriais, na medida em que demanda vários insumos em seu processo produtivo, e é intensiva em trabalho, absorvendo parcela significativa da mão de obra com menor qualificação.

c) Setor Terciário

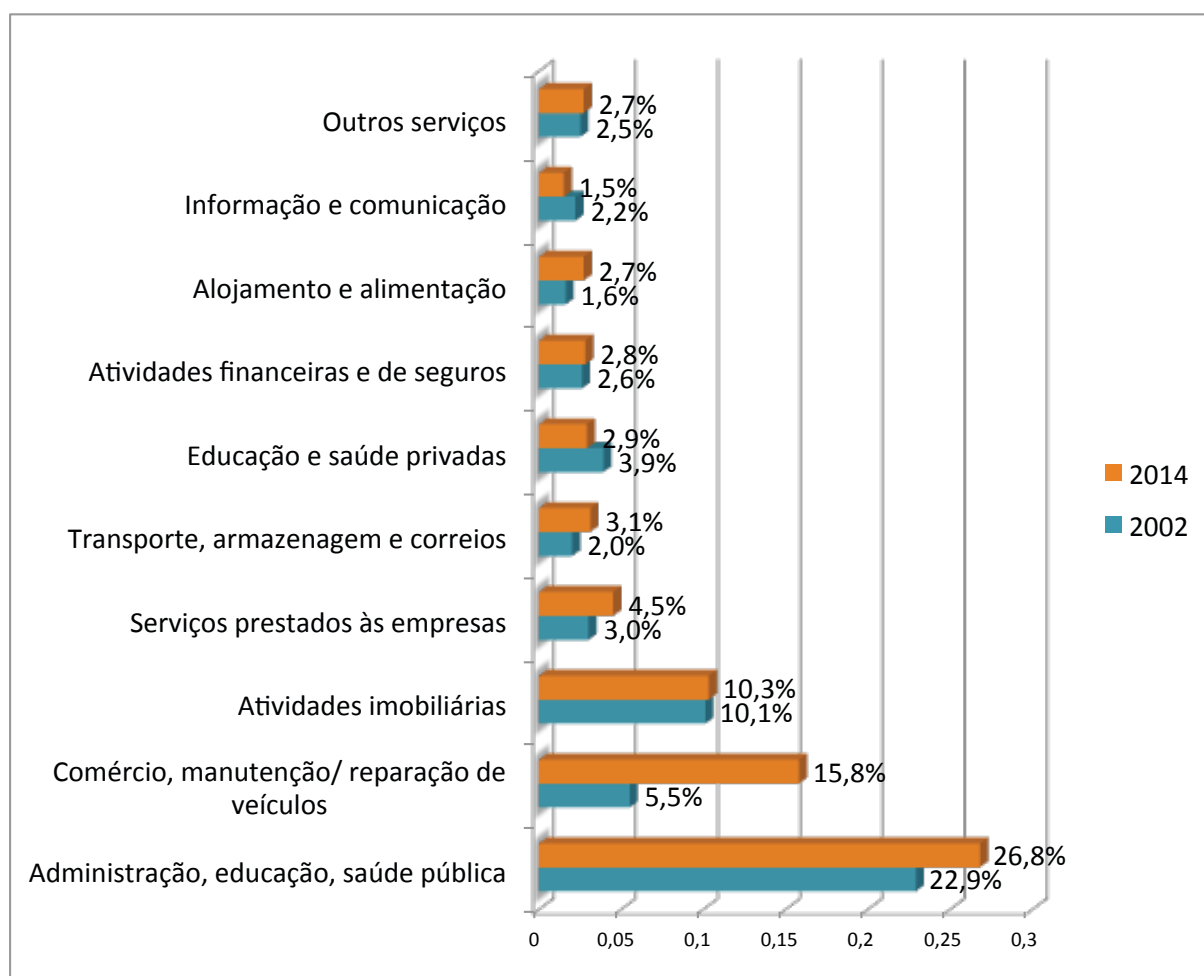
Em 2014, o setor de serviços deteve a maior participação na composição do Valor Adicionado da economia alagoana, com R\$ 27,191 bilhões, ou 73%. A natureza heterogênea do setor de serviços, ao conter atividades tão díspares quanto bancos e salões de beleza, por exemplo, aproxima Alagoas dos indicadores nacionais (71,2%) ou mesmo de economias mais dinâmicas, como São Paulo (76,2%). No entanto, a análise mais detalhada revela que os serviços alagoanos apresentam grande peso do setor público ou de atividades cujas remunerações médias situam-se em torno de até dois salários mínimos, como o comércio.

A elevada participação da Administração, educação e saúde públicas (26,8%) denuncia o baixo desenvolvimento das forças produtivas do setor privado estadual e um número significativo de municípios que não possui dinâmica econômica, sobrevivendo de transferências governamentais e do incipiente comércio local. Cabe mencionar que esse subsetor é, individualmente, o que mais emprega em Alagoas. São quase 150 mil pessoas vinculadas a algum órgão, serviço ou agente do Estado.

O comércio, que experimentou um extraordinário crescimento entre 2002 e 2014, é um exemplo do aumento de poder de compra da população, seja em virtude dos ganhos reais do salário mínimo, seja dos programas de transferência de renda do governo federal, ou ainda do barateamento do crédito com queda da taxa de juros⁷.

⁷ De acordo com dados do Banco Central, a taxa básica de juros (Selic) apresentou tendência declinante, passando de 13,25% em 2007 para 11% ao ano em 2011, registrando a menor taxa em 2010 (8,75% a.a.).

Gráfico 10 – Participação dos Serviços no VAB de Alagoas (2002 e 2014)



Fonte: IBGE - Contas Regionais

A expansão do comércio também está relacionada às políticas fiscais anticíclicas implementadas no Brasil a partir de 2008, isto é, às políticas de redução de impostos para enfrentar a crise internacional vivenciada no período, notadamente com redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos e automóveis.

Em Alagoas, o crescimento do comércio estimulou a abertura de novos estabelecimentos, a inauguração de dois novos shoppings centers (um em Maceió e outro em Arapiraca), bem como a contratação de mais trabalhadores formais. Uma das características do comércio alagoano, principalmente pela inexistência de grandes indústrias produtoras de bens, é a predominância do comércio varejista, quase 90% de todo o setor; o comércio atacadista responde pelos 10% restantes.

As atividades imobiliárias – compra e venda, aluguel, gestão e administração – tiveram uma participação destacada, 10,3%, sinalizando a expansão que a indústria de construção civil vivenciou nos últimos anos. Já os serviços de Informação e Comunicação (1,5%), Atividades financeiras (2,8%) e Educação e Saúde privadas (2,9%) tiveram participação diminuída, com tendência decrescente, indicando que os serviços alagoanos ainda possuem baixo valor agregado.

Outras atividades como transporte e armazenagem (3,1%), alojamento e alimentação (2,7%) e serviços prestados às empresas (4,5%) também registraram crescimento ao longo dos anos, refletindo o crescimento do turismo no estado.

O turismo vem ganhando destaque tanto na economia quanto na sociedade. Em 2015/2016 os hotéis e pousadas apresentaram taxas de ocupação superiores a 80%, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas – Sedetur. Outro fator que comprova o vigor da atividade turística é o crescimento no número de voos e de passageiros transportados no aeroporto da capital, como pode ser observado na Tabela 18. Com exceção de 2014, em que houve leve redução no fluxo de passageiros, Alagoas registra anualmente números crescentes na movimentação de pessoas no Aeroporto Zumbi dos Palmares. Destaca-se a retomada, em 2016, de voos regulares internacionais, em especial da Argentina.

Tabela 18 – Movimento anual de passageiros (embarques + desembarques) em Alagoas (2011 a 2016)

Ano	Regular		Não Regular			Total
	Doméstico	Intern.	Doméstico	Intern.	Executiva/ Geral	
2011	1.470.841	6.053	62.627	4.118	5.589	1.549.228
2012	1.658.938	2.117	44.403	3.799	10.722	1.719.979
2013	1.884.484	593	47.084	7.380	3.896	1.943.437
2014	1.802.666	0	85.336	3.421	2.265	1.893.688
2015	1.803.675	0	171.371	1.045	6.302	1.982.393
2016*	1.833.300	2.236	159.227	306		1.995.069

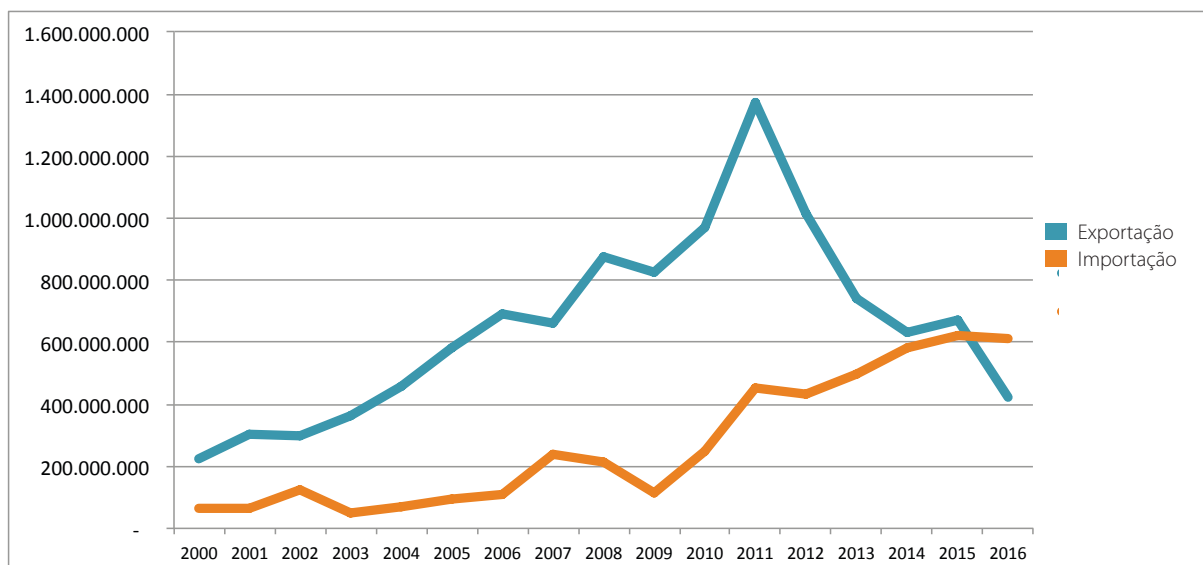
*Dados parciais

Fonte: Infraero

d) Exportações e Importações

A balança comercial alagoana, que corresponde ao resultado do valor das exportações menos as importações, apresentou em 2016, pela primeira vez depois de mais de 20 anos, um saldo negativo (déficit) de US\$ 191,1 milhões, uma vez que o volume de importações (US\$ 612,0 milhões) superou o das exportações, que totalizaram US\$ 420,8 milhões, conforme dados do Gráfico abaixo.

Gráfico 11 – Balança Comercial de Alagoas - 2000 a 2016 (US\$ - FOB)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) - Balança comercial brasileira

O resultado da balança comercial também é altamente dependente da economia açucareira e desde 2011, quando o tamanho da área plantada de cana em Alagoas teve a sua maior ampliação, chegando a 463,7 mil hectares, o setor vinha enfrentando diversos problemas e reduzindo gradativamente o volume exportado. Soma-se a isso as constantes desvalorizações cambiais que encareceram as importações, mas não foram totalmente compensadas pelo aumento das exportações.

Entre os principais produtos exportados em 2016 estão os alimentos e bebidas destinados à indústria e insumos industriais, como outros açúcares de cana, responsáveis por 83,7% das exportações alagoanas, seguidos por policloreto de vinila (PVC) (8,6%), outros açúcares de cana, beterraba e sacarose (3,0%), outros ladrilhos de cerâmica (0,9%) e fumo não manufaturado (0,7%). Esses cinco produtos, somados, totalizam quase 97% de todas as vendas alagoanas para o exterior, o equivalente a US\$ 407,6 milhões.

Na pauta de importações estão produtos que atendem principalmente às demandas da indústria açucareira e da indústria química, como combustíveis e lubrificantes: outros óleos brutos de petróleo (19,2%), outras naftas (8%), nafta para petroquímica (4,5%) e outros óleos e produtos de destilação D/HUL (3,9%). Também foi possível encontrar diversos bens de consumo não durável, como vestidos de algodão e de fibra sintética, confecções em geral, peixes e congelados, trigo, vinhos, entre outros.

No que diz respeito aos principais países de destino das exportações estão os EUA, a Rússia, a Geórgia, a Romênia e a Índia, que somaram 51,3% das vendas alagoanas. Já as importações eram provenientes da China, dos EUA, Argentina, Rússia e Emirados Árabes Unidos, que totalizaram US\$ 467,4 milhões, ou 76,4% das importações em 2016.

e) Distribuição espacial das atividades

Além da concentração setorial, a estrutura econômica de Alagoas apresenta também elevada concentração espacial. O fato de a cana-de-açúcar dominar a produção agrícola e industrial do estado, acaba refletindo na distribuição espacial do PIB como pode ser observado no mapa a seguir.

A microrregião de Maceió detém 52,1% do PIB estadual, fruto da elevada produção agrícola canavieira, uma vez que os municípios dessa microrregião são responsáveis por 15,7% de toda a cana produzida em 2015; resultado, ainda, da concentração industrial, já que os dois principais Polos Industriais estão localizados na Região Metropolitana de Maceió; e da elevada participação do setor de serviços, por sediar a administração pública estadual e municipal e pelo maior dinamismo que uma capital de estado exerce sobre os demais municípios.

Tabela 19 – PIB municipal por microrregião de Alagoas (2014)

Microrregião	Valor (R\$)	%
Maceió	21.336.409	52,1
Arapiraca	4.842.616	11,8
São Miguel dos Campos	3.764.193	9,2
Mata Alagoana	2.708.051	6,6
Serrana dos Quilombos	1.540.028	3,8
Palmeira dos Índios	1.385.113	3,4
Penedo	1.334.926	3,3
Santana do Ipanema	1.167.114	2,8
Litoral Norte Alagoano	831.805	2,0
Alagoana do Sertão do São Francisco	699.752	1,7
Batalha	654.958	1,6
Serrana do Sertão Alagoano	484.591	1,2
Traipu	225.437	0,6
Total Alagoas	40.974.993	100,0

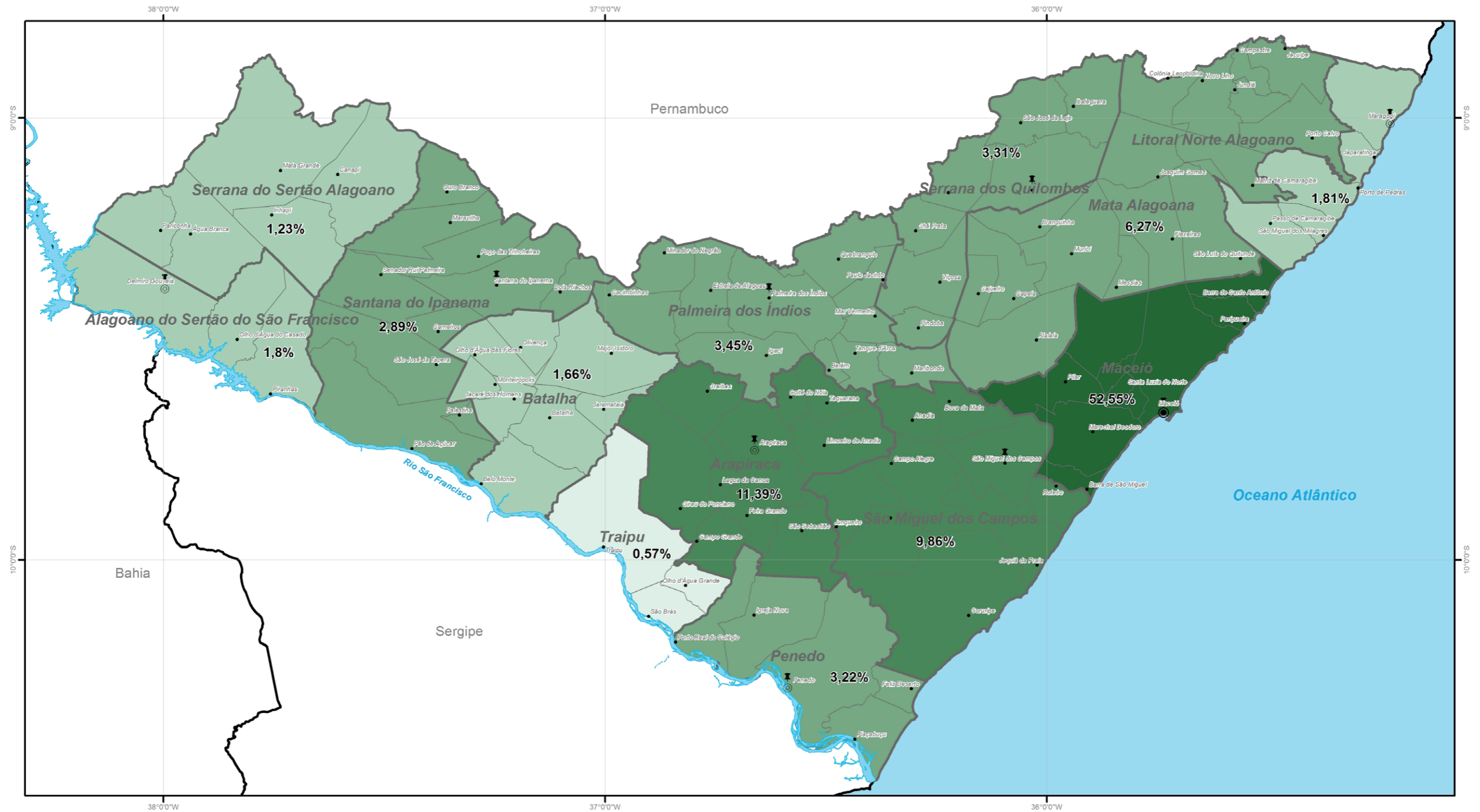
Fonte: IBGE - Contas Regionais

A microrregião de Arapiraca, que ocupa a segunda posição no ranking, com 11,8%, é a área mais diversificada do estado. Além da produção de culturas agrícolas alimentares tradicionais como feijão, milho, mandioca e fumo, a área ainda produz cultivos comerciais, como abacaxi, coco-da-baía, laranja, mamão, etc. Além disso, a região é responsável por atividades industriais, como produção de móveis, flocos de milho e arroz, plásticos, envasilhamento de refrigerantes, entre outros.

Juntamente com as microrregiões de Palmeira dos Índios (3,4%), Batalha (1,6%) e Santana do Ipanema (2,8%), a microrregião de Arapiraca forma a bacia leiteira do estado. Por fim, essa microrregião oferece um importante comércio para a população regional, dinamizando o setor de serviços.

As microrregiões de São Miguel dos Campos (9,2%), Mata Alagoana (6,6%), Serra dos Quilombos (3,8) e Penedo (3,6) destacam-se apenas pela produção açucareira. Essas áreas detêm 80,5% de toda a cana produzida em Alagoas.

Mapa 7 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, por região de planejamento do estado de Alagoas



PIB - 2013

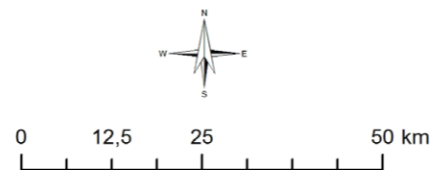
A preços correntes (R\$ 1.000,00)

- Até 250.000,00
- 250.000,01 - 700.000,00
- 700.000,01 - 2.500.000,00
- 2.500.000,01 - 4.500.000,00
- 4.500.000,01 - 19.562.098,00

Convenções cartográfica

- Capital
- ⊙ Municípios de referência
- Demais municípios
- ✚ Municípios-pólo
- Divisão municipal
- ▭ Microrregiões (IBGE)
- ▭ Divisão estadual

**MICRORREGIÕES:
PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES - 2013
- Alagoas -**



Sistema de Coordenadas Geográficas:
Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Fonte dos dados:
Limites Municipal, Estadual: IBGE/2010
Dados por Microrregiões: IBGE/ 2016.

Elaboração:
Antônio Fernandes
Geógrafo - CREA-MG: 93.876 D

Edição: Novembro / 2016



5 CARACTERIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Por infraestrutura entende-se o conjunto de elementos que servem de base para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. Isso inclui rodovias, usinas hidrelétricas, portos, aeroportos, rodoviárias, sistemas de telecomunicações, ferrovias, rede de distribuição de água e tratamento de esgoto, sistemas de transmissão de energia e telecomunicação.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR reconhece que “existe uma elevada correlação entre o grau de desenvolvimento e as dotações de infraestrutura”. Sabe-se que o desenvolvimento regional e a integração entre regiões dependem de corredores logísticos, ao redor dos quais se estabelecem cidades e polos produtivos, possibilitando uma distribuição mais equilibrada do desenvolvimento de determinada região.

Melhorar as condições de infraestrutura, que aparece entre os principais componentes do chamado “*custo Brasil*” é, portanto, um dos maiores desafios a serem enfrentados para aumentar a competitividade da produção alagoana e brasileira.

Estudos recentes realizados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2016) apontam que os investimentos em infraestrutura no Brasil correspondem a pouco mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), quando o necessário para compensação da depreciação do capital fixo per capita deveria ser de no mínimo 3% do PIB. O setor público é o principal investidor em infraestrutura, e o estudo aponta ainda que para o País se aproximar dos seus pares, deveria investir **adicionalmente** algo em torno de 2% a 4% do PIB por ao menos duas décadas. Esse fato corrobora a ideia de que uma combinação de baixos investimentos, investimentos errôneos e problemas na execução dos projetos causam o processo de progressiva deterioração da infraestrutura na qual o País se encontra há muitos anos.

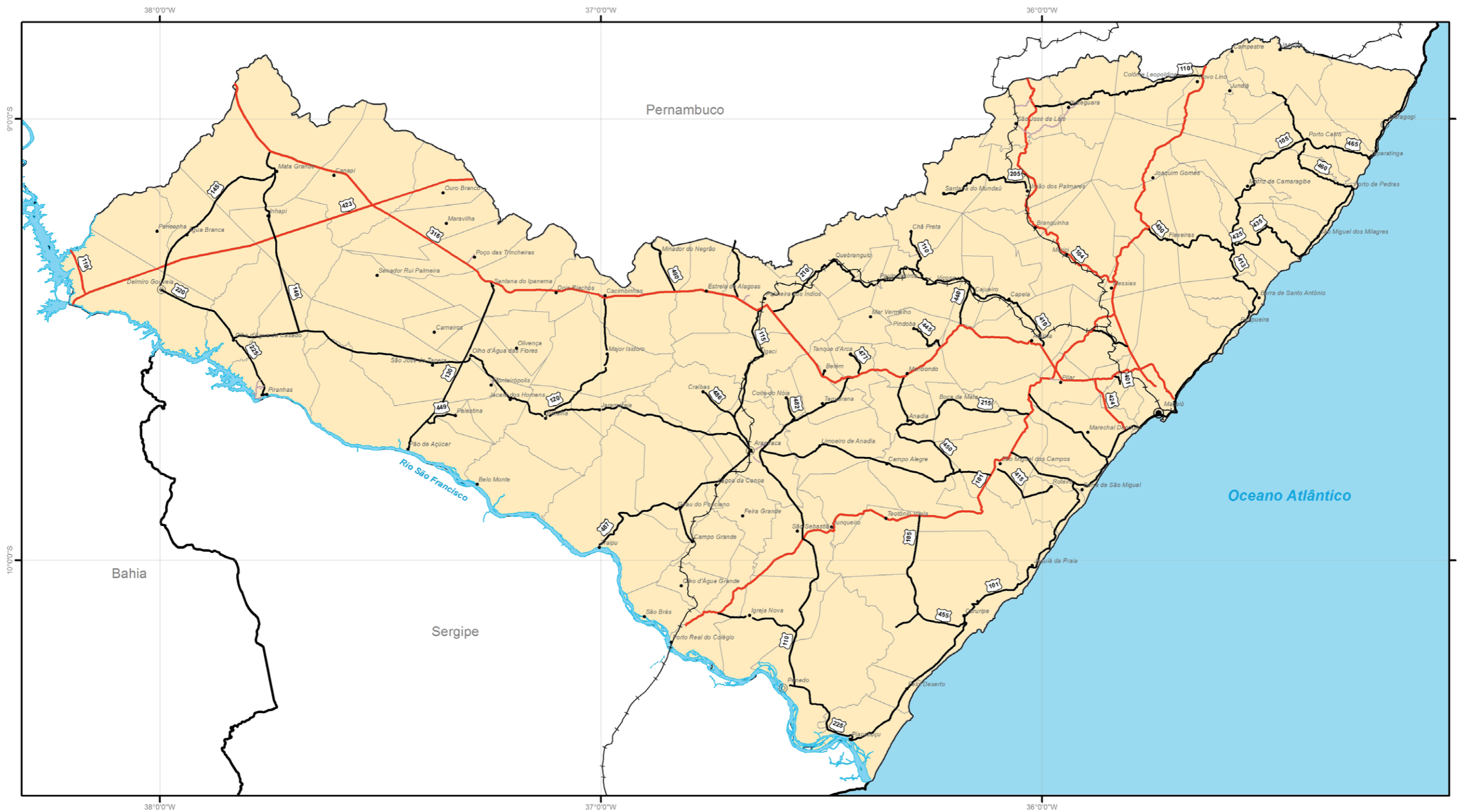
O mapa a seguir apresenta as vias de circulação (rodovias e ferrovias) existentes em todo o estado.

a. Rodovias

A infraestrutura rodoviária do País conta com uma malha total (federal, estadual e municipal) de 1.720.643 km de extensão, incluindo rodovias planejadas, pavimentadas e não pavimentadas, segundo levantamento feito pela Confederação Nacional do Transporte – CNT para 2015. Nesse mesmo ano, a malha rodoviária da região Nordeste correspondia a 26% desse total, ou 445.557 km. Em relação ao estado de Alagoas, foram identificados 14.965 km de rodovias, dos quais a CNT indica 2.381,3 km de vias pavimentadas (Tabela 21), o que representa cerca de 16% da extensão total do seu sistema rodoviário.

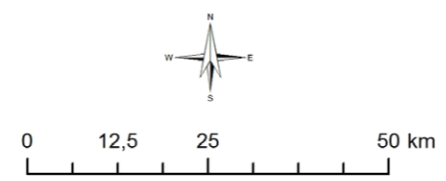
Em relação à qualidade das rodovias, a CNT fez um levantamento amostral em todo o País para avaliar o estado geral das vias. Em Alagoas foram analisados 752 km entre os cerca de 15 mil km de rodovias de Alagoas para avaliar o estado geral das vias. Nesse levantamento, apresentado na Tabela 20, o resultado foi que apenas 2,3% das rodovias estão em estado ótimo e 55,2% em bom estado. O restante foi considerado regular ou ruim. Interessante que Alagoas foi o único estado do Nordeste que não apresentou nenhum trecho em estado péssimo e, diferente da maior parte dos estados, tem mais rodovias em estado bom do que em estado regular. Essa informação é compatível com os resultados das entrevistas qualitativas, nas quais as lideranças afirmaram que apesar de muito deficientes em quantidade de ligações, as rodovias existentes melhoraram muito sua qualidade nos últimos anos.

Mapa 8 – Vias de circulação do estado de Alagoas



- | Vias de Circulação | Convenções cartográfica |
|--------------------|--------------------------|
| Rodovia Federal | Capital |
| Rodovia Estadual | Municípios de referência |
| Vias de ligação | Demais municípios |
| Ferróvia | Divisão municipal |
| | Divisão estadual |

VIAS DE CIRCULAÇÃO - 2013
- Alagoas -



Sistema de Coordenadas Geográficas:
Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Fonte dos dados:
Limites Municipal e Estadual: IBGE/2010.
Malha rodoviária: Embrapa/ 2013.
Malha ferroviária: CPRM/ 2007 apud IMA/ 2016.

Elaboração:
Antônio Fernandes
Geógrafo - CREA-MG: 93.876 D

Edição: Outubro / 2016



Tabela 20 – Classificação do estado de conservação das rodovias brasileiras - Brasil, Regiões e UF do Nordeste

Região e UF	Estado Geral (em Km)					
	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Total
Brasil	11.936	31.158	35.840	17.838	6.487	103.259
Norte	456	2.434	4.849	2.715	1.873	12.327
Nordeste	1.042	9.262	9.370	5.576	2.648	27.898
Maranhão	103	1.618	1.315	833	682	4.551
Piauí	123	977	1.109	744	216	3.169
Ceará	95	1.161	1.287	854	128	3.525
Rio Grande do Norte	12	368	861	354	259	1.854
Paraíba	106	634	371	414	156	1.681
Pernambuco	155	1.165	818	634	364	3.136
Alagoas	17	415	256	64	-	752
%	2,3%	55,2%	34%	8,5%	-	100%
Sergipe	10	204	163	118	151	646
Bahia	421	2.720	3.190	1.561	692	8.584
Sudeste	7.487	8.509	7.949	4.182	716	28.843
Sul	1.532	5.818	7.256	2.816	658	18.080
Centro-Oeste	1.419	5.135	6.416	2.549	592	16.111

Fonte: Confederação Nacional do Transporte - CNT (2016).

Nesse sentido, o Plano Plurianual (PPA), estabelecido pela Lei 7.798, de 2016, indica o conjunto de prioridades que orientam o planejamento de médio e longo prazo dos diferentes setores. Entre as obras de melhoria da malha viária de Alagoas previstas para os próximos anos, destaca-se a duplicação da AL-101 Norte que melhora a conexão da região metropolitana (municípios ao norte de Maceió) e da região Norte do estado.

Tabela 21 – Rede de rodovias planejadas, não pavimentadas e pavimentadas, por jurisdição em Alagoas (2013 e 2014)

Ano/ Jurisdição	Rede (Km)											Total
	Planejada		Não pavimentada				Pavimentada				Subtotal	
	leito natural	em obras implantadas	implementadas	em obras pavimentadas	em obras duplicadas	pista simples	pista dupla	Subtotal				
2013												
Total	1859,4	10694,2	0,0	0,0	52,8	10747,0	2292,1	151,5	28,7	2472,3	15078,7	
Federal	93,3	49,0	0,0	0,0	28,0	77,0	567,2	151,5	26,3	745,0	915,3	
Estadual	572,0	797,8	0,0	0,0	24,8	822,6	1654,3	0,0	2,4	1656,7	3051,3	
Estadual coincidente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,4	0,0	0,0	21,4	21,4	
Municipal	1194,1	9847,4	0,0	0,0	0,0	9847,4	49,2	0,0	0,0	49,2	11090,7	
2014												
Total	1836,9	10633,2	0,0	8,0	127,0	10768,2	2065,9	247,8	67,6	2381,3	14986,4	
Federal	93,3	49,0	0,0	0,0	28,0	77,0	470,9	247,8	26,3	745,0	915,3	
Estadual	549,5	736,8	0,0	8,0	99,0	843,8	1537,7	0,0	28,0	1565,7	2959,0	
Estadual coincidente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,1	0,0	13,3	21,4	21,4	
Municipal	1194,1	9847,4	0,0	0,0	0,0	9847,4	49,2	0,0	0,0	49,2	11090,7	

Fonte: Ministério dos Transportes - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

b. Ferrovias

O modal ferroviário é predominantemente utilizado para os deslocamentos de média e longa distância, uma vez que possuem uma elevada eficiência energética aliada à capacidade de transportar grandes volumes. Além disso, destacam-se pela menor ocorrência de acidentes e furtos em relação ao modal rodoviário. No Brasil, a malha ferroviária é a maior da América Latina, são em torno de 30 mil km que transportam mais de 300 bilhões de tku (tonelada-quilômetro útil) por ano⁸. Alguns exemplos de cargas típicas são: produtos siderúrgicos, minérios, grãos, açúcar, combustíveis, fertilizantes, cimento, areia, cal, madeira, entre outros (ANTT, 2016).

Apesar de seu alto desempenho, o modal ferroviário não tem seu potencial explorado adequadamente no País. A densidade da malha ferroviária brasileira é de apenas 3,4 km/1.000 km², ficando atrás de outros países da América Latina, como México (7,8 km/1.000 km²) e Argentina (13,3 km/1.000 km²), e de outros países continentais, como EUA (22,9 km/1.000 km²), Índia (20,8 km/1.000 km²) e China (19,9 km/1.000 km²). Com isso, a participação do modal na matriz de transportes de carga é bem inferior em relação a desses países de mesmo porte territorial, conforme ilustra a Figura 16.

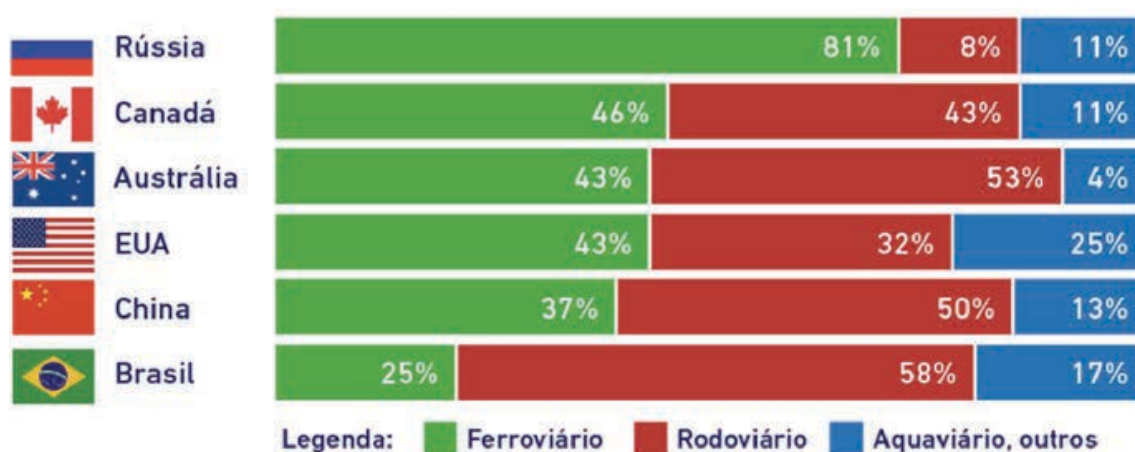


Figura 16 – Comparação da matriz de transporte de cargas entre países (2014)

Fonte: Plano Nacional de Logística e Transportes do Ministério dos Transportes (2014) extraído do site da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.

Como em todo o Brasil, o transporte ferroviário em Alagoas é pouco expressivo, apesar de sua importância para movimentação de alguns itens de maior volume e densidade.

A principal via férrea em nível regional, a Ferrovia Transnordestina (ilustrada na Figura 17), chegou a possuir 4.238 quilômetros, passando pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. A operação dessa via é concedida à empresa privada Ferrovia Transnordestina Logística – FTL, que transporta, principalmente, óleo diesel, cimento, gasolina, produtos siderúrgicos e minérios de ferro. Em 2015, o transporte de carga da FTL foi responsável por apenas 0,2% (1.220 tu) do total de toneladas úteis (tu) transportadas em território nacional (ANTT, 2016), resultado que revela a baixa intensidade de uso, dada sua grande extensão em relação aos quilômetros de ferrovias da região Nordeste, conforme ilustra a Tabela 22.

⁸ Estatísticas consolidadas do Anuário CNT do Transporte. Disponível em: <<http://anuariodotransporte.cnt.org.br/Inicial>>. Acesso em: mar. 2017.



Figura 17 – Traçado da Ferrovia Transnordestina

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

Tabela 22 – Extensão das principais linhas e ramais da rede ferroviária concedida, por estado da região Nordeste e Brasil (2008)

Estados	Extensão das linhas		
	Extensão em km	Participação (%)	
		Regional	Nacional
Bahia	1.551	22,4	5,5
Maranhão	1.343	19,4	4,7
Ceará	1.168	16,9	4,1
Pernambuco	926	13,4	3,3
Paraíba	660	9,5	2,3
Alagoas	390	5,6	1,4
Rio Grande do Norte	364	5,3	1,3
Sergipe	278	4,0	1,0
Piauí	240	3,5	0,8
Nordeste	6.920	100,0	24,4
Brasil	28.314	-	100,0

Fontes: ANTT; SUDENE/DPLAN. Nordeste em números, 2015.

Em relação ao transporte de passageiros, os números são ainda mais modestos. O transporte de passageiros sob trilhos ocorre exclusivamente pelo Sistema de Trens Urbanos de Maceió, que opera com 32 km de extensão e atende aos municípios de Maceió, Satuba e Rio Largo, conforme traçado indicado na Figura 18. O sistema utiliza diesel como combustível, possui 15 estações e tem capacidade para transportar 11 mil passageiros por dia. A gestão do sistema é responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.



Figura 18 – Trajeto do Sistema de Trens Urbanos de Maceió

Fonte: Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, 2016.

c. Vias navegáveis

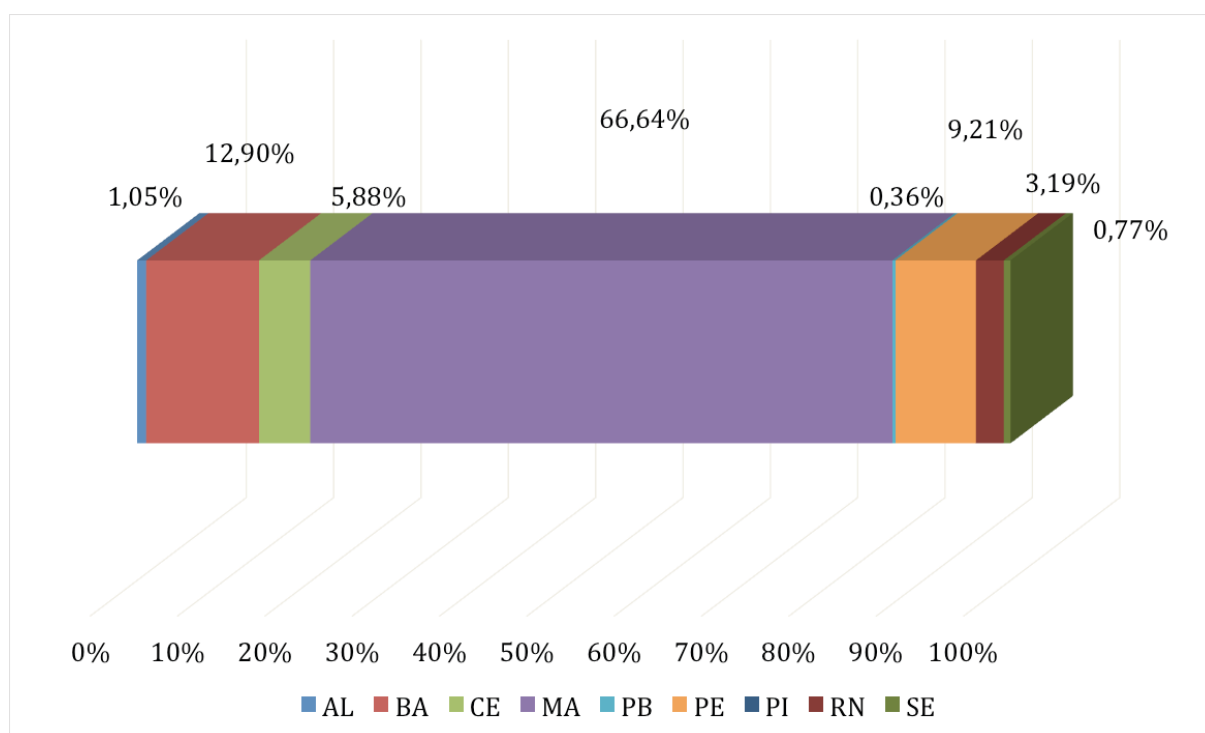
A infraestrutura de vias navegáveis do estado de Alagoas conta com dois portos marítimos em Maceió e cinco ancoradouros no Rio São Francisco, localizados nos municípios de Piaçabuçu, Penedo, Igreja Nova, Pão de Açúcar e Piranhas. Entretanto, o transporte de cargas e passageiros por água está quase que totalmente limitado à região portuária de Maceió. O Rio São Francisco, que já foi eixo importante de abastecimento para o Nordeste,

já não mantém a mesma navegabilidade e foi afetado pelos amplos incentivos ao transporte rodoviário.

O sistema portuário em Alagoas é formado pelo Terminal de usos privativo da Braskem S.A. e o Porto de Maceió. O primeiro está localizado na área leste da capital Maceió e é enquadrado como de exploração mista, tendo autorização para movimentar cargas de terceiros. Distante 4 quilômetros do terminal da Braskem S.A., o Porto de Maceió está localizado às margens do Oceano Atlântico, entre as praias de Pajuçara e Jaraguá.

Em relação à movimentação de cargas, dados de 2016 mostram que as instalações portuárias de Alagoas corresponderam a 1% do total de movimentações marítimas da região Nordeste, conforme indica o Gráfico 12.

Gráfico 12 – Participação relativa dos estados na movimentação de carga marítima da região Nordeste (2016).



*Não houve movimentação de carga marítima no Piauí em 2016

Fonte: Elaboração própria, com dados da ANTAQ.

De fato, o Porto de Maceió é considerado um porto pequeno e de baixa representatividade comercial, quando comparado a outros portos brasileiros. No ranking nacional dos principais portos brasileiros, ele ocupa o 19º lugar, dependendo, principalmente, do ritmo da produção de açúcar e álcool. Além disso, analisando a evolução das movimentações nos últimos anos, destaca-se uma redução no total de cargas transportadas por vias navegáveis no estado, conforme mostra a Tabela 23.

Tabela 23 – Quantidade de cargas embarcadas e desembarcadas, por tipo, pelo Porto de Maceió e Terminal da Braskem (2010 a 2016)

Ano	Embarcadas (t)			Desembarcadas (t)		
	Total	Cabotagem	Longo Curso	Total	Cabotagem	Longo Curso
2010	3.179.053	1.237.385	1.941.667	796.929	431.914	365.010
2011	3.136.262	2.096.889	1.026.059	1.042.137	579.975	462.162
2012	3.018.706	1.776.589	1.242.117	1.002.233	550.570	491.663
2013	2.571.433	1.393.587	1.177.846	1.034.085	531.530	502.555
2014	2.683.221	1.541.938	1.141.283	1.027.448	589.370	438.078
2015	2.469.255	1.387.987	1.081.268	788.160	456.801	331.358
2016	2.072.385	1.073.114	999.271	753.465	448.974	304.491

Fonte: Ministério dos Transportes - Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq

A melhora dessa posição no ranking depende de novos investimentos em dragagens e ampliação gradativa das demais instalações, para que o porto possa ser utilizado para transporte de maiores volumes de carga. Segundo o Plano Plurianual do estado, atualmente, há três projetos voltados para melhoria do Porto de Maceió, são eles: a dragagem e aprofundamento do porto, cujo projeto está em processo licitatório; o Programa de Conformidade Gerencial de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos dos Portos Brasileiros, em execução; e o Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária – PRGAP, em execução. Essa necessidade de dragagem e aprofundamento do porto também foi citada nas entrevistas qualitativas por diversas lideranças do estado que consideram prioritário o aumento da capacidade de escoamento de produção do estado.

Além desses, outros projetos são apontados como relevantes para o desenvolvimento desse tipo de modal. Nesse sentido, incluem-se ações voltadas para o transporte de passageiros, com a construção de um terminal marítimo para atender aos transatlânticos de turismo cada vez mais constantes na costa nordestina. Assim, espera-se dobrar a atual capacidade de 140 mil passageiros e fortalecer o turismo no estado.

d. Aeroportos

A infraestrutura aeroportuária de Alagoas é composta pelo Aeroporto Zumbi dos Palmares (localizado na capital Maceió), nove aeródromos (incluindo os de interesse privado, situados em Arapiraca, Coruripe, Maragogi, Mata Grande, Palmeira dos Índios, Penedo, Santana do Ipanema, Delmiro Gouveia e União dos Palmares) e por seis heliportos de interesse privado.

Segundo o Plano Plurianual de Alagoas 2016-2019, o Aeroporto Zumbi dos Palmares destaca-se entre os maiores do Nordeste, estando na quarta posição em tamanho. Sua infraestrutura

conta com um sítio aeroportuário de 4.857.197,654 m², com dois pátios de manobra (um com 45.729 m² e outro com 37.716 m²). Ao total são 19 posições para alocação de aeronaves, sendo quatro com pontes de embarque, que permitem ao aeroporto ter capacidade para atender 5,3 milhões de passageiros por ano. Para isso, o terminal de passageiros possui 22 mil m² e as dimensões da pista de pouso e decolagem são 2.604,67 m de comprimento e 45 m de largura.

Em relação ao transporte aéreo, Alagoas mantém participação reduzida no cenário do Nordeste, principalmente em relação a Bahia, Pernambuco e Ceará, que concentram a maior parte da movimentação aérea da região. Por outro lado, nos anos de 2015 e 2016, Alagoas apresentou crescimento nesse tipo de transporte acima da média do Nordeste.

O Plano Plurianual do estado aponta que, de 2011 a 2014, os pousos e decolagens das aeronaves no aeroporto mantiveram-se com uma participação na região em torno de 5,5%. Já em 2015, essa participação caiu para 4,7%, atingindo o valor de 7.461 decolagens. Por outro lado, o número total de passageiros aumentou entre 2011 e 2015 e essa taxa de crescimento foi superior à verificada nos aeroportos da região Nordeste, conforme apresentam os dados da Tabela 24. Essa variação colocou o aeroporto de Maceió na décima quinta posição do ranking de movimento de passageiros em aeroportos nacionais, para o ano de 2015. Ao total, foram 1.982.393 passageiros que passaram pelo aeroporto, sendo 1.981.343 para voos domésticos e 1.050 para voos internacionais, representando 1,77% de participação na rede nacional (INFRAERO, 2016).

Tabela 24 – Movimento anual de passageiros embarcados e desembarcados nos Aeroportos do Nordeste e de Maceió entre 2011 e 2015

Ano	Aeroportos Nordeste		Aeroporto Zumbi dos Palmares	
	Total	Variação (%)	Total	Variação (%)
2011	28.737.655	-	1.549.228	-
2012	30.489.883	6,10	1.719.979	11,02
2013	30.673.118	0,60	1.943.437	12,99
2014	32.506.530	5,98	1.893.688	-2,56
2015	31.736.130	-2,37	1.982.393	4,68

Fonte: Infraero (2016)

Para o transporte de cargas, Alagoas não apresenta a mesma colocação que apresenta para o transporte de passageiros no contexto nacional. Em 2015, o estado movimentou 457 toneladas de carga, o que representa menos de 1% da carga nacional e coloca o estado como o quarto menor transportador aéreo, ou seja, a vigésima quarta posição no ranking de movimentação de cargas.

e. Infraestrutura energética

De acordo com o Balanço Energético do Estado de Alagoas – Beal, tem-se observado um crescente aumento da utilização de fontes renováveis na produção de energia ao longo dos anos e uma diminuição da energia produzida por fontes não renováveis. Entre 2005 e 2014 a energia produzida por fontes não renováveis decresceu de 31% para 23%. Em 2014, 77% da produção de energia do estado utilizou fontes renováveis, principalmente o bagaço de cana, que representou 41% (ALAGOAS - BEAL, 2015). No estado existem em operação seis hidrelétricas e 38 termelétricas. Em conjunto, esses empreendimentos apresentam potência associada de 402.966 kW e 326.403 kW, respectivamente. A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel também confirma que a principal fonte energética das usinas termelétricas é o bagaço de cana (ANEEL, 2017).

A geração de energia através de hidrelétricas foi a segunda fonte renovável mais utilizada, representando 26% da produção do estado. Merece destaque a Usina Hidrelétrica de Xingó, operada pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e considerada como uma das mais modernas do mundo. Seu potencial de geração é de 3.162 MW e a energia gerada é transmitida para grande parte do Nordeste, além de prestar-se ao desenvolvimento de projetos de irrigação e ao abastecimento de água para a cidade de Canindé/SE. (Alagoas - BEAL, 2015).

A produção, o consumo e os subprodutos resultantes da oferta de energia exercem pressões sobre o meio ambiente e os recursos naturais. Portanto, deve-se atender às demandas energéticas com estratégias eficientes no uso das fontes renováveis, compatibilizando a oferta de energia com a proteção ambiental.

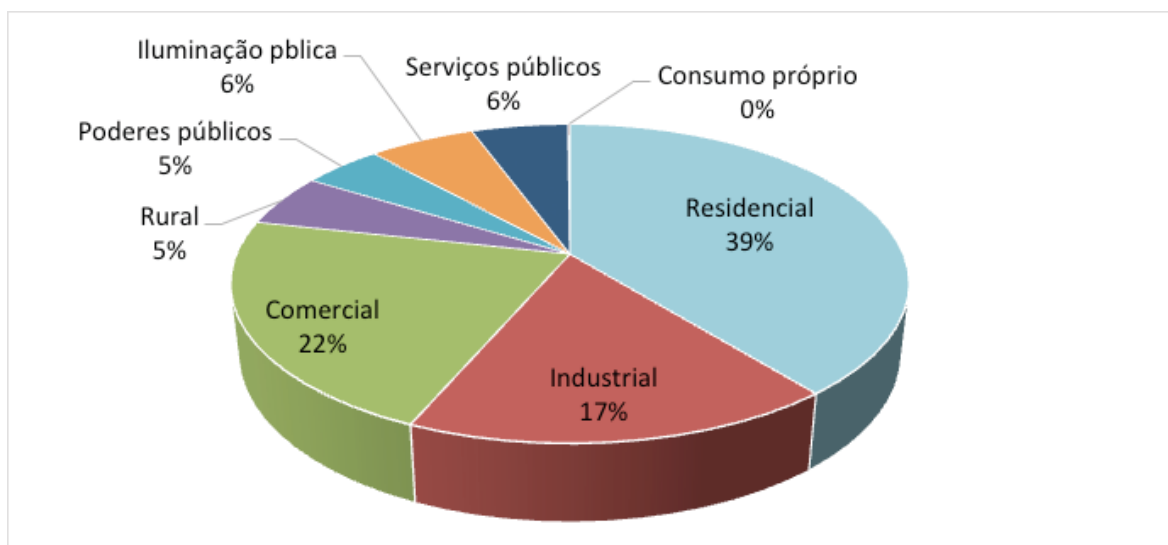
O consumo de energia elétrica no estado de Alagoas foi crescente nos últimos anos e representou 1,1% do consumo nacional em 2014. Apesar do aumento da produção de energia por fontes renováveis, o consumo dessas fontes diminuiu entre 2005 e 2014, passando de 75% para 64%. O maior consumo do estado é dos setores residencial e comercial, representando 61% em 2014 (Tabela 25 e Gráfico 13). O setor industrial foi o terceiro maior consumidor com 17%, enquanto os demais setores somados consumiram 22% da energia.

Tabela 25 – Consumo de energia elétrica em Alagoas, por classe (2013 e 2014)

Classe	Consumo de energia elétrica [MWh]		Consumo de energia elétrica [%]	
	2013	2014	2013	2014
Residencial	1225494	1304933	38,36	39,12
Industrial	554697	579270	17,36	17,37
Comercial	680412	731982	21,30	21,94
Rural	216079	178919	6,76	5,36
Poderes públicos	145272	150566	4,55	4,51
Iluminação pública	189829	202582	5,94	6,07
Serviços públicos	179167	183564	5,61	5,50
Consumo próprio	3713	3724	0,12	0,11
Total	3194663	3335540		

Fonte: Eletrobrás Distribuição Alagoas/Seplag-AL.

Gráfico 13 – Consumo de energia elétrica em Alagoas, por classe (2014)



Fonte: Eletrobras Distribuição Alagoas/Seplag-AL

Existe uma relação entre o consumo de energia elétrica e o grau de desenvolvimento em determinada área geográfica. A participação do setor residencial no consumo dessa energia passou de 16% em 2005 para 26% em 2014, indicando uma melhoria na qualidade de vida da população. Contudo, a participação relativa de domicílios permanentes com energia elétrica diminuiu entre 2011 e 2014, o que significa que o aumento das ligações de energia não conseguiram acompanhar o crescimento populacional, como pode ser observado na Tabela 26.

Tabela 26 – Taxa de cobertura de domicílios com energia elétrica entre 2011 e 2014 (%)

BR/NE/AL	2011	2012	2013	2014
Brasil	99,3	99,5	99,6	99,7
Nordeste	98,8	99,1	99,3	99,4
Alagoas	99,8	99,9	99,6	99,6

Fonte: IBGE/PNAD, 2015

Existem ainda estudos, desenvolvidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras, para a geração de energia eólica e solar no estado de Alagoas, contudo nenhuma Usina Solar ou Parque Eólico foi implantado até o momento.

f. Água e Saneamento

O Instituto Trata Brasil define saneamento como

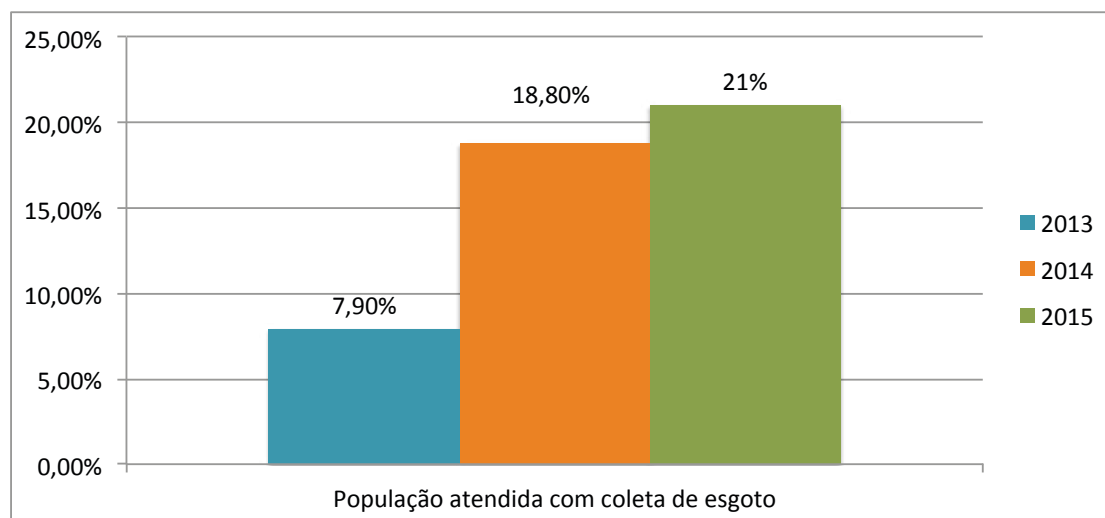
O conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e a produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica.

A nova agenda do desenvolvimento sustentável, conhecida como Agenda 2030, adotada em 2015, permitiu um acordo legal sobre a mudança climática. A partir dessas ações estabelecidas e baseando-se nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, que cita a universalização do acesso ao saneamento básico como um direito a ser alcançado por todas as nações, foram estabelecidos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), onde o ODS 6 tem como meta:

“Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.”

Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (2015) mostram que o estado de Alagoas teve sua população atendida com rede pública de água em 77% em 2015. Em relação à coleta de esgoto, apenas 21% da população teve acesso a esse serviço em 2015, enquanto esses valores ficaram em 18,8% e 7,9% em 2014 e 2013 respectivamente. Apesar do crescimento elevado nessa cobertura, a falta de esgotamento sanitário continua sendo um dos principais problemas estruturais do estado como pode ser observado.

Gráfico 14 – Índice de cobertura do serviço de coleta de esgoto em Alagoas, entre 2013 e 2015.



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2015.

A capital Maceió apresentou resultados melhores, com população assistida de 96,4% para abastecimento de água e 35,4% com tratamento de esgoto. A extensão da rede de abastecimento de água em Alagoas é de 5.024 quilômetros, enquanto a rede de coleta de esgoto possui apenas 556 quilômetros de extensão. No caso de Maceió, tem-se 1.444 quilômetros de rede de abastecimento de água e 407 quilômetros de rede de esgoto (SNIS, 2015).

Abastecimento de Água

A Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) possui os principais canais da rede de abastecimento em Alagoas. De acordo com a Figura 19, que indica todos os municípios do estado que mantêm contrato de sistema de abastecimento de água com a Casal, são 76 municípios atendidos, sendo praticamente todos os municípios localizados no semiárido e a maioria dos situados na Zona da Mata e Agreste.



Figura 19 – Áreas de atuação da Casal em Alagoas (2016)

Fonte: Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL).

De acordo com estudo apresentado por um representante da Casal, no 4º Congresso de Engenharia das Alagoas, os principais desafios do abastecimento de água em Maceió são:

- Áreas de expansão imobiliária e ainda sem cobertura;
- Redes antigas e/ou subdimensionadas;
- Verticalização e crescimento desordenado da cidade;
- Reservatórios necessitando de recuperação estrutural;
- Unidades operacionais necessitando de reabilitação ou modernização;
- Custo elevado de investimento;
- Fontes alternativas e ligações clandestinas.

Esgoto Sanitário

O Sistema de Esgotamento da empresa Casal está subdividido em três regiões: Capital, Interior e Benedito Bentes, com prestação de serviços às cidades de Maceió, Maragogi, Piranhas, Batalha, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Paulo Jacinto.

Na capital Maceió, o sistema coletor de esgotos sanitários beneficia em torno de 35,4% da população da cidade, ou seja, cerca de 300.000 habitantes. O índice percentual baixo de abrangência é consequência das condições topográficas e geológicas da cidade. Segundo a Casal, toda a área alta de Maceió (Farol/ Tabuleiro), que representa parte considerável da zona urbana, tem solo silto-arenoso de boa absorção, com nível freático além de 50 m de profundidade, tornando a solução individual fossa/sumidouro uma opção recomendável para baixos níveis de densidade demográfica. Nas zonas baixas da cidade, com lençol próximo à superfície e nas altas taxas de população urbana, a rede coletora apresenta-se como solução mais adequada senão única.

Entre os maiores desafios apontados em estudo apresentado pela Casal, no 4º Congresso de Engenharia das Alagoas, para melhorar o esgotamento sanitário de Maceió, temos:

- Baixa cobertura;
- Redes coletoras antigas;
- Verticalização da cidade;
- Desgastes das estruturas operacionais;
- Custo alto de operação e manutenção não plenamente coberto pela tarifa;
- Custo elevado de investimento;
- Contribuições indevidas e infiltrações elevadas.

Resíduos Sólidos

Em 02 de agosto de 2010 o Brasil promulgou, por meio da Lei Federal N. 12.305, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A Lei faz parte do processo de promoção da universalização dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. O Estado de Alagoas promulgou a Lei Estadual N. 7.749/2015, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e Inclusão Produtiva. A partir daí, foi elaborado e divulgado, ainda em 2015, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do estado de Alagoas (Pers), que tem como principal objetivo a definição de diretrizes para a gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).

De acordo com o Pers, a maioria dos municípios do estado de Alagoas encontra-se em um cenário de negligência das ações de saneamento ambiental, especialmente em municípios de médio e pequeno porte, por conta da deficiência nos índices de coleta e tratamento de esgoto, sistemas de drenagem obsoletos e insuficientes e devido ao gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos. Esse fato gerou negativos impactos socioeconômicos e ambientais.

A Tabela 27 apresenta a geração de Resíduos Sólidos Urbanos – RSU nas sete regiões definidas nos consórcios. Os dados foram extraídos do Plano Estadual de Resíduos Sólidos em cálculos realizados a partir dos dados do último Censo em 2010.

Tabela 27 – Estimativa de geração de resíduos sólidos urbanos nas regiões dos consórcios regionais para gestão de resíduos sólidos de Alagoas (2010)

Região	População Urbana (habitantes)	Geração diária de RSU (ton/dia)	% de geração por região
Agreste Alagoano	336.253,00	237,78	11,76
Bacia Leiteira	134.126,00	78,63	3,89
Litoral Norte	156.964,00	97,22	4,81
Metropolitana	1.124.760,00	1.263,64	62,49
Sertão	77.878,00	47,18	2,33
Sul do estado	278.488,00	178,28	8,82
Zona da Mata	189.391,00	119,35	5,90
Alagoas	2.297.860,00	2.022,08	100,00

Fonte: Cálculo elaborado pela FLORAM a partir de dados do IBGE 2010, extraído do PERS, 2015.

De acordo com a tabela acima, 62,49% dos resíduos são gerados na Região Metropolitana, em função da cidade de Maceió, a maior do estado de Alagoas. O Agreste alagoano aparece em segundo lugar, com 11,76%, tendo como principal influência a cidade de Arapiraca, a 2ª maior do estado.

Os dados de coleta e transporte dos resíduos sólidos foram divulgados pelo Ministério das Cidades, no Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos 2014, realizado pelo SNIS e contemplou 46 municípios do estado de Alagoas. O diagnóstico aponta uma redução no volume coletado entre 2013 e 2014. Em 2014 foi coletado 1,21 kg/hab/dia de resíduos sólidos, enquanto em 2013, foi 1,57 kg/hab/dia, ou seja, 22,6% a mais que no ano seguinte. Alagoas e Arapiraca, os maiores municípios de Alagoas, possuem coleta de resíduos prestada por empresas especializadas.

Quanto à disposição dos resíduos sólidos coletados, a situação do estado é preocupante. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), 58% dos resíduos coletados em 2012 foram dispostos em lixões sem nenhum tipo de tratamento. Até julho de 2015, apenas a cidade de Maceió possuía aterro sanitário em operação.

g. Telecomunicações

O diagnóstico dos serviços de telecomunicações do estado de Alagoas inclui o levantamento dos dados de telefonia (fixa e móvel), banda larga fixa e televisão por assinatura. As principais empresas de telecomunicações que atuam no estado de Alagoas são Claro, Oi, Tim, Vivo, Nextel, Incorp e Sky.

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Brasil encerrou janeiro de 2017 com 41,8 milhões de linhas ativas na telefonia fixa, com uma densidade de 20,26

acessos por 100 habitantes. No Nordeste, essa concentração cai para 8,57 e, no estado de Alagoas, o índice reduz ainda mais, atingindo 7,16 acessos por 100 habitantes. Os números do estado mostram que há um total de 240.540 acessos, sendo as concessionárias responsáveis por 49% desse número.

Com o crescimento da telefonia móvel, a tendência é o número de acesso de telefonia fixa decrescer. Essa constatação é verificada na Tabela 28 que mostra os dados referentes à quantidade de linhas de telefone fixo instaladas nos anos de 2013 e 2014.

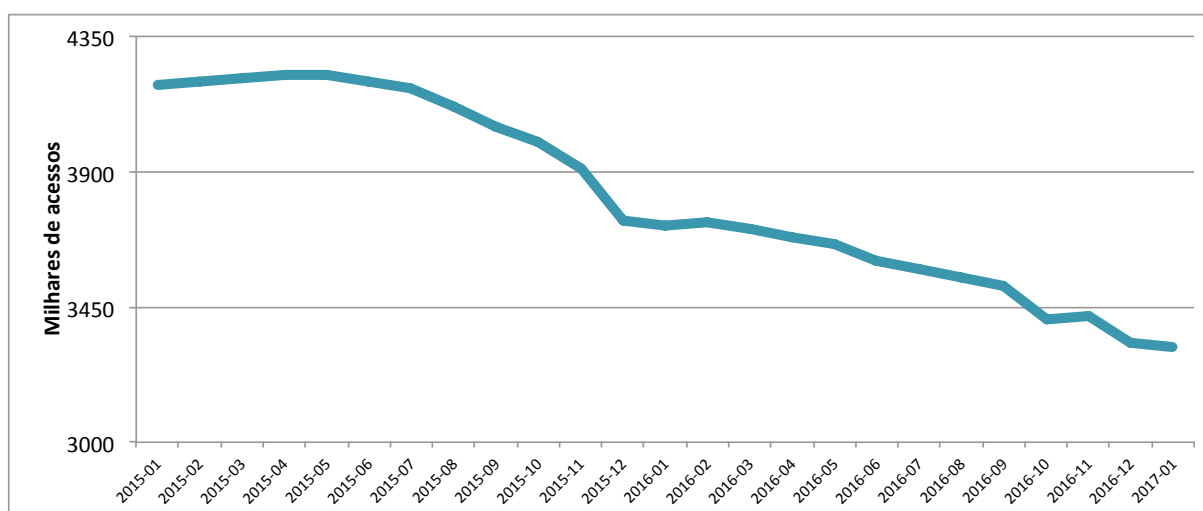
Tabela 28 – Quantidade de acessos de telefonia fixa em Alagoas, por tipo de instalação (2013 e 2014)

Terminais telefônicos/operadora	2013	2014
Telefonia Fixa		
Quantidade de telefones de uso público em serviço	13.124	13.450
Quantidade de acessos fixos instalados	290.562	290.119
De acesso fixo em serviço	162.036	143.562
De acesso fixo individual	148.912	130.112

Fonte: ANATEL, extraído de Anuário Estatístico de Alagoas (2014).

Os dados mais recentes de telefonia móvel também apresentam redução no número total de acessos. O Gráfico 15 apresenta a evolução do número de acessos à telefonia móvel em Alagoas que caiu de 4.188.841 acessos em janeiro de 2015 para 3.317.256 em janeiro de 2017. Essa redução pode ser explicada pela redução das tarifas cobradas para acesso à internet móvel e para as chamadas entre operadoras diferentes. Esses fatores permitem que os clientes mantenham os custos de comunicação baixos sem a necessidade de ter diversos chips de operadoras diferentes.

Gráfico 15 – Número total de acessos de telefonia móvel em Alagoas. Variação mensal entre janeiro de 2015 e janeiro de 2017 (em milhares de acessos).



Fonte: ANATEL. Base de dados de acessos, 2017.

Para os dados de telefonia móvel, o Brasil possui 243.418.982 acessos em operação, levando a uma densidade de 118,10 para cada 100 habitantes. No Nordeste, o número de acessos cai bastante, atingindo 58.633.747, mas a densidade não reduz na mesma proporção, assumindo o valor de 103,02. Comportamento similar para a análise em nível estadual, na qual o número de acessos cai para 3.317.256 e a densidade para 98,76.

Dados do Anuário Estatístico do estado (2015), referentes aos anos de 2013 e 2014, apontam para o predomínio de linhas pré-pagas. Além disso, as duas operadoras com maior número de clientes no estado são Claro e Tim, que detêm, respectivamente, 31% e 33% do mercado, como apresentado na Tabela 29.

Tabela 29 – Quantidade de acessos de telefonia móvel em Alagoas, por tipo de linha e por operadora (2013 e 2014).

Terminais telefônicos/ operadora	2013	2014
Telefonia Móvel		
Total	3.988.830	4.174.266
Pré-pago	3.554.925	3.702.513
Pós-pago	433.905	471.753
Telefonia Móvel		
OPERADORAS	3.988.830	4.174.266
CLARO	1.266.634	1.295.541
NEXTEL	0	5
OI	894.558	910.678
TIM	1.297.585	1.375.257
VIVO	530.053	592.785

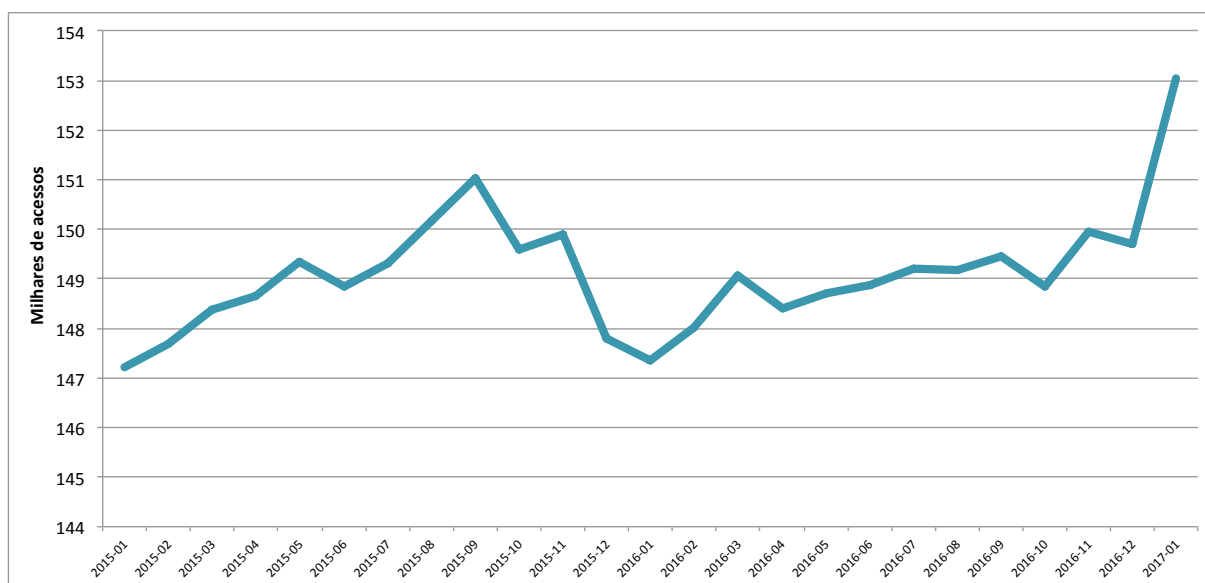
Fonte: ANATEL, extraído de Anuário Estatístico de Alagoas (2014).

Em relação aos dados de banda larga fixa, o País apresentou um crescimento de 5% entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. Atualmente, são 26,76 milhões de acessos que contribuem para uma densidade de 38,92 acessos para cada 100 domicílios. Da mesma forma que para os outros dados de telecomunicações, essa densidade diminui em níveis regional (17,43) e estadual (14,44). O estado possui 151.613 pontos de acesso em serviço.

Quanto ao serviço de TV paga, os números têm diminuído em todo o País, atingindo em janeiro de 2017, 18,7 milhões de assinantes. A cada 100 domicílios brasileiros, 27,18 possuem esse tipo de serviço. O Nordeste apresenta 2.179.682 assinantes e uma densidade de 12,06. Já o estado de Alagoas possui 110.171 assinantes e densidade de 10,5 a cada 100 domicílios.

Já o número de acessos à banda larga apresentou crescimento no mesmo período, saindo de 147.214 acessos em janeiro de 2015 para 151.613 acessos em janeiro de 2017 como pode ser observado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Número total de acessos à banda larga fixa em Alagoas. Variação mensal entre janeiro de 2015 e janeiro de 2017.



Fonte: ANATEL. Base de dados de acessos, 2017.

Em comparação ao resto do País e aos outros estados do Nordeste, Alagoas está entre os estados com menor número absoluto de acessos à TV paga e banda larga do País. Ainda que possamos considerar seu tamanho e população como decisivos para essa baixa participação, os dados relativos que consideram a taxa de acesso para grupo de 100 habitantes deixam o estado em posição desfavorável. Assim, como demonstrado pelos indicadores de serviços de telecomunicações, fica claro que Alagoas precisa avançar na ampliação do acesso aos serviços de comunicação.

6 CARACTERIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

A República Federativa do Brasil, de acordo com a Constituição de 1988, é “formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal”. Essas unidades político-administrativas têm autonomia política, legislativa, administrativa, e financeira, além de poder constituinte decorrente.

Essa autonomia permite ao Estado de Alagoas se auto-organizar, autogovernar, autoadministrar e autolegislar. O fundamento dessa auto-organização é a Constituição do Estado de Alagoas, promulgada em 5 de outubro de 1989. Além de ter sua própria Constituição (que observa os limites fixados pela Constituição Federal), o estado tem autonomia para escolha dos seus representantes (por meio de eleições) que são responsáveis pela legislação estadual e implementação das políticas públicas, sempre em atendimento à Constituição Federal e às Leis Federais.

Nesse contexto, o desenvolvimento do estado e de suas regiões é influenciado diretamente por um grande número de instituições públicas e privadas e diversos programas e ações que estão constantemente sendo implementados em diferentes regiões e diferentes setores econômicos do estado. Nesse sentido, algumas instituições e programas com maior impacto na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR merecem destaque nessa breve caracterização por sua relevância para o desenvolvimento regional de Alagoas.

A implementação da PNDR no estado é acompanhada pelo governo por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo – Sedetur que conta com uma Superintendência específica de Desenvolvimento Regional – Suder, cujo propósito é:

formular, articular e realizar ações para promover o desenvolvimento regional e setorial, por meio da inclusão produtiva e do estímulo ao empreendedorismo, gerando diversificação econômica para a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios em Alagoas.

Entre os projetos desenvolvidos pela Superintendência de Desenvolvimento Regional – Suder, estão os Arranjos Produtivos Locais – APLs, o Programa do Artesanato Brasileiro em Alagoas – PAB, Programas de Empreendedorismo, apoio às cadeias produtivas e outros programas voltados para o fortalecimento dos micro e pequenos negócios.

Todos esses programas estão focados na redução das desigualdades regionais e no pleno atendimento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. A equipe da Suder, antes vinculada à extinta Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico – Seplande, também foi a responsável pelo acompanhamento da Conferência Estadual do Desenvolvimento Regional de Alagoas realizada em 2012 em Alagoas.

Os principais resultados da Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional de Alagoas foram pautados em cinco princípios:

- Fortalecimento da participação da sociedade civil nos processos de desenvolvimento das políticas públicas, desde a elaboração até o controle social nas esferas municipal, estadual e federal;

- Educação: a base para o desenvolvimento;
- Integração das diversas políticas públicas direcionadas ao espaço regional, de forma a racionalizar e potencializar o uso de recursos;
- Combate às desigualdades sociais com políticas estruturantes focadas na viabilidade e potencialidades locais;
- Respeito às particularidades de cada região e a diversidade desta.

Ainda no âmbito estadual, o Plano Plurianual – PPA orienta as diretrizes, objetivos, metas e orçamentos a serem executados pelo governo em um período de quatro anos. Com uma receita estimada de cerca de R\$ 8 bilhões apenas em 2016, o PPA apresenta certo alinhamento com a PNDR. A visão de futuro para o estado, segundo o PPA 2016-2019, publicado em abril de 2016 é:

“Alagoas, um estado voltado ao desenvolvimento com interiorização e transformação social”

No PPA 2016-2019 foram definidos cinco Eixos Estratégicos:

- **Desenvolvimento humano e social** – constitui um dos pilares centrais do desenvolvimento pretendido para Alagoas e nele se concentram as principais prioridades das intervenções para o período do Plano Plurianual;
- **Desenvolvimento econômico e popular** – expressa a estratégia do governo para o fortalecimento da produção econômica local, com atenção especial para a economia popular e a agricultura;
- **Desenvolvimento urbano e logística** – contempla a estratégia que dará suporte às intervenções voltadas à infraestrutura logística e ao desenvolvimento urbano;
- **Desenvolvimento econômico setorial** – fornece a direção e o caminho para criar as condições necessárias à definição e organização de intervenções públicas em apoio às atividades dos setores econômicos de maior escala;
- **Gestão com participação, transparência e foco nos resultados** – busca a implantação de um modelo de gestão voltado à participação, transparência e foco nos resultados.

É possível notar que há convergência entre os eixos estratégicos do PPA 2016-2019 e a PNDR, o que contribui para o alcance dos objetivos do PDE Alagoas em um ambiente político institucional favorável ao desenvolvimento regional.

Outra instituição importante para o desenvolvimento regional do estado é o Banco do Nordeste, principalmente por ser o agente executor de uma das principais fontes de financiamento da PNDR, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Entre as instituições financeiras, a Desenvolve – Agência de Fomento de Alagoas é supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil e está ligada ao Governo do Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur). Muito além de uma simples instituição de crédito, a Desenvolve atua em ações voltadas para a promoção do desenvolvimento do estado de Alagoas, com ênfase nas camadas mais pobres da sociedade. Além da disponibilização de crédito, tem o objetivo de montar estratégias de desenvolvimento, com foco para projetos que tenham a função de formalizar e organizar os pequenos empreendedores.

Contemplando os incentivos fiscais com a finalidade de atração de investimentos, tem-se como instrumento de estímulo à industrialização das diferentes regiões de Alagoas, o Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (Prodesin), regulamentado no Decreto N. 38.394/2000. O Prodesin destina-se à promoção de meios e ao oferecimento de estímulos voltados à expansão, ao desenvolvimento e à modernização das indústrias alagoanas. Para isso, atende a empreendimentos turísticos e industriais, novos ou já instalados.

No âmbito federal, há ainda o Departamento de Desenvolvimento Territorial, vinculado à atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, que substituiu o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Esse departamento apresenta forte vínculo com o desenvolvimento regional, e suas ações em Alagoas têm relação direta com a execução da PNDR no estado. Entre suas ações, o destaque é o programa de apoio à gestão participativa dos Territórios Rurais e Territórios da Cidadania. Esse programa contribuiu com o desenvolvimento de Planos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável para seis regiões de Alagoas.

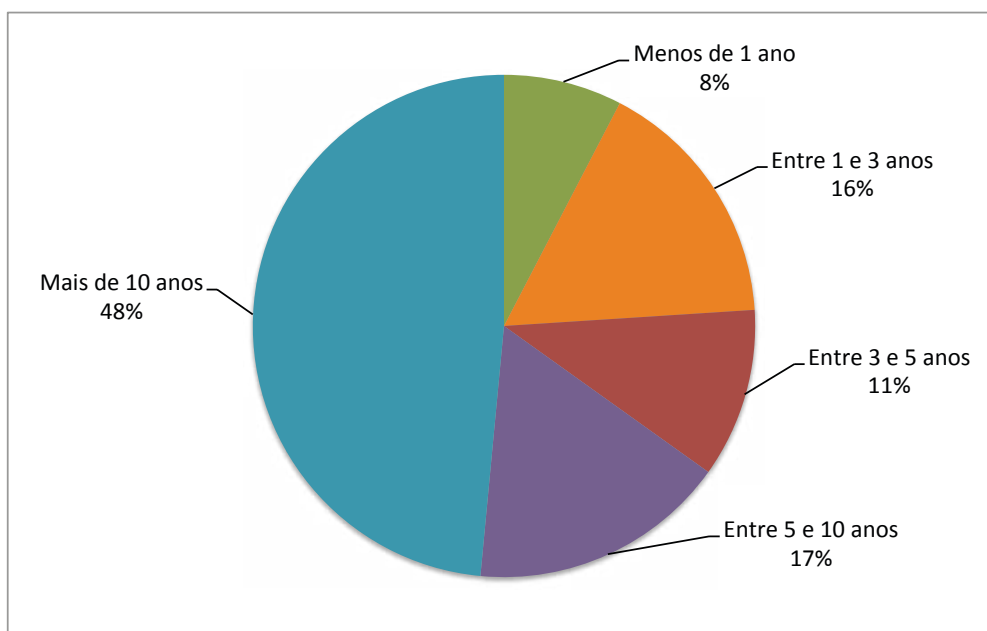
Esses programas e instituições são os que apresentam relação mais estreita com o contexto de desenvolvimento regional preconizado na PNDR. Além deles, há uma infinidade de instituições públicas e privadas que compõem o ambiente institucional do estado. Essas instituições desenvolvem programas, executam ações ou representam determinados segmentos, mas, em geral, estão concentradas na capital com pouca ou nenhuma capilaridade para as demais regiões do estado.

7 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS QUALITATIVAS E FORMULÁRIOS ON-LINE

Além dos dados secundários obtidos em documentos, estudos e projetos, as consultas primárias, realizadas por meio de entrevistas qualitativas e formulários on-line apoiam a consolidação do diagnóstico. Os resultados dessas consultas diretas foram sistematizados em um breve resumo, com as informações mais relevantes. Cento e noventa e sete entrevistas qualitativas e 174 pesquisas on-line formam uma amostra de 371 pessoas consultadas individualmente.

A maior parte dessas lideranças consultadas tem larga experiência no setor, sendo que 65% da amostra possui mais de cinco anos de experiência com o setor ao qual está vinculado, como pode ser observado no Gráfico 17.

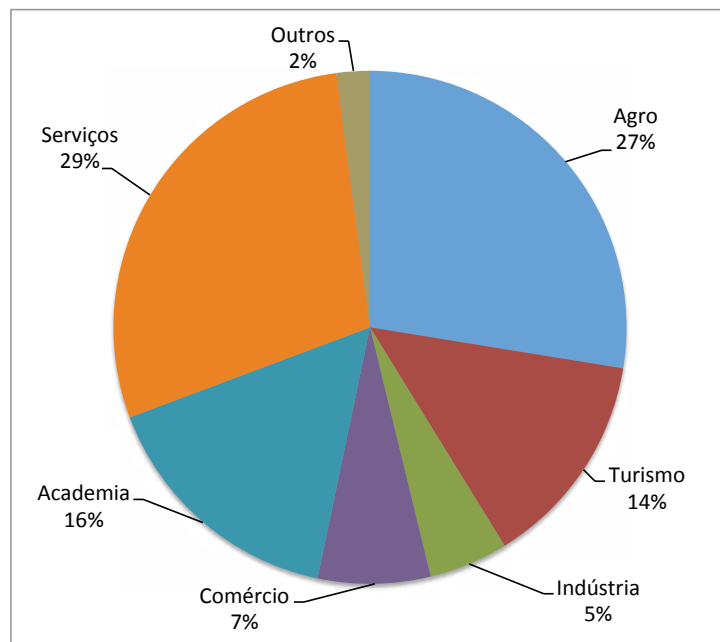
Gráfico 17 – Tempo de envolvimento dos entrevistados com o setor ao qual se vinculam



Fonte: Elaboração própria, IABS – Amostra consolidada de 371 atores.

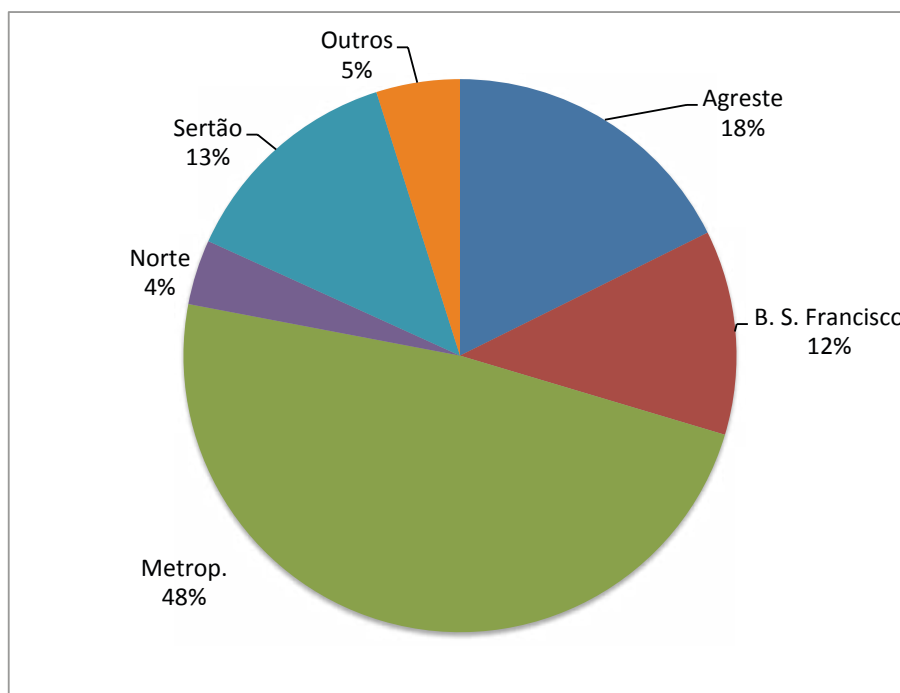
Além da experiência, a amostra foi qualificada por abranger as diferentes regiões do estado e múltiplos setores econômicos, como pode ser observado nos gráficos a seguir.

Gráfico 18 – Setor produtivo principal dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, IABS – Amostra consolidada de 371 atores.

Gráfico 19 – Região de residência dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria, IABS – Amostra consolidada de 371 atores.

A entrevista qualitativa teve o objetivo de levantar as informações mais relevantes para o desenvolvimento regional. Como a entrevista não tem a intenção de apontar respostas conclusivas em relação à quantidade (percentual) dos entrevistados e a amostra não foi

definida em função de um universo específico, seus resultados foram agrupados de forma qualitativa, com destaque para as palavras mais citadas e informações mais relevantes para cada um dos temas mais relacionados ao desenvolvimento regional.

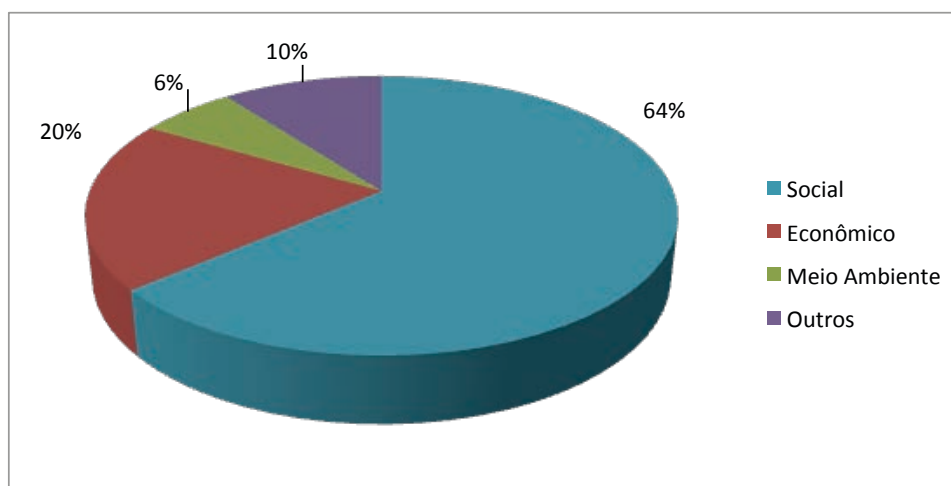
Em relação aos aspectos que mais favorecem o desenvolvimento regional de Alagoas, o destaque foram as atividades econômicas que poderiam contribuir para o desenvolvimento do estado como: Turismo, Agropecuária (destaque para a Agricultura Familiar) e Indústria.

Por outro lado, os fatores apontados pelas lideranças como os que mais prejudicam o desenvolvimento regional do estado, estão relacionados à deficiência dos serviços básicos: Educação, Saúde e Segurança. Outros fatores como concentração (espacial, de renda e de setores), falta de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e problemas climáticos, como a seca, também foram citados.

Os investimentos considerados prioritários foram: Educação/Capacitação Profissional, Saúde e Infraestrutura. Além desses investimentos, temas como energia e água também foram abordados com frequência, sendo que o item “Pesquisa e Inovação” foi considerado fundamental para orientar as diretrizes do Plano.

Apesar da crescente preocupação com a preservação e a fragilidade dos ambientes naturais, Alagoas ainda apresenta indicadores sociais e econômicos muito desfavoráveis. A maior parte dos entrevistados (64%) considerou que o foco social é o prioritário, ou seja, aquele relacionado à melhoria dos indicadores sociais, geração de renda e emprego como observado no gráfico a seguir.

Gráfico 20 – Principal foco para o desenvolvimento regional de Alagoas



Fonte: Elaboração própria, IABS.

Em relação à percepção de futuro, a visão das lideranças é fragmentada. Uma parcela significativa (32%) vê de forma pessimista o futuro do estado, como pode ser observado na Figura 20. Isso significa que quase um terço dos entrevistados acredita que Alagoas enfrentará, em 20 anos, um quadro de estagnação, aumento da pobreza e agravamento dos problemas sociais. Por outro lado, cerca de 55% desses entrevistados acreditam em um

cenário positivo, com uma economia mais dinâmica e diversificada e melhoria dos indicadores sociais. Essas lideranças acreditam ainda em polos regionais de desenvolvimento e um melhor aproveitamento das riquezas e potencialidades locais. Entre esses dois cenários, 13% dos entrevistados enxergam que o futuro é incerto e depende muito das decisões atuais e das mudanças que o ambiente está sujeito. Entre os fatores que mais influenciarão o cenário futuro, os destaque são:

1. Direcionamento das políticas públicas por meio das decisões dos governantes;
2. Fatores climáticos, principalmente relacionados com a quantidade de chuva, que tem impacto direto na capacidade de abastecimento e produção.

O elevado índice de pessimismo entre as lideranças entrevistadas demonstra a necessidade de um maior alinhamento dos setores para promover um trabalho mais integrado e promissor. A motivação desses atores é um dos elementos essenciais para que as mudanças necessárias, que foram identificadas, sejam realmente implementadas e monitoradas para obtenção dos resultados desejados.

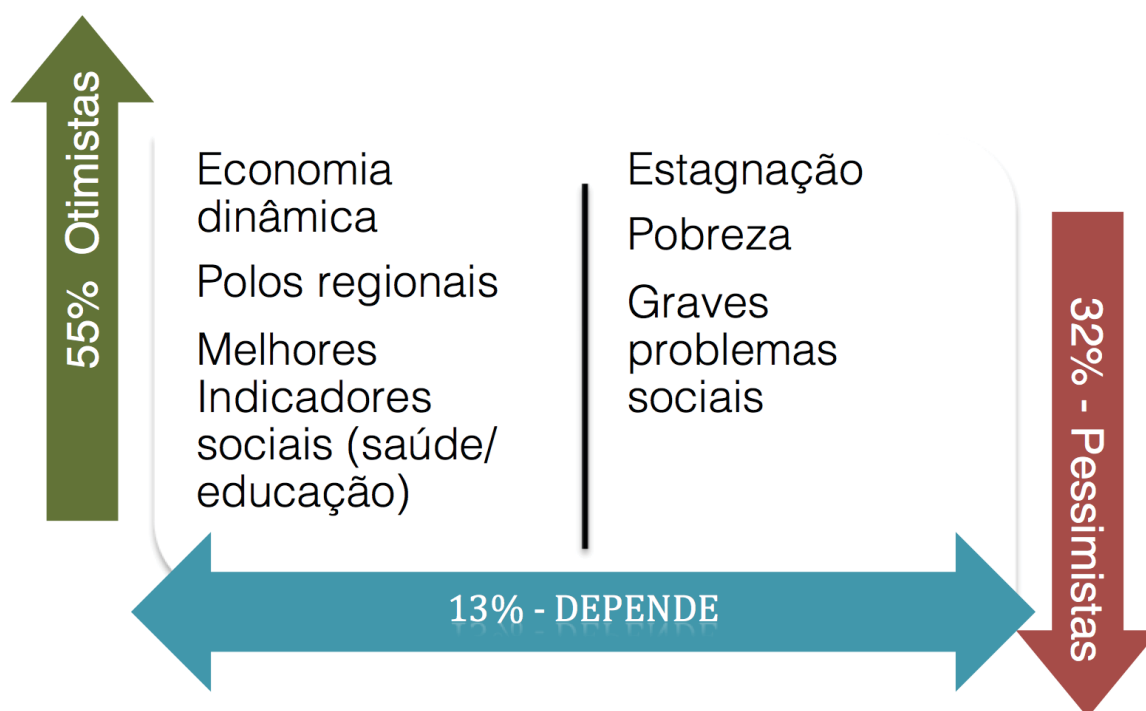


Figura 20 – Percepção de futuro de Alagoas, segundo os entrevistados

Fonte: Elaboração própria, IABS.



PARTE III

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL

O Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas – PDE Alagoas é o resultado de um processo de análise detalhada da realidade atual, acompanhado da construção participativa de propostas que possam alterar radicalmente a trajetória de desenvolvimento econômico e social de Alagoas.

As análises consideraram tendências internacionais e nacionais, além do contexto regional do Nordeste para situar cada região de Alagoas com suas riquezas, potencialidades e principais necessidades. Esse cenário conduziu a uma pactuação coletiva de nove diretrizes estratégicas e 39 programas que se relacionam em três eixos:

- Eixo de desenvolvimento setorial;
- Eixo estruturante;
- Eixo territorial.

Os programas consideram, portanto, as diferentes realidades regionais dentro do próprio estado com propostas de abordagens específicas, evitando assim a simples repetição de programas que não consideram as características endógenas e a melhor valorização dos recursos disponíveis, como preconiza a PNDR.

1 VISÃO DE FUTURO DE ALAGOAS

Um período de transformação social, crescimento econômico desconcentrado, e proteção do meio ambiente para o desenvolvimento sustentável de Alagoas.

2 MACROESTRATÉGIA

As informações obtidas em fontes secundárias, entrevistas qualitativas, formulário on-line e oficinas participativas foram o subsídio para a formatação da estratégia principal do Plano. Essa estratégia orienta o desenvolvimento do estado com foco no desenvolvimento regional e na redução das desigualdades inter-regionais, buscando alinhamento permanente e intenso com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

A partir de uma análise da realidade local atual, sua evolução nos últimos anos e as propostas de ação em andamento por meio de outros planos é possível inferir que o desenvolvimento do estado de Alagoas requer foco na transformação social com crescimento econômico desconcentrado e atenção ao meio ambiente e sua sustentabilidade. Nesse sentido, os serviços públicos e a governança institucional devem estar fortalecidos para permitir maior assertividade nas ações, agilidade nos ajustes necessários e absoluta transparência no processo.

A transformação social deve ser o resultado da melhoria dos indicadores sociais, com ênfase na educação, que foi identificada como uma das principais carências do estado. Além das necessidades de investimento em educação, Alagoas ainda apresenta índices de miséria

elevados no contexto regional e dificuldades de garantir o acesso aos serviços básicos à população, uma vez que os baixos investimentos são, em parte, fruto da baixa capacidade de gerar receitas públicas, tanto nos municípios quanto no Estado. A transformação social é, portanto, um caminho para a desconcentração e redução das desigualdades entre os setores econômicos e as regiões do estado.

Além do foco social, a desconcentração econômica passa pela diversificação das atividades e interiorização da produção. A maior parte do PIB é concentrada em um território restrito e em poucas atividades econômicas. Nesse sentido, as ações do PDE Alagoas devem estar vinculadas a atividades econômicas que sejam capazes de gerar riqueza e distribuí-la por meio de empregos e oportunidades de renda. Essa distribuição passa por um acesso facilitado aos meios de produção (capital, infraestrutura e terra) e maior integração, tanto entre os setores econômicos quanto pela integração da produção local com o contexto regional e nacional.

O meio ambiente e sua sustentabilidade no longo prazo também configuram elementos fundamentais para pautar o desenvolvimento do estado. Entre as principais potencialidades destacadas estão a riqueza natural, que inclui recursos minerais, beleza natural e biodiversidade. Dessa forma, as ações que pautam o desenvolvimento do estado, necessariamente precisam estar alinhadas ao uso sustentável desses recursos. Assim, o plano tem como premissas o ordenamento do uso e ocupação do espaço, produção e consumo consciente (especialmente de água e energia) e uma gestão eficiente de todos os recursos disponíveis.

Em última instância, o plano prevê o fortalecimento da dimensão político-institucional por meio de uma governança integrada e pautada pela gestão participativa. O processo participativo, além de orientar a elaboração do plano, tem fundamental importância em sua gestão e monitoramento, o que requer instituições fortes e estruturas de gestão que possam atravessar eventuais mudanças políticas.

Por fim, toda a estratégia para o desenvolvimento regional do estado apresenta alinhamento com a estratégia nacional e internacional. Essa estratégia é pautada na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, que busca, entre outros objetivos, “reverter as desigualdades inter e intrarregionais valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais”. Além do intenso alinhamento com a PNDR, há relação direta com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, defendidos pelas Nações Unidas desde 2015.

A Figura 21 ilustra, de forma resumida e objetiva, a estratégia para o desenvolvimento regional de Alagoas, em uma trajetória futura. Essa imagem reflete os princípios orientadores de todas as ações previstas para o Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas – PDE Alagoas.

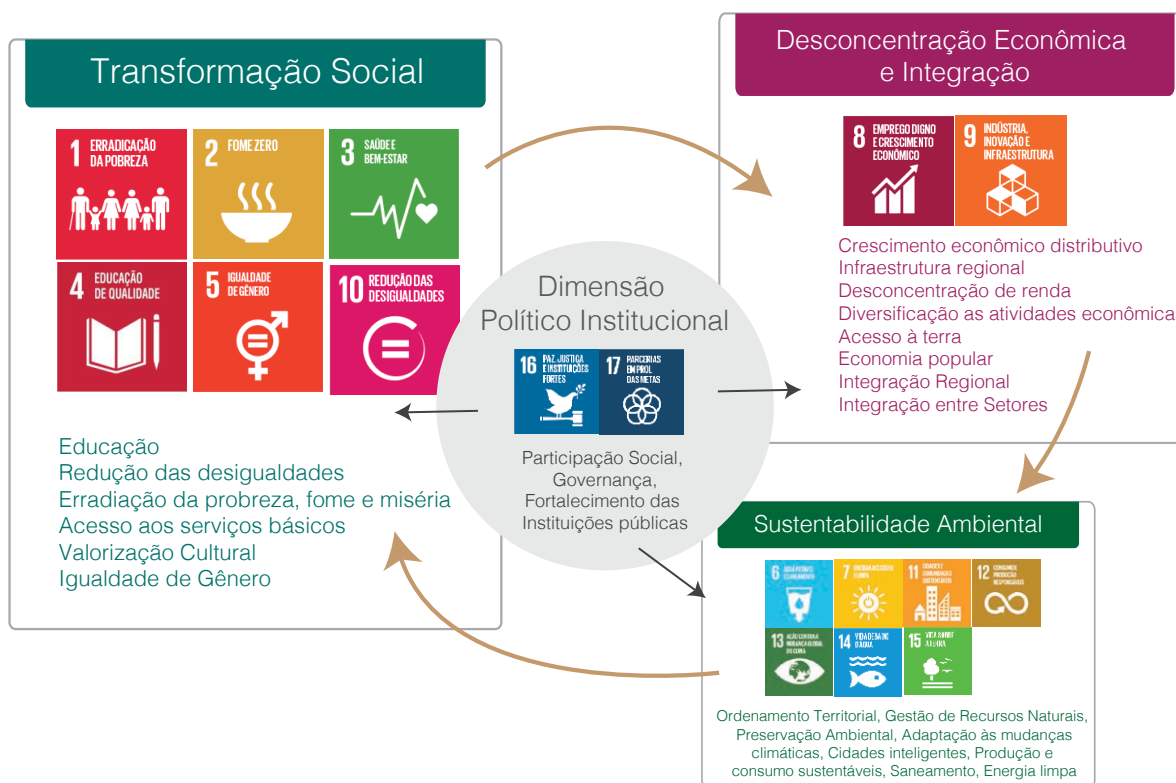


Figura 21 – Macroestratégia para o Desenvolvimento Regional de Alagoas

Fonte: Elaboração própria, IABS.

3 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

As diretrizes estratégicas para o PDE Alagoas foram propostas considerando três eixos principais:

- Eixo de Desenvolvimento Setorial;
- Eixo Estruturante;
- Eixo Territorial.

O eixo de desenvolvimento setorial é composto por diretrizes, programas e projetos que visam o adequado desenvolvimento de atividades econômicas produtivas e consequente geração de trabalho, emprego e renda. São ações que promovem o crescimento e a distribuição da riqueza em Alagoas.

O eixo estruturante, por sua vez, é composto de diretrizes, programas e projetos que permeiam as atividades produtivas e são bases estruturais para seu desenvolvimento pleno, ou seja, serviços básicos que impactam em maior ou menor escala todas as atividades econômicas e apesar de não estar vinculados a uma produção específica, constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento, como infraestrutura, educação e preservação ambiental.

O eixo territorial apresenta o vínculo de cada uma das atividades propostas (seja no eixo de desenvolvimento setorial, seja no eixo estruturante) com as diferentes regiões de

planejamento do estado de Alagoas. É um eixo que permite analisar as necessidades de uma forma espacial, identificando as ações prioritárias para cada região do estado, considerando ainda características endógenas e a melhor valorização dos recursos disponíveis em cada território, como preconiza a PNDR.

As diretrizes estratégicas foram organizadas em dois eixos (estruturante e de desenvolvimento) e o eixo territorial foi identificado de forma transversal, como apresentado anteriormente. Para cada eixo foi elaborada uma planilha específica contendo o detalhamento dos programas, projetos, ações, indicadores, metas (curto, médio e longo prazo) e a origem de cada proposta (se absorvida de outro plano anterior ou se obtida a partir das consultas primárias – entrevistas ou oficinas participativas). A planilha contempla ainda o eixo territorial e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Cada projeto/ação específicos apresenta um detalhamento de quais territórios são impactados, bem como quais objetivos e quais metas dos ODS estão relacionadas àquele projeto/ação.

Essa planilha, chamada de Matriz de Diretrizes, Programas e Projetos, é apresentada de forma detalhada e permite uma visualização objetiva dos programas e ações do PDE Alagoas e os respectivos vínculos existentes entre os três eixos, uma vez que há campos que contemplam a integração entre eixos, ou seja, o vínculo de projeto/ação com o território específico ou com projetos/ações do eixo estruturante.

Foram pactuadas nove diretrizes estratégicas, das quais quatro estão no eixo de desenvolvimento setorial e as outras cinco no eixo estruturante, como pode ser observado na Figura 22.

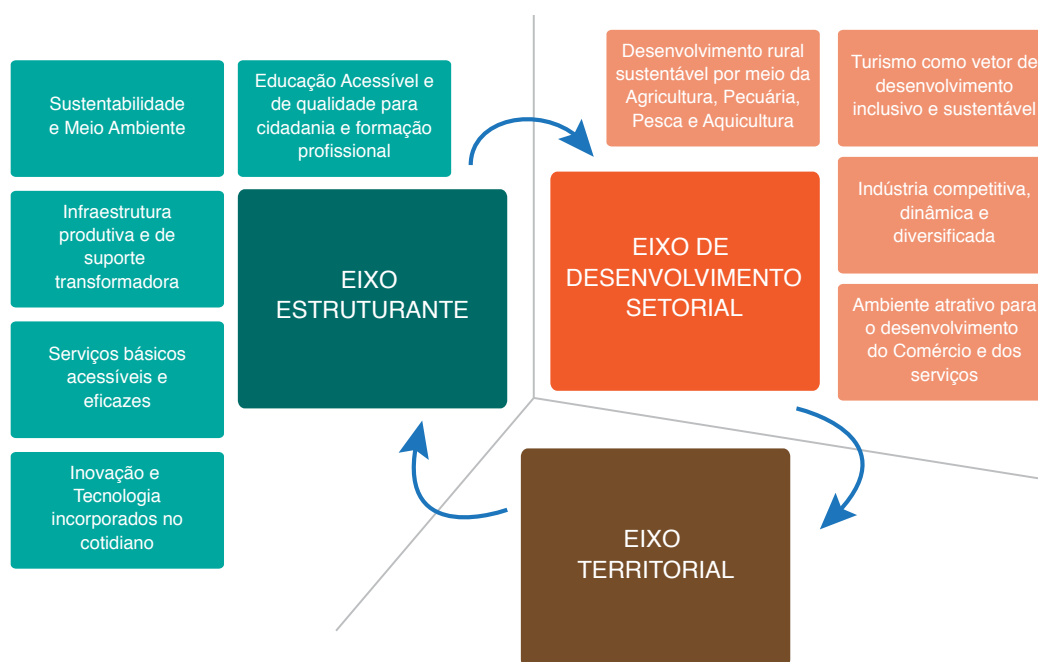


Figura 22 – Diretrizes estratégicas do Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas - PDE Alagoas

Fonte: Elaboração própria, IABS.

Um resumo de cada diretriz com todos os programas, os principais objetivos, principais resultados esperados, territórios de atuação e as principais instituições envolvidas é apresentado a seguir.

EIXO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

DIRETRIZ: Desenvolvimento Rural Sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura.

PROGRAMAS:

1. Diversificação e sustentabilidade de atividades alternativas à monoatividade canavieira na Zona da Mata;
2. Ampliação e verticalização da bacia leiteira de Alagoas;
3. Promoção da convivência com o semiárido;
4. Uso hidroagrícola do Canal do Sertão;
5. Integração campo-cidade, agricultura urbana e periurbana e inserção produtiva;
6. Desenvolvimento da aquicultura;
7. Desenvolvimento sustentável da fruticultura;
8. Dinamização e qualificação da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura em Alagoas;
9. Fortalecimento da agricultura familiar e cooperativismo no campo.

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Diversificar a produção rural;
- Aumentar a produtividade;
- Universalizar o acesso à água;
- Manter o homem no campo;
- Ampliar o mercado institucional.

METAS ODS:

2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14 e 15

PRINCIPAIS METAS:

- 100% das propriedades rurais com acesso à água para produção;
- 85% dos produtores com acesso a serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Reduzir em 25% a participação relativa da atividade canavieira no PIB do estado;
- Ampliar em 70% a produção aquícola;
- Ampliar em 15% a produtividade média da fruticultura.

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (Seagri)
- Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (Emater)
- Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL)
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas (Faeal)
- Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
- Ministério da Integração Nacional (MI)
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae)
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
- Prefeituras Municipais

EIXO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

DIRETRIZ: Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável

PROGRAMAS:

1. Infraestrutura aplicada ao turismo;
2. Defesa ambiental para o turismo;
3. Qualificação dos produtos turísticos;
4. Promoção e fortalecimento da imagem dos destinos;
5. Fortalecimento da gestão participativa e da política estadual de turismo.

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Qualificar e diversificar a oferta de produtos;
- Qualificar prestadores de serviços;
- Consolidar o posicionamento de mercado de cada região, considerando sua segmentação turística.

METAS ODS:

6, 7, 8, 9, 10, 12, 15 e 17

PRINCIPAIS METAS:

- 15 praias com selo Bandeira Azul;
- Sinalização turística considerada excelente por 90% dos turistas;
- Observatório de Turismo estadual consolidado e com informações acessíveis *on-line*.

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur)
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh)
- Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL)
- Ministério do Turismo (MTur)
- Ministério da Integração Nacional
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
- Maceió Convention & Visitors Bureau (MC&VB)
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae)
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
- Academia: Universidades e Faculdades públicas e privadas
- Prefeituras Municipais

EIXO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

DIRETRIZ: Indústria competitiva, dinâmica e diversificada

PROGRAMAS:

1. Fortalecimento e ampliação do polo industrial da química e do plástico na região metropolitana de Maceió;
2. Desenvolvimento de empreendimentos de energia sustentável;
3. Fortalecimento dos polos regionais e diversificação industrial;
4. Fortalecimento da agroindústria.

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Implantar novas indústrias;
- Diversificar a matriz energética;
- Fortalecer polos setoriais no interior;
- Agregar valor à produção rural.

METAS ODS:

4, 7, 8, 9 e 12

PRINCIPAIS METAS:

- Ampliar a participação da indústria • para 25% do valor Adicionado Bruto (vAB);
- Taxa de desemprego abaixo de 7,5%;
- Reduzir em 40% as perdas na transmissão de energia elétrica.

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur)
- Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz)
- Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL)
- Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (Fiea)
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae)
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
- Academia: universidades e Faculdades públicas e privadas
- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic)
- Ministério da Integração Nacional
- Ministério de Minas e Energia (MME)

EIXO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

DIRETRIZ: Ambiente atrativo para o desenvolvimento do Comércio e dos Serviços

PROGRAMAS:

1. Fortalecimento do comércio varejista nas pequenas e médias cidades de Alagoas;
2. Simplificação do processo de registro de empreendimentos do comércio e serviços;
3. Fortalecimento do Polo de Tecnologia e Inovação de Maceió;
4. Estímulo ao consumo de produtos locais.

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Consolidar centrais de distribuição;
- Formalizar empresas e empregos;
- Simplificar a política tributária;
- Incorporar a inovação à produção alagoana;
- Valorizar o consumo de produtos alagoanos.

METAS ODS:

4, 8, 9 e 12

PRINCIPAIS METAS:

- Processo de recolhimento de tributos unificados em um processo simplificado e ágil;
- Crescimento de 75% no número de empresas formalizadas;
- Ampliar em 25% o comércio de produtos com origem em Alagoas.

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur)
- Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz)
- Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL)
- Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas (Fecomércio)
- Junta Comercial de Alagoas (Juceal)
- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae)
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
- Academia: Universidades e Faculdades públicas e privadas

EIXO ESTRUTURANTE

DIRETRIZ: Educação acessível e de qualidade para cidadania e formação profissional

PROGRAMAS:

1. Interiorização do ensino técnico e universitário;
2. Promoção de ambiente favorável e resultados de excelência;
3. Erradicação do analfabetismo.

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Diagnosticar a cobertura do ensino em Alagoas;
- Ampliar a oferta de vagas e cursos;
- Melhorar a qualidade da educação;
- Valorizar profissionais da educação;
- Promover ambiente escolar favorável;
- Erradicar o analfabetismo.

METAS ODS:

4 e 5

PRINCIPAIS METAS:

- Ideb acima de 6 em todos os níveis (fundamental e médio);
- 50% das escolas com educação em tempo integral;
- 98% da população alfabetizada.

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado da Educação (Seduc)
- Ministério da Educação (MEC)
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-AL)
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-AL)
- Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
- Instituto Federal de Alagoas (Ifal)

EIXO ESTRUTURANTE

DIRETRIZ: Infraestrutura produtiva e de suporte transformadora

PROGRAMAS:

1. Otimização da logística e do transporte;
2. Infraestrutura produtiva;
3. Infraestrutura dos serviços públicos;
4. Segurança energética com sustentabilidade.

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Melhorar a competitividade logística;
- Atrair indústrias e agroindústrias;
- Estimular estrutura para novos negócios;
- Melhorar a infraestrutura de serviços básicos;
- Diversificar a matriz energética.

METAS ODS:

1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 11, 12 e 13

PRINCIPAIS METAS:

- Ferrovia Transnordestina em operação e conectada às ferrovias alagoanas;
- Elevar o calado do Porto de Maceió para 12,5 m;
- 45% da energia de fontes renováveis não poluidoras.

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur)
- Secretaria de Estado de Transporte e Desenvolvimento Urbano (Setrand)
- Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra)
- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (Seagri)
- Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
- Ministério de Minas e Energia (MME)
- Ministério da Integração Nacional (MI)
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)
- Companhia Docas
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
- Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas (DER)
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

EIXO ESTRUTURANTE

DIRETRIZ: Sustentabilidade e Meio Ambiente

PROGRAMAS:

1. Ampliação do saneamento básico;
2. Preservação ambiental e valorização dos ecossistemas;
3. Fortalecimento dos sistemas de gestão ambiental

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Universalizar o acesso à água potável;
- Ampliar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto;
- Ampliar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos;
- Ampliar a área preservada;
- Assegurar a sustentabilidade das Unidades de Conservação.

METAS ODS:

4, 6, 11 e 15

PRINCIPAIS METAS:

- 100% da população atendida com serviços de abastecimento de água;
- Pagamento por Serviços Ambientais regulamentado e implementado;
- 100% do esgoto coletado;
- Redução de 70% dos resíduos recicláveis secos dispostos em aterros.

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh)
- Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL)
- Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Ministério da Integração Nacional (MI)
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

EIXO ESTRUTURANTE

DIRETRIZ: Serviços básicos acessíveis e eficazes

PROGRAMAS:

1. Universalização da saúde;
2. Defesa da integridade do cidadão;
3. Respostas à sociedade;
4. Consolidação de Parcerias Público-Privadas.

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Melhorar os serviços de saúde;
- Reduzir a criminalidade;
- Desburocratizar os serviços públicos;
- Simplificar o ambiente tributário;
- Atrair investimentos privados.

METAS ODS:

1, 3, 5, 10, 13, 16 e 17

PRINCIPAIS METAS:

- Aumento da expectativa de vida média da população para 79 anos;
- Redução de 75% dos índices de criminalidade;
- Sistema de obrigações tributárias assessórias unificado.

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado da Saúde (Sesau)
- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (Seagri)
- Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz)
- Ministério da Fazenda (MF)
- Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag)
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur)
- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic)
- Ministério da Integração Nacional (MI)
- Ministério da Saúde (MS)
- Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)
- Polícia Militar de Alagoas (PM-AL)
- Polícia Civil de Alagoas
- Tribunal de Justiça de Alagoas
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
- Academia: Universidades e Faculdades públicas e privadas

EIXO ESTRUTURANTE

DIRETRIZ: Inovação e Tecnologia incorporadas ao cotidiano

PROGRAMAS:

1. Estruturação do Sistema Estadual de CT&I;
2. Apoio à incorporação da tecnologia e inovação no cotidiano;
3. Pesquisas para o desenvolvimento econômico de Alagoas.

PRINCIPAIS OBJETIVOS:

- Ampliar a estrutura de comunicação;
- Implantar estruturas de acesso à tecnologia;
- Consolidar polos tecnológicos;
- Desenvolver tecnologia para cidades inteligentes;
- Desenvolver pesquisas e extensão nas principais atividades econômicas.

METAS ODS:

2, 8, 9, 16 e 17

PRINCIPAIS METAS:

100% dos municípios atendidos com rede de fibra ótica;

Consolidar o Parque Tecnológico de Alagoas e seus polos:

- Agroalimentar de Batalha;
- Agroalimentar de Arapiraca;
- Tecnologia da Informação, Comunicação e Serviços;
- Museu interativo de CTI.

PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS:

- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (Secti)
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur)
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal)
- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI)
- Ministério da Integração Nacional
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
- Academia: Universidades e Faculdades públicas e privadas

3.1 EIXO DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

Cada programa contém um conjunto de projetos com indicadores, metas, vínculos com outros programas e origem da proposta. Uma síntese de todos os projetos é apresentada a seguir, organizada por programa, com os nomes do projeto, e o principal Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao qual está vinculado. A Matriz completa contém ainda qual das 169 metas mais se adequa ao projeto e o vínculo exato identificado entre o projeto, o ODS e sua respectiva meta.

A elaboração do Plano foi pautada nos aspectos mais relevantes para o desenvolvimento de Alagoas e todos os programas são considerados prioritários. Essa enorme carência de projetos e ações requer nova priorização dos programas em função de sua urgência e relevância para o desenvolvimento futuro do estado. Foram propostos três níveis de prioridade, representados pelos números 1, 2 e 3; sendo que o número 1 foi atribuído aos programas de maior prioridade, seguido pelos números 2 e 3. Essa priorização foi realizada de forma coletiva, por consenso entre os participantes, durante as oficinas participativas.

Diretriz 1: Desenvolvimento Rural Sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

PROGRAMA 1: Diversificação e sustentabilidade de atividades alternativas à monoatividade canavieira na Zona da Mata	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Realizar estudos sobre o Desenvolvimento Rural do estado, com ênfase à aptidão agrícola para diversificação da cultura canavieira e sustentabilidade ambiental	2
Realizar ações demonstrativas e seminários técnicos visando à diversificação e integração de novas atividades agropecuárias à cultura canavieira	8
Discutir e implementar programas de incentivo à diversificação da cultura canavieira e/ou de sustentabilidade ambiental das propriedades rurais nas áreas prioritárias	13
Ampliar área de cultivos da agricultura familiar na região a ser diversificada	2
Oferecer Assistência Técnica e Extensão Rural aos Produtores Rurais	11
Aumentar a produtividade das culturas alternativas	2

PROGRAMA 2: Ampliação e verticalização da bacia leiteira de Alagoas	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Implantar programas de melhoria genética e de matrizes para a pequena e média produção	2
Fortalecer a assistência técnica, capacitação, treinamento e formação ao longo da cadeia – inclui ampliação do programa "Balde Cheio"	11
Implementar ações de melhoria da qualidade da matéria-prima	2
Incentivar a implantação de laticínios e mini-indústrias associadas (produtos agregados) em diferentes regiões do estado	8
Promover a formalização, adequação, diversificação e melhoria da competitividade dos laticínios de Alagoas	8
Ampliar a comercialização e a demanda por leite nos Programas de Aquisição de Alimentos – PAA/Pnae	2

PROGRAMA 3: Promoção da convivência com o semiárido	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Universalizar o acesso à água no semiárido alagoano	6
Recuperar nascentes e mata ciliar de propriedades rurais, rios perenes e intermitentes	6
Incentivar a produção e aumentar a produtividade de culturas adaptadas ao semiárido	2
Ampliar e desenvolver tecnologias sociais de convivência com o semiárido (água, energia, produção e meio ambiente) – Fortalecer o Centro Xingó de Convivência com o Semiárido	7
Implementar política estadual de preservação e combate à desertificação e mitigação da seca	15

PROGRAMA 4: Uso hidroagrícola do Canal do Sertão	Prioridade 3
Projeto/Ação	ODS
Finalizar a construção do Canal do Sertão	6
Desenvolver modelo de gestão integrada de água para o Canal do Sertão	6
Realizar zoneamento ecológico-produtivo às margens e áreas de influência do Canal do Sertão, considerando outros usos integrados (energia, turismo rural, entre outros)	6
Realizar diagnóstico socioambiental e produtivo das propriedades beneficiadas pelo Canal do Sertão	13
Incentivar a diversificação da ocupação da área de influência do Canal do Sertão, combinando culturas intensivas e inclusão socioprodutiva da agricultura familiar	8
Implantar programa de incentivo ao uso sustentável da água e da terra	15

PROGRAMA 5: Integração campo-cidade, agricultura urbana e periurbana e inserção produtiva	Prioridade 3
Projeto/Ação	ODS
Implantar feiras livres com ordenamento e infraestrutura para comercialização da pequena produção rural e de produtos orgânicos em pequenas e médias cidades	10
Aumentar a produtividade da produção urbana e periurbana	8
Promover a inserção de produtos da pequena agricultura familiar no mercado urbano das médias e grandes cidades	8
Fortalecer o turismo rural e educativo visando à integração e conscientização da população urbana e o meio rural	8

PROGRAMA 6: Desenvolvimento da aquicultura	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Realizar censo aquícola e atualizar diagnóstico de potencialidades da aquicultura em Alagoas	14
Fortalecer a assistência técnica, capacitação, treinamento e formação ao longo da cadeia	8
Implantar Centros de Referência e unidades demonstrativas de boas práticas em aquicultura em áreas estratégicas (Sertão, Zona da Mata, São Francisco e Litoral)	2
Implantar projeto-piloto de maricultura no complexo estuarino lagunar Mundaú-Manguaba	14
Estruturar núcleos de produção de piscicultura (Região Metropolitana, Litoral e Sertão)	14
Desenvolver pesquisa para diversificação da produção aquícola e novas tecnologias sustentáveis de produção (bioflocos, recirculação e insumos integrados)	14
Implantar programa de incentivo à criação de unidades de beneficiamento e produção/distribuição de ração, equipamentos e suplementos	9

PROGRAMA 7: Desenvolvimento sustentável da fruticultura	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Incentivar e criar bancos de sementes municipais e comunitários (nativas e adequadas à região)	2
Fortalecer a assistência técnica e a extensão no meio rural especializada em fruticultura	8
Implantar unidades demonstrativas (familiares e coletivas) de fruticultura associadas a tecnologias ambientais de acesso à água e práticas adequadas de irrigação	2
Ampliar área de produção de frutas nativas e/ou adaptadas com práticas adequadas e sustentáveis de irrigação	2
Oferecer Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores	8
Recuperar, dinamizar e incentivar a implantação de agroindústrias comunitárias no Agreste, Sertão e Zona da Mata	9
Adequar e diversificar os produtos com foco na ampliação, qualificação e consolidação de mercados institucionais, tradicionais e inovadores	12

PROGRAMA 8: Dinamização e qualificação da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura em Alagoas	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Implantar programa de melhoria genética e de ampliação da produção e produtividade do setor	2
Fortalecer a assistência técnica e a extensão no meio rural (produção, alimentação animal e convivência com o semiárido)	8
Implantar unidades demonstrativas (familiares e coletivas) de produção associadas a tecnologias ambientais de acesso à água e convivência com o semiárido	2
Melhorar a infraestrutura dos abatedouros, frigoríficos, unidades de processamento e laticínios	2
Adequar e diversificar os produtos com foco na ampliação, qualificação e consolidação de mercados institucionais, tradicionais e inovadores	2

PROGRAMA 9: Fortalecimento da agricultura familiar e cooperativismo no campo	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Oferecer Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores rurais	8
Ampliar programas de aquisição de alimentos	2
Aumentar a produtividade da pequena produção familiar	2
Capacitar pequenos produtores rurais	8
Fomentar o cooperativismo na agricultura familiar	11
Aumentar o valor agregado dos produtos da agricultura familiar	2

Diretriz 2: Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável

PROGRAMA 1: Infraestrutura aplicada ao turismo	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Qualificação de orlas em todo o litoral de Alagoas	12
Sinalização turística orientada para as 5 regiões turísticas prioritárias	9
Melhoria do acesso às 5 regiões turísticas prioritárias do estado	12
Incentivo à acessibilidade em equipamentos públicos e privados	10
Estruturação de centros de atendimento aos turistas	12
Melhoria do saneamento básico em municípios turísticos	6
Energia disponível, regular e segura nas 5 regiões turísticas prioritárias	7

PROGRAMA 2: Defesa ambiental para o turismo	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Apoiar o desenvolvimento de Unidades de Conservação e seu uso turístico	15
Implantar projeto de Pagamento por Serviços Ambientais	8
Implantar projeto de educação ambiental, com foco na prevenção	8
Realizar ações de fiscalização preventiva	15
Recuperar áreas degradadas e assegurar a ocupação sustentável do espaço	15

PROGRAMA 3: Qualificação dos produtos turísticos	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Qualificação dos segmentos turísticos	8
Profissionalizar a operação certificada de atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura	12
Consolidar o Turismo de Negócios no estado de Alagoas	12
Organização Comunitária e inserção produtiva local na cadeia do turismo	12
Atração de investimentos para ampliação e qualificação dos equipamentos turísticos nas 5 regiões prioritárias	8
Implantar projeto integrado de diversificação e competitividade do turismo em 5 regiões turísticas do estado	8
Formar, capacitar e qualificar profissionais, guias, gestores e empresários de turismo	8
Apoiar eventos geradores de fluxo	8

PROGRAMA 4: Promoção e fortalecimento da imagem dos destinos	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Elaborar Plano de Marketing turístico do estado, com posicionamento definido para cada região	8
Realizar campanhas de promoção do turismo	12
Apoiar eventos de divulgação e comercialização turística	12
Realizar apresentações dos produtos e roteiros turísticos do estado	8

PROGRAMA 5: Fortalecimento da gestão participativa e da política estadual de turismo	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Consolidar a gestão participativa nos municípios classificados como turísticos segundo o "mapa de regionalização" do Ministério do Turismo	17
Ordenar o espaço a partir da definição do posicionamento do destino	8
Consolidar a gestão regional dos destinos turísticos de Alagoas	17
Implantar o observatório permanente de turismo de Alagoas	12

Diretriz 3: Indústria competitiva, dinâmica e diversificada

PROGRAMA 1: Fortalecimento e ampliação do polo industrial da química e do plástico na região metropolitana de Maceió	Prioridade 3
Projeto/Ação	ODS
Incentivar a implantação de novas indústrias para agregar valor à cadeia produtiva da química e do plástico	12
Criar o Centro de Inovação, Sustentabilidade e Pesquisa da Indústria química e do plástico, integrando instituições locais, empresas e outros Centros de Referência nacionais e internacionais	9
Criar programas de formação e capacitação especializados	4
Promover e incentivar a gestão ambiental, eficiência energética, redução de rejeitos e o reaproveitamento na indústria da química e do plástico	12

PROGRAMA 2: Desenvolvimento de empreendimentos de energia sustentável	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Fomentar pesquisas para energias renováveis e microgeração de energia	7
Incentivar a implantação de empreendimentos de energia renováveis	12
Implantar projeto-piloto de microgeração de energia e energia alternativa	7
Criar programa de incentivo à redução do consumo e à microgeração de energia em unidades familiares e empreendimentos públicos e privados	12

PROGRAMA 3: Fortalecimento dos polos regionais e diversificação industrial	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Fortalecer a infraestrutura dos polos e distritos industriais visando seu fortalecimento e diversificação	9
Fortalecer as micro e pequenas indústrias do estado nos diversos setores e polos industriais	9
Criar programas de incentivo ao fortalecimento dos polos industriais nas regiões do estado – considerar vocações e integração local	9

PROGRAMA 4: Fortalecimento da agroindústria	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Recuperar, dinamizar e incentivar a implantação de agroindústrias	9
Fortalecer os polos tecnológicos para prestação de serviços e desenvolvimento de novos produtos com aumento do valor agregado	8
Simplificar o processo de formalização, licenciamento e inspeção das agroindústrias	12

Diretriz 4: Ambiente atrativo para o desenvolvimento do Comércio e dos Serviços

PROGRAMA 1: Fortalecimento do comércio varejista nas pequenas e médias cidades de Alagoas	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Realizar estudos de oferta e demanda no entorno das principais cidades do estado – polos de comércio e serviços (em parceria com os municípios)	8
Implantar um setor específico para orientar e dar suporte aos gestores públicos municipais em temas relacionados ao comércio local	8
Promover o estabelecimento de centrais de distribuição em municípios de médio porte	9
Estimular a formalização de empresas e do emprego no comércio varejista	8
Estabelecer uma política tributária que estimule empreendimentos que gerem impacto social e ambiental positivos; e que considerem o porte das empresas	12
Implantar ações de sustentabilidade nos pequenos empreendimentos	12

PROGRAMA 2: Simplificação do processo de registro de empreendimentos do comércio e serviços	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Implantar registro totalmente digital, tornando a Junta Comercial totalmente acessível em plataforma Web	9
Criar estruturas de atendimento a empresários nos municípios	9
Unificar formato e processo de envio da documentação acessória obrigatória para os diferentes órgãos fiscalizadores	9
Realizar ações de treinamento e capacitação de servidores, associações	4

PROGRAMA 3: Fortalecimento do Polo de Tecnologia e Inovação de Maceió	Prioridade 3
Projeto/Ação	ODS
Promover a integração Universidade – Empresa – Setor Público no tema de tecnologia e inovação no Polo de Maceió	9
Fortalecer as unidades de ensino, pesquisa e formação em tecnologia e inovação	9
Criar programas de incentivo à pesquisa, tecnologia e inovação no estado	9
Promover o intercâmbio e a troca de experiências nos temas de tecnologia e inovação no estado	9

PROGRAMA 4: Estímulo ao consumo de produtos locais	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Levantar e quantificar principais produtos do estado – situação atual e projetada	12
Implantar programas de incentivo ao comércio e consumo de produtos e serviços locais	12
Criar marca de incentivo ao consumo de produtos e serviços locais	12
Realizar campanhas de estímulo ao consumo de produtos locais	12

3.2 EIXO ESTRUTURANTE

Diretriz 1: Educação acessível e de qualidade para cidadania e formação profissional

PROGRAMA 1: Interiorização do ensino técnico e universitário	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Realizar diagnóstico da cobertura do ensino médio técnico e universitário nas regiões do estado	4
Ampliar a oferta de cursos técnicos, profissionalizantes e universitários no interior do estado	4
Melhorar a qualidade do ensino técnico e profissionalizante	4

PROGRAMA 2: Promoção de ambiente favorável e resultados de excelência	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Melhorar a qualidade da educação básica (medido pelo Ideb)	4
Valorizar professores e profissionais de educação	4
Promover a escola como espaço de crescimento pessoal e profissional	4
Ampliar ações preventivas de segurança na escola	16

PROGRAMA 3: Erradicação do Analfabetismo	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Ampliar a educação de jovens e adultos	4
Universalizar a educação infantil (primeira infância)	4
Escolas para indígenas, quilombolas e população rural	4

Diretriz 2: Infraestrutura produtiva e de suporte transformadora

PROGRAMA 1: Otimização da logística e do transporte	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Ampliação da malha viária do estado	11
Ampliação e melhoria das estradas rurais com foco no escoamento da produção	11
Melhoria da qualidade da malha viária do estado	11
Implantação de portos de cargas e passageiros no interior do estado	11
Implantação de hidrovias em rios e lagoas	6
Integração de ferrovias alagoanas com a Transnordestina	11
Dragagem e aumento do calado do Porto de Maceió	9
Melhoria do acesso rodoviário e ferroviário ao Porto de Maceió	11

PROGRAMA 2: Infraestrutura produtiva	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Ampliar a oferta de equipamentos turísticos	12
Implantar centrais de distribuição em municípios do interior	12
Implantar infraestrutura de acesso à água para produção	9
Implantar estrutura de apoio ao desenvolvimento da Ciência, Tecnologia & Inovação	9
Ampliar o número de indústrias no estado	9
Ampliar e equipar a infraestrutura para beneficiamento da produção rural	2

PROGRAMA 3: Infraestrutura dos serviços públicos	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Ampliar a infraestrutura de educação	4
Ampliar a infraestrutura de saúde	3
Ampliar e otimizar a infraestrutura de Segurança Pública	16

PROGRAMA 4: Segurança energética com sustentabilidade	Prioridade 3
Projeto/Ação	ODS
Diversificar as fontes de energia, priorizando fontes renováveis	7
Universalizar o acesso a energia	7
Assegurar fornecimento contínuo e eficaz de energia a todo o estado	7
Implantar programa de consumo responsável de energia	13
Melhorar a eficiência energética da biomassa disponível no estado	7

Diretriz 3: Sustentabilidade e Meio Ambiente

PROGRAMA 1: Ampliação do saneamento básico	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Universalizar o acesso à água potável	6
Desenvolver pesquisas e projetos de inovação na área de saneamento	6
Ampliar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto	6
Ampliar a cobertura dos serviços de coleta de resíduos sólidos	11

PROGRAMA 2: Preservação ambiental e valorização dos ecossistemas	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Fortalecer os modelos de gestão das áreas protegidas	15
Desassorear lagoas e rios	6
Incentivar a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação	15
Implantar Pagamento por Serviços Ambientais	15

PROGRAMA 3: Fortalecimento dos sistemas de gestão ambiental	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Implantar ações de fiscalização preventiva e educação ambiental	4
Fortalecer a gestão descentralizada do Meio Ambiente nos municípios	17

Diretriz 4: Serviços básicos acessíveis e eficazes

PROGRAMA 1: Universalização da saúde	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Melhorar o acesso aos serviços de saúde	3
Qualificar os profissionais de saúde	3
Maior transparência nos serviços e recursos aplicados em saúde	16

PROGRAMA 2: Defesa da integridade do cidadão	Prioridade 1
Projeto/Ação	ODS
Zoneamento das áreas de risco	13
Modernizar a estrutura de Segurança Pública em Alagoas	1

PROGRAMA 3: Respostas à sociedade	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Desburocratização dos serviços de inspeção	16
Otimização do Sistema Judiciário	16
Transparência na execução de recursos públicos	16
Unificação de obrigações tributárias acessórias	16
Fiscalização tributária transparente e com regras claras e duradouras	16

PROGRAMA 4: Consolidação de parcerias público-privadas	Prioridade 3
Projeto/Ação	ODS
Atração de investidores para concessões de estruturas a empresas privadas	17

Diretriz 5: Inovação e Tecnologia incorporadas ao cotidiano

PROGRAMA 1: Estruturação do Sistema Estadual de CT&I	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Fortalecer as parcerias estratégicas entre empresas e governo	17
Revisar o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado	9
Definir as prioridades de pesquisa para o desenvolvimento econômico de Alagoas	8
Expandir a estrutura de fibra ótica no estado	9

PROGRAMA 2: Apoio à incorporação da tecnologia e inovação no cotidiano	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Implantar telecentros e estruturas de acesso à informação em todas as regiões do estado	16
Criar museu interativo da Tecnologia e Inovação	9
Consolidar polos tecnológicos em diferentes regiões do estado	9
Apoiar a realização de eventos técnicos e científicos	9
Desenvolvimento de tecnologia para cidades inteligentes	9
Prêmio de Inovação	9

PROGRAMA 3: Pesquisas para o desenvolvimento econômico de Alagoas	Prioridade 2
Projeto/Ação	ODS
Apoiar o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica	4
Apoiar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao melhor aproveitamento da biomassa	7
Apoiar ações de pesquisa e extensão voltadas para propostas de utilização do Canal do Sertão	6
Apoiar o desenvolvimento de tecnologias e inovação para o setor de turismo	9
Estimular pesquisas e ações relacionadas à economia criativa	11
Apoiar o desenvolvimento de pesquisas para o setor industrial	9
Apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados à produção rural, pesca e aquicultura	2

4 INDICADORES E METAS

Indicadores são elementos numéricos que permitem verificar até que ponto e em que medida determinada meta ou objetivo foi alcançado. Segundo o Guia Metodológico de Indicadores de Programa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

indicadores são instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto de uma realidade dada (situação social) ou construída (ação de governo), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação. (BRASIL, 2010)

A efetividade dos indicadores depende de fontes de informações precisas, confiáveis e atualizadas. Muitas vezes os indicadores são definidos tendo como base dados desatualizados ou estudos sem periodicidade, o que prejudica a avaliação da intervenção realizada e seu efeito para alterar a realidade e atingir o objetivo proposto.

Importante registrar que a escolha dos indicadores mantém forte vínculo com os objetivos do Plano. Além desses objetivos, a definição desses indicadores considerou também a capacidade de intervenção, materializada nos projetos/ações que o compõem.

Uma das principais deficiências apontadas no diagnóstico é a carência de pesquisas regulares e de dados confiáveis, o que dificulta o estabelecimento de indicadores ou compromete

o monitoramento do PDE Alagoas. Considerando essa dificuldade, os indicadores foram estabelecidos a partir da análise de outros planos e propostas técnicas, bem como em função da disponibilidade de dados em fontes oficiais.

Segundo o dicionário Michaelis, meta é o “ponto que se procura atingir com algo; alvo; mira”. No caso do planejamento, a meta é uma quantificação dos objetivos, ou seja, uma forma de apresentar o resultado a ser alcançado, de forma objetiva e quantificada. No caso do PDE Alagoas, as metas estão diretamente relacionadas aos indicadores definidos e expressam, de forma numérica, os resultados esperados para cada projeto/ação, o que contribui para o alcance dos objetivos do Plano.

A análise da evolução de alguns indicadores sociais e econômicos estratégicos aponta que o desenvolvimento de Alagoas exige metas desafiadoras. Se o estado continuar evoluindo no mesmo ritmo que vem evoluindo nos últimos anos, não será possível atingir níveis satisfatórios de desenvolvimento nos próximos 20 anos. O PDE Alagoas tem o objetivo de orientar o desenvolvimento do estado em um horizonte de longo prazo, o que exige, portanto, o estabelecimento de metas muito ambiciosas.

A definição dessas metas requer, além de um conjunto de dados atualizados e confiáveis, um profundo conhecimento técnico sobre as regiões, diferentes áreas do conhecimento e setores econômicos específicos. É necessário que cada proposta de projeto/ação, se desdobre na construção de projeto executivo específico, com detalhamento de sua operacionalização, levando em consideração a estratégia definida no Plano. Nesse caso, as metas operacionais são estabelecidas no momento de construção do projeto.

As metas estratégicas estabelecidas no PDE são o resultado da consolidação de metas de outros planos e de propostas realizadas em função da realidade atual dos indicadores e extrapolação simples para o período do PDE Alagoas. Essas propostas foram obtidas nas diferentes fontes de consulta e na análise técnica do diagnóstico. Como o desenvolvimento do estado exige uma transformação radical da realidade, o crescimento econômico, as melhorias sociais e a eficiência dos serviços do Estado devem representar uma evolução dos indicadores sociais e econômicos, superior àquela observada nos anos anteriores.

As metas foram projetadas, portanto, a partir de uma extrapolação simples para dobrar a capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços em um cenário de 15 anos. A referência para essas metas foram os dados mais recentes disponíveis e o histórico de evolução nos últimos anos. Em alguns casos, esse tipo de projeção não é possível em função das particularidades regionais e setoriais, o que exige ajustes nas metas projetadas a partir da definição técnica operacional para execução das ações.

Dessa forma, todos os projetos executivos devem prever adequação das metas, uma vez que há constante alteração na realidade de cada atividade ou setor e há carência de dados atualizados sobre os diferentes segmentos.

5 MATRIZ DE DIRETRIZES, PROGRAMAS E PROJETOS

A Matriz de diretrizes, programas e projetos é a sistematização de todas as ações propostas para o desenvolvimento regional de Alagoas em um horizonte de longo prazo. Essas ações foram construídas em um processo participativo onde foram consideradas outras ações de construção participativa realizadas anteriormente, e a análise do cenário atual obtida a partir de documentos, fontes oficiais e entrevistas com lideranças.

A Matriz é organizada por eixo e por diretriz estratégica, conforme apresentado na Figura 21, no capítulo anterior. A partir das diretrizes estratégicas foram pactuados 39 programas que se dividem em 183 projetos/ações. Cada projeto/ação exige um detalhamento de projeto operacional específico com desdobramentos em atividades. Cada projeto/ação contém ainda um ou mais indicadores concretos e objetivos que, além de permitir o monitoramento e acompanhamento sistemático do Plano, orientam a elaboração dos projetos. Esses indicadores foram construídos em função das fontes disponíveis para acompanhamento dos dados e em função do vínculo entre a ação operacional e o objetivo estratégico dos programas e diretrizes.

Considerando que muitas informações e sugestões obtidas no processo participativo são táticas e operacionais, os indicadores também auxiliam a incorporar essas sugestões no plano estratégico, como desdobramento de programas e projetos. Esse registro de soluções operacionais auxilia na elaboração de projetos inovadores que possam considerar as expectativas de cada setor e de cada território.

O detalhamento completo da Matriz é fruto de um trabalho técnico que envolve a análise de outros planos e dos relatórios das etapas anteriores de construção do PDE Alagoas para identificar a origem de cada proposta, possíveis indicadores e o vínculo existente entre essas propostas.

A Matriz foi organizada, portanto, em cinco grandes blocos:

1. Plano de ações;
2. Meta;
3. Integração entre Eixos;
4. Possibilidades orçamentárias;
5. Origem da Proposta.

O **primeiro bloco** contém a estrutura principal do PDE e foi a parte trabalhada de forma coletiva durante o Seminário Final de Validação:

- Diretrizes;
- Programas;
- Projetos/Ações;
- Prioridade;
- Indicadores;
- Fonte do Indicador.

Nesse bloco há o detalhamento tático das diretrizes estratégicas e propostas operacionais para execução do Plano.

O **segundo bloco** contém a perspectiva de prazo de execução de cada atividade em metas de curto, médio ou longo prazo, dependendo do prazo necessário para cumprimento total da proposta. Para fins desse Plano, os prazos considerados foram:

- Curto Prazo – até 3 anos;
- Médio Prazo – 3 a 5 anos;
- Longo Prazo – 5 a 15 anos.

O **terceiro bloco** apresenta a integração entre os eixos de desenvolvimento, estruturante e territorial, permitindo rápida identificação do programa com o território ao qual está direcionado e com ações transversais de desenvolvimento. Essa integração permite otimizar a execução de atividades que apresentam vínculos. Algumas ações impactam outros programas e diversos territórios, o que indica que sua execução interfere no desenvolvimento de outros setores ou regiões e podem ser necessárias para o alcance de outras diretrizes estratégicas.

O **quarto bloco** apresenta uma lista das instituições que apresentam maior vínculo com cada projeto e que devem ser envolvidas na execução do projeto, podendo financiar ou apoiar na identificação de financiadores de cada ação e/ou atividade.

O **quinto bloco** apresenta a integração do PDE Alagoas com o processo de diagnóstico. Esses campos apontam se as ações propostas estão previstas em outros planos e se foram obtidas no processo participativo, seja por meio das oficinas ou por meio das consultas primárias (entrevistas qualitativas e on-line). Algumas ações são frutos de proposta técnica da equipe de especialistas e apesar de não terem sido identificadas no processo de diagnóstico, foram inseridas na planilha porque foram consideradas inovadoras ou necessárias para o cumprimento dos objetivos do Plano.

A consolidação da Matriz foi realizada por uma equipe de especialistas, a partir das contribuições da população nas etapas de consulta (incluindo o Seminário Final de Validação). Essa consolidação envolveu análise técnica de adequação ao objetivo estratégico do Plano, seu vínculo com o diagnóstico participativo e sua pertinência ao cenário projetado para o estado de Alagoas. As propostas foram adequadas a partir de uma pesquisa de ações similares em outros planos e documentos considerados no diagnóstico, seguido de uma definição padronizada de indicadores que pudessem orientar a execução e o monitoramento do Plano.

A versão completa da Matriz, em formato de planilha eletrônica, que facilita a identificação das atividades e a atualização das informações, está disponível no CD que acompanha este documento ou na base de dados on-line acessível por meio do *QR Code* apresentado na “Metodologia”.

* Alguns programas e atividades não apresentam metas em função da indisponibilidade de dados e outras informações necessárias para a projeção de cenário futuro.

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Diversificação e sustentabilidade de atividades alternativas à monoavicultura canavieira na Zona da Mata				Prioridade: 1				
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Integração com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Realizar estudos sobre o Desenvolvimento Rural do estado, com ênfase à aptidão agrícola para diversificação da cultura canavieira e sustentabilidade ambiental	2	2.a	Pesquisas realizadas para melhoria da produção agropecuária com ênfase à diversificação da cultura canavieira	Fapeal	5	50			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Seagri, MMA, IICA, Mapa, MI, Sudene Ação 20605021533180000 PPA. R\$ 1.630.000,00
Realizar ações demonstrativas e seminários técnicos visando à diversificação e integração de novas atividades agropecuárias à cultura canavieira	8	8.2	Catálogo atualizado de estudos existentes sobre diversificação da produção canavieira	Fapeal	1				Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Seagri, Fapeal, Ufal, Ifal, Sudene Ação 20605021533180000 PPA. R\$ 1.630.000,00
Discutir e implementar programas de incentivo à diversificação da cultura canavieira e/ou de sustentabilidade ambiental das propriedades rurais nas áreas prioritárias	13	13.3	Projetos modelos em propriedades rurais nas áreas prioritárias	Seagri/ Sebrae/ Embrapa	12	12		Tabuleiros do Sul, Serrana dos Quilombos, Metropolitana e Norte	Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Seagri, MI, Mapa, Sudene
			Seminários técnicos especializados realizados	Seagri/ Sebrae	8	8	4		Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Seagri, MI, Mapa, Sudene
			Área Diversificada e/ou adaptada (em ha ou % da área atual)	Seagri	10%	20%	30%			Seagri, MI, Mapa
			Programa implementado por tema/cultura	Seagri	3	6				Seagri, Emater, Mapa, MI, Sudene Ação 20605021533180000 PPA. R\$ 1.630.000,00

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Diversificação e sustentabilidade de atividades alternativas à monoavicultura canieira na Zona da Mata				Prioridade: 1				
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Ampliar área de cultivos da agricultura familiar na região a ser diversificada	2	2.5	% de aumento de áreas de pequenas propriedades				30			Crédito Fundiário, FNE, BNB, Desenvolve, BB
			Número de famílias assentadas em programas de regularização fundiária				150			
Oferecer Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores rurais	11	11.c	Culturas com técnicos especialistas dedicados	Emater				Tabuleiros do Sul, Serrana dos Quilombos, Metropolitana e Norte		Seagri, Emater, Senar Ação 20608021030920000 PPA. R\$ 19.488.216,00
			Produtores atendidos							
Aumentar a produtividade das culturas alternativas	2	2.4	% de aumento da produtividade de grãos (cultura de referência)		5%	15%			Infraestrutura produtiva	MI, Mapa, MDSA Ação 20608021233210000 PPA. R\$ 57.875.000,00

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Ampliação e verticalização da Bacia Leiteira de Alagoas				Prioridade: 2				
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Implantar programas de melhoria genética e de matrizes para a pequena e média produção	2	2.3	Número de propriedades atendidas pelo programa de melhoramento genético	Emater	50	250				Emater, Seagri
			Número de Pesquisas focadas no melhoramento genético de criações	Emater	4	61			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Fapeal, Ufal, Ifal, Centros Universitários, Sudene Ação 20608021031840000 PPA. R\$ 12.020.000,00
Fortalecer a assistência técnica, capacitação, treinamento e formação ao longo da cadeia – inclui ampliação do programa "Balde Cheio"	11	11.c	Técnicos e extensionistas formados e requalificados	Emater						Emater, Ufal, Sebrae
			Produtores e demais trabalhadores atendidos ao longo da cadeia	Emater	60	300			Agreste, Planalto da Borborema, Médio Sertão e Alto Sertão	Seagri, Sebrae, Emater Ação 20608021030920000 PPA. R\$ 19.488.216,00
			Ampliação do número de propriedades atendidas pelo programa "Balde Cheio"	Emater	300	450				Seagri, Sebrae, Emater, Embrapa
Implementar ações de melhoria da qualidade da matéria-prima	2	2.4	Técnicos e extensionistas formados e requalificados	Emater						Seagri, Emater, Mapa, MI, Sudene
			Produtores e demais trabalhadores atendidos ao longo da cadeia	Emater	60	300			Infraestrutura produtiva	Seagri, Emater, Mapa, MI, Sudene, Codevasf
Ampliação do número de propriedades atendidas pelo programa "Balde Cheio"				Emater	300	450			Serviços básicos acessíveis e eficazes	Seagri Ação 2060402154270000 PPA. R\$ 6.623.118,00

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Ampliação e verticalização da Bacia Leiteira de Alagoas					Prioridade: 2			
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Incentivar a implantação de laticínios e mini-indústrias associadas (produtos agregados) em diferentes regiões do estado	8	8.3	Laticínios e mini-indústrias de valor agregado instaladas	Seagri	3	20	100		Infraestrutura produtiva	Seagri, Emater, Mapa, Mi, Sudene, Codevasf
Promover a formalização, adequação, diversificação e melhoria da competitividade dos laticínios de Alagoas	8	8.3	Seminários técnicos especializados realizados	Seagri	4	4	2	Agreste, Planalto da Borborema, Médio Sertão e Alto Sertão	Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Seagri, Sebrae, Ifal, Ufal, Sudene
			Trabalhadores da indústria formados e requalificados	Senais	250	700	2000		Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional	Senai, Sebrae
Ampliar a comercialização e a demanda por Leite nos Programas de Aquisição de Alimentos – PAA/ Pnae	2	2.c	Manual de orientação elaborado	Seagri	1				Infraestrutura produtiva	Sebrae, Mapa, Seagri, Sudene
			Aumento percentual da aquisição institucional (considerando situação atual)	Conab	20	70	100			Seagri, Conab, Prefeituras Ação 04122022031420000 PPA. R\$ 46.920,00
			Campanhas de promoção e valorização do produto local	Seagri	2	2				Seagri, Sebrae

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Promoção da convivência com o Semiárido					Prioridade: 2			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos				
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Universalizar o acesso à água no semiárido alagoano	6	6.1	Porcentagem de propriedades rurais com acesso à água potável	MDSA/ Seagri			100%		Sustentabilidade e Meio Ambiente; Serviços básicos acessíveis e eficazes	Seagri, Seinfra, Codevasf, Sudene, MI, MMA, MDSA Ação 18544021831560000 PPA. R\$ 19.818.000,00
			Cisternas de segunda água (produção) e outras tecnologias sociais construídas	Seagri		500	900		Sustentabilidade e Meio Ambiente; Serviços básicos acessíveis e eficazes	Seagri, Seinfra, Codevasf, Sudene, MI, MMA
			Barragens coletivas de pequeno e médio portes construídas	Seagri		5			Sustentabilidade e Meio Ambiente; Serviços básicos acessíveis e eficazes	Seagri, Seinfra, Codevasf, Sudene, MI, MMA Ação 17605020532600000 PPA. R\$ 4.859.916,00
Recuperar nascentes e mata ciliar de propriedades rurais, rios perenes e intermitentes	6	6.6	Nascentes Recuperadas	MMA/ IMA/ Chesf/ Codevasf	76	25		Médio Sertão e Alto Sertão	Sustentabilidade e Meio Ambiente; Serviços básicos acessíveis e eficazes	Seagri, Seinfra, Codevasf, Sudene, MI, MMA
			Área Recuperada (em ha)	MMA/ IMA/ Chesf/ Codevasf	10	40	100		Sustentabilidade e Meio Ambiente	Semarth, Seagri, MMA, MI, CBHSF, IMA, Chesf Ação 18544021831540000 PPA. R\$ 1.050.000,00

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Promoção da convivência com o Semiárido					Prioridade: 2				
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias	
Incentivar a produção e aumentar a produtividade de culturas adaptadas ao semiárido	2	2.4	Projetos modelos em propriedades rurais nas áreas prioritárias	Seagri	5	10	15	Médio Sertão e Alto Sertão	Sustentabilidade e Meio Ambiente	Seagri, Emater, Mapa, MI, Sudene	
			Campanhas de conscientização realizadas	Seagri	2	2			Sustentabilidade e Meio Ambiente	Seagri, Emater, Mapa, MI, Sudene	
			Programa de produção de sementes adaptadas ao semiárido implementado	Seagri	1					Seagri, Emater, Embrapa, Mapa, MI, Sudene	
Ampliar e desenvolver tecnologias sociais de convivência com o semiárido (água, energia, produção e meio ambiente) – Fortalecer o Centro Xingó de Convivência com o Semiárido	7	7.a	Projetos modelos em propriedades rurais nas áreas prioritárias	Seagri	5	10	15			Seagri, Emater, Embrapa, Mapa, MI, Sudene, Centro Xingó, Sebrae	
			Pesquisas aplicadas e demonstrativas realizadas	Seagri	3	9			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Seagri, Emater, Embrapa, Mapa, MI, Sudene, Centro Xingó, Sebrae Ação 20608021031840000 PPA, R\$ 12.020.000,00	
Implementar política estadual de preservação e combate à desertificação e mitigação da seca	15	15.3	Seminários técnicos especializados realizados	Seagri	1	3	10			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Seagri, Emater, Embrapa, Mapa, MI, Sudene, Centro Xingó, Sebrae
			% da política implantada	MMA/Seagri/IMA	25	75			Serviços básicos acessíveis e eficazes	Seagri, IMA, MMA, Semarh Ação 18543021831240000 PPA, R\$ 132.000,00	

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Uso hidrográfico do Canal do Sertão						Prioridade: 3		
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Finalizar a construção do Canal do Sertão	6	6.5	Km em operação	Seinfra		250			Infraestrutura produtiva e de suporte	Seinfra, Semarh, Seagri, Sudene, MI Ação 185440218325 10000 PPA, R\$ 716.566.936,00
Desenvolver modelo de Gestão integrada de Água para o Canal do Sertão	6	6.5	Modelo de Gestão em operação	IMA/ Seagri	1			Médio Sertão, Alto Sertão e Agreste	Serviços básicos acessíveis e eficazes	Seinfra, Semarh, Sudene, MI, IMA
Realizar zoneamento ecológico-produtivo às margens e áreas de influência do Canal do Sertão, considerando outros usos integrados (energia, turismo rural, entre outros)	6	6.6	Zoneamento realizado	Seagri	1				Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Seinfra, Semarh, Sudene, MI, IMA Ação 19571021741960000 PPA, R\$ 42781.911,00
Realizar diagnóstico socioambiental e produtivo das propriedades beneficiadas pelo Canal do Sertão	13	13.3	Diagnóstico realizado	Seagri	1				Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Seinfra, Semarh, Sudene, MI, IMA Ação 19571021741960000 PPA, R\$ 42781.911,00

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Uso hidrográfico do Canal do Sertão					Prioridade: 3			
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Incentivar a diversificação da ocupação da área de influência do Canal do Sertão, combinando culturas intensivas e inclusão socioproductiva da agricultura familiar	8	8.2	Volume de investimento realizado em produção de larga escala (em milhões de R\$)	Seagri/Sedetur		5	15			Seagri, Sedetur, Semarh, Sudene, Codevasf
			Implantar unidades demonstrativas, produtivas e adequadas à gestão ambiental	Seagri	20	50			Infraestrutura produtiva e de suporte	Seagri, Sedetur, Semarh, IMA, Embrapa, Sudene, Codevasf
			Número de famílias assentadas	Iteral	150	450	2000	Médio Sertão, Alto Sertão e Agreste		Iteral, Seagri Ação 21631021032760000 PPA. R\$ 148.000,00
Implantar programa de incentivo ao uso sustentável da água e da terra nas propriedades rurais produtivas na área de influência do Canal do Sertão			Número de pequenos proprietários atendidos por assistência técnica especializada	Emater		500				Seagri, Emater, Sebrae Ação 20608021030920000 PPA. R\$ 19.488.216,00
	15	15.b	Área total das propriedades adequadas (em ha)	Seagri, Semarh		1000	10000		Sustentabilidade e Meio Ambiente	Seagri, Semarh, IMA, Prefeituras Municipais

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Integração campo-cidade, agricultura urbana e periurbana e inserção produtiva					Prioridade: 3				
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias	
Implantar feiras livres com ordenamento e infraestrutura para comercialização da pequena produção rural e de produtos orgânicos em pequenas e médias cidades	10	10.3	N. de feiras livres implantadas	Seagri					Infraestrutura	Seagri, Sebrae, Senar, Seinfra	
			Campanhas de conscientização e valorização da produção local realizadas	Seagri							Seagri, Secom, Sebrae
Aumentar a produtividade da produção urbana e periurbana	8	8.2	Programa de incentivo à produção urbana e periurbana implantado	Seagri		100%				Seagri, Emater, Embrapa, Mapa, MI, Sudene	
			Seminários técnicos especializados realizados	Seagri	1	4			Agreste, Tabuleiros do Sul, Metropolitana e Norte	Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Seagri, Emater, Embrapa, Mapa, MI, Sudene
			Número de pequenos e médios produtores urbanos e periurbanos identificados	Seagri	300	2000					Seagri, Emater, Embrapa, Mapa, MI, Sudene
Promover inserção de produtos da pequena agricultura familiar no mercado urbano das médias e grandes cidades	8	8.9	Campanhas de conscientização e valorização da produção local realizadas	Seagri	1	4				Seagri, Emater, Embrapa, Mapa, MI, Sudene	
			Número de produtos locais integrados em restaurantes, mercados e hotéis de Maceió e outros núcleos urbanos	Sedetur	20	100				Infraestrutura Produtiva	Sedetur, Seagri, Emater, Embrapa, Mapa, MI, Sudene

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Integração campo-cidade, agricultura urbana e periurbana e inserção produtiva				Prioridade: 3				
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Fortalecer o turismo rural e educativo visando à integração e conscientização da população urbana e o meio rural	8	8.9	Roteiro e produtos turísticos rural e educativo – modelo implantado	Sedetur	1			Agreste, Tabuleiros do Sul, Metropolitana e Norte		Sedetur, Seagri, Emater, Embrapa, Mapa, MI, Sudene
			Seminários técnicos especializados realizados	Sedetur	1	4			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Sedetur, Seagri, Emater, Embrapa, Mapa, MI, Sudene

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Desenvolvimento da Aquicultura					Prioridade: 2			
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Realizar censo aquícola e atualizar diagnóstico de potencialidades da aquicultura em Alagoas			Censo aquícola de Alagoas realizado	Seagri	1				Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Seagri, Mapa, Mi, IICA, Codevasf
Fortalecer a assistência técnica, capacitação, treinamento e formação ao longo da cadeia	8	8.a	Técnicos e extensionistas formados e requalificados	Emater, Ufal, Sebrae, C. Xingó	20	100				Seagri, Mapa, Mi, IICA, Codevasf
			Produtores e demais trabalhadores capacitados ao longo da cadeia	Seagri, Sebrae, Emater, C. Xingó	500	2000		Baixo São Francisco, Alto Sertão, Norte, Tabuleiros do Sul e Metropolitana	Seagri, Mapa, Mi, IICA, Codevasf Ação 20605021233270000 PPA. R\$ 3.575.000,00	
Implantar Centros de Referência e unidades demonstrativas de boas práticas em aquicultura em áreas estratégicas (Sertão, Zona da Mata, São Francisco e Litoral)	2	2.4	Número de propriedades atendidas pelo programa "Balde Cheio" – Piscicultura	Seagri, Sebrae, Emater, Embrapa		50	300			Seagri, Mapa, Mi, IICA, Codevasf
			Centros de Referências implantados	Seagri, Sebrae	2	4			Infraestrutura produtiva e de suporte	Seagri, Mapa, Mi, IICA, Codevasf
			Unidades demonstrativas produtivas implantadas	Seagri, Sebrae, Centro Xingó, Codevasf	20	40	40		Infraestrutura produtiva e de suporte	Seagri, Mapa, Mi, IICA, Codevasf

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Desenvolvimento da Aquicultura						Prioridade: 2		
Plano de Ações		Meta/Prazo				Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Implantar projeto-piloto de maricultura no complexo estuarino lagunar Mundaú-Manguaba			Produtores envolvidos	Seagri, Prefeitura de Maceió	10	40			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Seagri, Mapa, MI, IICA, Codevasf, BID, Sebrae
Estruturar núcleos de produção de piscicultura (Região Metropolitana, Litoral e Sertão)	14	14.4	Alevinos produzidos (milheiro) Unidades demonstrativas e projetos coletivos implantados	Seagri, Codevasf Seagri, Codevasf	2000	6000	10000		Infraestrutura produtiva e de suporte	Seagri, Mapa, MI, IICA, Codevasf Seagri, Semarh, Mapa, MMA Ação 20605021233290000 PPA. R\$ 15.263.872,00
Desenvolver pesquisa para diversificação da produção aquícola e novas tecnologias sustentáveis de produção (bioflocos, recirculação, insumos integrados)	14	14.a	Produtores envolvidos Pesquisas aplicadas e demonstrativas realizadas	Seagri, Codevasf Ufal, Ifal		500 6		Baixo São Francisco, Alto Sertão, Norte, Tabuleiros do Sul e Metropolitana	Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Seagri, Semarh, Mapa, MMA Seagri, Semarh, Emater, Fapeal, Embrapa, Mapa, MMA
Implantar programa de incentivo à criação de unidades de beneficiamento e produção/distribuição de ração, equipamentos e suplementos			Programa de incentivo implantado Indústria de processamento do pescado implantada e regularizada Empresa de ração, equipamentos e suplementos aquícolas instalada	Seagri, Sebrae Adeal, Mapa Seagri, Seinfra, Adeal, Sudene, MI, Mapa	1	2	2		Serviços básicos acessíveis e eficazes Infraestrutura produtiva e de suporte	Seagri, Seinfra, Sudene, MI, Mapa, Sebrae Seagri, Seinfra, Adeal, Sudene, MI, Mapa Ação 26605021233300000 PPA. R\$ 2.720.563,00
				Seagri, Sebrae	2	6	4		Infraestrutura produtiva e de suporte	Seagri, Seinfra, Sudene, MI, Mapa, Sebrae

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Desenvolvimento Sustentável da Fruticultura				Prioridade: 2			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo		
				Integração entre eixos	Território(s)				
Incentivar e criar bancos de sementes municipais e comunitários (nativas e adequadas à região)	2	2.5	Bancos de sementes em execução	Seagri	5	25		Infraestrutura produtiva e de suporte	Seagri, Prefeituras
Fortalecer a assistência técnica e a extensão no meio rural especializada em fruticultura	8	8.a	Técnicos e extensionistas formados e requalificados	Emater	20	100		Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional	Emater, Ufal, Sebrae, Centro Xingó
			Produtores e demais trabalhadores capacitados ao longo da cadeia produtiva	Seagri		150	700		Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional
Implantar unidades demonstrativas (familiares e coletivas) de fruticultura associadas a tecnologias ambientais de acesso à água e práticas adequadas de irrigação	2	2.4	Número de propriedades atendidas pelo programa de assistência técnica	Emater		300			Seagri, Sebrae, Emater, Embrapa Ação 20608021030650000 PPA, R\$ 16.517.450.000,00
			Projetos modelos em propriedades rurais nas áreas prioritárias	Seagri	40	60	40		Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano
			Seminários técnicos especializados realizados	Seagri	12	12	6	Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	MI, MDSA, Mapa, MMA, Seagri, Sebrae, C. Xingó

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Desenvolvimento Sustentável da Fruticultura					Prioridade: 2			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Ampliar área de produção de frutas nativas e/ou adaptadas com práticas adequadas e sustentáveis de irrigação	2	2.4	Área total das propriedades com práticas adequadas (em ha)	Seagri		10000				MI, MDSA, Mapa, MMA, Seagri, Sebrae
Oferecer Assistência Técnica e Extensão Rural aos Produtores	8	8.a	N. de culturas com técnicos especialistas dedicados	Emater	5	15	25	Agreste, Planalto da Borborema, Serra dos Quilombos e Médio Sertão		Seagri, Emater Ação 608021030920000 PPA. R\$ 19.488.216,00
			Produtores atendidos	Emater					5000	
Recuperar, dinamizar e incentivar a implantação de agroindústrias comunitárias no Agreste, Sertão e Zona da mata	9	9.4	Fábricas e minifábricas existentes recuperadas e com modelo de gestão implantado	Seagri	1	2			Infraestrutura produtiva	MI, Mapa, Seagri, Sebrae, Centro Xingó
			Novas agroindústrias implantadas e regularizadas	Seagri	2	4	4		Infraestrutura produtiva	MI, Mapa, Seagri, Sebrae, Centro Xingó
Adequação e diversificação dos produtos com foco na ampliação, qualificação e consolidação de mercados institucionais, tradicionais e inovadores			Aumento percentual da aquisição institucional	Conab	20%	70%	100%			Seagri, Conab, Prefeituras
			Campanhas de promoção e valorização do produto local	Seagri	1	12				Seagri, Sebrae
				Sedetur		100%				Seagri, Sedetur, Sebrae, Abrasel

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Dinamização e qualificação da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura em Alagoas					Prioridade: 1			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Implantar programa de melhoria genética e de ampliação da produção e produtividade do setor	2	2.3	Número de propriedades atendidas pelo programa de melhoramento genético	Seagri	50	350			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Seagri
Fortalecer a assistência técnica e a extensão no meio rural (produção, alimentação animal e convivência com o semiárido)	8	8.a	Técnicos e extensionistas formados e requalificados	Emater	20	100				Seagri, Emater Ação 20608021030920000 PPA, R\$ 19.488.216,00
			Produtores e demais trabalhadores capacitados ao longo da cadeia	Emater		450	1500			Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional
Implantar unidades demonstrativas (familiares e coletivas) de produção associadas a tecnologias ambientais de acesso à água e convivência com o semiárido	2	2.4	Número de propriedades atendidas pelo programa "Balde Cheio – Ovinocaprinos"	Seagri		300		Médio Sertão e Alto Sertão		Seagri, Sebrae, Emater, Embrapa
			Projetos modelos em propriedades rurais nas áreas prioritárias	Seagri	20	40	20			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano
			Seminários técnicos especializados realizados	Seagri	8	8	4		Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	MI, MDSA, Mapa, MMA, Seagri, Sebrae, Centro Xingó

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura				Programa: Dinamização e qualificação da cadeia produtiva da ovinocaprinopecuária em Alagoas				Prioridade: 1		
Plano de Ações				Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial	
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Melhoria da infraestrutura dos abatedouros, frigoríficos, unidades de processamento e laticínios	2	2.a	Abatedouros e frigoríficos existentes recuperados e com modelo de gestão implantado (modelo de negócio social) Novos abatedouros e frigoríficos e indústria de leite de cabra implantados e regularizados	Seagri	1	2			Infraestrutura produtiva e de suporte	MI, MDSA, Mapa, MMA, Seagri, Sebrae, Centro Xingó Ação 20605021233190000 PPA. R\$ 310.000,00
Adequação e diversificação dos produtos com foco na ampliação, qualificação e consolidação de mercados institucionais, tradicionais e inovadores	2	2.4	Aumento percentual da aquisição institucional (considerando situação atual) Campanhas de promoção e valorização do produto local Programa de inserção produtiva de cortes nobres, queijo e outros produtos de valor agregado implantados na cadeia do turismo	Conab	20	70	100	Médio Sertão e Alto Sertão	Infraestrutura produtiva e de suporte	Seagri
				Seagri	1	6				Seagri, Conab, Prefeituras
				Sedetur		1			Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Seagri, Sedetur, Sebrae, Abrasel

Diretriz: Desenvolvimento rural sustentável por meio da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura		Programa: Fortalecimento da agricultura familiar e o cooperativismo no campo					Prioridade: 1			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos				
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Eixo Desenvolvimento Setorial
Oferecer Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores rurais	8	8.a	Produtores atendidos	Emater			5000			Possibilidades orçamentárias Seagri, Emater Ação 20608021030920000 PPA. R\$ 19.488.216,00
Ampliar programas de aquisição de alimentos	2	2.c	Culturas com técnicos dedicados	Emater						Seagri, Emater
Aumentar a produtividade da pequena produção familiar	2	2.3	Percentual de produtos da merenda escolar adquiridos da Pequena Agricultura Familiar	Conab			50%			Seagri, Conab, Seduc
Capacitar pequenos produtores rurais	8	8.a	N. de produtores capacitados	Seagri				Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serra dos Quilombos		MI, Mapa, Seagri, Emater Ação 20605021033160000 PPA. R\$ 73.329.440,00
Fomentar o cooperativismo na agricultura familiar	11	11.a	Percentual de aumento da produtividade	Seagri					Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional	Seagri, Sebrae, Emater, Centro Xingó
Aumentar o valor agregado dos produtos da agricultura familiar	2	2.3	N. de cooperativas e associações atendidas	Seagri						Seagri, Sebrae, Emater, Centro Xingó Ação 23691021234000000 PPA. R\$ 7.552.906,00
Aumentar o valor agregado dos produtos da agricultura familiar	2	2.3	Percentual da produção vendida diretamente ao consumidor e/ou revendedor qualificado	Seagri					Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Seagri, Sebrae, Emater, Centro Xingó

Diretriz: Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável		Programa: Infraestrutura aplicada ao turismo					Prioridade: 1			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos				
Projetos/Ações	ODS	Meias ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto		Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante
Qualificação de orlas em todo o litoral de Alagoas	12	12.b	N. de Orlas Qualificadas	Sedetur	1	5			Infraestrutura produtiva e de suporte	Mtur, Mi, BID, MMA, Seinfra, Sedetur, Semarh Ação 18541021831110000 PPA. R\$ 122.000,00
			N. de Praias com "Bandeira Azul"	Sedetur	2	4	15			
			N. de municípios turísticos com Plano Diretor	Sedetur		50				
Sinalização turística orientada para as cinco regiões turísticas prioritárias			N. de placas de sinalização turística instaladas (Sinalização horizontal e vertical)	Sedetur				Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Mtur, Sedetur, BID, Detran, Setrand, Sudene, Codevasf	
Melhoria do acesso às cinco regiões turísticas prioritárias do estado	12	12.b	Percentual de aumento de linhas e horários de transporte regular intermunicipal	Setrand		50			Infraestrutura produtiva e de suporte	Dnit, Seinfra, Setrand Ação 26782021332450000 PPA. R\$ 183.917.729,00
			Km de rodovias construídas	Seinfra		55				
			Km de rodovias recuperadas	Seinfra		200				

Diretriz: Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável				Programa: Infraestrutura aplicada ao turismo				Prioridade: 1
Plano de Ações				Meta/Prazo			Eixo Desenvolvimento Setorial	
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Integração entre eixos
								Interação com a Matriz de Eixo Estruturante
Incentivo à acessibilidade em equipamentos públicos e privados			Planos Municipais de Mobilidade e Acessibilidade finalizados	Sedetur		30		Setrand Ação 26453021432430000 PPA. R\$ 100.000,00
			N. de reportagens com destaque para acessibilidade em destinos alagoanos	Sedetur		15		Sedetur, empresários privados
Estruturação de centros de atendimento aos turistas	12	12.b	N. de centros de atendimento ao turista em operação	Sedetur		5		Sedetur Ação 15695021632860000 PPA. R\$ 11.069.547,00
Melhoria do saneamento básico em municípios turísticos	6	6.2	Indicadores no Eixo Estruturante					Infraestrutura produtiva e de suporte
Energia disponível, regular e segura nas cinco regiões turísticas prioritárias	7	7.1	Indicadores no Eixo Estruturante					Infraestrutura produtiva e de suporte
								Sustentabilidade e Meio Ambiente

Diretriz: Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável				Programa: Defesa ambiental para o Turismo				Prioridade: 1	
Plano de Ações				Meta/Prazo			Integração entre eixos		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante
Apoiar o desenvolvimento de Unidades de Conservação e seu uso turístico	15	15.1	N. de Unidades de Conservação abertas a visitação turística com produtos estruturados N. de planos de manejo implantados com definição de uso turístico das Unid. de Conservação	Semarh	4	9	15		Possibilidades orçamentárias Semarh, MMA, Parcerias Público-Privadas (PPP) Ação 18541021830810000 PPA. R\$ 120.000,00
Implantar projeto de Pagamento por Serviços Ambientais	8	8.9	Legislação de Pagamento por Serviços Ambientais publicada	Semarh	1			Alto Sertão, Médio Sertão,	ICMBio, PPP
Implantar projeto de educação ambiental, com foco na prevenção	8	8.9	N. de pessoas atendidas em ações de educação ambiental N. de empreendimentos que adotam Sist. de Gestão da Sustentabilidade (NBR 15401)	Semarh		500	1500	Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul,	Semarh Ação 18542021831310000 PPA. R\$ 84.000,00
Realizar ações de fiscalização preventiva			N. de empreendimentos atendidos com ações preventivas de orientação para adequação ambiental	Sedetur		300		Planalto da Borboirema, Norte,	Empresas privadas
Recuperar áreas degradadas e assegurar ocupação sustentável do espaço	15	15.2	N. de nascentes preservadas	Semarh	200	1000		etropolitana e Serrana dos Quilombos	Semarh, MMA, Parcerias Público-Privadas (PPP)
			N. de nascentes preservadas	Semarh	30				Semarh, MMA, Parcerias Público-Privadas (PPP) Ação 18544021831540000 PPA. R\$ 1.050.000,00
			Área preservada de mangues, lagoas e rios (em ha)	Semarh		2000			Sustentabilidade e Meio Ambiente
			Planos Diretores Municipais publicados	Semarh					Sustentabilidade e Meio Ambiente
									Prefeituras Municipais

Diretriz: Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável			Programa: Qualificação dos produtos turísticos				Prioridade: 1			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos				
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Qualificação dos segmentos Turísticos	8	8.9	Percentual de turistas satisfeitos com o segmento de Sol e Praia	Sedetur	85	90	90	Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serra dos Quilombos	Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Sedetur, Mtur, Sudene
			Percentual de turistas satisfeitos com o segmento de Turismo de Base Comunitária	Sedetur	25	65	Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano		Sedetur, Mtur, Sudene	
			Percentual de turistas satisfeitos com o segmento de Turismo de Negócios	Sedetur	65	75	85		Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Sedetur, Mtur, Sudene Ação 23695021642360000 PPA. R\$ 172.000,00
			Percentual de turistas satisfeitos com o segmento de Turismo Étnico-Cultural	Sedetur	45	75	Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano		Sedetur, Mtur, Sudene	
			Percentual de turistas satisfeitos com o segmento de Turismo Rural	Sedetur	35	70	Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano		Sedetur, Mtur, Sudene	
			Percentual de turistas satisfeitos com o segmento de Turismo de Aventura	Sedetur	25	50	85		Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Sedetur, Mtur, Sudene
			Profissionalizar a operação certificada de atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura	12	12.b	N. de produtos turísticos certificados em normas de Ecoturismo e Turismo de Aventura	Abeta		2	10

Diretriz: Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável		Programa: Qualificação dos produtos turísticos				Prioridade: 1				
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos				
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Consolidar o Turismo de Negócios no estado de Alagoas	12	12.b	N. de eventos de negócios captados para Alagoas	MC&VB		50				MC&VB Ação 23695021642360000 PPA. R\$ 172.000,00
Organização Comunitária e inserção produtiva local na cadeia do turismo	12	12.b	N. de Centros de Convenções em operação no estado Estudo de diagnóstico de produção associada com potencialidades de cada região publicado Produtos de base local estruturados e adequados às demandas do mercado turístico	Sedetur Sedetur Sedetur	1 1 2	2 10	2	Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serra dos Quilombos	Infraestrutura produtiva e de suporte Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Sedetur, Mtur Sedetur, Mtur Sedetur, Seagri, Mapa, Sudene
Atração de investimentos para ampliação e qualificação dos equipamentos turísticos nas cinco regiões prioritárias	8	8.9	N. de novos empreendimentos turísticos inaugurados N. de empreendimentos turísticos beneficiados com incentivos fiscais e locais Número de licenças ambientais concedidas N. de empreendimentos reformados ou adaptados	Sedetur Sedetur IMA Sedetur		25	60		Serviços básicos acessíveis e eficazes Serviços básicos acessíveis e eficazes Sustentabilidade e Meio Ambiente Infraestrutura produtiva e de suporte	Empresas privadas Sedetur IMA Empresas privadas

Diretriz: Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável			Programa: Qualificação dos produtos turísticos				Prioridade: 1			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Eixo Desenvolvimento Setorial				
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Integração entre eixos a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Implantar projeto integrado de diversificação e competitividade do turismo em cinco regiões turísticas do estado	8	8.9	N. de projetos estruturantes de dinamização do turismo nos territórios implantados	Sedetur	1	2	5			Sedetur
Formar, capacitar e qualificar profissionais, guias, gestores e empresários de turismo	8	8.9	Número de empresários e gestores capacitados	Sebrae		350		Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional	Senac, Sebrae
			Número de guias de turismo formados e credenciados	Senac		150	1300			Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional
Apoiar eventos geradores de fluxo			Número de trabalhadores capacitados	Sedetur		1500	6000		Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional	Senac, Sebrae, Ifal, Sete Ação 23695021633980000 PPA. R\$ 176.000,00
			Calendário de eventos estadual unificado e publicado no portal oficial de turismo do estado	Sedetur	1					
			N. de eventos com atrações culturais locais	Sedetur		75				Prefeituras Municipais Ação 13392020742530000 PPA. R\$ 400.000,00

Diretriz: Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável			Programa: Promoção e fortalecimento da imagem dos destinos					Prioridade: 2		
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Elaborar Plano de Marketing turístico do estado, com posicionamento definido para cada região	8	8.9	Plano de Marketing publicado	Sedetur	1					Mtur, Sedetur, BID, Bird, Sudene Ação 23695021633350000 PPA. R\$ 172.000,00
Realizar campanhas de promoção do turismo	12	12.b	N. de peças publicitárias divulgadas com os diferentes destinos de Alagoas	Sedetur	1	3	10			Sedetur, PPP
			N. de seguidores em redes sociais do perfil turístico de Alagoas	Sedetur			10 milhões		Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano
Apoiar eventos de divulgação e comercialização turística	12	12.b	N. de campanhas de vendas realizadas com agentes de viagens	Sedetur		35				Sedetur, PPP Ação 23695021642290000 PPA. R\$ 184.000,00
			N. de reportagens com apelo turístico publicadas em veículos nacionais (blogs, jornais e revistas)	Sedetur	4	15	30			
Realizar apresentações dos produtos e roteiros turísticos do estado	8	8.9	N. de eventos com stand de Alagoas e suas diferentes regiões	Sedetur	2	5	25			Sedetur, PPP Ação 23695021642290000 PPA. R\$ 184.000,00
			Quantidade de apresentações culturais tradicionais realizadas em eventos	Sedetur	2	10				
			N. de canais de comercialização atingidos	Sedetur		35				Sedetur

Diretriz: Turismo como vetor de desenvolvimento inclusivo e sustentável		Programa: Fortalecimento da gestão participativa e da política estadual de turismo					Prioridade: 2			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Consolidar a gestão participativa nos municípios classificados como turísticos segundo o "mapa de regionalização" do Ministério do Turismo	12	12.b	Número de Conselhos Municipais formalizados e atuantes (mínimo de 4 reuniões por ano)	Sedetur	10	30	50			Prefeituras Municipais
			N. de municípios incluídos no Mapa de Regionalização do Turismo	Mtur		65				Sedetur
Ordenamento do espaço a partir da definição do posicionamento do destino	8	8.9	Planos Diretores Municipais publicados	Sedetur		50				Prefeituras Municipais
Consolidar gestão regional dos destinos turísticos de Alagoas	12	12.b	Grupos Gestores de APL de Turismo atuantes	Sedetur		3		Regiões Turísticas - Costa dos Corais, Lagoas e Mares do Sul, Caminhos do São Francisco, Quiombos e Metropolitana		Sedetur
			Instâncias de Governanças atuantes	Sedetur		5				Sedetur
Implantar o observatório permanente de turismo de Alagoas	12	12.b	N. de pesquisas de demanda publicadas	Sedetur	3	15	30			Sedetur, Fapeal, Sudene Ação 23695021642420000 PPA. R\$ 132.000,00
			Número de municípios com inventário atualizado e disponível em ferramenta on-line	Sedetur	5	15	35			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano
			Número de estudos e pesquisas sobre a atividade turística realizados em Alagoas	Fapeal		10	35			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano
			N. de pesquisas de satisfação realizadas com turistas	Sedetur	2	3	10			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano

Diretriz: Indústria competitiva, dinâmica e diversificada		Plano de Ações					Programa: Fortalecimento e ampliação do Polo Industrial da Química e do Plástico na região metropolitana de Maceió				Prioridade: 3	
							Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias		
Incentivar a implantação de novas indústrias para agregar valor à cadeia produtiva da química e do plástico	12	12.4	Indústrias de agregação de valor implantadas	Sedetur			5		Infraestrutura produtiva e de suporte	Empresas privadas, Sedetur Ação 22661021634350000 PPA. R\$ 95.000,00		
Criar o Centro de Inovação, Sustentabilidade e Pesquisa da Indústria Química e do Plástico, integrando instituições locais, empresas e outros Centros de Referência nacionais e internacionais	9	9.1	Centro criado e em execução	Sedetur		1			Infraestrutura produtiva e de suporte	Fiea, Mi, Mdic, Sudene		
Criar programas de formação e capacitação especializados	4	4.4	Cursos de formação de nível superior e técnico especializados criados e em execução Trabalhadores da indústria formados e requalificados	Senai		3		Metropolitana	Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional	Ifal, Ufal, Centros de ensino superior privados Senai, Sebrae		
Promover e incentivar a gestão ambiental, eficiência energética, redução de rejeitos e o reaproveitamento na Indústria da Química e do Plástico	12	12.6	Seminários técnicos realizados Missões técnicas realizadas Manual de orientação elaborado		2	2			Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Fiea, Sudene, Sebrae, Sedetur Fiea, Sudene, Sebrae, Sedetur Fiea, Sudene, Sebrae, Sedetur		

Diretriz: Indústria competitiva, dinâmica e diversificada		Programa: Desenvolvimento de empreendimentos de energia sustentável				Prioridade: 2				
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos					
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Implantar projeto-piloto de microgeração de energia e energia alternativa	7	7.b	Unidade modelo demonstrativa de energia alternativa implantada	Sedetur		1			Infraestrutura produtiva e de suporte	Mdic, MME, MI, Sedetur, PPP, Sudene, BID, Bird, Cooperação Internacional
			Projeto-piloto para aproveitamento energético de resíduos sólidos e líquidos implantado	Sedetur		4				
Criar programa de incentivo à redução do consumo e à microgeração de energia em unidades familiares e empreendimentos públicos e privados	12	12.6	Seminários técnicos especializados realizados	Sedetur	1	6	20	Agreste, Norte, Serra dos Quilombos, Alto Sertão e Metropolitana	Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Fiea, Sedetur, Mdic
			Programa de incentivo fiscal estabelecido para redução de custos de equipamentos e serviços	Sefaz		1				
			Campanhas de conscientização realizadas	Sedetur	1	4				Sedetur

Diretriz: Indústria competitiva, dinâmica e diversificada		Programa: Fortalecimento dos polos regionais e diversificação industrial				Prioridade: 1				
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos				
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo			
					Território(s)					
					Interação com a Matriz de Eixo Estruturante					
Fortalecer a infraestrutura dos polos e distritos industriais visando seu fortalecimento e diversificação	9	9.5	Projeto de fortalecimento da infraestrutura de apoio e logística realizado para os polos determinados	Sedetur	1			Infraestrutura produtiva e de suporte	Mdic, MME, MI, Sedetur, Sudene, PPP, BID, Bird, Coop. Internacional - Ação 22661021634350000 PPA. R\$ 95.000,00	
			N. de novas empresas instaladas nos polos	Sedetur		100	300			Parcerias Público-Privadas (PPP)
			Percentual de vias de acessos e logística da produção implantadas	Sedetur		50	100			Seinfra, Sudene, Dnit, Mdic, MI, BID, Bird, PPP - Ação 26782021334250000 PPA. R\$ 59.216.500,00
			Percentual de Infraestrutura de apoio dos polos implantada (Estrutura, equipamentos, energia e comunicação)	Sedetur		50	100			Sedetur, MI, PPP
Fortalecer as micro e pequenas indústrias do estado nos diversos setores e polos industriais	9	9.5	Programa de incentivo às micro e pequenas indústrias elaborado e implantado	Fiea	1			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Sebrae, Fiea, Sudene, Sedetur	
			Número de empresários e gestores capacitados	Fiea	45	200	600		Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional	Senai, Sebrae, Ufal, Ifal, Centros de ensino superior
			Número de trabalhadores qualificados	Fiea		1500	6000			Senai
			Planos de negócios setoriais elaborados e disponibilizados	Sebrae/Senai		20				Sebrae, Senai
			Seminários técnicos especializados realizados	Fiea	1	6		Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Sebrae, Senai, Sedetur, Sudene, Mdic, MI	

Diretriz: Indústria competitiva, dinâmica e diversificada		Programa: Fortalecimento dos polos regionais e diversificação industrial					Prioridade: 1			
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Setorial	Eixo Desenvolvimento Setorial		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Criar programas de incentivo ao fortalecimento dos polos industriais nas regiões do estado – considerar vocações e integração local	9	9.5	Estudo técnico participativo com setores e poder público realizado para definição e viabilização dos novos polos industriais e temas	Sedetur	4	4			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	MI, Mdic, Sudene, Sedetur, Fiea
			Programas de criação e fortalecimento de novos polos industriais elaborados e implementados	Sedetur	2	2	4	Agreste, Norte, Baixo São Francisco, Médio Sertão e Alto Sertão	Infraestrutura produtiva e de suporte	MI, Mdic, Sudene, Sedetur, Fiea
			Programas de incentivo fiscal e tributários elaborados e implantados	Sefaz	4	4				Sefaz

Diretriz: Indústria competitiva, dinâmica e diversificada		Programa: Fortalecimento da agroindústria					Prioridade: 1			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Integração entre eixos				
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto		Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante
Recuperar, dinamizar e incentivar a implantação de agroindústrias	9	9.3	Fábricas e minifábricas existentes recuperadas e com modelo de gestão implantado (modelo de negócio social)	Seagri	1	2			Infraestrutura produtiva e de suporte	MI, Mapa, Seagri, Sebrae
			Novas agroindústrias implantadas e regularizadas	Seagri	4	15			Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serra dos Quilombos	Infraestrutura produtiva e de suporte
Fortalecimento dos polos tecnológicos para prestação de serviços e desenvolvimento de novos produtos com aumento do valor agregado	8	8.2	Rede metrologia implantada e atuante	Fiea	1				Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Inmec/AL, Inmetro, Inpi, Sudene, Sedetur, Midic Ação 04125021242570000 PPA. R\$ 500.000,00
			Processo de formalização unificado e ágil	Seagri		1				Serviços básicos acessíveis e eficazes

Diretriz: Ambiente atrativo para o desenvolvimento do Comércio e dos Serviços		Programa: Fortalecimento do comércio varejista nas pequenas e médias cidades de Alagoas					Prioridade: 1			
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Realizar estudos de oferta e demanda no entorno das principais cidades do estado – polos de comércio e serviços (em parceria com os municípios)			Principais produtos e serviços identificados e quantificados por cidade e entorno	Sedetur	1				Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Fecomércio, Mdic, Sebrae, Sudene, Sedetur, Senac
			Potencial de oferta de produtos e serviços identificados e estimados por cidade e entorno	Sedetur	1				Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Fecomércio, Mdic, Sebrae, Sudene, Sedetur, Senac
			Demanda local atual e projetada de produtos e serviços identificados por cidade e entorno	Sedetur		1		Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos		Fecomércio, Mdic, Sebrae, Sudene, Sedetur, Senac
Implantar um setor específico para orientar e dar suporte aos gestores públicos municipais em temas relacionados ao comércio local	8	8.a	Setor de apoio comercial criado e em funcionamento	Sedetur	1				Serviços básicos acessíveis e eficazes	Sedetur
			N. de atendimentos aos municípios (Média/ano)	Sedetur	75	350				Sedetur
			Infraestrutura de centrais de distribuição e comercialização criadas	Senac		4			Infraestrutura produtiva e de suporte	Fecomércio, Mdic, Sebrae, Sudene, Sedetur, Senac
Promover o estabelecimento de centrais de distribuição em municípios de médio porte			Programas de incentivo à comercialização criados	Senac		1				Fecomércio, Mdic, Sebrae, Sudene, Sedetur, Senac
			Modelo de gestão e governança criado	Senac	1					Fecomércio, Mdic, Sebrae, Sudene, Sedetur, Senac

Diretriz: Ambiente atrativo para o desenvolvimento do Comércio e dos Serviços		Programa: Fortalecimento do comércio varejista nas pequenas e médias cidades de Alagoas					Prioridade: 1			
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Setorial	Desenvolvimento		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Estimular a formalização de empresas e do emprego no comércio varejista	8	8.3	Campanhas de conscientização realizadas	Fecomércio	1	4	10			Fecomércio
			Ações de formalização realizadas nos polos de comércio e serviços	Sedetur	5	30	100		Serviços básicos acessíveis e eficazes	Sedetur, Fecomércio, Juceal Ação 23691021242390000 PPA. R\$ 52.000,00
			Empresas formalizadas (percentual de ampliação) nos polos de comércio e serviços	Juceal	20	35	75		Serviços básicos acessíveis e eficazes	Sedetur, Fecomércio, Juceal Ação 23692021242300000 PPA. R\$ 2.220.000,00
Estabelecer uma política tributária que estimule empreendimentos que gerem impacto social e ambiental positivos; e que considerem o porte das empresas	12	12.6	Empregos formalizados (percentual de ampliação) nos polos de comércio e serviços	MTE		35				Sedetur, Fecomércio, Sete
			Incentivos concedidos a empresas já instaladas	Sefaz		150				
			Incentivos concedidos para fomentar a instalação de novas empresas	Sefaz		450				Sefaz

Diretriz: Ambiente atrativo para o desenvolvimento do Comércio e dos Serviços		Programa: Fortalecimento do comércio varejista nas pequenas e médias cidades de Alagoas					Prioridade: 1			
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Implantar ações de sustentabilidade nos pequenos empreendimentos	12	12.6	Material informativo e de orientação para sustentabilidade nos pequenos empreendimentos criados e publicados	IMA	1			Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos		Semarh, IMA
			Programa de incentivo e redução de impostos para sustentabilidade dos empreendimentos criado	Assemb. Legislativa		1				Assembleia Legislativa, Sedetur, Fecomércio
			Legislação de licenciamento ambiental revista e atualizada	Assemb. Legislativa		1				Assembleia Legislativa, Sedetur, Fecomércio
			Número de empreendedores formados e/ou capacitados		150	500	2000		Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional	Senac
			Empresas com programa de sustentabilidade implantado			50			Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	PPP

Diretriz: Ambiente atrativo para o desenvolvimento do Comércio e dos Serviços		Programa: Simplificação do processo de registro de empreendimentos do Comércio e Serviços						Prioridade: 2		
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Implantar registro digital, tornando a Junta Comercial totalmente acessível em plataforma Web	9	9c	Percentual do serviço virtual implantado	Juceal		100				Juceal, Sefaz, Sebrae, Sedetur Ação 04125021730350000 PPA. R\$ 100.000,00
Criar estruturas de atendimento a empresários nos municípios			N. de unidades de atendimento municipal (Ex. Sala do empreendedor)	Sedetur		75			Infraestrutura produtiva e de suporte	Sebrae, Sedetur Ação 04125022030470000 PPA. R\$ 40.000,00
Unificar formato e processo de envio da documentação acessória obrigatória para os órgãos fiscalizadores			Processos unificados, com atendimento centralizado em um único espaço	Juceal	1			Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte.		Sefaz, Juceal, Sebrae, Sedetur
Realizar ações de treinamento e capacitação de servidores, associações comerciais e empreendedores	4	4.4	Seminários técnicos especializados realizados	Senac		4			Inovação e tecnologia incorporadas ao Cotidiano	Senac, Sebrae, Sedetur, Sudene, Fecomércio, Ufal, Ifal
			Servidores (estado e municípios) capacitados no programa	Senac		150		Metropolitana e Serrana dos Quilombos		Senac, Sebrae, Sedetur, Sudene, Fecomércio, Ufal, Ifal
			Representantes de associações comerciais capacitados no programa	Senac		150			Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional	Senac, Sebrae, Sedetur, Sudene, Fecomércio, Ufal, Ifal
			Empreendedores capacitados no programa	Senac		750	2500			Senac, Sebrae, Sedetur, Sudene, Fecomércio, Ufal, Ifal

Diretriz: Ambiente atrativo para o desenvolvimento do Comércio e dos Serviços			Programa: Fortalecimento do Polo de Tecnologia e Inovação de Maceió					Prioridade: 3		
Plano de Ações			Meta/Prazo			Eixo Desenvolvimento Setorial				
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Integração entre eixos	Possibilidades orçamentárias
Promover a integração Universidade – Empresa – Setor Público no tema tecnologia e inovação no Polo de Maceió	9	9.2	Seminários técnicos especializados realizados	Secti	1	3			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Ufal, Ifal, Centros universitários, Secti, Sedetur, Sudene Ação 19573021732170000 PPA. R\$ 140.000,00
			Cursos de formação e/ou grades curriculares construídos de forma conjunta (universidade – empresas – setor público) Estágios e práticas curriculares realizados	Secti	1				Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional	Ufal, Ifal, Centros universitários, Secti, Sedetur, Sudene Ação 04128021741910000 PPA. R\$ 22.674.412,00
Fortalecer as unidades de ensino, pesquisa e formação em tecnologia e inovação	9	9.5	Monografias, dissertação e teses sobre o tema realizadas	Secti		80		Metropolitana	Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Ufal, Ifal, Centros universitários, Fapeal Ação 19571021734010000 PPA.R\$ 81.150.001,00
			Laboratório e estruturas de pesquisa em tecnologia e inovação criados em Maceió Acordos de cooperação universidade – empresa e universidade – poder público assinados e implantados	Secti		1			Infraestrutura produtiva e de suporte	Fecomércio, Secti, MI, Mdic, BID, Bird, Sudene
			Centro de tecnologia e inovação de Maceió instalado	Secti	3	20			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Ufal, Ifal, Centros universitários, Fapeal Ação 19572021731650000 PPA. R\$ 200.000,00
				Secti		1			Infraestrutura produtiva e de suporte	Fecomércio, Secti, MI, Mdic, BID, Bird, Sudene Ação 19572021732650000 PPA. R\$ 112.500,00

Diretriz: Ambiente atrativo para o desenvolvimento do Comércio e dos Serviços		Programa: Fortalecimento do Polo de Tecnologia e Inovação de Maceió					Prioridade: 3					
Plano de Ações			Meta/Prazo			Eixo Desenvolvimento Setorial						
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Integração entre eixos	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias	
Criar programas de incentivo à pesquisa, tecnologia e inovação no estado	9	9.5	Bolsas de pesquisa disponibilizadas (nos vários níveis de formação)	Fapeal	5	15	50			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Ufal, Ifal, Centros universitários, Fapeal Ação 12364020340920000 PPA. R\$ 400.000,00	
			Recursos destinados ao programa de amparo à pesquisa no tema	Fapeal							Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Ufal, Ifal, Centros universitários, Fapeal
			Prêmios de incentivo à pesquisa e inovação no tema realizados	Secti		1	3		Metropolitana		Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Fecomércio, Secti, MI, Mdic
Promover o intercâmbio e a troca de experiências nos temas de tecnologia e inovação no estado	9	9.5	Missões técnicas realizadas	Secti		2	5			Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Fecomércio, Secti, MI, Mdic	
			Acordos de cooperação com instituições de pesquisa nacionais e internacionais firmados	Secti		20					Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Ufal, Ifal, Centros universitários, Fapeal
			Programas e pesquisa em rede nacionais e internacionais em execução ou realizados	Secti		35					Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Ufal, Ifal, Centros universitários, Fapeal

Diretriz: Ambiente atrativo para o desenvolvimento do Comércio e dos Serviços				Programa: Estímulo ao consumo de produtos locais				Prioridade: 2		
Plano de Ações				Meta/Prazo				Eixo Desenvolvimento Setorial		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Levantar e quantificar principais produtos do estado – situação atual e projetada	12	12b	Estudo de oferta atual e projetada dos principais produtos realizado	Sedetur		1		Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	Fecomércio, Mdic, Sebrae, Sudene, Sedetur, Senac	
			Estudo de consumo dos principais produtos importados e de outros estados	Sedetur		1				
Implantar programas de incentivo ao comércio e consumo de produtos e serviços locais	12	12.b	Seminários técnicos especializados realizados	Fecomércio	1	3		Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Fecomércio, Mdic, Sebrae, Sudene, Sedetur, Senac	
			Material informativo de estímulo à adesão criado	Fecomércio		1				
Criar marca de incentivo ao consumo de produtos e serviços locais	12	12b	Subsídios e taxa de juros dos financiamentos vinculados ao impacto social dos negócios (geração de empregos e compra de produtos locais) criados	Sedetur		1		BNB, Caixa, BB, Desenvolve Ação 23694021130240000 PPA. R\$ 2.566.914,00	Inovação e tecnologia Incorporadas ao Cotidiano	
			Estudo de iconografia e construção participativa da marca realizado	Sedetur	1					
			Campanhas de adesão e uso da marca realizadas	Sedetur		3			Sebrae, Sedetur, Fecomércio, Sudene	

Diretriz: Ambiente atrativo para o desenvolvimento do Comércio e dos Serviços		Programa: Estímulo ao consumo de produtos locais					Prioridade: 2			
Plano de Ações		Meta/Prazo			Integração entre eixos		Eixo Desenvolvimento Setorial			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo Estruturante	Possibilidades orçamentárias
Realizar campanhas de estímulo ao consumo de produtos locais	12	12.b	Rodadas de negócio com atacadistas, varejistas e produtores realizadas	Sedetur		7		Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos		Sebrae, Sedetur, Fecomércio, Sudene
			Material de divulgação elaborado e disponibilizado	Sedetur		1			Sebrae, Sedetur, Fecomércio, Sudene	
			Campanhas de divulgação e conscientização realizadas	Sedetur		3			Sebrae, Sedetur, Fecomércio, Sudene	

Diretriz: Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional		Programa: Interiorização do ensino técnico e universitário					Prioridade: 2				
Plano de Ações			Meta/Prazo			Eixo Estruturante					
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação entre Eixos	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	Possibilidades orçamentárias
Realizar diagnóstico da cobertura do ensino médio técnico e universitário nas regiões do estado	4	4.3	Estudo de impacto do Ensino a Distância na formação profissional de Alagoas	Seduc	1						MEC, Seduc
Ampliar oferta de cursos técnicos, profissionalizantes e universitários no interior do estado	4	4.4	Diagnóstico de cursos disponíveis e da demanda por formação estratificado por região de planejamento do estado	Seduc	1			Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serra dos Quilombos	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	MEC, Seduc	MEC, Seduc
			N. de cursos oferecidos no interior do estado	Seduc	50		80				MEC, Seduc Ação PPA. 12364020341830000 R\$ 13.784.765,00
Melhorar a qualidade do ensino técnico e profissionalizante	4	4.3	N. de municípios com escolas técnicas e universidades públicas	Seduc	15		20				MEC, Seduc Ação PPA 12364020331430000 R\$ 5.534.812,00
			N. de matrículas de educação profissional técnica de ensino médio	Seduc	3500		5500			MEC, Seduc	
			N. de cursos com conceito bom/ excelente em instituições de ensino superior do interior de Alagoas	Seduc							MEC, Seduc Ação PPA 12364020341850000 R\$ 5.740.000,00

Diretriz: Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional		Programa: Promoção de ambiente favorável e resultados de excelência					Prioridade: 1			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Eixo Estruturante				
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação entre Eixos	Possibilidades orçamentárias
Melhorar a qualidade da educação básica (medido pelo Ideb)	4	4.6	Ideb Anos iniciais do ensino fundamental	MEC	5,5	6	7	Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	MEC, Seduc
			Ideb Anos finais do ensino fundamental	MEC	5	5,5	6,3			MEC, Seduc
			Ideb Ensino Médio	MEC	4,7	5,2	6			MEC, Seduc Ação PPA 04122022031680000 R\$ 235.756,00
			Percentual do sistema integrado de gestão acadêmica implantado	Seduc	100					MEC, Seduc
			Número de municípios assistidos nas ações de intercâmbio entre estado e municípios	Seduc	102					MEC, Seduc
Valorizar professores e profissionais de educação			Percentual de escolas com educação em tempo integral na educação básica	Seduc	43	48	50	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	MEC, Seduc	
			Plano de carreira para profissionais da educação publicado e vigente	Seduc	1				MEC, Seduc	
			Percentual de profissionais com formação em nível superior	Seduc		100	100		MEC, Seduc	
			Percentual de profissionais de educação com pós-graduação	Seduc			70		MEC, Seduc	
			N. de professores atendidos em ações de cursos e reciclagem	Seduc					MEC, Seduc Ação PPA 12364020341690000 R\$ 525.000,00	

Diretriz: Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional		Programa: Promoção de ambiente favorável e resultados de excelência					Prioridade: 1			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Interação entre Eixos				
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	Possibilidades orçamentárias
Promover a escola como espaço de crescimento pessoal e profissional	4	4.a	Percentual de escolas com laboratórios equipados (estrutura e equipamentos para inclusão digital)	Seduc	10		50	Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	MEC, Seduc
			N. de escolas com acessibilidade para pessoas com deficiência	Seduc						MEC, Seduc
			Convênios e parcerias entre escolas e empresas para estágios e inserção profissional	Seduc						Seduc, Seteq, PPP Ação PPA 12367020342650000 R\$ 6.688.020,00
Ampliar ações preventivas de segurança na escola	4	4.a	Ações coletivas em parceria com Assistência Social	Seduc						Seduc, Seades
			Ações coletivas em parceria com Associações de Pais	Seduc						Seduc
Ampliar a oferta de vagas nas escolas	4	4.1	Quadras escolares recuperadas e reformadas	Seduc	12	200	700			MEC, Seduc Ação PPA 12813020333690000 R\$ 4.050.000,00
			Ações preventivas de segurança em parceria com a Secretaria de Segurança Pública	Seduc						
			N. de alunos entre 15 e 17 anos nas escolas	Seduc	53	69	85			MEC, Seduc Ação PPA 12362020342610000 PPA: R\$ 3.634.400,00

Diretriz: Educação acessível e de qualidade para a Cidadania e Formação Profissional		Programa: Erradicação do analfabetismo					Prioridade: 1				
Plano de Ações			Meta/Prazo			Eixo Estruturante					
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação entre Eixos	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	Possibilidades orçamentárias
Ampliar a Educação de Jovens e Adultos	4	4.4	N. de alunos matriculados em programas de EJA	Seduc							MEC, Seduc Ação PPA 12366020342580000 R\$ 86.430.487,00
			N. de alunos formados em programas de EJA								
Universalizar a educação infantil (primeira infância)	4	4.1	Percentual de crianças até 5 anos nas escolas	Seduc	40	50	75	Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos		Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	MEC, Seduc Ação PPA 12361020333810000 R\$ 16.000.000,00
			N. de escolas para população vulnerável								
Escolas para indígenas, quilombolas e população rural	4	4.5	N. de alunos formados em programas de EJA	Seduc							MEC, Seduc Ação PPA 12366020333790000 R\$ 5.200.000,00

Diretriz: Sustentabilidade e Meio Ambiente			Programa: Ampliação do Saneamento Básico					Prioridade: 1			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Eixo Estruturante					
Projetos/ Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixos de Desenvolvimento	Possibilidades orçamentárias	
Universalizar o acesso à água potável	6	6.1	Percentual da população atendida pelo serviço de abastecimento de água	IBGE			100			MI, Semarh, Casal, Sudene, Org. internacionais Ação 18544021831510000 PPA R\$ 13.371.000,00	
			N. de poços profundos perfurados	Semarh	250	700					MI, Semarh, Casal, Sudene
Desenvolver pesquisas e projetos de inovação na área de saneamento	6	6.2	N. de novos açudes inaugurados	Semarh	3					MI, Semarh, Casal, Sudene, Org. internacionais Ação 17605020532600000 PPA R\$ 4.859.916,00	
			N. de pesquisas relacionadas a Saneamento	Fapeal	15	30	150		Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Fapeal, Ufal, Ifal, Centros Universitários	
Ampliar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto	6	6.a	N. de ações de replicação e multiplicação de melhores práticas em saneamento	Semarh		5			Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de	Semarh, Sedetur, MI, Casal, Sudene	
			Percentual de domicílios com coleta de esgoto	IBGE			100		Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	MI, Semarh, Casal, Sudene, Org internacionais Ação 17512020530720000 PPA R\$ 57.184.000,00	
Ampliar a cobertura dos serviços de coleta de resíduos sólidos	11	11.6	Percentual de esgoto tratado	IBGE			100			MI, Semarh, Casal, Sudene, Org internacionais Ação 17512020531000000 PPA R\$ 2.240.000,00	
			Percentual de domicílios com coleta regular de lixo	IBGE			70				MI, Semarh, Casal, Sudene Ação 18541021831340000 PPA R\$ 4.098.000,00
			Consórcios intermunicipais de resíduos sólidos em operação	Semarh			7				MI, Semarh, Casal, BID, Bird, Sudene
			N. de tipologias de resíduos com programa de reciclagem em funcionamento	Semarh			9			MI, Semarh, Casal, BID, Bird, Sudene	

Diretriz: Sustentabilidade e Meio Ambiente		Programa: Preservação ambiental e valorização dos ecossistemas					Prioridade: 1		
Plano de Ações			Meta/Prazo			Interação entre Eixos			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento
Fortalecer os modelos de gestão das áreas protegidas	15	15.2	N. de Unidades de Conservação com dados de preservação atualizados	Semarh/IMA	50				MMA, Semarh, ICMBio, Organismos internacionais, Sudene
			N. de encontros e seminários técnicos realizados para discussão da realidade das UCs públicas e privadas do estado	Semarh	5	11	45		
Desassorear lagoas e rios	6	6.6	Área de rios e lagoas desassoreados	Semarh				Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de
Elaboração de Planos de Manejo das UCs	15	15.1	N. de Planos de Manejo de Unidades de Conservação elaborados	Semarh	15		25		Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica,
			Área de Caatinga recuperada (em ha)	Semarh			20000		Ambiente atrativo para Comércio e Serviços
Implantar Pagamento por Serviços Ambientais	15		Área de Mata Atlântica recuperada (em ha)	Semarh			50000		MMA, Semarh, ICMBio, Organismos internacionais, Sudene
			Marco legal do Pagamento por Serviços Ambientais estabelecido	Semarh			1		
			N. de produtores/cidadãos beneficiados por créditos por serviços ambientais	Semarh			150		Semarh, Sefaz, Sedetur
				Semarh			350		Semarh, Sefaz, Sedetur

Diretriz: Sustentabilidade e Meio Ambiente		Programa: Fortalecimento dos sistemas de gestão ambiental					Prioridade: 2			
Plano de Ações			Meta/Prazo			Interação entre Eixos		Eixo Estruturante		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	Possibilidades orçamentárias
Implantar ações de fiscalização preventiva e educação ambiental	4	4.7	N. de empreendimentos atendidos com ações preventivas de orientação para adequação ambiental	Semarh	150	350	1000	Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	Semarh, MMA, Ministério Público, ICMBio,
			N. de empreendimentos atendidos com incentivos ambientais	Semarh	100	450				
			N. de ações de educação ambiental realizadas	Semarh	25	250	650			
Fortalecer a gestão descentralizada do Meio Ambiente nos municípios	17	17.17	N. de municípios com sistemas municipais de gestão ambiental	Semarh		50	90			Semarh, MMA Ação PPA 18542021840500000 R\$ 843.000,00

Diretriz: Infraestrutura produtiva e de suporte transformadora				Programa: Otimização da logística e do transporte					Prioridade: 1	
Plano de Ações				Meta/Prazo			Interação entre Eixos		Eixo Estruturante	
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	Possibilidades orçamentárias
Ampliação da malha viária do estado	11	11.2	Km de rodovias implantadas	Setrand		250	600			Setrand, Dnit, DER Ação 26782021334260000 PPA R\$ 51.586.596,00
Ampliação e melhoria das estradas rurais com foco no escoamento da produção	11	11.a	Km de rodovias rurais implantadas, recuperadas ou restauradas	Setrand		350	900			Setrand, Dnit, DER Ação PPA 26782021332450000 R\$ 183.917.729,00
Melhoria da qualidade da malha viária do estado	11	11.2	Km de rodovias recuperadas ou restauradas	Setrand		1500	4500			Setrand, Dnit, DER Ação 26782021343200000 PPA R\$ 95.058.432,00
Implantação de portos de cargas e passageiros no interior do estado	11	11.2	Portos em operação	Setrand		12		Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	Setrand Ação 26784021332730000 PPA R\$ 1.629.130
Implantação de hidrovias em rios e lagoas	6	6.a	Km de hidrovias em operação M³ de dragagem executada em rios e lagoas	Setrand		90	450			Marinha, MI, Min. Transportes, Sudene
Integração de ferrovias alagoanas com a Transnordestina	11	11.2	Km de ferrovias em operação	Setrand		150000	450000			Setrand, PPP
Dragagem e aumento do calado do Porto de Maceió	9	9.1	Percentual da obra executada	Setrand		100				Porto de Maceió, MI
Melhoria do acesso rodoviário e ferroviário ao Porto de Maceió	11	11.2	Percentual da obra executada	Setrand		100				Setrand, Dnit, DER Ação 26782021332830000 PPA R\$ 380.000,00

Diretriz: Infraestrutura produtiva e de suporte transformadora				Programa: Infraestrutura produtiva					Prioridade: 2	
Plano de Ações				Meta/Prazo			Interação entre Eixos		Eixo Estruturante	
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	Possibilidades orçamentárias
Ampliar a oferta de equipamentos turísticos	12	12b	N. de empreendimentos turísticos beneficiados com incentivos locais e fiscais	Sedetur		100	350			Sefaz, Instituições financeiras, Sedetur
Implantar centrais de distribuição em municípios do interior			N. de municípios com Ceasa em operação	Seagri		25	35			Seagri, Mapa, MI, Sudene
			N. de Centrais de distribuição em operação	Fecomércio		30				Seagri, Mapa, MI, Sudene, Fecomércio
Implantar infraestrutura de acesso à água para produção	9	9.1	Integrado ao Programa de Universalização do Acesso à Água (Eixo de Desenvolvimento Setorial)	Seagri				Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	
Implantar estrutura de apoio ao desenvolvimento da Ciência, Tecnologia & Inovação	9	9.b	Integrado ao Programa de inovação e tecnologia	Secti						
Ampliar o número de indústrias no estado			Integrado ao Eixo Indústria Competitiva	Fiea						
Ampliar e equipar infraestrutura para beneficiamento da produção rural	2	2.a	N. de frigoríficos regulares, inspecionados em funcionamento no interior do estado	Seagri		25	45			Seagri, Mapa, MI, Sudene, Codevasf Ação PPA 20605021233190000 R\$ 310.000,00
			N. de agroindústrias em operação no interior do estado	Seagri			600			Seagri, Mapa, MI, Sudene, Codevasf Ação PPA 23690421130290000 R\$ 855.637,00

Diretriz: Infraestrutura produtiva e de suporte transformadora				Programa: Infraestrutura dos serviços públicos					Prioridade: 1					
Plano de Ações				Meta/Prazo			Interação entre Eixos		Eixo Estruturante					
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Possibilidades orçamentárias					
Ampliar a infraestrutura de educação	4	4.a	N. de escolas e centros de formação profissional em funcionamento	Seduc					MEC, Seduc					
			N. de novos hospitais construídos e em operação							Sesau		25	75	
Ampliar a infraestrutura de saúde	3	3.c	N. de novos postos de saúde construídos, equipados e em operação	Sesau			200		Min. Saúde, Sesau Ação PPA 10302020534090000 R\$ 22.426.443,00					
			Índice de leitos por Habitante em Alagoas							Sesau			3	Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos
Ampliar e otimizar infraestrutura de Segurança Pública	1	1.3	N. de Bases reformadas e aparelhadas (quartéis, delegacias, centros integrados, unidades e bases de segurança pública)	SSP		40			SSP Ação PPA 06181022131170000 R\$ 105.000,00					
			Unidade militar capacitada em ações de formação								7	21	50	SSP
			N. de habitantes para cada policial							SSP	450	390	250	SSP
			Ações realizadas por Centros de Acolhimento relacionadas ao sistema prisional	SSP			2000		SSP					

Diretriz: Infraestrutura produtiva e de suporte transformadora				Programa: Segurança energética com Sustentabilidade						Prioridade: 3
Plano de Ações				Meta/Prazo			Interação entre Eixos		Eixo Estruturante	
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	Possibilidades orçamentárias
Diversificar as fontes de energia, priorizando fontes renováveis	7	7.2	Percentual de energia obtida de fontes renováveis	EPE		65	90	Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serra dos Quilombos	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	PPP, Mdic, MME Ação PPA 257520216423100000 R\$ 227.000,00
			N. de microgeradores de energia distribuída instalados	Aneel		150				
Universalizar o acesso à energia	7	7.1	Percentual da Rede de distribuição modernizada	Aneel			100			PPP, Mdic, MME
			Preço acessível da energia para produção rural	Aneel						
Assegurar fornecimento contínuo e eficaz de energia a todo o estado	7	7.3	Indicadores Coletivos de Continuidade	Aneel						Aneel
			Índice Aneel de Satisfação do Consumidor	Aneel						
			Percentual de aumento do volume de energia gerado	Aneel						
Implantar programa de consumo responsável de energia	13	13.3	Percentual de redução de perdas nas linhas de transmissão de energia	Aneel	10	15	40			Aneel
			Percentual de redução do consumo de energia em órgãos públicos	AMGESP	10	30				

Diretriz: Infraestrutura produtiva e de suporte transformadora		Programa: Segurança energética com Sustentabilidade					Prioridade: 3		
Plano de Ações			Meta/Prazo			Eixo Estruturante			
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Interação entre Eixos	
					Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento		Possibilidades orçamentárias	
Melhorar a eficiência energética da biomassa disponível no estado	7	7.3	Percentual de aumento na produção de energia elétrica a partir da biomassa	EPE		25		PPP, Mdic, MME Ação PPA 20608021633220000 R\$ 7.590.000,00	
			Percentual de aumento na produção de etanol	EPE		30		PPP, Mdic, MME	
			Quantidade de energia elétrica produzida a partir de resíduos sólidos	EPE					PPP, Mdic, MME
			N. de pesquisas publicadas sobre biomassa	Fapeal		90		Fapeal, Sudene, MI, MME, MMA, Sedetur Ação 12364020341660000 PPA R\$ 816.000,00	

Diretriz: Serviços básicos acessíveis e eficazes		Programa: Universalização da Saúde					Prioridade: 1				
Plano de Ações			Meta/Prazo			Interação entre Eixos					
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	Possibilidades orçamentárias	
Melhoria do acesso aos serviços de saúde	3	3.8	Expectativa de vida média em Alagoas	IBGE	73	75	79	Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	Sesau, MS Ação PPA 10302020542870000 R\$ 388.741.898,00	
			Número de leitos/1000 habitantes	IBGE		2	4				Sesau, MS
			Número de médicos/1.000 habitantes	IBGE		2	3				Sesau, MS
Qualificação dos profissionais de Saúde	3	3.c	Médicos e enfermeiros qualificados	Sesau		1200	5000			Sesau, MS	
			Profissionais de saúde qualificados	Sesau	1000	3000	10000				Sesau, MS
Maior transparência nos serviços e recursos aplicados em saúde	16	16.6	Percentual de dados sobre gestão da saúde disponibilizados em portal on-line de livre acesso	Sesau		100				Sesau Ação PPA 10126022040530000 R\$ 16.240.020,00	

Diretriz: Serviços básicos acessíveis e eficazes				Programa: Defesa da integridade do cidadão				Prioridade: 1	
Plano de Ações				Meta/Prazo				Eixo Estruturante	
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixos de Desenvolvimento
Zoneamento das áreas de risco	13	13.1	Diagnóstico de zoneamento da área de risco atualizado anualmente	SSP	1			Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Interação com a Matriz de Eixos de Desenvolvimento
Modernizar estrutura de Segurança Pública em Alagoas	1	1.3	Percentual de unidades modernizadas com estrutura e equipamentos Índice de homicídios para cada 100.000 habitantes Índice de crimes violentos e intencionais (média/dia) Profissionais de Segurança Pública capacitados	SSP	5	3	20 1		Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços
				SSP		1000	3000		SSP, MJ Ação PPA 06122022142410000 R\$ 4.000.000,00 SSP, MJ Ação PPA 06181022132320000 R\$ 26.900.000,00 SSP, MJ SSP, MJ SSP, MJ Ação PPA 06128022032220000 R\$ 568.413,00

Diretriz: Serviços básicos acessíveis e eficazes				Programa: Consolidação de Parcerias Público-Privadas				Prioridade: 3	
Plano de Ações				Meta/Prazo				Eixo Estruturante	
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixos de Desenvolvimento
Atração de investidores para concessões de estruturas a empresas privadas	17	17.17	N. de concessões públicas em operação Manual de atração de investidores publicado	Sedetur	1	15		Metropolitana, Agreste, Alto Sertão	Interação com a Matriz de Eixos de Desenvolvimento
				Sedetur					Sedetur, Seplag, MI, Sudene, Mdic, PPP Sedetur Ação PPA 22661021333130000 R\$ 46.000,00

Diretriz: Serviços básicos acessíveis e eficazes			Programa: Respostas à Sociedade					Prioridade: 2		
Plano de Ações			Meta/Prazo			Interação entre Eixos		Eixo Estruturante		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	Possibilidades orçamentárias
Desburocratização dos serviços de inspeção	16	16.5	Percentual de redução do tempo médio de concessão do selo de inspeção estadual	Adeal	10	25	35			Seagri, Mapa, Sudene Ação PPA 20122022034110000 R\$ 130.600,00
			Laboratórios de produtos agropecuários em funcionamento	Seagri		10				
Otimização do Sistema Judiciário	16	16.3	Percentual de redução do tempo médio de resposta do Judiciário	TJAL		15	25	Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	TJAL
Transparência na execução de recursos públicos	16	16.6	Percentual dos processos de gestão pública disponibilizados em portal de livre acesso	Seplag			90			Seplag
			Percentual do sistema "e-social" para empresas implantado	Sefaz		100				
Unificação de obrigações tributárias acessórias	16	16.5	Sistema de gerenciamento tributário, orçamentário, financeiro e patrimonial integrado implantado	Sefaz		1				Sefaz Ação PPA 04123022031330000 R\$ 2.150.000,00
Fiscalização tributária transparente e com regras claras e duradouras	16	16.6	Sistema de acompanhamento de fiscalização implantado, com transparência nos resultados	Sefaz		1				Sefaz Ação PPA 04123022031060000 R\$ 11.3000.000,00

Diretriz: Inovação e Tecnologia incorporadas ao cotidiano		Programa: Estruturação do Sistema Estadual de CT&I						Prioridade: 2		
Plano de Ações			Meta/Prazo			Interação entre Eixos		Eixo Estruturante		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	Possibilidades orçamentárias
Fortalecer as parcerias estratégicas entre empresas e governo	17	17.7	N. de convênios estabelecidos entre setor público e privado para Ciência e Tecnologia	Secti		45				PPP Ação PPA 19572021731650000 R\$: 200.000,00
Revisão do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado	9	9.5	Legislação de CT&I em vigor	Assembleia Legislativa	1			Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	Secti, Assembleia Legislativa
Definição das prioridades de pesquisa para o desenvolvimento econômico de Alagoas	8	8.2	Manual orientativo de prioridades de pesquisas para o estado publicado	Fapeal		1				Fapeal, Sedetur, Sudene
Expandir a estrutura de fibra ótica no estado	9	9.c	Percentual de aumento da cobertura por fibra ótica	Secti						Secti, MCTI, Sudene, BID, Bird, PPP

Diretriz: Inovação e Tecnologia incorporadas ao cotidiano		Programa: Apoio à incorporação da tecnologia e inovação no cotidiano				Prioridade: 2	
Plano de Ações			Meta/Prazo			Interação entre Eixos	
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo
Implantar telecentros e estruturas de acesso à informação em todas as regiões do estado	16	16.10	N. de municípios com telecentros estruturados e em funcionamento	Secti		102	
Criar Museu interativo da Tecnologia e Inovação			Museu implantado	Secti		1	
Consolidar polos tecnológicos em diferentes regiões do estado	9	9.4	Polos tecnológicos implantados	Secti		3	
Apoiar a realização de eventos técnicos e científicos			Editais de apoio a eventos técnicos e científicos publicados	Secti		1	
Desenvolvimento de tecnologia para cidades inteligentes	9	9.5	Ações desenvolvidas em acordo com conceitos de cidades inteligentes e criativas	Secti		25	
			Demonstrativo-piloto de cidade inclusiva implementado	Secti		1	15
			Pesquisas realizadas em tecnologias para cidade inclusiva	Secti		350	
			Programas de economia circular e redução de resíduos implementados	Secti		1	
Prêmio de Inovação			Premiações realizadas	Secti		5	15

Diretriz: Inovação e Tecnologia incorporadas ao cotidiano		Programa: Pesquisas para o desenvolvimento econômico de Alagoas						Prioridade: 2		
		Plano de Ações			Meta/Prazo			Eixo Estruturante		
Projetos/Ações	ODS	Metas ODS	Indicadores	Fonte do Indicador	Curto	Médio	Longo	Território(s)	Interação entre Eixos	Possibilidades orçamentárias
Apoiar o desenvolvimento de pesquisas voltadas para melhoria da qualidade da educação básica			N. de pesquisas publicadas sobre educação básica	Fapeal	40	250			Interação com a Matriz de Eixo de Desenvolvimento	Fapeal, Sudene, Seduc, MEC
Apoiar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao melhor aproveitamento da biomassa			N. de pesquisas publicadas sobre biomassa	Fapeal	20	90				Fapeal, Sudene, Sedetur, MME, MMA, MI
Apoiar ações de pesquisa e extensão voltadas para propostas de utilização do Canal do Sertão			N. de pesquisas publicadas sobre Canal do Sertão	Fapeal	20	150		Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste, Tabuleiros do Sul, Planalto da Borborema, Norte, Metropolitana e Serrana dos Quilombos	Desenvolvimento Rural Sustentável, Turismo como vetor de	Fapeal, Sudene, Seagri, Sedetur, Mapa, MME, MMA, MI
Apoiar o desenvolvimento de tecnologias e inovação para o setor de turismo	9	9b	N. de pesquisas publicadas sobre Turismo	Fapeal	20	90			Desenvolvimento, Indústria competitiva e dinâmica, Ambiente atrativo para Comércio e Serviços	Fapeal, Sedetur, Mtur, Sudene
Estimular pesquisas e ações relacionadas à economia criativa			N. de pesquisas publicadas sobre Economia Criativa	Fapeal	20	90				Ação 23695021642420000 PPA R\$ 132.000,00
Apoiar o desenvolvimento de pesquisas para o setor industrial	9	9.5	N. de pesquisas publicadas sobre setor industrial	Fapeal	20	90				Fapeal, Sudene, Seagri, Sedetur, Mapa, MME, MMA, MI
Apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados à produção rural, pesca e aquicultura	2	2.a	N. de pesquisas publicadas sobre produção rural, pesca e aquicultura	Fapeal	60	450				Fapeal, Fiea, Sedetur, Sudene, Mdic
										Fapeal, Seagri, Mapa, MMA, Sudene
										Ação 20608021031840000 PPA R\$ 12.020.000,00





PARTE IV

MODELO DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL

Separação do Sururu
Foto: Jon Lins

1 PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO

A construção do Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas (PDE Alagoas) e os esforços de implementação de suas diretrizes e programas priorizados demandam procedimentos e ferramentas de gestão que possam monitorar, avaliar e retroalimentar suas ações e resultados.

Apesar dos grandes desafios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e do contexto do estado, este modelo de gestão deve estar baseado em conceitos de simplicidade, efetividade e transparência.

Nesse sentido, o modelo considera outros esforços e planos existentes no estado; as possibilidades e limites do Governo do Estado como gestor e responsável principal de sua execução; a apropriação e envolvimento da sociedade local; e a soma de esforços em um conceito mais amplo de rede que considera possibilidades e estratégias de diversos atores nesse processo.

A seguir, são apresentados alguns conceitos, procedimentos e estratégias para o modelo de gestão do Plano.

1.1 Princípios e conceitos da gestão do PDE Alagoas

O modelo de gestão do plano de desenvolvimento deve considerar diversos princípios e conceitos norteadores de sua proposição. Entre eles, foram considerados como principais para construção do modelo de gestão do PDE:

PDE como instrumento dinâmico de planejamento – O modelo de gestão adota o conceito-base de que o Plano não pode ser estático, como instrumento de planejamento. Devem ser consideradas as necessidades de revisões, realinhamento e replanejamento contínuo e estratégico de seus projetos/ações e metas.

PDE é complexo e demanda esforços múltiplos – Para viabilidade e efetividade da execução do PDE Alagoas, é necessário considerar os grandes desafios para o desenvolvimento regional do estado. Os anseios da sociedade local são complexos e envolvem ações de grande magnitude para atender às demandas crescentes. Há ainda a escassez de recursos institucionais, o que requer integração institucional em uma estratégia de rede local e regional.

PDE deve ser entendido de forma matricial – O modelo de gestão do Plano deve considerar a estrutura matricial de suas diretrizes, programas e projetos/ações, considerando os eixos de desenvolvimento, estruturante e territorial, fruto da construção participativa das diretrizes. Nesse sentido, é necessário que as ações de monitoramento e avaliação considerem essa integração de atividades em seu conjunto estratégico, seja na coleta de dados e informações que validam as metas e indicadores, ou na própria avaliação e tomada de decisão.

O PDE deve ser incorporado às instituições e apropriado pela sociedade – As diversas instituições públicas, privadas e do terceiro setor que promovem ou contribuem para o

desenvolvimento regional de Alagoas devem conhecer e se envolver com o Plano e suas ações. O modelo de gestão considera, portanto, espaços públicos de interação institucional e de controle social que contribuam com essa interação e apropriação.

O PDE deve considerar outros planos e programas de desenvolvimento no estado

– Diversas ações e esforços de planejamento já foram realizados e alguns programas de desenvolvimento estão sendo implementados. Muitos desses esforços contaram com a participação da sociedade e de lideranças vinculadas aos diversos temas e setores afetados pelo Plano. Nesse sentido, além de considerar esses planos na construção do PDE, é fundamental que sua dinâmica de gestão e execução sejam permanentemente consideradas no modelo de gestão proposto.

PDE deve estar alinhado com outras ações e políticas regionais, nacionais e internacionais

– O desenvolvimento regional do estado deve ser planejado e executado considerando um escopo regional e nacional de outros programas e políticas aos quais se vincula. O Plano é um instrumento de desenvolvimento regional, previsto na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e que está alinhado aos princípios de sustentabilidade definidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O desenvolvimento regional deve considerar outros programas e políticas regionais e nacionais, além dos compromissos internacionais firmados pelo País. Para tanto, o modelo de gestão deve prever esses espaços de interação e identificação de oportunidades.

O PDE demanda uma gestão de informações contínua, transparente e de qualidade

– O acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do Plano, seus resultados e efetividade devem ser baseados nas informações disponíveis mais confiáveis para a tomada de decisões. A geração e análise dessas informações demandam um esforço para consolidação de um observatório que deve ser priorizado.

1.2 Objetivos norteadores do modelo de gestão do PDE

Os principais objetivos norteadores para construção do modelo de gestão do PDE Alagoas são:

Monitorar os avanços e resultados – O Plano deve ser monitorado em seus avanços e resultados ao longo de sua implementação e execução. Esse monitoramento tem como foco a avaliação de sua efetividade, seja em processos ou impacto nos seus objetivos; revisão de prioridades e oportunidades; atualização de atividades, ações e metas; e replanejamento periódico.

Dar transparência e promover um controle social – O modelo de gestão deve propor procedimentos e espaços de interação que promovam o envolvimento e controle social de forma transparente, participativa e acessível. Estratégias e procedimentos de mobilização social, setorial e regional devem ser considerados no modelo de gestão, como forma de ampliar o envolvimento e a apropriação da sociedade ao Plano.

Integrar ações (execução) e somar esforços institucionais – A integração de ações entre as diversas secretarias do Governo do Estado, prefeituras, órgãos do governo federal e instituições regionais deve ser alinhada com projetos e atividades do setor privado e da sociedade civil organizada. Essa integração é prevista no modelo de gestão do Plano e busca evitar duplicidade de ações; maximizar esforços e recursos; construir arranjos institucionais e redes colaborativas e complementares; e facilitar a comunicação com a sociedade.

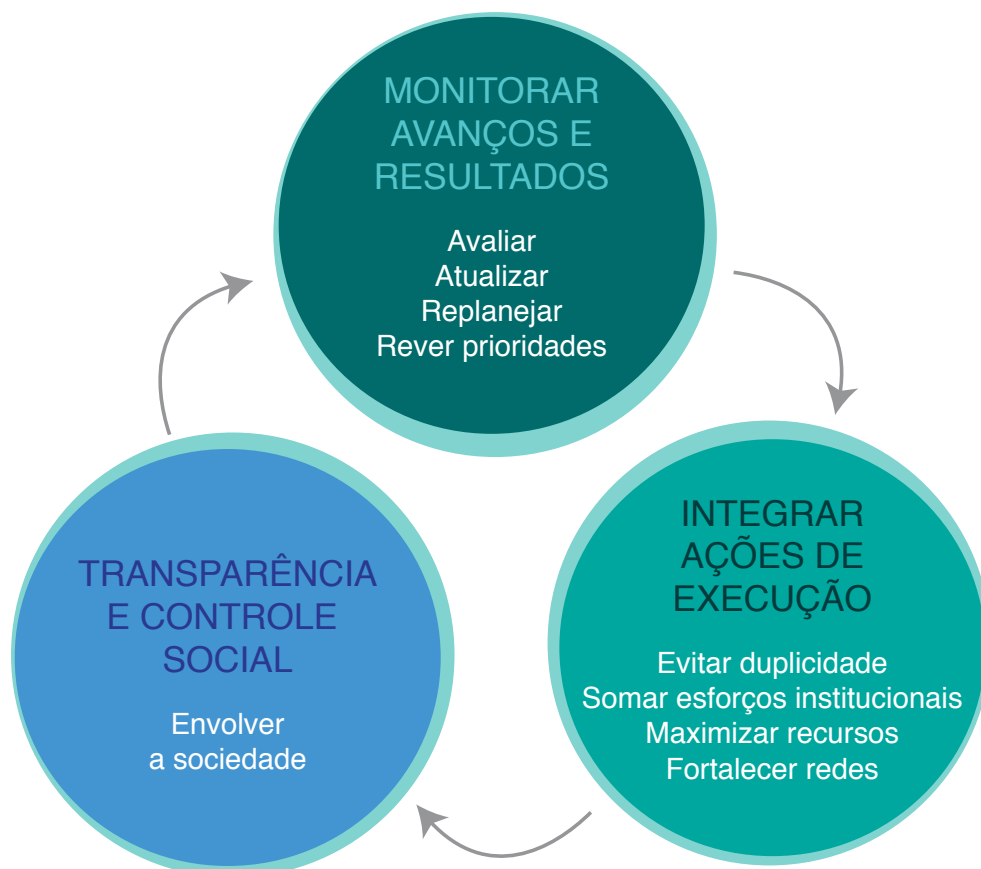


Figura 23 – Objetivos do Modelo de Gestão do PDE Alagoas

Fonte: Elaboração própria, IABS.

1.3 Procedimentos do modelo de gestão

Fluxo do modelo de gestão

A gestão do Plano é um processo contínuo e retroalimentável que deve se manter ativo ao longo da sua construção, realização e avaliação. A criação de um sistema de monitoramento – específico ou integrado a outros planos – é fundamental para sua efetivação.

Nesse caso, o fluxo do modelo de gestão deve seguir as etapas da figura abaixo, considerando um formato circular do processo, com análises sistemáticas e revisões periódicas.

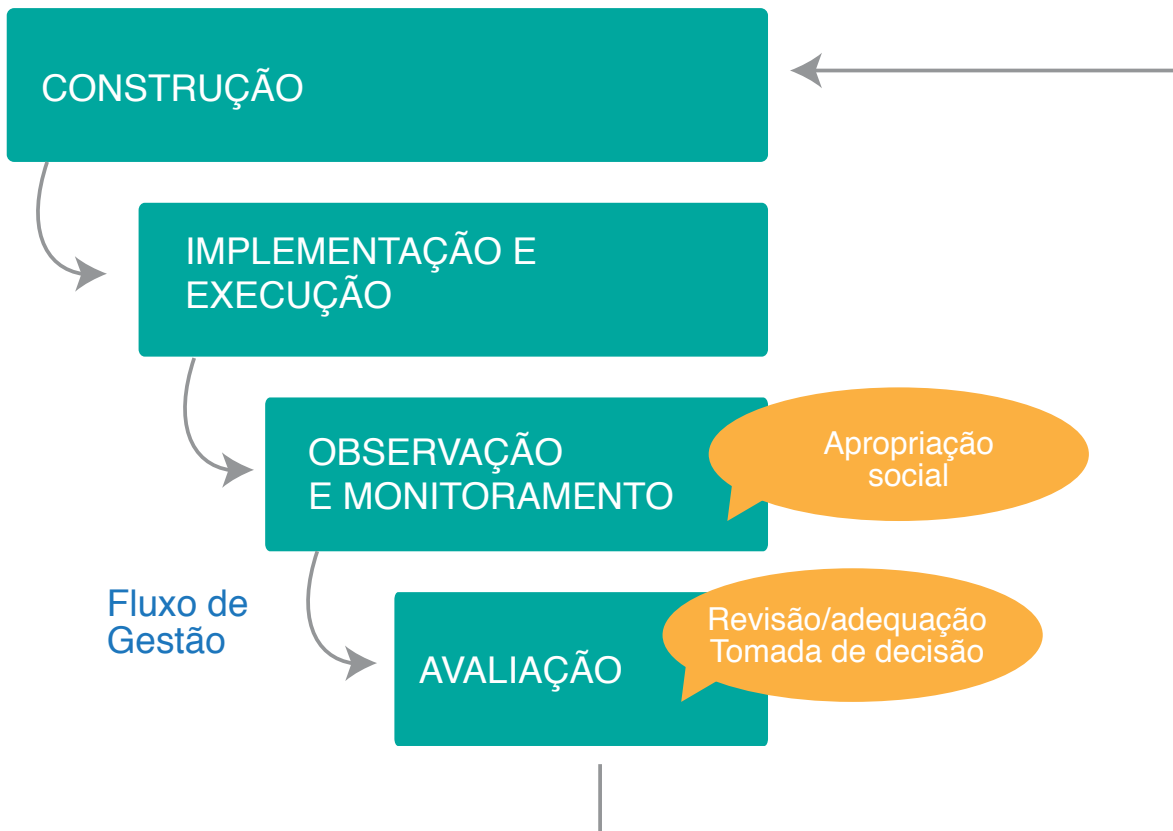


Figura 24 – Fluxo de Gestão para o PDE Alagoas

Fonte: Elaboração própria, IABS.

Convergência de ações e planos

Em Alagoas, diversas ações de planejamento participativo em diferentes temas, regiões ou segmentos econômicos vêm sendo realizadas. O resultado dessas ações são diferentes planos que estão em fase de implantação ou em processo de execução. Apesar de suas especificidades quanto aos objetivos de desenvolvimento e processo de construção, alguns desses planos possuem estruturas de gestão vigentes e que demandam esforços do Governo do Estado para seu monitoramento, execução, avaliação e replanejamento. Entre estes, podemos destacar o Plano Plurianual (PPA); os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) – de seis regiões do estado; o Plano Estratégico do Estado de Alagoas (conhecido como Macroplan); o plano de governo; os planos de ação dos Arranjos Produtivos Locais (APL); e diversos outros planos setoriais como os do Turismo e da Indústria. A diversidade e complementariedade desses planos são determinantes para alcançar os objetivos do desenvolvimento alagoano.

Também devem ser consideradas as regiões de planejamento do estado, visto o objetivo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional de promover um equilíbrio no crescimento e desenvolvimento no estado como um todo. Essas divisões regionais estratégicas geram

um processo mais amplo de mobilização e podem ser a base de interação social de forma mais capilarizada e efetiva nas avaliações e revisões do PDE Alagoas. Por outro lado, outros cortes administrativos podem dividir os esforços e dificultar o entendimento social dessas ações de intervenção que buscam objetivos convergentes.

Igualmente devem ser considerados os diversos fóruns e espaços de debates existentes no estado, sejam setoriais, temáticos ou regionais, com o intuito de integrar a esses esforços de mobilização, os debates relacionados ao desenvolvimento regional.

Como sugestão ao modelo de gestão do PDE, sugere-se a integração de suas diretrizes, indicadores e metas ao processo de gestão do Plano Plurianual (PPA). O PPA tem sólida base jurídica, por sua previsão legal, já possui estrutura executiva de gestão associada ao governo e é um processo estruturado em formato participativo, que vem sendo consolidado ao longo dos anos.

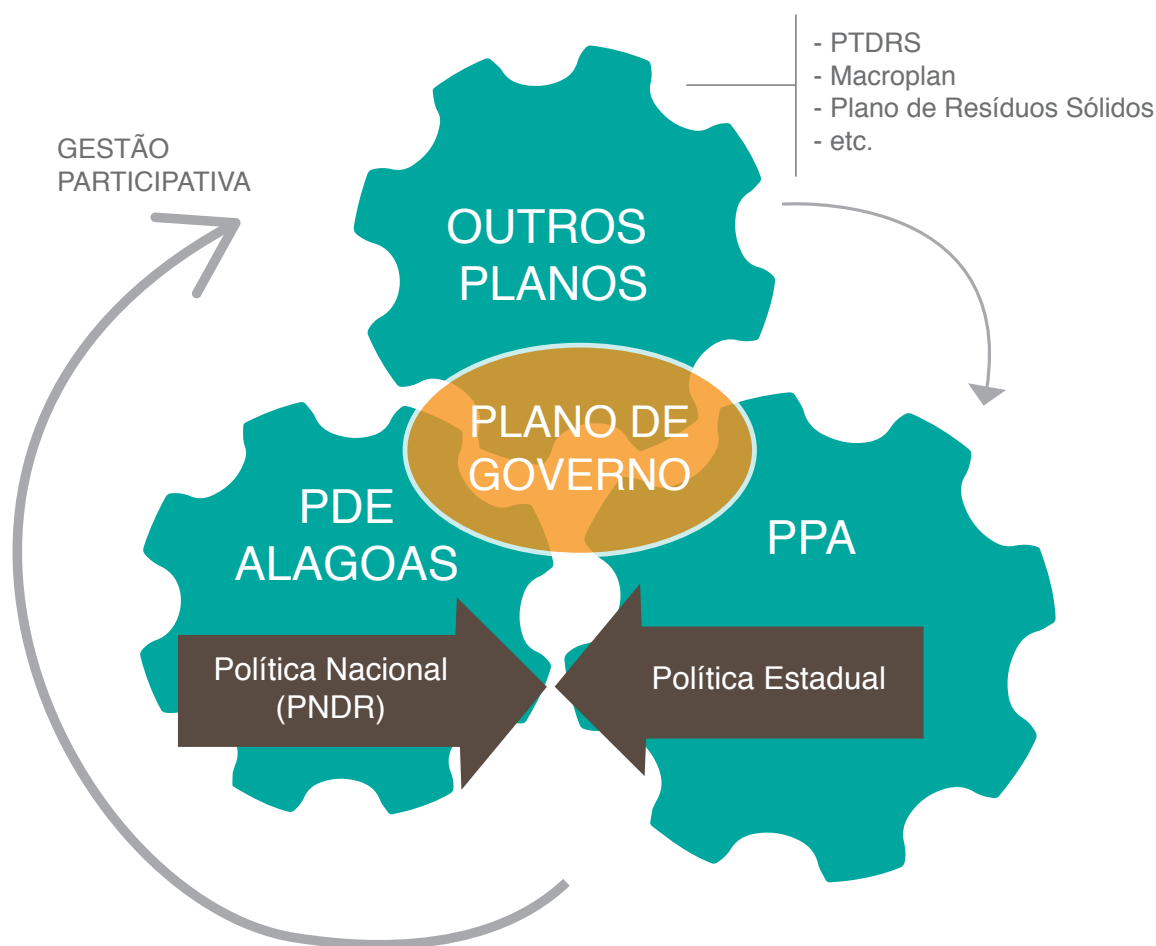


Figura 25 – Gestão participativa do desenvolvimento em Alagoas

Fonte: Elaboração própria, IABS.

Observatório do PDE

O Observatório do Plano de Desenvolvimento Estadual é fundamental para sua gestão e seu controle social. Esse observatório deve acompanhar e avaliar a efetividade das propostas de execução, indicadores e resultados de forma sistêmica e interativa. Além disso, o observatório deve ser capaz de auxiliar no alinhamento de outras ações que extrapolam o escopo das diretrizes, considerando a escala estadual do Plano.

Por outro lado, esse observatório não deve direcionar todos seus esforços apenas para a validação de indicadores de processo, baseados na execução física das ações e atividades previstas no Plano, como, por exemplo, a realização de 'x' seminários ou a construção de 'x' escolas. Apesar de importantes e necessários para comprovação do esforço realizado, esses indicadores não determinam a efetividade dessas atividades nos objetivos almejados. Nesse sentido, o observatório deve permitir também a análise de indicadores de resultado e seu vínculo com os programas e atividades do Plano. Exemplos desses indicadores são: aumento de renda da população; redução da evasão escolar; diminuição da taxa de desmatamento; entre outros.

Também é importante atentar que essas análises devem incorporar as diversas variáveis que influenciaram a sua efetivação. Na maioria das vezes, o impacto na sociedade se deve por um conjunto convergente de ações e conjuntura, não sendo diretamente limitado a uma ação específica.

Sugere-se que esse observatório seja permanente, com atividades definidas e resultados predeterminados no tempo e no escopo. No caso do PDE Alagoas, para uma avaliação de resultados como base para a tomada de decisões, sugere-se um conjunto de relatórios e informações organizadas e analisadas a cada ano, o que demanda grande esforço para monitorar os indicadores de processo e de impacto de forma concomitante.

O método previsto para coleta e análise dos dados e informações necessárias deve basear-se em processos de consulta e levantamento de dados secundários em fontes oficiais, estudos e outras fontes disponíveis e que sejam fidedignas; coleta de dados primários, principalmente daqueles que não estejam disponíveis, por setores e regiões de análise; e processos participativos e consultas com a sociedade em geral, atores e lideranças regionais e setoriais e reunião de especialistas.

Para sua viabilização, principalmente dos dados primários e informações qualitativas, esse observatório deve considerar a possibilidade de contratar consultorias especializadas a partir de Termos de Referência preestabelecidos e com detalhamento suficiente para promover a continuidade e comparação em série histórica dos resultados.

Outra forma de viabilização é a execução direta desse observatório em núcleos internos do governo. Nesse caso, secretarias estruturadas para esse fim ou uma comissão de técnicos das diversas secretarias do estado, coordenadas por um núcleo formalmente estabelecido, são soluções viáveis e até recomendáveis. Deve-se considerar a necessidade de treinamento e capacitações específicas desses técnicos; a definição *a priori* de orçamento para a realização dessas ações; e a construção de ferramentas de apoio como sistemas de gestão apropriados. Por outro lado, o risco de descontinuidade é elevado, visto as diversas mudanças de técnicos e de governantes ao longo do processo.

Essa estrutura, associada a um escritório de projetos do governo (que será descrito a seguir) e recursos para consultorias específicas, seria o cenário ideal desse observatório.

Por fim, esse observatório estruturado e compatível com o Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR) do Ministério da Integração, a partir do fluxo de informações idealizado (descrito a seguir), possuirá as condições necessárias para conduzir os processos de revisão e adequação do Plano, apoiando nas ações de planejamento e nas tomadas de decisões necessárias para efetivação dos diversos objetivos previstos no PDE Alagoas, bem como para alinhamento com as diversas diretrizes e macroestratégias dos diversos planos do estado; Política Nacional de Desenvolvimento Regional e outras políticas setoriais; e com diretrizes e recomendações de compromissos assumidos pelo País como os ODS.

Quadro 2 – Resumo da Proposta de Gestão do Observatório do Desenvolvimento Regional de Alagoas

Gestão do Observatório do Desenvolvimento Regional de Alagoas	
Objetivos:	Monitorar, rever e avaliar – processos, indicadores, metas e resultados Indicadores de processos: Ex. Cursos realizados Indicadores de resultados: Ex. Aumento da renda
Frequência:	Anual
Método:	<ul style="list-style-type: none"> • Dados primários (coleta de campo); • Dados secundários (fontes oficiais); • Opinião qualitativa (processos participativos); • Reunião de especialistas.
Execução:	<ul style="list-style-type: none"> • Contratos com consultorias especializadas (TR e contratação); • Núcleos internos do governo (treinamentos, procedimentos, processos, sistema, meios de verificação): <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria responsável (Seplag/Sedetur) - Comissão de técnicos das Secretarias de Estado – Coordenação executiva ou arranjo de secretarias
Integração e revisão:	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão do Plano a cada 4 anos; • Integração a outros planos (PPA, Planos setoriais).
Avaliação estratégica:	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento com a PNDR e outras políticas setoriais/regionais; • Convergência com a macroestratégia definida para o PDE Alagoas; • Atendimento aos princípios e conceitos dos ODS e outros compromissos nacionais e internacionais.

Fonte: Elaboração própria, IABS.

1.4 Estrutura de Gestão do Plano

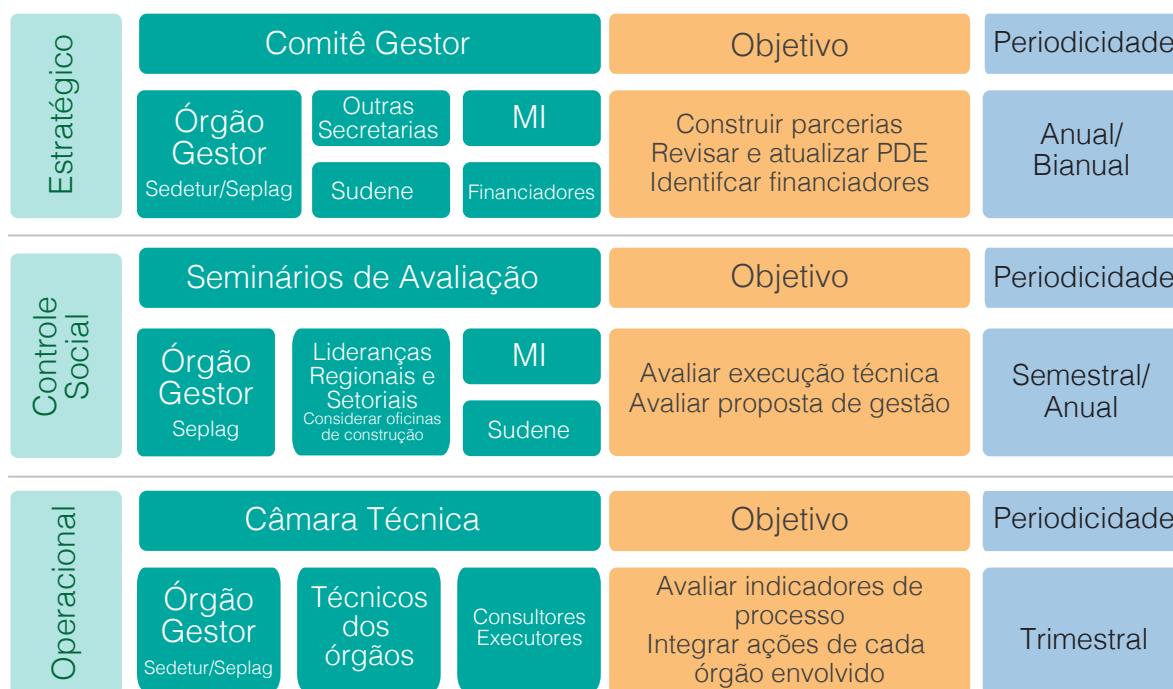


Figura 26 – Estrutura de Gestão do PDE Alagoas

Fonte: Elaboração própria, IABS.

O modelo de gestão do PDE Alagoas prevê, portanto, diferentes esferas de acompanhamento, nos níveis estratégico, tático e operacional. Cada nível de acompanhamento envolve diferentes atores e instituições, dependendo da interação dessas instituições com o Plano e seus objetivos. As esferas de acompanhamento exigem um órgão gestor responsável por animar o processo, convidar os atores, pautar as reuniões e sistematizar os encaminhamentos. Esse órgão gestor deve estar, preferencialmente, vinculado ao Governo do Estado de Alagoas, por meio do gabinete civil ou uma secretaria diretamente relacionada ao Planejamento ou ao Desenvolvimento do estado. No caso de Alagoas, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur) ou Secretaria de Estado de Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag).

No nível estratégico, estão as instituições responsáveis por acompanhar a estratégia definida durante a construção do PDE, bem como possíveis financiadores que possam aproveitar o espaço para consolidar parcerias, atualizar Diretrizes e Programas do Plano e se reúnem com periodicidade anual ou bianual.

No nível operacional, as reuniões são periódicas, com sugestão de encontros trimestrais entre os técnicos das instituições e outros executores com o intuito de monitorar, principalmente, os indicadores de processo. Além desse monitoramento, o ambiente permite convergência de ações planejadas ou em execução para otimização dos recursos e melhor alcance dos objetivos do Plano.

Entre os níveis estratégico e operacional, é previsto um ambiente de controle social, que permite ampla participação da comunidade. Esse espaço permite acompanhar a efetividade das ações do Plano e sua adequação às diferentes realidades locais, impostas pelas diferenças endógenas de cada território. O processo de controle social deve ocorrer, no mínimo, uma vez ao ano, sendo recomendável realizar semestralmente com participação das instituições envolvidas nas ações e das lideranças regionais e setoriais. Os encontros de controle social devem ser abertos a toda a sociedade, com divulgação ampliada e devem considerar os participantes das oficinas de construção do PDE Alagoas como base para a mobilização.

1.5 Etapas necessárias para implementação do Plano e do modelo de gestão

Etapa 1 – Construção e operacionalização do PDE (Concluída em 2017)

- Construção técnico-participativa que expressa as demandas, estratégias de desenvolvimento, vocações, necessidades e anseios do estado;
- Principais diretrizes, programas e ações (definições participativas e técnicas);
- Detalhamento do Plano com indicadores, metas e prioridades.

Etapa 2 – Construção de projetos prioritários

- Descrever projetos prioritários e formar carteira de projetos (setoriais e integrados) – transformar diretrizes, programas e ações em projetos. Pode ser realizado por consultorias especializadas ou pela construção e formatação de estrutura de escritório de projetos vinculado ao Governo do Estado e ao observatório do PDE.

Etapa 3 – Ampliação de parcerias e arranjo institucional

- Construir a matriz de acompanhamento de ações e atividades com responsáveis, apoios e questões de execução;
- Identificar com cada parceiro – ações previstas ou em execução;
- Maximizar esforços institucionais e reduzir duplicidades;
- Promover alinhamento entre secretarias internas – Criação de procedimentos de integração de ações considerando a estratégia matricial do Plano e seus eixos de desenvolvimento, estruturante e territorial, de forma a propiciar a realização de ações conjuntas e esforços integrados;
- Pactuar responsabilidades com os demais atores com atuação local. Podem ser realizadas ações bilaterais de planejamento e negociação para posterior integração à matriz de arranjo institucional do Plano; ou realizar seminários e oficinas de trabalho

conjunto com técnicos e representantes dessas instituições que podem apoiar e promover o desenvolvimento regional do estado:

- Reuniões anuais ou bianuais;
- Coordenação e mobilização do Estado com apoio do MI e Sudene;
- Nível de participantes – técnico decisório;
- Ações anteriores de articulação e levantamento de possibilidades (procedimentos preestabelecidos).

Etapa 4 – Espaços públicos de participação e controle social e comunicação do Plano

- Espaços virtuais de interação social, como portal aberto ao público e número direto de telefone para o processo. Nesses casos, essas ferramentas devem ser de fácil acesso e amplamente divulgadas pelo observatório com o intuito de facilitar:

- atualizações do Plano;
- agenda de atividades;
- informe de ações e atividades;
- espaço para críticas e sugestões.

- Oficinas periódicas de controle social – Considerando a metodologia participativa de construção do Plano e o processo de mobilização realizado, sugere-se manter o coletivo criado no seminário final de validação do PDE e nas oficinas regionais como o público ativo de controle social. Essas oficinas devem considerar:

- público e mobilização da oficina final de validação do Plano;
- periodicidade semestral;
- registros técnicos e relatórios;
- incorporação de novos atores;
- apresentação de informações e resultados;
- espaços de revisão e replanejamento de ações e prioridades.

- Também devem ser consideradas estratégias contínuas e efetivas de comunicação e divulgação do Plano e de seus resultados. Essa ação visa um maior envolvimento e empoderamento da sociedade, bem como uma melhor interlocução com as instituições promotoras do desenvolvimento regional do estado. Sugere-se que esse Plano de Comunicação seja dedicado e direcionado apenas para o Plano para evitar interpretações e questionamentos partidários e interesses não coletivos. Informes anuais, a partir das observações, servem como registro; transparência; e difusão das ações realizadas.

Etapa 5 – Observações periódicas

- A partir de observatório estabelecido e conforme as descrições propostas no item 3 anterior, essas observações devem considerar o horizonte temporal de 4 anos para a revisão do Plano e o período anual para coleta e análise de dados e informações;
- Observação (2018, 2019 e 2020) – a partir do observatório do PDE Alagoas.

Etapa 6 – Controle interno

- As diversas secretarias envolvidas e o possível observatório criado devem ter procedimentos estabelecidos de avaliação técnica e gerencial da execução e efetividade do Plano de forma sistemática e periódica. Essa avaliação deve ser conduzida preferencialmente pela Sedetur, Seplag ou Gabinete Civil, com envolvimento direto do governador e secretários para que as informações possam efetivamente induzir as decisões estratégicas do Estado;
- A integração de técnicos e decisores dessas estruturas do governo é necessária para alinhamento de atividades e avaliação e correção de rumos, bem como para identificar fragilidades e potencialidades ao longo do processo;
- Esse controle deve ser dividido nos níveis estratégico-tático e operacional:
 - No nível estratégico-tático, sugere-se um coletivo (Comitê Gestor) com os representantes principais de cada órgão e secretaria do estado, sob coordenação da Casa Civil ou da secretaria responsável pelo observatório:
 - É necessário que os membros desse comitê sejam técnicos e gestores devidamente designados com acesso às informações necessárias e poder decisório;
 - Essas reuniões podem ser semestrais e devem estar associadas a outras atividades de gestão do Plano como o controle social e as observações anuais;
 - Sugere-se, ainda, a participação do MI e da Sudene como observadores do processo e da tomada de decisões;
 - No nível operacional, sugere-se um coletivo (Câmara Técnica) formado por técnicos desses órgãos que possam fazer a avaliação e acompanhamento direto, principalmente dos indicadores de processos. Esse coletivo pode estar sob a coordenação do observatório ou da secretaria responsável pelo modelo de gestão do Plano:
 - As reuniões devem ser trimestrais e devem considerar a integração com outros planos e políticas, bem como as próprias ações setoriais e de responsabilidade de cada órgão participante.

2 PROPOSTA DE FLUXO DE INFORMAÇÕES

A efetividade na execução dos programas exige um acompanhamento sistemático e contínuo do PDE Alagoas. Um monitoramento periódico permite ainda corrigir desvios e manter um alinhamento com a PNDR e com a macroestratégia definida para o estado. Como este Plano envolve diversos atores de diferentes instituições, o processo de monitoramento e controle social precisa ser acessível e simplificado. Nesse caso, o acesso on-line constitui um caminho prático para a gestão coletiva do PDE Alagoas.

A Matriz de Diretrizes, Programas e Projetos contém um conjunto de indicadores e metas que permite medir o nível de eficiência na execução de cada uma das propostas de Projetos/Ações do Plano. Dessa forma, a transposição da Matriz para uma ferramenta on-line, assegura uma gestão simplificada e objetiva do Plano.

Como já descrito anteriormente, o PDE Alagoas é um instrumento de planejamento para o desenvolvimento regional, com forte vínculo com as ações de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Além disso, é instrumento de desenvolvimento econômico para o estado de Alagoas.

Tanto o Ministério da Integração Nacional quanto o Governo do Estado de Alagoas mantêm portais on-line que reúnem dados e informações para planejamento e gestão. No caso do órgão federal, há a plataforma do Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR), que consiste em um portal de dados georreferenciados sobre a dinâmica regional brasileira. Em Alagoas, o Estado mantém o portal “Alagoas em Dados e Informações” que também constitui um grande banco de dados para estudos, pesquisas, planejamento e gestão dos territórios do estado.

Cada plataforma possui sua própria estrutura de dados, o que inviabiliza um fluxo de informações unificado e compatível com diferentes sistemas de informações. Dessa forma, a proposta de fluxo de informações para o PDE Alagoas consiste na adaptação de um ambiente para inserção das informações da Matriz de Diretrizes, Programas e Projetos do PDE Alagoas.

O ambiente deverá conter 12 tabelas para inserção das informações referentes ao PDE Alagoas:

1 - PDE_TERRITORIO* com os campos: PDE_TERRITORIO_COD PDE_TERRITORIO_NOME	7 - PDE_PROGRAMA_TERRITORIO com os campos: PDE_PROGRAMA_COD PDE_TERRITORIO_COD
2 - PDE_DIRETRIZES com os campos: PDE_DIRETRIZES_COD PDE_DIRETRIZES_NOME	8 - PDE_ENTIDADE com os campos: PDE_ENTIDADE_COD PDE_ENTIDADE_NOME
3 - PDE_ODS* com os campos: PDE_ODS_COD PDE_ODS_NOME	9 - PDE_PROJETOSACOES com os campos: PDE_PROJETOSACOES_COD PDE_PROJETOSACOES_NOME

<p>4 - PDE_ODS_METAS* com os campos: PDE_ODS_COD PDE_ODS_METAS_COD PDE_ODS_METAS_NOME</p> <p>5 - PDE_PROGRAMA com os campos: PDE_PROGRAMA_COD PDE_PROGRAMA_NOME PDE_PROGRAMA_PRIORIDADE</p>	<p>10 - PDE_PROJETOSACOES_ENTIDADE PDE_PROJETOSACOES_COD PDE_ENTIDADE_COD</p> <p>11 - PDE_PROJETOSACOES_INDICADORES com os campos: PDE_PROJETOSACOES_COD PDE_PROJETOSACOES_INDICADOR PDE_PROJETOSACOES_INDICADOR_META</p>
<p>6 - PDE_PROGRAMA_ODS com os campos: PDE_PROGRAMA_COD PDE_ODS_COD</p>	<p>12 - PDE_PROJETOSACOES_FONTE com os campos: PDE_PROJETOSACOES_COD PDE_PROJETOSACOES_FONTE</p>

* Listas de municípios e territórios; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Metas ODS disponíveis nos anexos

A partir da adaptação do ambiente das plataformas, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Alagoas será responsável por alimentar o sistema com todas as informações da Matriz de Diretrizes, Programas e Projetos. O acompanhamento do sistema poderá ser feito por qualquer cidadão interessado no tema e a atualização dos dados será realizada de acordo com a periodicidade pactuada coletivamente, como previsto no modelo de gestão e monitoramento do PDE Alagoas.

A alimentação e atualização dos dados em ambiente on-line seguirão o fluxo apresentado na Figura 27.

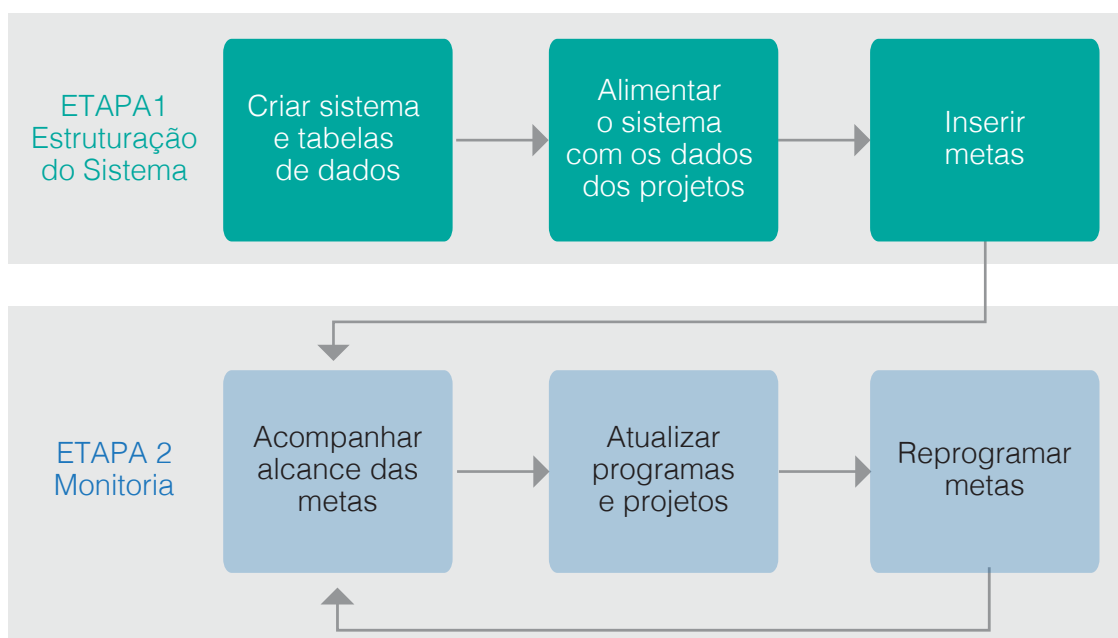


Figura 27 – Fluxo de alimentação das informações do PDE Alagoas em ambiente on-line

Fonte: Elaboração própria, IABS, 2017.

A estrutura do ambiente proposto seguirá uma estrutura de sistema de Tecnologia da Informação, que exige um trabalho profissional técnico de hierarquização das tabelas e identificação da inter-relação entre os campos. A Figura 28 apresenta um exemplo meramente ilustrativo de como se dá a inter-relação entre as tabelas propostas para o ambiente PDE Alagoas, e a aplicação desse ambiente requer uma análise especializada de estruturação de banco de dados e testes para validar a correlação entre as tabelas e os campos.

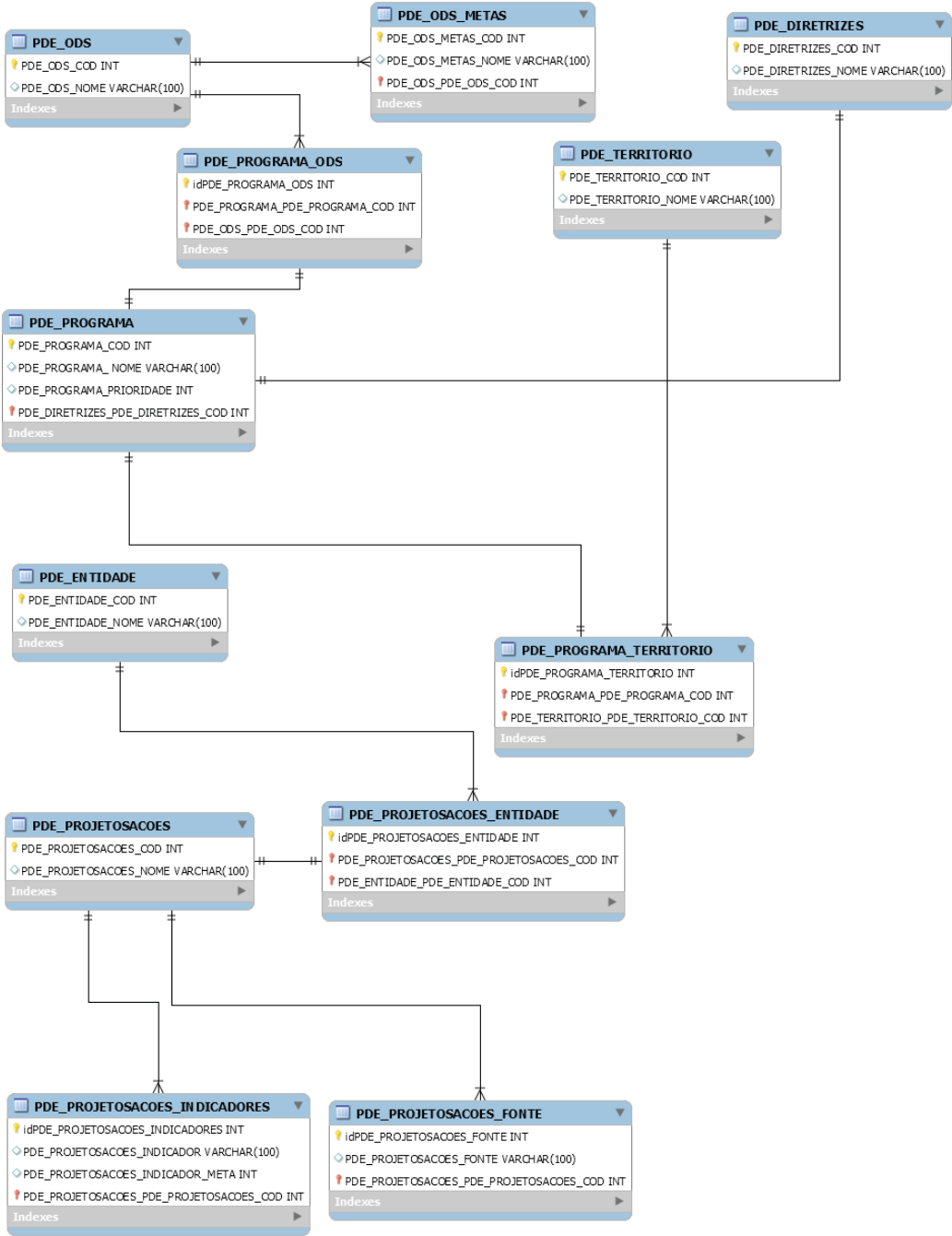


Figura 28 – Exemplo demonstrativo de esquema de Banco de Dados



Artesanato em Madeira

Foto: João Schwartz



CONCLUSÃO

Renda da Ilha do Ferro
Foto: João Schwartz

O Plano de Desenvolvimento Estadual de Alagoas (PDE Alagoas) materializa o esforço de diversos cidadãos e diferentes entidades que atuam no estado, em torno de uma proposta de transformação social, desconcentração econômica e sustentabilidade ambiental para os próximos 15 anos. O Plano tem como referência o contexto nacional e internacional adotando como base a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS).

O processo de construção foi pautado na participação social e seu poder de integração. Além da troca entre os diferentes atores, é importante estimular o relacionamento com outros estados do Nordeste e estabelecer maior sinergia entre as ações planejadas e em andamento.

O conjunto de diretrizes, programas e projetos propostos refletem o caminho identificado pelos alagoanos para redução das desigualdades regionais e o melhor aproveitamento das aptidões de cada território. As ações estão alinhadas a um conjunto de outras iniciativas que indicam avanços para a reversão das desigualdades.

O cenário descrito no diagnóstico é desafiador: grande parte da renda concentrada em poucos territórios, poucas famílias e poucas atividades econômicas; indicadores sociais e econômicos muito baixos e; capacidade de investimento público muito limitada. O esforço atual é para interromper ciclos históricos que acentuam as diferenças e dificultam o crescimento de novos polos de desenvolvimento regional.

Por outro lado, Alagoas apresenta um patrimônio natural, histórico e cultural diversificado e abundante, cuja exploração racional e adequada pode transformar essa trajetória negativa de desenvolvimento.

Nesse sentido, a articulação permanente entre os setores público, privado e da sociedade civil constitui um dos principais elementos para garantir que as potencialidades locais se traduzam em desenvolvimento inclusivo e preparação de Alagoas para a nova economia. Essa transformação envolve a redistribuição das atividades econômicas e a complementação das diferentes cadeias produtivas, com foco no desenvolvimento social com o objetivo de gerar renda e distribuir a riqueza.

O desafio que se coloca é o desenho e a implementação de novos modelos, que ampliem e adensem as potencialidades produtivas e inovativas locais, trabalhem com múltiplas escalas e articulem as dimensões territorial, econômica, social, cultural, ambiental e político-institucional em um enfoque sistêmico, integrando prioridades, e articulando interesses públicos e privados, em um projeto de desenvolvimento de longo prazo.

Este Plano é um documento aberto, que depende de uma ampla e eficaz divulgação, para que sua estratégia e diretrizes sejam incorporadas por diferentes instituições. O Governo do Estado de Alagoas tem a responsabilidade de divulgar, monitorar e atualizar esse Plano, mantendo-o alinhado a essa realidade dinâmica e desafiadora. Dessa forma, a fim de fortalecê-lo, recomenda-se que o PDE Alagoas esteja vinculado também a um instrumento legal que assegure sua implementação, sua continuidade e, principalmente, sua revisão periódica em um processo evolutivo permanente e contínuo.



REFERÊNCIAS

4º CEA – Congresso de Engenharia das Alagoas. O futuro da engenharia: transparência, qualidade e produtividade. Palestra proferida por Clécio Falcão. Disponível em: <http://www.cea.al.org.br/novo_site/?page_id=846>. Acesso em: 02 mar. 2017.

ABRAMOVAY, R. Limites da “economia sem produção”. Gazeta Mercantil. São Paulo, 25 jan. 2002. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/limites-da-economia-sem-producao/>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

AERONÁUTICA. Comando da. Departamento de Aviação Civil. PAEAL – Plano Aeroviário do Estado de Alagoas 2005 - 2024. Brasília, 2004.

AGÊNCIA ALAGOAS. Recurso liberado pelo Ministério da Integração Nacional garante continuação da maior obra de infraestrutura hídrica de alagoas. Maceió: Gazetaweb, 2016. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia.php?c=21227>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Água, fatos e tendências. Brasília: ANA, CEBDS, 2006.

_____. Descrição do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba - CELMM. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/planejamento/planoderecursos/Celmm_Apresentacao.aspx>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM). Brasília, 2006.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS; CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. A questão da Água no Nordeste. ANA – Brasília, DF: CGEE, 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC). Anuário do Transporte Aéreo – 2015. Brasília: ANAC: SAS: GEAC, 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Banco de informações de geração de energia. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/ResumoEstadual.cfm>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). Dados da Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/dados/>>. Acesso em: 16 out. 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ). Anuário Estatístico Portuário – 2014. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/anuario/>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT). Evolução do Transporte Ferroviário de Cargas. Brasília: ANTT: SUFER: GEROF: COSEF, 2016.

ALAGOAS. Governo do Estado de Alagoas. Secretaria Coordenadora de Infraestrutura de Alagoas.

ALAGOAS. Governo do Estado de Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Anuário Estatístico do Estado de Alagoas 2014. Maceió, 2016.

ALAGOAS. Governo do Estado de Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Estudo sobre as Microempresas e Empresas de Alagoas. Maceió, 2016.

ALAGOAS. Governo do Estado de Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Alagoas em Números. Maceió, 2015.

ALAGOAS. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Boletim Anual da Estatística Criminal de Alagoas. Maceió, 2017.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo – Sedetur. Balanço energético do Estado de Alagoas. Ano-Base 2014. Maceió, 2015.

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Infraestrutura – Seinfra. Plano Aeroviário do Estado de Alagoas 2005 - 2024. Maceió, 2004.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Semarh. Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de Alagoas. Maceió, 2015.

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Semarh. Plano Estadual de Recursos Hídricos, Relatório 02 - Vol. 2. Maceió, 2010.

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – Seplande. Balanço energético do Estado de Alagoas. Maceió, 2013.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Contas Regionais do Estado de Alagoas 2010-2014. NT 29, Maceió, 2016.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – Seplande. Produto Interno Bruto dos Municípios Alagoanos. Ano 9, n. 9 (2005) – Maceió, 2014.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento. Plano Estratégico do Estado de Alagoas para o horizonte de 2011 - 2022. Agenda Estratégica do Governo de Alagoas. Maceió: Macroplan, 2010.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Estudo sobre a Agricultura Familiar em Alagoas. Maceió, 2016.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Plano Plurianual PPA 2016 - 2019. Lei N. 7.798, de 06 de Abril de 2016. Maceió, 2016.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Turismo – Setur. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo: 2013 – 2023. Resumo Executivo. Maceió, 2013.

ALVES, A. M.; ROCHA NETO, J. M. da. A Nova Política de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. RPPR. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, julho/dezembro 2014, p. 311 a 338. RPPR, 2014.

ANDRADE, M. do C. D. C. Pesquisa Escolar On-line, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

ARAÚJO, T. C. M. de. et al. Erosão e progradação do litoral brasileiro. In: MUEHE, D. C. E. H. et al. Ministério do Meio Ambiente. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Razão de dependência Demográfica – Boletim Regional do Banco Central do Brasil, Jan/2015. Brasília, 2015.

BARROS, A. H. C. Climatologia do Estado de Alagoas. Dados eletrônicos. Recife: Embrapa Solos, 2012. 32 p.; il. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento / Embrapa Solos.

BARROS, A. H. C.; VAREJÃO-SILVA, M. A.; TABOSA, J. N. Zoneamento Agroecológico do Estado de Alagoas. Aptidão climática do estado de Alagoas para culturas agrícolas. Relatório Técnico. Recife: Embrapa, 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2015. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento 2015. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2014. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento 2015. Brasília: MCIDADES, SNSA, 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - 2014. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2014. Brasília: MCIDADES. SNSA, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia Leiteira - Alagoas. Brasília: MDA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste de Alagoas. Brasília: MDA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Sertão Alagoano. Brasília: MDA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Litoral Norte de Alagoas. Brasília: MDA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Sertão Alagoano. Brasília: MDA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania Mata Alagoana. Brasília: MDA, 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI). Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional. PNDR II. Brasília: MI, 2012.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI). Plano de Ação Integrada e Sustentável da mesorregião do Xingó. Brasília: MI – Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2012.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI). Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR: Sumário Executivo. Brasília: MI, 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI). A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós-2010. Brasília: MI, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI). Relatório da Conferência Estadual do Desenvolvimento Regional de Alagoas. Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília: MI, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Monitoramento por Satélite do Desmatamento no Bioma Caatinga. Brasília: MMA, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Indicadores de Programas: Guia Metodológico. Brasília: MP, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Pacto Nacional pela Saúde. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_nacional_saude_mais_medicos.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde – Sistema de Informações sobre Mortalidade. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/mortalidade>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Plano Nacional de Logística e Transporte. Brasília: MT, 2014.

BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de maio de 2016.

BRASIL. Decreto n. 8.738, de 3 de maio de 2016. Regulamenta a Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2003.

BRASIL. Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, Brasília, de 21 dezembro de 2006.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2000.

CARVALHO, C. P. de. Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana. 3. ed. Maceió: Edufal, 2009.

_____. Economia popular: uma via de modernização para Alagoas. 4. ed. Maceió: Edufal, 2010.

_____. Formação Histórica de Alagoas. 4. Ed. Maceió. Edufal, 2016.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Atualização 2016-2025. CBHSF, 2016.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS. Disponível em: <<http://www.cbtu.gov.br>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

COMPANHIA DE ABASTECIMENTO DE ALAGOAS. Disponível em: <<http://casal.al.gov.br/areas-de-atuacao/>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Acompanhamento de safra brasileira: grãos, quinto levantamento, fevereiro de 2011. Companhia Nacional de Abastecimento. Brasília: Conab, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. O financiamento do investimento em Infraestrutura no Brasil: uma agenda para sua expansão sustentada. Brasília: CNI, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Empresômetro: Estatísticas de MPES. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. Pesquisa CNT de Rodovias 2016: relatório gerencial. 20. ed. Brasília: Confederação Nacional do Transporte - CNT: SEST: SENAT, 2016.

CONSÓRCIO IBI/ENGESOFT. Relatório Síntese. Plano Estadual de Recursos Hídricos, v. 1, 340 p. Fortaleza, Ceará, 2010.

CORREIA, M. D.; SOVIERZOSKI, H. H. Ecossistemas marinhos: recifes, praias e manguezais. Maceió: Edufal, 2005.

COUTINHO, M. et al. A Cada Lata: a extração do Sururu na Lagoa Mundaú. Editora IABS: Brasília, 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO. Relatório Estatístico do Ano 2016. Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN. 2016.

DIEGUES JÚNIOR, M. O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed. Maceió. Editora: Edufal, 2012.

ECOLOGY BRASIL. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. 2004.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema Brasileiro de Classificação de solos - Si- BCS. 2. ed. – Rio de Janeiro: Embrapa-SPI, 2006.

FAIÃO, D.; SORGATO, J.; PEDROSA, V. A. Canal do Sertão Alagoano: o custo da energia elétrica. IX SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE. Salvador, 2008.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Terras indígenas em Alagoas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

FUNDAÇÃO PALMARES. Comunidades Certificadas. Brasília: FCP, 2016. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. Período 2012-2013. Relatório Técnico. São Paulo, 2014.

GOMES, F. G. A inserção da economia alagoana na recente dinâmica do crescimento regional. Revista de Economia Política do Desenvolvimento. Maceió. V. 4, n. 10, p. 151-186, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Consulta on-line. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/censo-2010.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Segunda Apuração. Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Agropecuária Mensal. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua. Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa de Pobreza e Desigualdade – Municípios Brasileiros 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mesorregiões do Estado de Alagoas. Rio de Janeiro, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Industrial Anual – PIA-Empresa. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Pecuária Municipal – PPM. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Agrícola Municipal – PAM. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Situação Social nos Estados – Alagoas. Brasília, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil: dez anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n. 11, Janeiro/Junho 2015. Brasília: Ipea. Dirur, 2015.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/o-que-e-saneamento>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

KOHLER, H. C. Aspectos geocológicos da bacia hidrográfica do São Francisco, p. 25-35. In: GODINHO, H. P.; GODINHO, A. L. (Org.). Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. da. Ecologia e conservação da Caatinga. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

LIRA, S. (Org.). Alagoas 2000-2013. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

LOPES, G. C. L. de A. Uma análise da economia alagoana a partir dos impactos do processo de desconcentração produtiva nacional. Maceió: UFAL. p. 57 (Trabalho de Conclusão de Curso).

LUSTOSA, M. C. J. O Polo Cloroquímico de Alagoas. Maceió: Edufal, 1997.

MOURA, F. de B. P. (Org.). A Mata Atlântica em Alagoas. Conversando sobre ciências em Alagoas. Maceió. EDUFAL, 2006.

PNE. Observatório do Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

PORTAL BRASIL, 2016. Disponível em: <<http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/governo-disponibiliza-r-24-milhoes-para-o-canal-do-sertao-alagoano>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório do Desenvolvimento Humano 2015. Nova Iorque: PNUD, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SANTOS, H. G. dos; ZARONI, M. J. Planossolos. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Embrapa. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONTAG01_14_2212200611542.html>. Acesso em: 04 fev. 2017.

SILVA, A. B. da. et al. Potencial pedológico do estado de Alagoas para o cultivo de cana-de-açúcar em manejo com alta tecnologia. XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, Florianópolis, SC, 2013.

SILVA, F. G. da. Panorama da Desertificação em Alagoas: Relatório de Consultoria. Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente de Alagoas. Maceió, 2005.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Nordeste em números. Recife: Sudene, 2015.

VIEIRA, L. L. de A. et al. A futura oferta de água pelo Canal do Sertão alagoano. In: IX SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE. Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/noticia/1b3e5100>>. Acesso em: 03 mar. 2017.



Execução

Realização



Secretaria de Estado
do Desenvolvimento
Econômico e Turismo



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL

